A festa musical de Tom e Vinicius
O Corinthians e o corintianismo
veja
EDITORA ABRIL · Nº 475
12 DE OUTUBRO DE 1977
Cr$ 20,00
A Mulher no Trabalho

SONY
a lapidação do som.
Estéreo Triplex HP-279

HP-279
(duas caixas opcionais)

Conjunto estereofônico reunindo numa só peça gravador cassete, sintonizador AM/FM/FM estéreo, toca-discos e amplificador. Possantes caixas acústicas (2 opcionais) formam o famoso SISTEMA MATRIXIAL QUADRIFÔNICO.

ESTÉREO TRIPLEX SONY HP-179D
Igualmente compacto. Três fontes de som num só aparelho. Amplificador e duas caixas acústicas.

HP-179D

Conheça estes e outros maravilhosos produtos Sony em nossos revendedores ou no SONY SHOWROOM, à Av. Paulista, 1274 - Fones: 287-0511 - 284-7975 - 284-7942 - São Paulo.

SONY
a pesquisa faz a diferença

Uma luta de interesses

A DISSIDÊNCIA POLÍTICA NAS ELITES TORNOU CRUCIAL A QUESTÃO OPERÁRIA

por Jorge Escosteguy

Formado em Direito e Sociologia, Luiz Werneck Vianna, de 38 anos, tem dedicado suas pesquisas mais recentes ao estudo dos problemas da classe trabalhadora e das instituições políticas no Brasil. Em 1976, apresentou no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo uma tese sobre as relações da classe operária com o Estado, desde os primórdios da organização sindical brasileira — "Liberalismo e Sindicato no Brasil" —, publicada imediatamente pela Editora Paz e Terra, do Rio de Janeiro. Atualmente, dedica-se em tempo integral a um trabalho sobre o Partido Democrata-Cristão no Brasil, graças a uma bolsa de estudo concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

No momento em que se discutem os caminhos de redemocratização do país e a participação dos trabalhadores em tal processo, as pesquisas de Vianna a respeito de como os problemas diretamente ligados à classe operária foram tratados pelos governantes nos últimos quarenta anos adquirem especial interesse. Para ele, a análise da questão operária atualmente deve partir da discussão do modelo econômico e da crise de 1973.

A discussão econômica virou política

VEJA — *Como o senhor vê, no debate geral sobre a redemocratização, o problema dos trabalhadores?*

VIANNA — A questão da classe operária não veio à mesa de discussão como conseqüência específica de uma pressão da própria classe operária. Ao contrário, está colocada em função da problemática política das elites, que, para resolver o que está se entendendo como o impasse atual, precisam como que tomar a temperatura dos trabalhadores, saber como alguns de seus objetivos mais ou menos inarticulados em termos de organização, agora, podem ser atendidos. Há uma dissidência nas classes dominantes que faz com que a questão da classe operária seja importante.

N. M. PASSOS

Vianna: quem quer ser sacrificado?

VEJA — *Que dissidência é esta?*

VIANNA — Há dois momentos a serem analisados para que a compreendamos melhor. Dois momentos em que o Estado estabeleceu novas diretrizes econômicas para o país. O primeiro, pós-64, de regulação e de intervenção do Estado na economia, no sentido de seu saneamento (saneamento entre aspas, é claro), para posteriormente favorecer o desenvolvimento capitalista. Nesse quadro, tivemos várias medidas regulatórias, como a supressão do instituto da estabilidade do trabalhador, a criação do Banco Central, a eliminação do poder normativo da Justiça do Trabalho, etc. A economia ficou sob permanente fiscalização e administração do Estado. Houve a purga das pequenas e médias empresas, as falências de 1965, e em seguida a mobilização dos empresários para um plano de pressão. Assim como Juscelino Kubitschek mobilizou os empresários nos grupos executivos na década de 50, no final dos anos 60 eles foram mobilizados de maneira ainda mais informal, chegando a freqüentar os mesmos restaurantes do ministro da Fazenda.

Substantivamente, porém, a situação não mudou. Quer dizer, o Estado se abriu aos interesses economicamente estabelecidos e dispôs com eles substantivamente em termos corporativos a respeito dos rumos gerais e setoriais da economia. Isso, numa fase de expansão, na qual os maiores beneficiados foram os monopólios nacionais e estrangeiros, não é difícil de se fazer, e foi o que ocorreu também com Juscelino. A crise de 1973 obrigou a que aquele corporativismo informal, mas real, fosse realterado na seguinte medida: o Estado, para reconduzir a economia para a frente, para manter o impulso e a consistência do processo de desenvolvimento capitalista, tinha que sacrificar alguns interesses economicamente estabelecidos, suprimindo aquela representação informal dos empresários e trazendo para o seu interior a questão econômica — esta foi uma das primeiras medidas administrativas do presidente Ernesto Geisel, com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Então, foi mais ou menos o seguinte: eu, Estado, vou processar politicamente o sistema da economia, os interesses economicamente estabelecidos, dando saída àqueles que racionalmente consultarem a política geral do desenvolvimento capitalista — e sacrificando os outros.

VEJA — *Como reagiram os que foram para o sacrifício?*

VIANNA — Bom, essa discussão, que é centrada radicalmente nos rumos

da economia e na orientação do desenvolvimento capitalista do país, apareceu logo transfigurada numa discussão política a respeito da reforma do aparelho do Estado, da natureza do regime e de uma reorientação geral da disposição da arena social e da arena política. Por quê? Eu acho que isso foi precipitado justamente pela disputa entre determinados interesses economicamente estabelecidos. Alguns empresários chegaram e disseram: não, eu não vou ser sacrificado e além disso quero representação formal, informal, o que seja. Sente-se isso em alguns editoriais publicados nos últimos tempos, advogando, por exemplo, a volta dos militares aos quartéis e a devolução de todos os poderes econômicos ao ministro da Fazenda. Na matriz disso tudo está o chamado liberalismo econômico, que surge com base na denúncia da estatização. Quer dizer, assistimos à acusação de que o regime é estatista, de que há uma vocação socializante no Estado, quando se sabe que a expansão ocorrida teria sido impensável sem a intervenção do Estado — ou seja, o expurgo das pequenas e médias empresas, o controle do mercado de trabalho que permitiu a disciplina da economia, a descoberta e a invenção de espaços a serem ocupados, etc.

Mas o estatismo é uma questão falsa. O que provocou a dissidência foi de um lado a crise econômica e de outro a reemergência da questão nacional, duas coisas que só podem ser separadas em termos analíticos. Na verdade, são a mesma questão, porque quando se tem a crise econômica a questão nacional reaparece ainda mais forte. Isso porque resolver a crise pela perspectiva da questão nacional, como indicava o ex-ministro Severo Gomes, em particular com a substituição do modelo exportador por um internalizado, corresponderia a uma mutação econômica, política e social da maior importância. Alteraria todo o sistema de alianças existentes no interior da sociedade. A subsistência da empresa estatal e a sua posterior expansão recuperaram esse problema estrutural da sociedade brasileira, que é a questão nacional, interpretada hoje por Severo Gomes e, segundo informações que se tem a respeito de sua biografia, pelo general Euler Bentes Monteiro. O que é até a ideologia tradicional do Exército brasileiro, ideologia estatista, intervencionista, modernizadora. A vocação do Brasil grande potência vem há anos animando ideologicamente o Exército.

VEJA — *Nesse quadro todo, então, o que informa a questão da classe operária?*

VIANNA — A meu ver, a necessidade de inventar um pacto político sem os riscos do atual e sem os riscos do anterior (anterior a 1964). Mas, para isso, os setores descontentes das classes dominantes, ameaçados em seus interesses econômicos, não podem se apresentar nus à sociedade, apenas com suas necessidades particularistas. Têm que generalizar isso num determinado nível, no sentido de que outros segmentos sociais, outras classes sociais, acorram e sustentem de alguma forma, em convergência ou em aliança com esses mesmos objetivos. A meu ver, isso nos leva ao problema da classe operária, porque se de alguma forma se recupera o jogo político liberal, é preciso formular uma política para os trabalhadores. E pensar hoje o problema da classe operária no Brasil impõe que a gente recupere a resolução da chamada questão da cidadania operária, dos direitos sociais dos trabalhadores em 1945.

VEJA — *Como se resolveu isso na Constituinte de 1946?*

VIANNA — Antes dela, o próprio Getúlio Vargas já definira uma política específica para a questão. A reconstitucionalização do país para ele, para o sindicalismo organizado, para a esquerda operária, seria dada a partir de uma Constituinte com Vargas, outorgada por ele. Associou-se isso, na oposição, a uma manobra continuísta, e parece que havia temores concretos de que a aliança de Vargas em torno de um projeto nacional burguês, com sindicalismo organizado, a esquerda operária, etc., pudesse efetivamente se constituir numa alternativa. A meu ver, essa é a problemática que leva o movimento de 1945 a apear Vargas do poder.

A Constituinte é então convocada pelo governo de José Linhares e revitaliza o sistema político do liberalismo — a idéia da federação, da representação, das garantias formais do indivíduo, da independência dos poderes, da garantia da propriedade e da limitação do poder interventor do Estado na economia. Mas, ao chegar ao limiar da questão, o discurso político liberal mudou de diapasão.

Uma lei com o espírito do Estado Novo

VEJA — *Em que sentido?*

VIANNA — Dois eram os institutos cruciais diante dos quais os constituintes se definiriam: liberdade sindical e direito de greve. Quanto ao sindicato, a Constituição dizia: são garantidos a liberdade sindical e o reconhecimento dos sindicatos de conformidade com a lei. É de se reparar que liberdade sindical, no jargão jurídico brasileiro, tem um significado distinto da sua aparência. Liberdade sindical não quer dizer liberdade dos sindicatos em relação ao Estado, mas liberdade de se sindicalizar. Ninguém é obrigado a ser sindicalizado. Quanto ao direito de greve, dizia o seguinte: "É garantido o direito de greve na forma em que a lei regulamentar". Admitamos que o legislador constituinte tenha reverenciado a forma liberal. Antes, contudo, da promulgação da Constituição de 1946, meses antes, o governo Eurico Gaspar Dutra regulamentou o direito de greve através de um decreto-lei que, na essência, estava em concordância com o espírito das instituições do Estado Novo.

A greve como um fato anti-social

VEJA — *E quanto à Justiça do Trabalho?*

VIANNA — Ocorreu a mesma coisa. E esse ponto, a meu ver, é o decisivo para se compreender o que tem sido, ao longo desses quarenta e tantos anos de processo capitalista, o papel do Estado, das instituições, da lei, em relação ao mercado de trabalho e à classe operária. A Constituinte de 1946 cuidou também da institucionalização da Justiça do Trabalho, que pela primeira vez é deslocada da ordem econômica e social para o interior do Poder Judiciário. Mas também a Justiça do Trabalho já existia antes da Constituição de 1946 e fora criada no interior de uma definição corporativista, não liberal, ainda tímida em 1934 e declarada em 1937, quando o discurso antiliberal se fez consistentemente e sem fratura. Era uma época onde não havia liberdade sindical nem direito de greve. A Constituinte de 1937 considera, explicitamente, que a greve é uma manifestação anti-social. Apesar disso, reconhece que o salário deve ser negociado entre patrão e empregado. Na medida em que não há direito de greve, em que um tem o poder e outro não, isso é impossível.

Então, há o dissídio, que deve ser julgado pela Justiça do Trabalho. Ora, sabe-se que a força do trabalho é uma mercadoria, com existência no mercado, cujo valor, como qualquer outra mercadoria, deve ser estabelecido lá. Sem isso, não há capitalismo. A tarefa do legislador do Estado Novo, ao desenvolver a Justiça do Trabalho, em 1937, é justamente transformar este fato mercantil em jurídico. O juiz do Trabalho se torna um verdadeiro pretor romano, um criador da lei do mercado. O que era uma disputa mercantil ele transforma em disputa judiciária. Com base em quê? Quando numa ordem liberal o juiz julga, decide de conformidade com

continua na página 6

APROVEITE E ECONOMIZE...

COMPRE LUBRIFICANTES INDUSTRIAIS ESSO E GANHE GRÁTIS UM TÉCNICO.

É um engenheiro, um técnico especialista em lubrificação industrial, que passa a trabalhar para você.

A primeira contribuição é na definição do pedido.

Ele analisa as características e necessidades dos equipamentos da sua empresa, define as especificações dos lubrificantes e traça o plano de lubrificação adequado.

Objetivo: otimizar resultados, reduzindo custos.

E depois ele acompanha todo o processo, prestando assistência técnica constante e cuidando para que tudo trabalhe sempre com a máxima eficiência.

Em matéria de assistência técnica, você estará bem servido. E quanto aos produtos, lubrificantes industriais e automotivos Esso são o resultado de mais de 60 anos de experiência com produtos de petróle

Lubrificantes industriais e assessoria técnica.

Entre em contato com a Esso e aproveite essa oferta irresistível, válida por tempo ilimitado.

continuação da página 4

a lei. Agora, quando o juiz do Trabalho se defronta com uma demanda econômica entre litigantes com existência no mercado, qual a lei que pode servir de referência? Como não há, ele vira legislador.

VEJA — *Como a Constituição de 1946 encarou isso?*

VIANNA — Ela não apenas retomou essa instituição do Estado Novo, como a elevou a uma instância de um dos poderes do Estado, o que desnaturou a ordem liberal em termos de funcionamento de mercado. Então, tínhamos uma ordem liberal em termos políticos mas um mercado corporativo, sob o estigma da permanente capacidade constituinte da Justiça do Trabalho — constituinte porque o magistrado fazia a lei a cada julgado.

Promulgada a Constituição, então, temos uma ordenação jurídica contrária ao seu espírito e anterior a ele. Entendeu-se que a Consolidação das Leis do Trabalho, expurgada de sua ganga totalitária, era um instrumento excelente e perfeito para seguir regulamentando as relações de trabalho. E, com isso, o Estado Novo jogou sua sombra por sobre a ordem liberal.

A função social da propriedade

VEJA — *E como se desenvolve, a partir de 1946, essa contradição?*

VIANNA — Bom, esse tipo de informação nos mostra o caráter excludente e restrito do liberalismo brasileiro, incapaz de conviver com instituições plurais, em termos, a não ser os partidos políticos. O que temos, então, é uma ideologia muito difusa, onde os elementos corporativos anteriores receberam uma espécie de tratamento de natureza comunitarista, na nova ordem. Na verdade, o que se tentava preservar era uma harmonização entre capital e trabalho, que já estava na ordem corporativista anterior. O centro de articulação dessa harmonização era a Justiça do Trabalho. Mas só ela não bastava. Então, vieram as instituições da estabilidade e da participação dos lucros, esta jamais regulamentada.

Participação nos lucros implica co-gestão. Estabilidade, no limite, também leva à co-gestão. Ora, essas não são instituições neoliberais. O desenho do legislador — evidente que constituía apenas um desenho — pretendia uma integração efetiva do trabalhador na empresa — integração econômica, social e até psicológica. A propriedade era vista como uma comunidade de trabalho que tinha uma função social. Para o legislador, o proprietário deveria ter uma função social que não era a de acumular, mas de ser um agente social relevante. Isso, igualmente, não era um princípio de ordem liberal.

VEJA — *Essa nova ordem atingiu seu momento crítico em 1963/64 de que maneira?*

VIANNA — Nos anos 60, o Executivo é apropriado por uma corrente reformista, coincidindo com uma extraordinária arregimentação dos assalariados da época. O arbitramento da Justiça do Trabalho não era mais reconhecido e ela própria não conseguia controlar a maré montante das reivindicações econômicas dos trabalhadores. O sistema corporativista explode para os trabalhadores quando ocorre o seguinte fenômeno: o Estado tinha preparado um conjunto de instituições para chegar até a classe operária e controlá-la. Na concepção, esse era um sistema de mão única. Mas como essa era uma sociedade de instituições políticas liberais, com a arregimentação dos assalariados, tornou-se um sistema de mão dupla — através dessas instituições, desses canais, a classe operária penetrou por dentro do aparelho de Estado e este momento foi o de total disfunção daquela instituição, dentro dos papéis para os quais ela tinha sido destinada. Foi, igualmente, um momento de exasperação do conflito.

O desenho não pôde subsistir porque encontrou resistência dos dois lados, da burguesia e do proletariado. A burguesia não reconheceu como legítima a ideologia comunitarista. Não há comunhão entre capital e trabalho, ela disse. Não sou agente do bem comum, sou agente do meu bem. A maneira de realizar o bem comum é ser fiel à realização do meu bem. Essa é a essência do pensamento liberal. A resistência da classe operária foi contra o controle das suas reivindicações, da sua conversão em fato jurídico. Algo eles aceitaram, é claro. A burguesia aceitou as instituições no que elas tinham de controle da classe operária, fazendo com que essa legislação trabalhista se convertesse num instrumento de expansão da acumulação. A classe operária aceitou, o que lhe garantia ter uma legitimidade extraordinária como instituição consagrada pela legislação — a proximidade com o Estado e coisas como estabilidade lhe interessavam.

VEJA — *E a partir de 1964?*

VIANNA — A partir de 1964 o que se vê é o desmonte das instituições corporativistas que professavam esse difuso comunitarismo. A estabilidade foi substituída pelo Fundo de Garantia, o que significou proclamar que o que valiam eram as regras do mercado, que o trabalhador não é proprietário do seu emprego, mas apenas tem o direito a um emprego e esse direito é dado pelo dinamismo do capitalismo. Da Justiça do Trabalho, foi suprimido o poder normativo, de forma provisória em 1965 e permanente mais tarde. A arbitragem dos salários se converteu em atribuição do Poder Executivo e passou a ser processada sigilosamente. Então, do lado da classe operária, o que se tem é o reforço de um sistema de controle corporativo. Na medida em que foi desmanchado o espaço político liberal, eliminado o sistema de garantias do indivíduo, os sindicatos passam a se aparentar muito com os de 1937 — ou seja, verdadeiras agências pára-estatais.

Hoje o trabalhador é mais rebelde

VEJA — *Em um novo processo de redemocratização, e aproveitando estas lições do passado, como deve ser encarada a questão da classe operária?*

VIANNA — Uma alternativa presente é a retomada da fórmula triunfante em 1946, preservando-se com algumas alterações o sistema corporativista de controle do Estado. Agora, se a pequena classe operária dos anos 50 e 60 teve condições de contornar essa dominação, é de se admitir que a classe operária de hoje seja muito rebelde a um enquadramento desse tipo, inviabilizando de pronto qualquer tentativa de devolução a um sistema liberal que não atenda às suas necessidades de expressão de interesses já organizados e maduros para serem reivindicados. Assim, quando se pensa em redemocratização, com a qualificação que tenha, da mais aberta à menos aberta, tudo indica que o nó górdio da questão, o que afinal os protagonistas decisivos do espaço social, da arena política e do sistema econômico estão discutindo, é a natureza dos riscos de uma abertura diante de uma situação de liberdade do sindicalismo organizado. Autonomia sindical, a negociação direta com o seu interlocutor no mercado para cuidar de demandas específicas, que implica necessariamente o exercício livre do direito de greve — uma abertura que tenha esse desenho poderá ser respondida de forma mais construtiva pelos assalariados do que qualquer outra. Ao contrário, uma ordem liberal que não concedesse tais direitos seria inviável. Não apenas pelas mudanças qualitativas na sua composição, mas também pelas mudanças quantitativas, por sua importância na estrutura ocupacional urbana, a classe operária teria condições de inviabilizar um pacto político que não consultasse as suas demandas de autonomia e de ação livre no mercado.

Se você já teve a oportunidade de ouvir ao vivo as nossas melhores orquestras sinfônicas, o som do eletrofone estéreo GF 561 Philips vai ser muito familiar aos seus ouvidos. Porque no GF 561 todos os detalhes de uma música estão no seu devido lugar. Você vai sentir com perfeição absoluta o violino, o sax baritono, o sax tenor, o clarinete, o contrabaixo. Tudo como se eles estivessem ali mesmo na sala, bem em frente a você.
O eletrofone estéreo GF 561 Philips tem uma potência musical de 30 W , ideal para ambientes médios.
PHILIPS
Oferece recursos como eliminadores de chiados e de ruídos ("scratch" e "rumble"), acionáveis por meio de teclas que se acendem no painel assim que são ligadas.
Além disso, o GF 561 pode funcionar tanto manual como automaticamente. Dependendo apenas do seu gosto.
Compre um eletrofone estéreo GF 561 Philips e comece ainda hoje uma temporada de concertos em sua casa.
Igual à música ao vivo, só mesmo um aparelho que dê essa impressão.
PHILIPS
Abra a sua temporada de concertos em casa.
Compre um estéreo GF 561 Philips.

Para construir uma casa hoje em dia você só precisa:

Encontrar um bom arquiteto,
pagar o projeto,
arrumar pedreiros
de confiança,
depois serventes para os pedreiros,
depois encanadores, carpinteiros,
azulejistas, eletricistas, pintores,
não esquecer de pagar os encargos trabalhistas
de todos eles, perder dias de serviço
para acompanhar a obra,
correr o risco de achar uma parede
onde não deveria ter nenhuma,
transportar sacos de cimento no carro,
parar tudo por causa da chuva,
parar tudo por falta de dinheiro,
parar tudo por falta de material,
parar tudo por falta de mão-de-obra,
ver a previsão de custos ultrapassada
um mês depois,
perder todos os fins de semana
para olhar a obra, fazer estoque
de comprimidos contra dores de
cabeça, nervosismo e insônia.

CARTAS

Dom Paulo Evaristo

Sr. diretor: Acho maravilhosa a atuação do cardeal dom Paulo Evaristo Arns (VEJA n.º 474). É dentro desta Igreja de intensa atividade social e de luta pelos direitos humanos que vejo o verdadeiro espírito cristão.
Walter Müller
São Paulo, SP

Teotônio Vilela

Sr. diretor: Foi com imensa satisfação que li a reportagem de VEJA (n.º 473) acerca do pensamento liberal do senador Teotônio Vilela.
Lucas Franco da Silveira
São Paulo, SP

Sr. diretor: O pequeno Estado de Alagoas tem dado verdadeiras expressões políticas nacionais, dentre as quais ora se destaca o eminente senador Teotônio Vilela.
Neuzemar Gomes de Moraes
Fortaleza, CE

Sr. diretor: O que VEJA publicou deixa bem claro que o senador Teotônio Vilela já aderiu à oposição. O emérito general Luís Cavalcante já o livrou de uma cassação. E, agora, quem o livrará? Será a tolerância do nosso sistema de governo?
Jair Santos
Passos, MG

Estudantes/PUC

Sr. diretor: Acontecimentos bárbaros como os que ocorreram na PUC de São Paulo (VEJA n.º 473) nos deixam indignados.
Deodato Júnior
Fortaleza, CE

Sr. diretor: Os atos de vandalismo praticados quando da invasão do campus da PUC identificam bem a quem está entregue a segurança de nosso Estado: em diversas paredes ficou a marca CCC.
J. C. Magalhães Lopes

Sr. diretor: É com tristeza que vemos São Paulo, o mais pujante Estado da Federação, entregue, no tocante à segurança pública, a uma figura tão pobre como a de seu secretário da Segurança.
Marcel Delarroca Bermite
Guarapuava, PR

Sr. diretor: Arenista de primeira linha, não poderia deixar de dar meus pêsames à Revolução por manter na Secretaria da Segurança de São Paulo o impetuoso coronel Erasmo Dias, atualmente o maior cabo eleitoral do MDB no Brasil.
João Luís da Silva
Floriano, PI

Sr. diretor: Será que o coronel Erasmo sabe o que é autonomia universitária?
Wilson R. Lopes
São Paulo, SP

Sr. diretor: Está de parabéns o coronel Erasmo Dias que, com ponderação, equilíbrio e energia, quando exigida, conseguiu impedir a realização do malfadado Encontro Nacional de Estudantes.
Edgar Palombo
São Paulo, SP

Prisioneiros comprados

Sr. diretor: Muito bom o depoimento-reportagem sobre os prisioneiros comprados (VEJA n.º 473). Que sirva de lição aos pregadores e de alerta aos desavisados que andam por esse Brasil a divulgar as doutrinas marxistas.
Arnaldo Gomes Nascimento
Recife, PE

Sr. diretor: Parabéns pela reportagem. É-nos constrangedor saber que a liberdade do homem está sendo comercializada em plena época em que se enfatizam os direitos humanos.
Antônia Zuila Pinheiro
Fortaleza, CE

Sr. diretor: O depoimento dos três jovens alemães não convence e demonstra que eles não são tão bonzinhos como querem aparecer. Entretanto, eles, como aqueles do hospital psiquiátrico da União Soviética, estão bem melhores que os coitados prisioneiros dos carrascos da América Latina (VEJA n.º 468).
Victor Baumann
Florianópolis, SC

Sr. diretor: Nas páginas amarelas do número 473, há fotografias tiradas no mesmo local e dia — a julgar pelas roupas e cenários — creditadas, no entanto, a Carlos Struwe e à Stanford University. Coincidência ou engano?
Carlos Alberto de Mattos
Niterói, RJ

Houve engano. As fotos são todas de Carlos Struwe.

Paulo VI

Sr. diretor: Mais uma vez VEJA mostra sua soberania, pela excelente reportagem sobre os 80 anos do papa (VEJA n.º 473).
Maria do Céu Lima Gomes
Salvador, BA

Sr. diretor: Achei muito excelente a reportagem "Os 80 anos do papa".
Ernandes Alcântara Lima
Brasília, DF

Sr. diretor: Fiquei imensamente feliz com o maravilhoso artigo de Alceu Amoroso Lima que, a meu ver, fez a mais feliz das sínteses do pontificado de Paulo VI.
Paulo Iubel
Campo Largo, PR

Sr. diretor: Como deve ser difícil para um papa mostrar uma imagem infalível para seus fiéis. Ele é um homem igual a todos os outros.
Eraldo Cavalheiro Ferreira
Niterói, RJ

continua na página 12

Sinta o sabor das coisas naturai

A invenção do lico
se perde no passado.
Vem de uma époc
que se queria preserv
sabor e o aroma dos
elementos naturais.
Inúmeras fórmula
foram pesquisadas e,
sorte, algumas
conseguiram chegar
aos dias de hoje.
Os licores Stock
guardam os antigos
segredos que fizeram
sua fama e tradição
1884.
Experimente os se
delicados sabores na.
Um cálice de crist
um pouco de Licor S
Assim você conhe
prazer das coisas ber
feitas, dosadas com
E volta àquele tem
de paz, quando havi
apenas doces acorde
alaúde no ar...

Licores
STOC
Qualidade internacional des

continuação da página 10

Sr. diretor: Não é somente o teólogo Hans Küng que sabe que a infalibilidade papal é um mito criado ao longo da história da Igreja para manter o domínio sobre as menos conscientizadas ovelhas. Felizmente, o século XX chegou e as mentes começaram a se abrir para as verdades mais profundas.
Carlos Bunn
Curitiba, PR

Sr. diretor: Chega de papas italianos.
Oliri Antônio de Oliveira
Andradina, SP

Sr. diretor: Estranhei a maneira como qualificaram a Opus Dei no número 473 de VEJA, já que se trata de uma entidade que só visa à vida espiritual e à formação cristã.
Victor N. Leal
São Paulo, SP

Sr. diretor: Não posso acreditar que tenham fundamento os rumores a que se refere VEJA sobre algum candidato da Opus Dei à sucessão do papa.
João Batista de Godói
São Paulo, SP

Carter

Sr. diretor: Gostaria de saber o que o presidente dos Estados Unidos vem fazer na pátria de Tiradentes, Caxias e Osório. Será que ele parou no tempo e pensa que seu país é o império romano do século XX? Se for assim, é bom que ele saiba que o Brasil não é uma nova Cartago, nem ele o novo Cipião, o Africano.
Ângela de Castro e Silva
Andradina, SP

Eva Blay

Sr. diretor: Notável a entrevista em que Eva Alterman Blay (VEJA n.º 472) deixa evidenciada a grande pressão ainda sofrida pelo trabalho da mulher.
Maria José de Castro Ribeiro
Fortaleza, CE

Sr. diretor: Excelente a entrevista com a socióloga Eva Blay.
Luiz Fernando Cruz Marcondes
Niterói, RJ

Sr. diretor: Se no Brasil existisse um maior número de mulheres do quilate de Eva Blay, algumas de suas afirmações tornar-se-iam uma inverdade. Parabéns.
José Florêncio
Recife, PE

Punk/reggae

Sr. diretor: Não sou papa do reggae mas sou contra a polícia e o capitalismo. Como vê, não gostei nadinha do jeito encabreirado com que publicaram reportagem sobre a moda punk, logo de início chamada de moda podre. O que é isso? Até vocês?
Sueli Pedroso Alves
São Paulo, SP

Cartas para: Diretor de Redação, VEJA. Caixa Postal 2372, São Paulo, Capital. Por razões de espaço ou clareza, as cartas estão sujeitas a publicação em forma resumida.

Deca
Moen
Deca Moen dispara o segundo cartucho na revolução do banho.
Um cartucho e tanto, chumbo grosso, que vai ser ouvido no mundo inteiro. O conforto do sistema Deca Moen chega com o mesmo rendimento nos banheiros e cozinhas das casas térreas e apartamentos.
O monocomando Deca Moen você regula com a mão nas costas.
Isto é, com uma só mão você puxa o volante e regula a quantidade de água que sai. Gira para a esquerda, tem água quente. Gira para a direita, tem água fria.
O monocomando Deca Moen tem memória de elefante.
Nunca esquece a temperatura da água que você gosta: muito quente, quente, morna ou fria. Basta apenas girar o volante para a posição escolhida e terá todos os dias a água na temperatura desejada.
Cada vez que você colocar o volante nesse ponto, quem vem no ponto é a água. Você nunca mais leva um jato de água fervendo pela cara, nem nas mãos.
O que é bom para o chuveiro é bom também para a banheira, pa ra o lavatório, para o bidê e para a cozinha.
O incrível cartucho Moen, com a solução brasileira.
O segredo de tudo é um cartu cho inventado pela Moen e aper feiçoado pela Deca. O aperfeiço amento é tão revolucionário que está sendo adotado pela Moen n Inglaterra, no Japão, na Austrália
O cartucho tem duas entrada e uma saída. Numa das entradas entra água fria. Na outra, entra água quente. Na saída, saem as duas, misturadas na temperatura que você escolheu.
É a tecnologia a serviço da le A lei do menor esforço.
Deca
Moen
O futuro chega

**Eu não disse?
Os que querem o estado
de direito já
estão sendo chamados
direitistas.**

CARTAS À REDAÇÃO

Caracoles, señor!

Tenho lido constantemente suas investidas contra los molinos. De vez em quando o senhor exagera, acredite. Que las hay las hay, porém o senhor não precisava agredir tanto as bruxas. Elas podem ficar irritadas demais. Ay de mi! Como vão longe os tempos de Amadis de Gaula, e os meus mesmos. Eu, quando punha meu elmo de Mambrino, podia ser violento nos ataques materiais mas jamais avançava além de um certo ponto nas palavras. As palavras, señor, são mais dolorosas. Bem, mas também já lá vão quase 400 anos. O senhor sabia que eu morri no mesmo dia daquele poeta inglês, o Shakespeare? Pois é, 23 de abril de 1616.

Tenho ouvido falar muito no seu grande país, enorme, que os portugueses dizem que eles descobriram mas que, todos sabem, foi descoberto por nós. Entramos no acordo das Tordesillas por bobera, asi se diz? Foi um erro? O senhor continua levando adiante a minha mania de fazer o anzol direito. Assim o senhor não pega peixe, foi o que aprendi tarde demais, depois de combater tantos gigantes malfeitores e tantos moinhos por trás dos quais se ocultavam bandidos fortemente armados. O pessoal achava que eu estava louco.

Contudo, eu esperava que, nesse espaço de tempo que passou, as coisas tivessem melhorado. Vejo que não, pelas suas páginas. Mas que fazem os homens todos que dirigem sua terra? Falam? Ah! Válame Dios! Hablam o tempo todo e a miséria continua? E de los derechos humanos, nada? Ouvi falar também que o pior inimigo de seu país é o nosso velho conhecido, o feiticeiro don José da la Tarifa. Como o senhor tem enfrentado esse perigoso marginal é coisa que deixa até meu escudeiro impressionado. Nem Amadis de Gaula, repito. Se vencer, o senhor acabará materializando o que prometi a meus compatriotas: uma vaca para cada camponês. E depois dizem que eu era um mero sonhador. Esse meu lema foi até imitado, mais tarde, por outro louco, agora de novo festejado na Alemanha: um Volkswagen para cada cidadão. Pois é, e, enquanto o senhor brande sua espada no escuro e cavalga em todas as direções ao mesmo tempo, seus ex-companheiros aderiram definitivamente não à cavaleria andante, que sei que não existe, porém ao uísque do Estado que corre solto em todos os chafarizes. Verdad? Gran Merced. Espero que em sua luta o senhor tenha uma grande inspiração feminina, como eu tive. Doña Dulcineia del Toboso. Embora me falem que as donzelas de seu país — se assim se podem chamar — estão hoje tão fortes, tão brilhantes, tão adestradas, que reagem ofendidas quando alguém quer protegê-las. Verdad?

Beijo as mãos de vossa Excelentíssima pessoa, rogando a Deus lhe dê mil anos de vida. De qualquer forma, esta carta é só para lhe dizer que o senhor me parece tão louco que, se quiser, eu me ofereço para ser seu escudeiro.

Don Quijote de la Mancha

Eu não me importo de ter que engulir sapos, desde que sejam aux croutons gratinē sauce bearnaise

O LIVRO DA BELEZA
Um pensamento por dia para sua melhoria

1 — Que seria dos pássaros se Deus, em sua infinita bondade, não tivesse feito o ar em que eles voam? E se, de repente, todo o ar apodrecesse? Quem disse aí "Já apodreceu" saia da sala.

2 — Como é interessante sua filhinha! E dizer que há dezoito anos nem existia.

3 — Ah, quem me dera ter o que não tenho para continuar gastando o que não posso e sofrer os problemas de uma escala social superior à minha.

4 — Convém nunca esquecer que, se o talento é raro e o gênio inda mais raro, a mediocridade está ao alcance de qualquer um. Embora você tenha que ser muito medíocre para achar que pode facilmente se tornar o mais medíocre dos homens.

5 — Não se deve exagerar em nada. Mesmo em não exagerar.

6 — Pouco a pouco os psicanalistas estão acabando com o sofá. A teoria cansou e, além disso, gastou o forro. E, depois, a ética. Nenhum médico — psicanalista é médico — realmente sério tem um sofá daquele tamanho no consultório.

7 — Os juízes já estão chegando. Os jurados já estão aí. Só falta agora arranjarmos réus bem culpados. E logo teremos a Justiça.

8 — Umidade relativa do ar. Relativa a quê? À progressão da matéria em função da velocidade do movimento? Bem, vai chover na certa.

9 — Quando o que você diz não interessa ao interlocutor a quem você se dirige, mas é entreouvido por uma pessoa que está perto, a qual pessoa, dois dias depois, transmite o dito a uma terceira pessoa distante, bom, o que você disse ganha em magnitude — não ganha em peso específico — e passa se chamar fofoca.

A tua consciência social, vai bem obrigado?

Você, de vez em quando, pensa pois é, não é?, se todo mundo estiver bem de vida quem é que vai ser lixeiro? Eu sei, pobre reproduz demais, não é isso? Você, sem querer, não diz que as coisas aqui estão pretas exatamente prum negro? Eles não trabalham porque não querem? Pois é, se você dá esmola atrasa o processo de revolta dos destituídos, verdade? Todos os bailarinos são bichas, não acha? E as mulheres que reivindicam, tudo sapatão? Ou caminhã? Que é que você pensa de nosso código de censura: um freio natural à licenciosidade porque senão esse pessoal se excede mesmo? Não é melhor a gente aproveitar o que pode enquanto a coisa não muda? Você não perde novela? Acha que, se Jane Fonda não fosse boa, ninguém dava pelota pra política dela? Apesar de comunista, você comunga e confessa todo domingo? Só compra as revistas de mulheres nuas por causa dos artigos? Acha que a violência contra os contestadores não se justifica mas se explica? Aceita os 70 milhões de miseráveis do país afirmando que sempre houve pobres e ricos? Aceita a violência geral com a frase: "Não se pode mudar a natureza humana?" Depois de ficar rico na TV, você vai mesmo escrever um baita livro denunciando tudo?

Millōr e a adaptação social

Quando uma idéia é boa mesmo, acaba tomando conta de tudo.
stão aí as camisas US Top: o seu jeito de viver da cintura pra
ima. Alegres, coloridas, descontraídas, uma variedade incrível
le modelos.

boa que virou camisa.
Pela qualidade, nem precisa perguntar. É a mesma do jean
US Top que você conhece tão bem. Entre
rápido numa camisa US Top: a moda
agora é liberdade para o corpo inteiro.
US TOP
Jeans - Jaquetas - Camisas

Viver um novo tempo
é buscar novas idéias.
Garoto-Banespa.
O primeiro dia de trabalho é uma das coisas de que ninguém nunca se esquece.
Quem não se lembra?
Aquela sensação de que naquele momento você estava se tornando um homem de verdade.
Quase todo mundo viveu esse momento.
O pessoal do Banespa acha muito importante que tudo comece com uma base segura.
Porque ele também começou assim, um dia.
E sabe também que muitas pessoas continuam buscando mais talentos.
O Banespa acha indispensável formar e preparar os seus profissionais do futuro.
E acha muito necessário dar oportunidades.
É isto que ele está fazendo agora, com os garotos-Banespa.
Dezenas de meninos que passam a ter um novo sistema de trabalho: o estudo-emprego.
Pela manhã, todos eles recebem do Banespa estudo, treinamento profissional, esporte e à tarde cuidam da correspondência do banco, levando muito mais rápido as mensagens e tornando mais fácil a comunicação com os seus clientes.
Esta não é somente mais uma das inúmeras idéias que o Banespa coloca em prática a cada dia, aprimorando a sua prestação de serviços.
O Banespa faz isto porque assumiu um compromisso: viver um novo tempo.
Feito com muito amor e trabalho.
O garoto-Banespa é um exemplo disto. Crie você também um novo tempo na sua empresa, adotando o estudo-emprego.
E receba sempre bem o garoto-Banespa. Um dia, de alguma forma, você também teve uma oportunidade para começar.
banespa
nespa
Homenagem do Banespa ao mês da criança.
banespa
o banco de um novo tempo

Editora Abril

Editor e Diretor: VICTOR CIVITA

Diretores: Edgard de Silvio Faria, Richard Civita, Roberto Civita, Rubens Vaz da Costa

veja

Revista Semanal de Informação

REDAÇÃO

Diretor de Redação: José Roberto Guzzo
Diretor Adjunto: Sérgio Pompeu
Redator-chefe: Carmo Chagas
Editores: Alexandre de Faria Machado, Almyr Gajardoni, Emilio K. Matsumoto, Eurico Andrade, Geraldo Hasse, Geraldo Mayrink, José Marcio Penido, Roberto Pompeu de Toledo
Editores Assistentes: Alfio Beccari, Antônio C. Augusto, Augusto Nunes, Fernando Morais, Guilherme Cunha Pinto, Humberto Werneck, Jairo Arco e Flexa, João Victor Strauss, Jorge Escosteguy, J. A. Dias Lopes, José Paulo Kupfer, Luiz Henrique Fruet, Luís Nassif, Luiz Weis, Olivia Tavares de Araújo, Paulo Sotero, Regina Echeverria, Renato Pompeu, Ricardo A. Setti, Selma Santa Cruz, Tales Alvarenga, Victor Hugo Sperb
Tradutor: Hersch Schechter
Assistente Administrativo: David Rodrigues Mendonça

Departamento de Informações

São Paulo: Antonio Carlos Fon, Angela Ziroldo, Antônio Carlos Guida, Carlos Maranhão, Carmem Cagno, Francisco J. Maffhaei, Len Berg, Ligia Martins de Almeida, Lucila Camargo, Maria Helena Passos, Tânia Maria Mendes (repórteres); Sônia Sacee (produção); Sebastião Magalhães de Almeida (Analista de Investimentos)
Rio de Janeiro: Zuenir Ventura **(chefe)**, Carlos Alberto de Oliveira, Claudio Bojunga, Antonio Chrysóstomo, Benicio Medeiros, Eva Spitz, Franklin Campos, Joaquim F. dos Santos, Leming Elwis, Lucia Rito, Mauricio Dias, Miriam F. Lage, Octavio Bonfim Costa, Roberto Mello Silva - r. do Passeio, 56, 11.º andar, fone: 244-2022, telex: 021-22674 — **Brasília** - **Diretor:** Pompeu de Souza, D'Alembert Jaccoud **(chefe)**, Alvaro Pereira, Carlos Alberto Bardenberg, Carlos Henrique Santos, Eliane Cantanhede, Hélio Marcos Doyle, José de Ribamar Oliveira Jr., Márcio Varella, Marilda Carvalho, Oswaldo Amorim, Suzana Verissimo **(repórteres)** - Ed Central, salas 1301 e 1308 - Setor Comercial Sul, fone: 224-0200, telex: 061-1484 — **Belo Horizonte** - Carlos Lindenberg Spínola **(chefe)** / Gletzer Naves, Mario Lara Leite **(repórteres)** - r. Alvares Cabral, 508, 335-4139, telex: 031-1085 — **Curitiba** - Helio Teixeira **(chefe)** / Pedro Franco Cruz - r. Marechal Floriano, 228, 6.º andar, fone: 24-4070, telex: 041-5278 — **Porto Alegre** - Luís Cláudio Cunha **(chefe)** / Adélia Porto da Silva e Pedro Maciel - r. Vieira de Castro, 285, fones: 23-8502 e 23-9446, telex: 051-1002 — **Recife** - José Maria Andrade **(chefe)** / Eduardo J. M. Ferreira, Ricardo J. O. Noblat e Terezinha Nunes **(repórteres)** - r. Siqueira Campos, 45, sala 204 - telex: 081-1184 — **Salvador** - Carlos Libório **(chefe)** / Carlos Otavio Bahiense e Paulo Marconi **(repórteres)** - r. Itaboraí, 304 - Rio Vermelho, fone: 247-0686, telex: 071-1180 — **Paris** - Pedro Cavalcanti — **Londres** - Jader de Oliveira — **Bonn** - Carlos Struwe — **Genebra** - Claudius Ceccon — **Lisboa** - Sergio de Oliveira — **Roma** - Marco Antônio de Rezende — **Washington** - Roberto Garcia — **Nova York** - Judith Patarra, Odilio Licetti — **Madri** - Eric Nepomuceno — **Lima** - Augusto Montesinos — **México** - Wladir Dupont — **Telaviev** - Alessandro Porro

Correspondentes: Montgomery Hollanda (Teresina), Aldo Grangeiro (Florianópolis), Bernardino Souto (Maceió), Celso Cordeiro Filho (Campos, RJ), Ciro Pinheiro (Porto Velho), Altimar Furtado (Natal), Guilherme Augusto de Souza (Belém), Hélio de Souza (Campo Grande), Jô Amado (Vitória), João Silva (Macapá), José Chalub Leite (Rio Branco), Arivarson Feitosa (Boa Vista), Marcone Cabral (João Pessoa), Luís Pedro de Oliveira (São Luís), Paulo F. T. Moraes (Aracaju), Mario Antonio (Manaus), Tancredo Carvalho (Fortaleza)
Colaboradores: Geraldo Galvão Ferraz, Hélio Pólvora, José Augusto Suyama, Millôr Fernandes, Paulo Perdigão, Roberto Marinho de Azevedo, Tarik de Souza

Fotografia

Chefe: Sérgio Sade
Fotógrafos: Carlos Namba, Pedro J. Martinelli (São Paulo); Chico Nelson, Walter Firmo (Rio); Luís Humberto, Marcos Santilli (Brasília); Célio Apolinário (Belo Horizonte); Anilton Vieira (Curitiba); Ricardo Leone Chaves (Porto Alegre); Clodomir Bezerra (Recife); Antonio Andrade (Salvador)

Arte e Produção

Chefe: Pedro de Oliveira
Diagramadores: Américo Ietto Filho, Alfredo Nastari, Eduardo N. B. Brito, J. A. Marianno, Pindaro Camarinha Sobrinho, Roberto Barbato / João Marcos Coelho, José Gustavo Vasconcellos **(preparadores)** / Carlito Nucci **(produção gráfica)**

Serviços Editoriais

Documentação: Marilia S. J. França **(supervisora)**, Antônio A. Ferreira, Dilico Covizzi, Jany C. Hoschkovsky, Júlio Cesar Garcia, Lauro Augusto C. M. Coelho, Lilian Baroni, Lisete T. Menezes, Maria Aparecida B. Marco, Maria Inez Zanchetta, Marisa A. Frank, Paulo R. Ribeiro, Renato C. Tapajós, Rosana P. Santos, Sheila Ribeiro, Solange Padilha, Suzana C. Khouri, Vicente Rolg
Abril Press: São Paulo: Judith Baroni **(gerente)** — **Sucursais: Nova York** — Odilio Licetti **(gerente)**, 444 Madison Avenue, Room 2201, New York N.Y. 10022 — Telex: EDABRIL 423-063, Phone (212) 688-0531 — **Paris** — Pedro de Souza — 214, Rue de la Convention, Phone 250-9277 — França — **Milão** — Lydia Strohalini — via Settembrini, 45 — 20124, Milano — Phone 278-655 — Telex: 34.070 — Itália
Laboratório Fotográfico: Jusel Lelmo **(gerente)**

Serviços Internacionais

Newsweek/Associated Press/Latin-Reuters/France Press/Matérias internacionais via Varig, Air France, Aerolíneas Argentinas, British Caledonian Airways e TAP

DEPARTAMENTO COMERCIAL

Diretor de Publicidade: Pérsio Pisani
Gerente Comercial: Valter Richetti
Gerente de Publicidade: Fabio Albamonte Amaral
Gerente de Assinaturas: José A. Soler
Gerente Administrativo: Antonio F. Chammas
Representantes: Horácio V. N. de Andrade, Neucile Avelaira, José L. Decourt Ricci, Sergio Tercarolli
Coordenador de Publicidade: Aníbal Victor dos Santos
Coordenador de Produção: João Carlos de Oliveira
Belém, sub-gerente: José Maurício Alves Fernandes; **Belo Horizonte, gerente:** Marina Tavares Ferreiras; **Brasília,** gerente: Luís Edgard P. Tostes; **Curitiba, gerente:** Aldo Schlochet; **Florianópolis, sub-gerente:** Geraldo Nilson de Azevedo; **Porto Alegre, gerente:** Kleber Vieira Buhr; **Recife, gerente:** Edmundo Moraes; **Rio, gerente:** Leopoldo Amorim; **representante:** Mauro Bentes; **Salvador,** gerente: Juracy Costa

•

Diretor de Publicidade e Escritórios Regionais: Sebastião Martins
Assessor do Diretor Responsável: J. R. Franco da Fonseca

•

Diretor Responsável: Edgard de Silvio Faria

VEJA é uma publicação da Editora Abril Ltda. / **Redação, Publicidade, Administração e Correspondência:** [illegible]

Carta ao leitor

Na legislação trabalhista brasileira, o capítulo que rege as atividades remuneradas dos menores é o mesmo que trata do trabalho da mulher. Como se ela padecesse de uma incurável insuficiência profissional, a exigir o guarda-chuva das leis protecionistas sempre que se torne indispensável o trabalho feminino fora do lar. Nos últimos tempos, porém, o aparente cavalheirismo de uma legislação que desce a minúcias, como fixar o limite do peso passível de ser erguido por braços femininos — mas ao mesmo tempo abre flancos para que as mulheres recebam salários menores por atividades exatamente iguais às desempenhadas por homens —, tem sido duramente contestado por feministas mais inquietas. E, neste ano, cedendo às pressões da crescente mão-de-obra feminina, o Ministério do Trabalho decidiu atualizar as leis que regulam o assunto — mesmo porque hoje quase todas as faixas teoricamente proibidas do mercado de trabalho foram invadidas por trabalhadoras.

Ao longo de setembro, enquanto a sucursal de Brasília garimpava as alterações legais em silenciosa gestação, repórteres e fotógrafos de VEJA espalhados pelo país levantaram as condições de vida e trabalho das mulheres brasileiras no campo e nas cidades. Foram visitados territórios há tempos conquistados — as escolas, as fábricas —, outros de acesso mais recente, como as universidades. E também profissões que se perdem no tempo, como quebrar cocos nos sertões do Maranhão e Piauí, ou pescar marunins nos confins de Alagoas. Dessas pioneiras descendem milhares de profissionais só agora incorporadas à cena brasileira, como as "bóias-frias" dos canaviais do Paraná ou as trabalhadoras da limpeza urbana das capitais do país. Somadas, elas atestam que sua presença no mercado de trabalho é, mais que uma vitória sobre os preconceitos, reflexo de irresistíveis imposições de ordem econômica — como demonstra a reportagem de capa da presente edição, que começa na página 84, com texto final do editor-assistente Augusto Nunes e da repórter Lígia Martins de Almeida.

*

Nos últimos meses, VEJA tem dedicado especial atenção aos projetos de abertura política anunciados por diferentes regimes militares da América Latina — tema de capa na edição n.º 468. E, entre as reportagens publicadas de lá para cá, obteve especial repercussão a que apareceu no n.º 470, dedicada à Argentina — informações nela contidas foram citadas por publicações do exterior e aproveitadas mesmo num relatório que diariamente o Departamento de Estado do governo americano divulga sobre a situação em países estrangeiros. Neste número, outro país que anuncia projetos liberalizantes — a Bolívia — merece destaque. Acompanhado do fotógrafo Carlos Namba, o editor-assistente Paulo Sotero recentemente esteve em La Paz e outras cidades bolivianas, onde entrevistou do presidente Hugo Banzer a líderes mineiros. O resultado de seu trabalho encontra-se a partir da página 46.

S.P.

CAPA: foto de Carlos Namba.

Sotero com o presidente Banzer

Índice

Tiragem desta edição: 273 400 exemplares.

No fundo...

Na manhã de segunda-feira passada, os operários Honório da Rosa e Flávio Lidonez Barbosa interromperam por breves minutos o trabalho nas obras da futura sede da Caixa Econômica Federal, no centro de Porto Alegre, para falarem a uma repórter da Rádio Gaúcha da crise que nos últimos meses desabou sobre o setor da construção civil na cidade. Cooperativos, Rosa e Barbosa não se recusaram a responder a nenhuma pergunta e, com naturalidade, disseram que o salário de cada um — cerca de 2 400 cruzeiros por mês — era definitivamente insuficiente para as necessidades do dia-a-dia. Temerária franqueza: assim que a repórter se retirou, o mestre-de-obras chamou os entrevistados e os demitiu, sob a alegação de que haviam "abandonado o serviço".

Perplexos, os operários trataram de pedir socorro ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, que reúne 25 000 associados. Lá, no entanto, o caso não provocou maiores emoções.

O presidente do sindicato, Lourenço Ullman, chegou até a insinuar que as demissões foram merecidas: "Dizem que eles perderam o emprego por causa da entrevista. Mas não sei se é só isso. Vai ver que no fundo..."

Confissão

Advogado, jornalista, professor, coordenador do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná, presidente da associação dos professores da mesma universidade, ex-interventor no sindicato dos jornalistas paranaenses e atual delegado da entidade na federação nacional da categoria, Danilo Costa Cortes, de 47 anos, concordou em participar, na noite de terça-feira passada, de um debate sobre a formação profissional do jornalista, promovido no Teatro Universitário pela Fundação Cultural de Curitiba. Alvejado por uma bateria de perguntas sobre a discutível qualidade do ensino de Comunicação Social na universidade, Cortes encerrou a noitada com uma confissão. Depois de lembrar sua ativa participação no IPM instaurado em 1964 para investigar eventuais atividades subversivas entre os jornalistas curitibanos, anunciou: "Fui dedo-duro e continuo sendo". E nada mais lhe foi perguntado.

AMILTON VIEIRA

Costa Cortes

Krieger: campanha por Figueiredo

Linhares: campanha por Frota

FOTOS LUIS HUMBERTO

Promessas de uma semana

Não houve lances épicos, mas dessa semana que passou pode-se dizer que foi muito importante para a definição de pelo menos dois dos muitos problemas político-institucionais com que o país anda às voltas: a sucessão presidencial e o retorno a um pleno Estado democrático. Combatente desta segunda trincheira, o senador Petrônio Portella passeou pelo Rio de Janeiro, onde estendeu seus esforços em favor do diálogo a setores diversificados como a Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil. Mas seria no campo da sucessão que se desenrolariam os lances mais emocionantes, com deputados da Arena rompendo, de uma vez, o silêncio e manifestando claras preferências pela candidatura do general Sylvio Frota, em oposição à do general João Baptista Figueiredo.

Em meio a senhas e palavras cifradas, revelou-se o receio de que a campanha em favor do chefe do SNI, tal como está colocada, representaria uma diminuição da capacidade de as cúpulas das Forças Armadas influírem nessa escolha. Esta semana, acredita-se no Congresso, poderá apresentar desdobramentos esclarecedores para essa situação — enquanto se aguarda, para breve, um pronunciamento do ministro do Exército, não para assinalar uma linha de confronto, até agora não revelada, mas para definir posições doutrinárias da instituição que comanda. Tais expectativas nasceram de uma semana surpreendentemente ativa, com reuniões seguidas da Arena e do MDB, debates, convocação de simpósios e promessas de discursos, tal como está registrado a seguir.

Frota é candidato, como Figueiredo

Vasco — essa a palavra, ou senha, que desde junho começou a tomar significado cada vez mais caro para um grupo de deputados federais da Arena. Não propriamente porque o time carioca estivesse em marcha para a conquista do campeonato de futebol, mas porque, entre a imensa massa de torcedores do Vasco da Gama, estava o candidato daquele grupo à Presidência da República, o ministro do Exército, general Sylvio Couto Coelho da Frota. "O Vasco está em ascensão", comentava um arenista — e o iniciado compreendia logo que a candidatura Frota marchava firme.

"Cresce a torcida", dizia-se para informar de novas adesões.

Quando, no dia 28 de setembro, o Vasco, o do futebol, ganhou finalmente o campeonato, os "vascaínos" da candidatura preparavam a grande arrancada da semana passada. Sexta-feira, depois de uma série de pronunciamentos, sendo quatro na tribuna da Câmara, a candidatura Frota estava tão ostensivamente posta quanto a do chefe do Serviço Nacional de Informações, general João Baptista Figueiredo, lançada em julho pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, e secundada por uma articulação atribuída a círculo próximo ao chefe do governo. Relacionavam-se 43 deputados "frotistas", um grupo bastante heterogêneo mas com duas características visíveis: reúne deputados conhecidos como radicais da Arena e muitos parlamentares de reduzida ou nenhuma expressão política. Nesse quadro, uma exceção é o cearense Marcelo Linhares, vice-líder da Arena, ligado ao prudente senador Virgílio Távora, e homem de ação política moderada, jamais incluído entre os radicais.

Não é do Sistema — Se já foi uma pequena surpresa a inclusão de Linhares entre os "frotistas", sua declaração de sexta-feira passada gerou preocupação: ele afirmou que a rebeldia dos deputados arenistas contra a cúpula do partido, manifesta na reunião da bancada de quarta-feira *(veja reportagem na página 24)*, foi conseqüência de um "informe" dando conta de que a direção da Arena "estaria engajada num movimento cuja finalidade era minimizar o Alto Comando das Forças Armadas, melhor dito, o Sistema, para que ela não venha a ter poder decisório na sucessão presidencial".

O quadro começava a ficar nítido. O deputado Furtado Leite, também cearense, em declarações a VEJA foi ainda mais incisivo: "A candidatura do general Figueiredo, tal como está posta, não é uma indicação do Sistema". Solicitado a identificar o Sistema, o deputado não vacilou: "É o Alto Comando das Forças Armadas, sob a liderança do ministro do Exército". Como Linhares, Furtado insistiu na tese de que a sucessão será convenientemente conduzida se o Sistema participar diretamente da escolha, com o presidente da República. Ainda como Linhares, que em sua declaração sublinhou, entre os ideais do movimento de 1964, a "preservação da hierarquia", Furtado Leite assegurou que o Sistema reivindica o pleno cumprimento desse princípio nessa quarta sucessão revolucionária.

Furtado retira uma conclusão dessa tese: "A candidatura Frota atende às exigências e por isso tem o meu apoio. Não desejo mudar o Sistema e venho apoiando todas as candidaturas que partem das Forças Armadas". O deputado pára por aí, mas por essa e outras declarações ouvidas no Congresso fica suficientemente claro que a insistência na preservação da hierarquia tem um alvo preciso: a quarta estrela que ainda falta a Figueiredo.

Três candidatos — A cúpula da Arena reagiu na linha da orientação reiterada pelo presidente Ernesto Geisel ao deputado Blota Júnior, no início da semana passada. A sucessão, disse o presidente, deve ser tratada "a partir de janeiro", sendo "perturbador e até impatriótico" qualquer esforço de antecipação do processo. O secretário geral da Arena, deputado Nelson Marchezan, após consultar alguns companheiros na sexta-feira à tarde, telefonou para Belo Horizonte e sugeriu ao presidente do partido, Francelino Pereira, que respondesse imediatamente a Linhares reafirmando a liderança do presidente da República e notando que qualquer movimento em torno de nomes é um desserviço à nação.

Os adeptos da candidatura Frota reagem de duas maneiras a essa não formulada porém clara acusação de dissidência. Alguns, como o baiano Vasco Neto e o maranhense Ribamar Machado, afirmam que não há campanha ou movimento organizado, apenas manifestações isoladas de parlamentares simpáticos ao ministro do Exército mas prontos a acatar a decisão do presidente. Outros admitem que há campanha, só que para "levar um nome ao presidente, não para pressioná-lo". E todos repetem que pronunciamentos ou campanhas são apenas respostas ao lançamento da candidatura Figueiredo. Se alguém se precipitou, foi Humberto Barreto. "Se os não-políticos se manifestam, por que os políticos não se manifestariam?", pergunta Vasco Neto.

Assim, o presidente Geisel tem diante de si três candidaturas notórias. Além dos dois generais, o senador José Magalhães Pinto, que, não por acaso, se apresenta como o nome de conciliação. Não falta aí, no entanto, uma aparente afinidade de programa. Partidários de Frota afirmam que o ministro, lançado por políticos militantes, tenderá a assumir com eles um compromisso pela constitucionalização — justamente o compromisso que atraiu para o lado de Figueiredo o senador Daniel Krieger, com sua aura de liberal sacrificado. Depois de uma conversa com o chefe do SNI, Krieger passou a ser apontado como o principal articulador de sua candidatura, dentro da Arena.

Generais Sylvio Frota e Baptista Figueiredo: ambos apoiados

HERAMÁRCIO CAMBUY

As várias frentes do diálogo

Ao chegar na tarde de segunda-feira passada ao empoeirado apartamento que o senador Petrônio Portella mantém em Copacabana, para as raras viagens que faz ao Rio de Janeiro, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, trazia, além da disposição de conversar, uma nota manuscrita de onze linhas em papel timbrado da OAB. Nela, com um procedimento inédito, o precavido Faoro registrara antecipadamente o conteúdo do diálogo para o qual havia sido convidado. "O senador Petrônio Portella expôs as idéias gerais para o aperfeiçoamento das instituições", dizia a nota distribuída depois à imprensa a título de comunicado conjunto. E acrescentava, no mesmo tom genérico: "O senhor Raymundo Faoro manifestou sua confiança nesse elevado objetivo, fixando os princípios da OAB, que visam à plenitude do estado de direito".

E não se soube muito mais que isso do que se disseram Portella e Faoro. O senador, que na manhã daquele dia dera início à rodada carioca de seus contatos extraparlamentares, ao conversar outras tantas duas horas com o reservado dom Eugênio Salles, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, recusou-se a avançar além dos termos do comunicado conjunto redigido por seu interlocutor. Este, por sua vez, disse apenas acreditar na "seriedade das intenções" de Portella, embora conservasse "um certo ceticismo metódico" quanto à realização das almejadas reformas políticas, "que não dependem do senador". Faoro prefere não acreditar que a missão Portella seja apenas uma manobra do governo para ganhar tempo, como suspeitam parlamentares do MDB.

Com Faoro: duas horas e onze linhas

Com o empresário José Papa Júnior: 15 minutos e um convite

Não por acaso, contudo, ele tem à mão, devidamente anotado, um artigo do cientista político americano Juan Linz, que se especializou no estudo dos sistemas políticos autoritários, sob o título "O tempo e a mudança dos regimes". Um de seus trechos sublinhados por Faoro traz um arguto raciocínio sobre o que pode significar para certos governos a perspectiva de ganhar tempo: "Esta é uma técnica tradicional no processo político e se baseia na esperança de que os problemas desaparecerão e que certos atores estarão dispostos a tomar decisões responsáveis quando virem que as alternativas se esgotaram. Também se baseia na esperança de que, enquanto aguardam o próprio êxito, os líderes anti-sistema perderão o controle de seus seguidores e que certos acontecimentos na economia ou na situação internacional criarão (para o regime) uma situação mais favorável".

O antecessor e o sucessor — Ainda que esse fosse o caso brasileiro, dificilmente se poderá acusar o pragmático senador Portella de falta de empenho no cumprimento da tarefa que se propôs — e que o fará voltar em breve ao Rio de Janeiro, como informou, para ouvir o que pensa das reformas políticas em gestação o ex-presidente Emílio Medici, "que sempre tem e terá uma contribuição a dar". E, por motivos ainda mais compreensíveis, não só o antecessor do presidente Ernesto Geisel, mas também o seu sucessor, participará no próximo ano desses entendimentos. Afinal, como explicava sensatamente Portella na semana passada, o próximo presidente deverá ter "vínculos de responsabilidade" com aquilo que for realizado em matéria de mudanças políticas. A tanto não ousa comprometer-se o próprio senador Portella. E ele teve o cuidado de definir o exato alcance de seu trabalho — "anotar reivindicações e transmiti-las aos setores governamentais efetivamente responsáveis pelas decisões" — na conversa com dom Eugênio Salles. O cardeal, um dos raros prelados brasileiros com livre acesso ao Palácio do Planalto, manifestou ao líder arenista sua preocupação com o respeito aos direitos humanos, com o pleno exercício da liberdade de imprensa e com o problema das desigualdades sociais. Dom Eugênio, que mais ouviu do que falou, criticou sem constrangimento o "pacote" de reformas de abril.

Em nome da democracia — Portella, que se avistou no Rio também com o governador Faria Lima e com o ex-ministro do STF Prado Kelly, ampliaria no final da semana seu repertório de contatos. De volta a Brasília, recebeu na quinta-feira durante quinze minutos o empresário José Papa Júnior, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, e no dia seguinte, dessa vez durante uma hora, trocou idéias com mais de trinta empresários, dirigentes estaduais e nacionais do setor comercial. Papa Júnior convidou Portella para um encontro mais amplo e demorado em São Paulo — para onde o senador deverá ir nos últimos dias deste mês ou no começo de novembro.

Ele ouvirá então reivindicações parecidas com as que lhe foram apresentadas sexta-feira: maior participação dos empresários no processo decisório, melhor entrosamento entre os vários escalões da administração e desestatização da economia. Naturalmente, tanto Papa Júnior quanto os demais líderes do comércio justificaram seu desejo de participação em nome da democracia. "Não é por causa de questões econômicas que o empresariado quer dialogar", afirmou Papa. Ou, nas palavras do presidente da Confederação Nacional do Comércio, Jessé Pinto Freire: "Somos democratas por filosofia".

O microfone das lamentações

A definição do deputado paulista Herbert Levy, logo que terminou a reunião mensal da bancada arenista da Câmara, na quarta-feira passada, foi precisa: "É o próprio muro das lamentações". O muro, no caso, era a tribuna do Auditório Nereu Ramos, pela qual desfilaram os arenistas para criticar o governo e o diálogo mantido pelo senador Petrônio Portella com o MDB e outros grupos sociais para eles identificados com a oposição. É verdade, como sagazmente observou o líder José Bonifácio, na direção dos trabalhos, que só compareceram cerca de quarenta dos 203 deputados que integram a bancada arenista. E o senador Petrônio Portella acentuaria, mais tarde, que apenas treze lamentaram e criticaram. Mas também é verdade que somente três se dispuseram a defender o governo e os líderes partidários.

"Diálogo demais com eles nos enfraquece, é a própria Frente Ampla", resmungou o paulista Sérgio Cardoso de Almeida. Secundou-o o gaúcho Célio Marques Fernandes: "De que adianta o diálogo se não sabemos o que pensam os militares que mandam em nossa pátria?" O que levou o também gaúcho Alexandre Machado a sentenciar: "O Petrônio está na estratosfera". O pernambucano Lins e Silva mostrou-se perplexo. "Quem deve dar a orientação à Arena,

para que não continuemos confusos?", perguntou, dirigindo-se a Bonifácio. "Devo receber orientação de Vossa Excelência, senhor líder, do presidente do partido, que é quem deveria estar viajando para dialogar, ou do senador Portella, se são todas conflitantes?"

Embaraçosa questão, sem dúvida, só suplantada pelo furor com que os arenistas se atiraram às críticas à instituição do senador eleito indiretamente, "uma das piores e mais desmoralizantes inovações para o nosso partido", segundo o roraimense Hélio Campos, indiferente ao fato de que o líder Bonifácio é um declarado candidato à indicação para a vaga mineira. "Se querem ganhar as eleições, extingam os 'biônicos' ", voltou à carga o irado Cardoso de Almeida, o que levou a uma análise geral da impopularidade da Arena e a uma conclusão que pareceu agradar a quase todos: a conveniência de serem prorrogados os atuais mandatos parlamentares, para evitar os riscos de uma derrota desmoralizante no próximo ano. "Estamos caminhando num brete", explodiu Célio Marques — provocando um momento de expectativa e curiosidade, até que explicasse o significado do gauchismo brete: "O caminho entre duas cercas, pelo qual o boi vai para o matadouro".

Apenas o secretário geral do partido, Nelson Marchezan, o capixaba Gerson Camata e, surpreendentemente, o mineiro Sinval Boaventura defenderam o diálogo. Boaventura, em todo caso, admitiu que a Arena corre o risco de perder em 1978 e, por via das dúvidas, advertiu: "O partido vai pagar caro pela transformação das eleições para os governos estaduais em indiretas e pela criação do senador 'biônico' ", chegando a uma proposta ousada: a extinção dessa bizarra figura, ou então a extinção do Senado inteiro.

No dia seguinte, o senador Petrônio Portella tentava consolar-se. "A Arena não é só o que se viu na reunião de ontem. É muito mais", garantiu. Francelino Pereira também desabafou: "O maior inimigo da Arena não é a tese da Constituinte, defendida pelo MDB, mas o pessimismo de alguns companheiros". Pragmático e aparentemente indiferente à choradeira, o líder José Bonifácio interpretou o ocorrido: "Eles queriam falar e falaram. Um deputado da Arena fala o que quer, e vota como o partido mandar".

Nenhum minuto de diálogo

Enquanto vai sendo vagarosamente esboçado o prometido roteiro de concentrações públicas, o MDB tem ensaiado em animados debates domésticos o conteúdo explosivo atribuído à tese da Constituinte. Na manhã de quarta-feira passada, o tema monopolizou a reunião da bancada oposicionista na Câmara Federal. E, ao lado de mais sugestões destinadas a pôr em prática a campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, espocaram novas desinteligências internas. Desta vez, a ira da bancada na Câmara, majoritariamente favorável a uma campanha mais agressiva recaiu sobre o senador André Franco Montoro, líder do MDB no Senado, acusado de pretender arriar a bandeira da Constituinte para não fechar as portas do partido ao diálogo proposto pelo senador Petrônio Portella.

Para os críticos de Montoro, a divulgação do documento elaborado pelos senadores, contendo cinco itens considerados indispensáveis ao "debate de quaisquer medidas de institucionalização", teria configurado uma condenável barretada à "missão Portella" — já que nenhum dos tópicos mencionava expressamente a campanha pela Constituinte. Convocado por um telefonema do deputado Freitas Nobre, certamente inquieto com o rumo dos debates, Montoro acorreu à reunião disposto a formular uma incisiva profissão de fé oposicionista. "Desde o pacote de abril, não houve um só minuto de diálogo com o senador Portella. Não houve, não há e não haverá", assegurou.

Segundo Montoro, o documento da bancada foi equivocadamente interpretado pela imprensa, que nele teria vislumbrado propósitos conciliadores na verdade inexistentes. Nem bem fora assinado o cessar-fogo, todavia, os combatentes voltaram suas baterias para a direção nacional — que, segundo o deputado Ayrton Soares, "até agora não definiu os pressupostos básicos da campanha e o grupo responsável pela sua execução". Na quinta-feira, com o ânimo retemperado, oito oradores do MDB subiram à tribuna da Câmara para argumentar em favor da Constituinte. Mas, no mesmo dia, informado das críticas e propostas da véspera, o deputado Ulysses Guimarães reprisou uma tática que também não tem escapado das queixas dos correligionários: ignorou as críticas e prometeu submeter as propostas "ao exame da direção nacional".

Com o sucessor, pela Arena

A política ocupou uma boa parte da agenda do presidente Ernesto Geisel, na tarde de terça-feira da semana passada: entre 15 e 18 horas, foram recebidos nove deputados e um senador, todos da Arena. Nos quinze minutos que lhe foram reservados, o paulista José Blota Júnior, depois de convidar o presidente para os festejos dos 120 anos da cidade de São Carlos, pediu-lhe, com a mesma desenvoltura que marca suas apresentações no rádio e na televisão, opinião sobre a idéia da prorrogação dos mandatos parlamentares, acalentada por alguns setores do partido. Segundo Blota Júnior, Geisel respondeu, textualmente: "Não posso nem discutir a prorrogação de mandatos, uma vez que os deputados foram eleitos por tempo certo. Mesmo que isso trouxesse tranqüilidade ao meu último ano de governo, não tenho condições

Boaventura: revogar o Senado

FOTOS LUIS HUMBERTO

Almeida: diálogo demais enfraquece

de aceitar a tese, considerada imoral e indigna por várias vozes autorizadas do próprio Congresso. Como poderiam pretender que eu participasse de algo indigno e imoral?"

Blota Júnior voltou à carga: e por que o presidente defende tanto o bipartidarismo? Porque, respondeu Geisel, mesmo no sistema pluripartidário, acaba prevalecendo no Congresso a divisão entre maioria e minoria, formadas pelas coligações. "Sendo assim", concluiu o presidente, "por que não se adotar abertamente o bipartidarismo?"

Já o catarinense João Linhares foi provocado pelo próprio presidente, que lhe perguntou sobre o ânimo arenista para as eleições do próximo ano. "Nem todos estão otimistas", respondeu Linhares. Geisel citou-lhe as realizações dos governos revolucionários como bandeiras que podem ser utilizadas, e comentou: "Esse pessimismo existiu em 1976, e no entanto ganhamos as eleições". Ao que o deputado retrucou lembrando que, nesse ano, o presidente participara ativamente da campanha, o que contara muito a favor do partido. "Vou participar outra vez", garantiu então Geisel. Mas Linhares ainda tinha argumentos. "Em novembro do próximo ano", disse então, "o senhor há de convir que, pela ordem natural das coisas, boa parte da nação já estará com os olhos voltados para o seu sucessor." O presidente transmitiu-lhe o que pode ser considerado uma notícia alvissareira para os guerreiros eleitorais da Arena: "O meu sucessor, não tenha a menor dúvida, também participará da campanha".

Assim, da série de audiências aos políticos ficaram duas certezas: a de que, ao anunciar com segurança os propósitos de seu sucessor, Geisel já deve saber também com segurança quem será ele; e a de que o esforço atual para reconstitucionalizar o país é mesmo para valer. Como disse um dos deputados arenistas, com ar entre feliz e surpreendido, "eles não estão tapeando".

Política social em simpósio

Misterioso, o presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, convocou os jornalistas para uma entrevista, na tarde de terça-feira passada. À cabeceira de uma longa mesa de reuniões, em seu gabinete no anexo II do Senado Federal, tendo ao lado o baiano Rogério Rego, presidente da Fundação Milton Campos de Estudos Políticos, anunciou: "Recém-chegado de uma viagem à Europa, o deputado Rogério Rego comunicou o desejo de a Fundação promover, nos dias 26 e 27 de outubro, um simpósio cujo tema será 'Democracia e Política Social'. A idéia foi bem recebida pela direção do partido e, em função disso, eu e o deputado iremos amanhã à tarde ao Palácio do Planalto a fim de convidar o presidente para abrir o simpósio".

No dia seguinte, convidado, o presidente Ernesto Geisel aceitou o convite e declarou que discursará na sessão de abertura. Mais tarde, diante de observações de que esse discurso presidencial poderia esvaziar o pronunciamento prometido para o dia 1.º de dezembro, para quando se aguardam definições sobre o processo de constitucionalização do país, Francelino Pereira foi categórico: "Um discurso não prejudica o outro". O discurso no simpósio versará temas ligados ao desenvolvimento social, político e econômico — uma idéia antiga do presidente. E deverá marcar o início de "uma política social generosa" para o ano eleitoral que se avizinha. Mas ali haverá, ainda, outras atrações, como as presenças dos ministros Ney Braga, da Educação, Nascimento e Silva, da Previdência Social, e Arnaldo Prieto, do Trabalho, todos atuando em áreas de estreita vinculação com a política social, e o sociólogo e pintor pernambucano Gylberto Freire, contumaz freqüentador das reuniões arenistas.

Os liberais em reunião

O ambiente no apartamento do deputado baiano Theodulo de Albuquerque, na noite de quarta-feira, 28 de setembro, exalava liberalismo. O veterano Albuquerque, constituinte de 1946, um dos "bigorrilhos" do PTB pós-1964, reuniu quinze deputados arenistas, integrantes do grupo renovador do partido, dois senadores como eles identificados com as idéias liberais, o gaúcho Daniel Krieger e o alagoano Teotônio Vilela, e os ex-deputados Djlama Marinho e Rafael de Almeida Magalhães, antigos udenistas que colaboram com Vilela na preparação do Projeto Brasil.

Depois de muita conversa, Albuquerque, que aos 63 anos coordena o grupo renovador, onde a idade média dos participantes mal chega aos 40, propôs que se colocasse tudo "no papel". Nos dias seguintes, a iniciativa provocaria críticas. "Entregar essas sugestões ao presidente Geisel poderia significar divisionismo e isolar o senador Petrônio Portella em seu diálogo", vaticinou o líder José Bonifácio Lafayette de Andrada, até recentemente um confessado descrente nas possibilidades de sucesso da missão Portella. Mas o coordenador Theodulo de Albuquerque contestou. "Não são os renovadores que estão se reunindo e discutindo", argumentou, "é um grupo de deputados interessados no processo político brasileiro" — uma argumentação que não chega a ser convincente.

Em todo caso, na quinta-feira passada, ficou claro que, apesar da má vontade de Bonifácio, os renovadores não estão sendo anatematizados. No mesmo apartamento de Albuquerque, cinco deles — o paraibano Antônio Mariz, o paranaense Norton Macedo, o pernambucano Ricardo Fiúza, o alagoano Geraldo Bulhões e o mineiro Humberto Souto — tiveram o privilégio de almoçar com o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, uma espécie de linha auxiliar do senador Petrônio Portella. Todos mantiveram a máxima discrição sobre o conversado à mesa. Soube-se apenas que o marechal reiterou suas posições favoráveis à constitucionalização e ao diálogo promovido por Portella, e demonstrou otimismo quanto aos resultados de uma próxima reforma constitucional. Estava tão à vontade que, quando surgiu um fotógrafo para documentar o encontro, sorriu e posou com prazer.

Cordeiro e os renovadores: constitucionalização e diálogo

Medeiros Silva: as constituições devem ter espírito realista

CONSTITUIÇÃO

Uma base para reformas

Uma espaçosa casa no bairro carioca do Leblon, a única da rua General Urquiza que sobreviveu à era dos arranha-céus, já foi mais de uma vez chamada de "laboratório de atos institucionais". E a pecha de autoritário persegue seu morador, o jurista e ex-ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva, graças ao rigor das fórmulas que arquiteta para sustentar constitucionalmente medidas excepcionais. São de sua lavra, por exemplo, os atos institucionais números 2 e 4* bem como o ato que deu posse à Junta Militar que governou o país em conseqüência da doença que, em 1969, afastou da presidência o general Costa e Silva. Mas Medeiros repele tais observações com a veemência que tem reservado aos corretores imobiliários que há anos o assediam para permitir a derrubada da casa em troca de alguns milhões de cruzeiros.

Também é dele o projeto que deu origem à Constituição de 1967, que em março, ao completar seu décimo aniversário, passou a merecer nostálgicas homenagens de oposicionistas e de influentes setores da Arena empenhados na busca de um ponto de partida para a reconstitucionalização do país. Aos 70 anos, Medeiros se define como "um democrata com formação jurídica". E, depois de ter ocupado postos, como os de consultor geral da República no governo constitucional de Getúlio Vargas, ministro da Justiça no governo Castello Branco e ministro do Supremo Tribunal Federal, considera-se "um homem realizado". Mesmo assim, mantém vivo e atualizado seu velho interesse por assuntos constitucionais, regimes políticos e questões judiciárias, como demonstra nesta entrevista concedida ao repórter Maurício Dias, de VEJA:

VEJA — *Como o senhor vê essa onda de saudosismo que impele boa parte dos políticos a falar na Constituição de 1967?*

MEDEIROS — Isso é a aspiração do país que quer viver num regime legal, onde haja regras estabelecidas e onde governo e povo vivam com obediência às leis.

VEJA — *O que é um regime legal?*

MEDEIROS — É um regime cujas regras de conduta tenham respaldo popular.

VEJA — *E a Constituição de 1967 tem essa legalidade?*

MEDEIROS — A Constituição de 1967 é um texto que tem, por si, a legitimidade mediante a votação do Congresso transformado em Assembléia Constituinte. Já os textos excepcionais têm merecido ratificação pela via indireta, ou seja, por sua observância pelo Congresso e tribunais. Do ponto de vista técnico-constitucional, esta legitimidade continua a ser contestada por uma parte ponderável da opinião pública.

VEJA — *A simples restauração do texto constitucional de 1967 bastaria para implantar o Estado de direito?*

MEDEIROS — Eu acho.

VEJA — *As constituições, dizem, são resultados de fenômenos sócio-políticos. Neste caso, como o senhor explica a Constituição de 1967?*

MEDEIROS — A Constituição de 1967 obedeceu aos compromissos do presidente Castello Branco de dotar o país de um instrumento legal, modernizado, capaz de atender as aspirações do presente e do futuro, sem desprezar as lições do passado. O presidente incumbiu-me de elaborar o texto definitivo depois de receber sugestões de uma comissão de juristas. O assunto foi levado à deliberação do Conselho de Segurança Nacional que optou pela elaboração de um texto completo, ficando, assim, prejudicado o texto oferecido pela comissão de juristas.

VEJA — *O senhor teve algum condicionamento para elaborar o texto da nova Carta?*

MEDEIROS — Desempenhei-me da missão em menos de um mês e, de fato, elaborei um texto novo que foi submetido à apreciação da cúpula do governo, inclusive das lideranças políticas na Câmara e no Senado, bem como ao presidente Costa e Silva, já então candidato eleito. Desses entendimentos resultou o texto final remetido ao Congresso com exposição de motivos em dezembro de 1966.

VEJA — *Mas o AI-4 não limitou a ação do Congresso?*

MEDEIROS — O AI-4 estabeleceu uma tramitação rápida do projeto sem prejuízo de sua ampla discussão. Houve mais de 4 000 emendas. Na verdade, a maioria delas tinha cunho saudosista, incompatível com o projeto. Outras cuidavam de matéria ordinária, fora do âmbito constitucional. A verdade é que o texto, com algumas alterações, teve êxito e foi promulgado em janeiro de 1967, para entrar em vigor em 15 de março.

VEJA — *Antes mesmo de a Constituição entrar em vigor surgiram fortes opositores a ela...*

MEDEIROS — Com a mudança do governo, o texto promulgado ficou órfão. Não teve defensores. Seria necessário que o novo governo promovesse uma campanha de explicação do novo texto constitucional para angariar, inclusive, novos adeptos. Mas nada se fez e nos bastidores começaram a surgir correntes corrosivas.

---

* *O AI-2 restabeleceu os poderes excepcionais do presidente da República, em 1965; o AI-4 estipulou as regras para a votação da Constituição de 1967.*

VEJA — *Quais?*

MEDEIROS — Os liberais, de um lado, que acoimavam o texto de autoritário e queriam a volta ao texto de 1946. Os radicais, por sua vez, entendiam que a reconstitucionalização tinha sido prematura e lamentavam que dentro do novo sistema legal não houvesse suporte para medidas discricionárias. Era o revanchismo dos inspiradores do AI-2.

VEJA — *O resultado foi o AI-5?*

MEDEIROS — O resultado é conhecido. Uma crise aparente, sem nenhuma profundidade, que poderia ser solvida dentro do mecanismo constitucional, serviu de pretexto para a volta dos mecanismos de exceção. Um episódio que poderia ser diluído no campo político, com um desagravo total das Forças Armadas, promovido pela Câmara e pelo Senado, deixou o governo sem opção e ele teve de ceder à pressão radical editando o AI-5. Como medida de exceção, o AI-5 deveria ser limitado no tempo de duração, como acontecera com o AI-1 e o AI-2. O resultado prático foi a vigência indeterminada do AI-5, em contradição, em muitos pontos, com o texto permanente da Constituição. Os governos Costa e Silva, Medici e Geisel têm procurado atenuar seus efeitos e aguardam a oportunidade de conciliar em definitivo o texto constitucional com os atos institucionais, pondo fim ao governo de arbítrio.

VEJA — *O senhor é ainda favorável à cassação de mandatos?*

MEDEIROS — As cassações de mandatos não são nem uma criação genuinamente brasileira. Têm correspondência no artigo 18 da República Federal da Alemanha, que, aliás, não permite só a perda do mandato mas também a perda dos direitos políticos e civis. A experiência brasileira mostra que os processos tradicionais de perda dos direitos políticos na prática não funcionam. É preciso moldar um sistema novo que reduza o arbítrio ao mínimo.

VEJA — *O senhor tem sugestões?*

MEDEIROS — Já sugeri a criação de um Conselho de Defesa do Estado, que seria composto de membros-natos: o presidente da República, os ministros militares, o ministro da Justiça, os presidentes da Câmara, do Senado, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. Eventualmente, poderiam fazer parte deste Conselho o vice-presidente da República e os líderes da maioria na Câmara e no Senado. Este Conselho julgaria como julga o tribunal do júri: pela consciência. Mas o acusado poderia apresentar defesa dentro de um prazo razoável.

VEJA — *Como se explica o rápido perecimento das constituições brasileiras?*

MEDEIROS — As constituições brasileiras mais recentes têm tido, de fato, duração efêmera. O fenômeno, no entanto, é mundial. A evolução política hoje é muito rápida, os governos se desgastam rapidamente. Os textos se deterioram sobretudo nos regimes democráticos, onde é permitida a liberdade de crítica. Isso não significa que se deva abandonar o regime das constituições escritas. Nenhum país pode prescindir de textos normativos que, sem coibir a ação benéfica do governo, restrinjam o arbítrio e o abuso.

VEJA — *O que torna durável um texto constitucional?*

MEDEIROS — As constituições, para durarem, devem ter uma inspiração realista. Não bastam os textos elaborados à luz da ciência política, elas devem ter aspiração condizente com a história do povo e suas possibilidades de autogoverno. Toda Constituição tem que ter uma diretriz. Os textos feitos para atender soluções de emergências são contraditórios.

VEJA — *Deste ponto de vista o que significa a Constituição de 1967?*

MEDEIROS — A Constituição de 1967 marca um estágio importante da evolução do Direito Constitucional brasileiro. O liberalismo utópico do século passado, que se refletiu nas constituições de 1891, 1934 e 1946, deixou de existir. Estruturou-se, com ela, um regime orgânico dotando o governo de meios adequados para promover o desenvolvimento do país sem ferir, entretanto, as liberdades fundamentais.

VEJA — *Ela alterou profundamente o processo legislativo.*

MEDEIROS — São modificações que permitem ao governo tomar, oportunamente, medidas de interesse geral. Basta recordar que no regime de 1946 o presidente enviava à Câmara projetos de lei que somavam uma centena. Estes, graças ao regimento, não logravam êxito e apenas quinze, em média, eram transformados em lei. Lembre-se da lei de diretrizes, que ficou quase dez anos no Congresso, a reforma bancária, que ficou mais de doze, a lei de desapropriações por interesse social, mais de oito anos. O que a Constituição de 1967 fez foi dinamizar o processo legislativo. Criou a categoria das leis complementares e admitiu o decreto-lei, mas só em casos excepcionais.

VEJA — *O senhor acha possível um retorno ao texto da Constituição de 1967?*

MEDEIROS — O texto de 1967, sem constrangimento para ninguém, pode servir de base para as reformas políticas que se anunciam. Alguns pontos poderiam ser revistos e, neste caso, estariam os excessos da Emenda Constitucional n.º 1 e outros textos complementares.

JOGO

Hora de definições

Saïd Farhat, presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), chega a se confessar cansado de contrapor seus argumentos aos crescentes clamores dos hoteleiros com quem conversa e que lhe pedem a liberação do jogo no Brasil. "O jogo não é uma atração turística, mas o sifão que drena o bolso dos turistas", repete ele. "O jogo cria empregos, mas a prostituição também, assim como o tráfico de tóxicos." Alguns se convencem. Outros teimam em aguardar a decisão final sobre os onze projetos de lei que restabelecem os cassinos no país e que dormitam na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados à espera de um parecer.

Nos próximos quinze dias esta agonia poderá acabar. O deputado Lidovino Fanton (MDB-RS), tido como contrário ao jogo, deverá apresentar, finalmente, seu parecer sobre os onze projetos. "Por questão de ética" ele não quer adiantar nada a respeito e as ilações sobre a possibilidade ou não de liberação ficaram por conta, nos últimos dias, do comportamento do líder do governo no Senado Eurico Rezende. Há quinze dias, Rezende iniciou a coleta de assinaturas para a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição, de autoria do deputado goiano Siqueira Campos, que autoriza o jogo no Brasil. Mais tarde desistiu porque "seria ridículo dar status constitucional à jogatina", e ficou aparentemente com um dos onze projetos, de autoria do deputado Francisco Li-

LUIS HUMBERTO

Eurico Rezende: pode ser aprovado

bardoni. "Um projeto como esse pode ser analisado", disse o senador. "E, dependendo das tendências, até ser aprovado."

Com restrições — Vindas de um líder do governo, tais manifestações deixaram mais otimistas os partidários do jogo. Mas Rezende fez questão de frisar que, "por enquanto, não há qualquer orientação governamental a respeito, o que deve ocorrer na época própria". As simpatias pelo projeto de Libardoni seriam conseqüência de alguns itens que restringem o acesso da população aos cassinos. "É vedada a entrada nas salas de jogos aos brasileiros menores de 24 anos, aos estrangeiros menores de 21, aos interditos de qualquer idade, aos funcionários públicos ativos, civis e militares, e aos indivíduos em estado de embriaguez", estabelece um dos itens. Além disso, só poderiam ser abertos cassinos em locais afastados dos centros urbanos, de preferência estações balneárias e cidades turísticas.

As justificativas de Libardoni são, de uma maneira geral, as mesmas dos outros dez projetos. Baseiam-se, principalmente, na necessidade de eliminar a exploração do vício por marginais. "O governo está perdendo uma ótima oportunidade de resolver graves problemas sociais", afirma o deputado, "e um deles, o pior, retirando das mãos de policiais e criminosos diversos tipos de jogos clandestinos." Ao lado de tais razões, Libardoni tem uma outra até certo ponto inusitada. "Cremos não ser legítima a intervenção estatal na proibição do jogo", argumenta, "porque o dinheiro particular não necessita da tutela do Estado para ser aplicado. Todos temos a faculdade de utilizar nossos bens, de qualquer espécie, como melhor entender."

Em toda essa discussão, o presidente da Embratur não consegue cultivar mais a paciência dos primeiros tempos. "Algumas pessoas já disseram que minha posição seria um tanto moralista", afirmou Saïd Farhat a Miriam Lage, de VEJA. "E o que há de errado com uma posição moralista? Eu acho que a palavra moralista tem, na linguagem cotidiana, uma conotação pejorativa. A posição da Embratur, a meu ver, é moralizante." E, para justificá-la, enviou um longo estudo à Câmara dos Deputados manifestando-se contrário à reabertura dos cassinos.

Evasão de divisas — Neste documento, são contestados praticamente todos os argumentos utilizados pelos parlamentares que propõem a reabertura do jogo. Quanto aos recursos que poderiam ser auferidos pelo governo com tal prática, por exemplo, Farhat diz que não atingem uma soma tão alta como se propala. "A França tem 153 cassinos que produziram, em 1973, 58 milhões de dólares", compara Farhat. "Só a Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1978, gastará, apenas no setor de educação, cerca de 216 milhões de dólares. A renda dos 153 cassinos da França corresponderia, então, a cerca de um quarto dos investimentos que a Prefeitura do Rio fará em educação."

N.M. PASSOS

Farhat: "Como o jogo, a prostituição também cria empregos"

Inócua seria, igualmente, a argumentação de que com cassinos o Brasil atrairia turistas dos países vizinhos, já que todos eles possuem suas próprias casas de jogo. "E, quando me dizem que os brasileiros vão a Puerto Stroessner, no Paraguai, do outro lado de Foz do Iguaçu, para jogar na roleta", continua o presidente da Embratur, "eu digo que só uma pessoa que não chegou perto das cataratas pode afirmar isso. A beleza das cataratas é o primeiro atrativo. E a partir dele foi colocado um cassino do lado de lá." Contra tal ponto de vista, os defensores da legalização do jogo levantam um dado que não deixa de ser considerável: sendo uma cidade turística, Foz de Iguaçu com cassinos evitaria pelo menos a evasão de divisas para o Paraguai e para a Argentina.

Farhat sabe que muitos hotéis e centros de convenções pelo Brasil afora apenas disfarçam a intenção real de seus construtores. "Muitos hotéis estão preparados para essa eventualidade", afirma. "Muitos dos centros de convenções, por exemplo, escondem objetivos outros que meras reuniões. Se os pisos desses centros forem inclinados, o hotel pretende fazer convenções no recinto. Mas, se forem planos, a intenção é dúbia: no caso de reabertura do jogo, o centro pode ser rapidamente convertido para abrigar outros tipos de mesas que não as de convenções."

Nem mesmo as restrições constantes dos projetos são capazes de convencer Farhat em sua irredutível cruzada contra a tavolagem. Na verdade, o presidente da Embratur vê inconfessáveis desígnios por trás de certos projetos. "O jogo em lugares distantes não passa de um pretexto de seus defensores, que querem realmente cassinos instalados na avenida Atlântica, no Rio de Janeiro, e no Morumbi, em São Paulo", garante ele. "Bem perto das regiões onde há concentração de renda." E até aqueles que explorariam os cassinos seriam de nebulosa e suspeita origem. "Penso que quem pode bancar o jogo no Brasil", arremata, "não são os empresários nacionais, mas gente de fora do país."

MINAS GERAIS

Punição total

Na política mineira é sagrado o princípio segundo o qual é melhor recuar dois degraus e permanecer na escada que tentar subir apressadamente e desabar lá de cima. Infiel a tão sábia regra, o deputado emedebista Jorge Orlando Flores Carone, 27 anos, dificilmente conseguirá galgar de novo os doze degraus que levam à segunda secretaria da mesa executiva da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Atropelado pela denúncia de seu ex-motorista oficial, que o acusou de tirar o diferencial do Opala da Assembléia colocado a seu serviço para usá-lo em um carro particular de corrida, Carone foi afastado na última terça-feira — como "medida acauteladora" — da segunda secretaria executiva. E, ao mesmo tempo, o plenário de 61 deputados (37 da Arena e 24 do MDB) encontrou na sindicância motivos suficientes para processá-lo. Assim, dentro de vinte dias uma comissão de três arenistas e dois emedebistas indicará à Assembléia se Carone deve ou não perder o mandato.

Até mesmo os mais tolerantes pares de Carone — convencidos inicialmente que o simples afastamento do acusado

da mesa da Assembléia poderia trazer a serenidade necessária à investigação — foram surpreendidos pela intransigência do jovem deputado e de seu pai, o ex-prefeito de Belo Horizonte Jorge Carone Filho, cassado em 1964. Indignado com a medida tomada pela Assembléia, Carone Filho distribuiu nota à imprensa mineira alegando que a penalidade aplicada não existia no regimento interno do Legislativo. E arrematava: "Não aceitamos meia-punição: ou cassam ou não cassam meu filho. Meia-punição, não".

A bravata fustigou ainda mais o já impaciente plenário, que agora pretende que a comissão deixe de investigar apenas a apropriação indébita do discutido diferencial, enveredando de vez pela apuração de fatos não menos comprometedores para o deputado. Como, por exemplo, as façanhas atribuídas ao acusado na alegre praça da Savassi — onde ele circularia em frenéticas corridas de carro exibindo-se em trajes pouco compatíveis com o pudor mineiro. Ou até, como se comenta na Assembléia, sem traje nenhum.

Temendo pela sorte que esteja reservada ao filho, o resistente Carone pai já alardeia a disposição de preparar um dos dois varões que lhe restam — o vereador Antônio Carlos e o publicitário Marco Aurélio — para tentar a substituição de Jorge Orlando nas próximas eleições.

PAULO SALOMÃO
Martins: "Lei para a universidade"

CARLOS NAMBA
Dom Paulo: "Enquadrar os agredidos?"

ESTUDANTES

Sem tréplica

A libertação dos estudantes Nara Cristina Sanseverino e Reginaldo Rocha Ferreira da Silva, os dois da Universidade de São Paulo (USP), ocorrida na tarde da última sexta-feira, fez com que terminasse em relativa bonança uma tempestuosa semana na área estudantil. Os dois haviam sido presos na noite de quarta-feira passada por agentes de segurança, ao retirarem de uma gráfica 10 000 exemplares do recém-impresso jornal estudantil *Resistência* — editado por um grupo de alunos da USP interessados em concorrer às eleições para a União Estadual dos Estudantes, marcadas para o final deste mês.

Ainda não tinham deixado as páginas dos jornais as notícias da invasão da Pontifícia Universidade Católica (PUC) pela Polícia Militar de São Paulo, na semana anterior, quando, na segunda-feira, o ministro da Justiça, Armando Falcão, determinou à Polícia Federal a abertura de inquérito para apurar — com base na Lei de Segurança Nacional — responsabilidade dos envolvidos nos acontecimentos que culminaram com a invasão. A nota oficial do Ministério, determinando a medida, caiu como uma bomba no velho casarão azul da avenida Higienópolis, em São Paulo, onde funciona a Cúria Metropolitana.

Ali, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, que uma semana antes se solidarizara com os estudantes da Universidade invadida, manifestava sua preocupação pelo temor de que se repetisse o "caso Lourenço Diaféria" — jornalista que foi preso pouco depois de ter sido pedido seu enquadramento na LSN. "Temos que fazer alguma coisa por esses meninos", dizia ele aos repórteres que o cercavam. "Não podemos permitir que façam isso com esses moços." Ao mesmo tempo que se dizia preocupado pela sorte da estudante Graziela Augusto, gravemente ferida durante a invasão da PUC, o cardeal Arns tentava descobrir as razões que levaram o ministro da Justiça a tomar a decisão. "Só pode ser um gesto de intimidação", disse ele a VEJA. "Como, então, entender que se enquadre na lei os agredidos e não os agressores?"

Resposta de Egydio — As refregas estudantis e policiais acabariam por envolver os políticos. Na reunião do diretório regional do MDB, o deputado federal Aírton Soares propôs que o partido baixasse norma proibindo seus representantes nas câmaras municipais de contribuir com seu voto para a concessão de títulos de "cidadão honorário" ao secretário da Segurança Pública de São Paulo, coronel Erasmo Dias, que comandara pessoalmente a operação militar de invasão da PUC.

Na quinta-feira à noite, ressurgiu a ameaça de novos atritos entre estudantes e policiais. Protestando contra a prisão de Nara e Reginaldo, os estudantes da USP não assistiram às aulas, fizeram uma passeata pacífica pelo campus e terminaram a manifestação num diálogo com o reitor Orlando Marques de Paiva — sem que a polícia sequer aparecesse.

Já o governador Paulo Egydio Martins, que guardara silêncio por alguns dias, decidiu, ainda na quinta-feira, responder ao cardeal Arns, em nota oficial. "Também as universidades estão sujeitas às leis vigentes no país", ressalta a nota, "inclusive as referentes à segurança nacional." Martins lembrou que o inquérito determinado pelo Ministério da Justiça "não tem por objetivo enquadrar estudantes, mas apurar as responsabilidades de quem — estudantes ou não — premeditadamente haja violado a ordem jurídica vigente". Quem esperava tréplica de dom Paulo, enganou-se. Na sexta-feira de manhã, segundo seus assessores, o cardeal leu os jornais e embarcou para Goiás, de onde retornará nesta terça-feira.

POLÍCIA

Só mentiras

Terminada a reunião de cúpula da polícia carioca, na tarde do dia 8 de setembro, nem tudo o que se discutiu na sala do diretor geral da Polícia Civil, Mário César Fernandes da Silva, foi anunciado à imprensa. Ali, pela pri-

continua na página 30

continuação da página 28

meira vez entre os homens que investigam a morte de Cláudia Lessin Rodrigues, circulou a possibilidade de que seja falsa toda a história que tinha como cenário uma festa "de embalo" regada a drogas e vinho — o pano de fundo da morte de Cláudia. Como todo o resto da trama armada em torno da festa, seria falso igualmente o depoimento do francês Daniel Labelle, apenas "mais uma peça montada pela defesa" para que Michel Frank e George Khour, os principais suspeitos do crime, escapassem à Justiça.

Quase um mês depois, na última quinta-feira, o promotor José Carlos da Cruz Ribeiro confidenciava a seu assistente de acusação, o advogado da família Rodrigues, Oswaldo Mendonça, que reconhecia ser provável a versão levantada por este: Cláudia não morrera no apartamento de Frank. O comentário do promotor Ribeiro foi feito depois que o almirante Carlos de Carvalho Rego e o procurador do Estado Antônio Vieira de Melo, ambos amigos de Egon, pai de Michel Frank, confirmaram no I Tribunal do Júri que na noite de sábado, 23 de julho — a suposta noite do crime — Michel estava na casa do pai, onde eles se encontravam para uma reunião de negócios.

Esses testemunhos contradizem os depoimentos de Michel ao médico Domingos de Paola (VEJA n.º 470) e os de Daniel Labelle e George Khour à polícia. Segundo os três, Michel não se ausentou da festa onde teria morrido Cláudia. Ao final da semana passada, o promotor Ribeiro reconhecia que o relato de De Paola a VEJA, o depoimento de Labelle e o exame cadavérico de Cláudia não seriam suficientes para a condenação de Michel Frank e George Khour por homicídio. Diante disso, Ribeiro deverá apoiar a resolução tomada pelo juiz sumariante do processo, Alberto da Mota Moraes, de pedir que seja reconstituída a operação de transporte do cadáver até a avenida Niemeyer, segundo a versão apresentada por George Khour em seu depoimento.

Morte na avenida — A única certeza das autoridades cariocas é a de que o crime tem autor e co-autor. Apesar de violento, o franzino Michel Frank não teria forças para dominar e esganar Cláudia, dobrar o cadáver enrijecido da moça e colocá-lo numa mala que deveria ter pelo menos 1,80 metro de comprimento — e, além disso, descer com esse fardo três lances de escadas sem chamar a atenção de vizinhos ou vigias para enfiá-lo em sua Brasília.

Finalmente, a polícia espera com ansiedade os laudos periciais do Instituto Carlos Éboli, cujos técnicos insistem, desde o início do caso, em que Cláudia teria sido morta no local em que seu corpo foi localizado, na avenida Niemeyer, ou nas imediações. Os peritos examinaram detalhadamente as manchas de sangue encontradas no local, à volta do cadáver — e, se não forem manchas de sangue coagulado, representarão indícios vitais para as próximas investigações: em morte por asfixia, como os suspeitos dizem ter morrido Cláudia, o sangue não coagula.

AMANCIO GALLO

Khour depondo: apenas uma trama da defesa?

Sem explicações

Alto e forte para seus 15 anos, Vicente Leandro Ribeiro saiu de casa, no bairro operário de Sapopemba, em São Paulo, na tarde do dia 13 de setembro, para passear de bicicleta em uma praça das proximidades. Voltou três horas mais tarde, às 19h30, ensangüentado, as mãos algemadas, os pés amarrados, dentro de um carro da Polícia Militar.

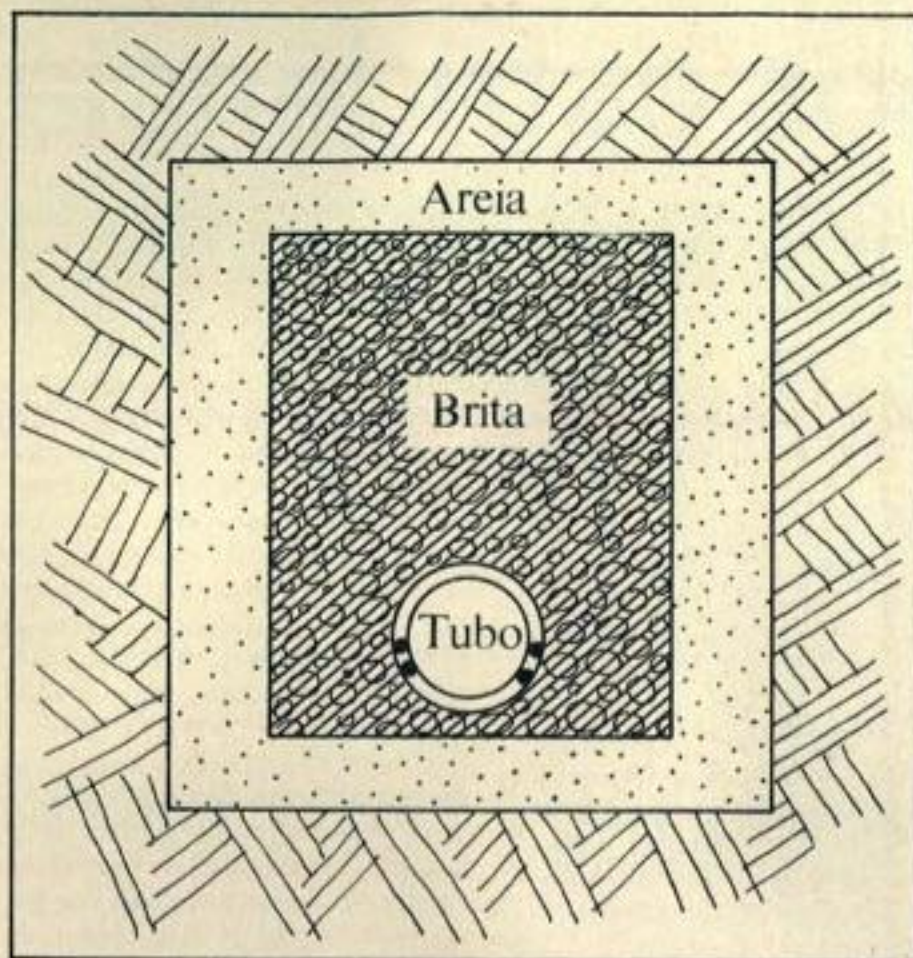
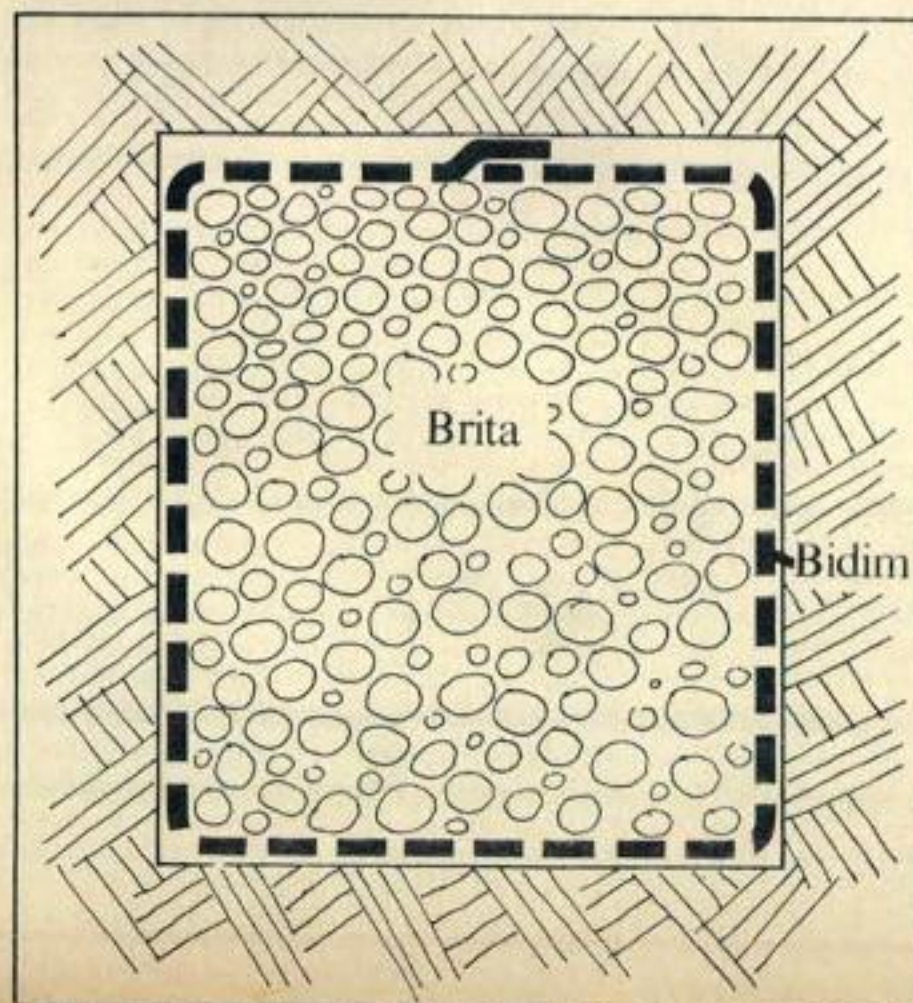
Os policiais ficaram na casa da rua Sargento Hermínio Sampaio n.º 552, onde Vicente morava, apenas o tempo suficiente para obter de sua mãe, Eunildes Leandro Ribeiro, a cédula de identidade do menino. Após isso, a mãe só voltaria a obter notícias do filho passados onze dias, em 24 de setembro, através de uma notícia de jornal sob o título: "IML procura os parentes de sete pessoas mortas". Um dos mortos era Vicente.

Ele havia morrido sete dias antes, no sábado, dia 17 de setembro no pronto-socorro do Hospital do Tatuapé. Segundo o laudo do médico legista José Henrique da Fonseca, que examinou o cadáver, vítima de "hemorragia interna traumática, com fraturas das costelas e ruptura do fígado e do baço", ferimentos reveladores de espancamento. Além disso, algumas pessoas que viram o corpo afirmam que Vicente tinha marcas de queimaduras de cigarros nos órgãos genitais.

Linchamento — Denunciada à Corregedoria da Polícia Judiciária e dos Presídios e à Comissão Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo, a morte de Vicente seria explicada pelo segundo tenente PM Amâncio Filho, identificado pelo próprio comandante geral da PM paulista, coronel Francisco Batista Torres de Mello, como o responsável por sua prisão. O tenente afirma que Vicente foi linchado por populares por ter tentado assaltar, junto com outro menor, uma mulher no bairro de Vila Esperança, na tarde do dia 13.

Os policiais ainda teriam tentado, conforme sua versão, socorrer o garoto. Mas esta ajuda veio tarde: somente às 23 horas Vicente chegou ao pronto-socorro de São Miguel Paulista, onde foi aconselhada sua transferência para um hospital mais bem equipado. No pronto-socorro do bairro do Tatuapé, diante de sua cor esverdeada, o médico de plantão diagnosticou o caso como de icterícia e Vicente foi levado para a 24.ª Delegacia, onde permaneceria por três dias.

Na tarde do dia 16, dois investigadores o abandonaram na porta do hospital, onde ele morreria no dia seguinte. No fim da semana passada, testemunhas do linchamento ocorrido na distante Vila Esperança acrescentaram uma nova dúvida ao caso, ainda a ser esclarecida. O ladrão surrado naquele local era baixo e magro — e Vicente foi enterrado em um esquife de 1,90 metro de comprimento. De medida larga.

DRENO ANTIGO

DRENO COM BIDIM (MR)

Se a comparação gráfica não é suficiente, os argumentos:

1 - Dispensa Projeto Granulométrico - Não é necessário o levantamento das características granulométricas do solo, pois Bidim é uma manta com excelente permeabilidade e de alto poder filtrante.
Suas características físicas tornam desnecessário o estudo da granulometria do material drenante.

2 - As Dimensões do Dreno Podem ser Reduzidas - Bidim, com apenas 3,5 mm de espessura, substitui uma camada de areia de aproximadamente 70 mm, correspondente às dimensões usuais das paredes de um dreno convencional.

3 - Rapidez de Aplicação - O m² de filtro executado com Bidim é muitas vezes mais rápido do que o executado com areia, diminuindo consideravelmente o tempo de construção do dreno.

4 - Facilidade de Aplicação - Não requer mão-de-obra especializada e a sua técnica de aplicação é bastante simples. Apresentado sob a forma de manta homogênea, é leve e flexível, adaptando-se a qualquer tipo de seção drenante.

5 - Maior Segurança - O alto poder de filtragem da manta de poliester Bidim assegura que a permeabilidade do meio drenante conserve-se inalterada, dando condições contínuas e permanentes de escoamento.

6 - Qualidade Inalterada - Bidim sendo produto industrial tem suas propriedades constantemente controladas e não apresenta as variações normalmente encontradas nos materiais naturais.

7 - Durabilidade - Bidim, por ser uma manta 100% poliester tem duração ilimitada. É imune a ação de micro organismos e dos agentes químicos, nas concentrações normais encontradas em nosso solo.

Depois de todos esses argumentos ainda tem mais. Bidim é fabricado a partir de filamentos contínuos de poliester, interligados mecanicamente por agulhagem. Tecnicamente conhecido como "non-woven" *, constitui-se na primeira inovação realmente eficaz no setor de construção de drenos. Usado e testado há mais de 10 anos na Europa e Estados Unidos.

Procure a Rhodia para conhecer detalhadamente todas as características de Bidim.

Você vai ver que, de fato, a comparação e os argumentos são mais que suficientes.

** Obtido por extrusão direta pelo sistema "spunbonded", processo patenteado Rhodia.*

TONI-NPA

Para maiores informações solicite o catálogo Bidim/Dreno.
Novo Endereço: Centro Empresarial de S. Paulo - Av. Maria Coelho Aguiar, 215 - 6.º
CEP [illegible] 543-0511/543-5811 - End. Telegr.: Rhodiatex - São Paulo - SP

ESTADOS UNIDOS

Agora, com menos estridência

Poucos discursos de Jimmy Carter tiveram tanta repercussão quanto o que ele fez em sua primeira visita às Nações Unidas na qualidade de presidente dos Estados Unidos, em março último. Carter ainda não completara dois meses no poder. Por todo o mundo ainda reverberava com seu máximo impacto a poderosa novidade, inaugurada pelo novo governo americano, de introduzir o tema dos direitos humanos nas relações internacionais. E os direitos humanos foram justamente o assunto escolhido pelo presidente americano para dirigir-se à organização mundial. "Todos os signatários da Carta das Nações Unidas se comprometeram a respeitar os direitos humanos básicos", chegou a dizer na ocasião. "Portanto, nenhum membro das Nações Unidas pode afirmar que o mau trato de seus cidadãos seja um assunto próprio." Na semana passada, pela segunda vez, Carter esteve nas Nações Unidas. Nesta oportunidade, porém, não houve menção alguma aos direitos humanos: falando perante a Assembléia Geral da organização, o presidente americano preferiu concentrar seu discurso no desarmamento e na necessidade de evitar a proliferação das armas nucleares. Estaria o item dos direitos humanos perdendo terreno entre as prioridades do governo dos Estados Unidos?

Carter chegando à ONU: as armas como tema

"Veio para ficar" — Não há funcionário do governo americano, naturalmente, que admita qualquer arrefecimento da parte de Carter. "Lutar pelo desarmamento é também batalhar pelos direitos humanos", disse um deles ao correspondente de VEJA em Washington, Roberto Garcia, ao justificar o discurso na ONU. "É preciso entender que o tema dos direitos humanos veio para ficar e nunca será abandonado", disse outro. A verdade, porém, é que ultimamente vêm-se notando alguns ajustes na atitude de Carter. Não que os direitos humanos estejam prestes a sair de moda, mas tem-se observado uma tendência para diminuir a estridência com que o assunto originalmente era tratado. A nova postura que se delineia no governo americano pôde ainda ser observada num outro importante acontecimento internacional da semana passada — a inauguração, em Belgrado, da II Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, da qual participam todos os países europeus, com exceção da Albânia, mais os Estados Unidos e o Canadá, num total de 35 nações. O objetivo do encontro é avaliar os resultados da Conferência de Helsinque de dois anos atrás — quando os mesmos países comprometeram-se em respeitar os direitos de seus cidadãos e em colaborar para a distensão leste-oeste. Por isso, ao longo dos meses, criou-se a expectativa de que Belgrado poderia se transformar num campo de batalha entre Estados Unidos e União Soviética — com os Estados Unidos em especial —, aproveitando a oportunidade para denunciar violações ao primeiro acordo e à situação dos direitos humanos na Europa do leste.

"Velhas práticas" — Não foi o que aconteceu. O delegado soviético, Yuli Vorontsov, que discursou primeiro, não fez uma crítica sequer aos Estados Unidos. Quanto ao delegado americano, Arthur Goldberg, condenou, é verdade, as práticas de prender ou desterrar cidadãos por motivos políticos assim como impedi-los de viajar ou manifestar suas opiniões. Em nenhum momento, porém, citou a União Soviética ou qualquer outro país. Goldberg referia-se certamente aos países do leste, mas preferiu um tom neutro quando aludiu, por exemplo, a "velhas práticas que não mudaram suficientemente".

O comportamento das delegações americana e soviética em Belgrado manteve-se em geral condizente com o clima de busca de um novo entendimento que tem caracterizado, nas últimas semanas, o relacionamento entre as duas superpotências. Contrariando o pessimismo que reinava até pouco tempo atrás, EUA e URSS já anunciaram, por exemplo, sua intenção de acelerar as negociações para um segundo acordo SALT de limitação das armas estratégicas. E, há menos de duas semanas, as duas potências puseram-se de acordo também com relação à necessidade de reconvocação da Conferência de Genebra sobre o Oriente Médio, num comunicado conjunto divulgado em Washington por ocasião de uma visita do chanceler soviético Andrei Gromyko.

"Pouca gente" — "Só espero que Carter não venha a trocar seu papel de campeão dos direitos humanos como Esaú trocou sua progenitura por um prato de lentilhas", declara, diante dos últimos movimentos do presidente americano, um alemão-oriental exilado no ocidente — o professor Hellmuth Nitsche. Na realidade, a dinâmica dos direitos humanos ainda não morreu e prova disso é, por exemplo, o fato de o subsecretário de Estado Warren Christopher, ao receber na semana passada em Washington o chanceler uruguaio Alejandro Rovira, ter intercedido em fa-

vor do jornalista brasileiro Flávio Tavares, há três meses preso em Montevidéu.

Hoje, porém, Carter não hesita em incluir, na viagem que fará em novembro a nove países, escalas em nações que já mereceram suas críticas — como o Brasil e o Irã. Como diz um funcionário americano: "O governo americano já deixou claro que prefere os regimes democráticos, mas isso não quer dizer que os outros sejam eliminados a priori como interlocutores. Se fossem fazer isso, os EUA teriam pouca gente com quem conversar".

Noites de vigília

Primeiro, alguns dos mais sóbrios senadores americanos começaram a apresentar-se no plenário sem gravata. Depois, houve quem deixasse de lado o paletó. E registraram-se momentos como o em que o empedernido Barry Goldwater, 68 anos, cuja paciência só é superada por seu conservadorismo, surgiu no meio da noite descalço e esbravejando: "Vocês não acham que já é hora de irmos todos para casa?" Os colegas de Senado escutaram sonolentos enquanto a presença de camas de campanha num salão de Capitol Hill bem como o inusitado da hora — era alta madrugada — indicavam algo de anormal nos procedimentos do Legislativo dos Estados Unidos.

De fato, há treze anos, desde os intermináveis debates em torno das leis de integração racial, o Senado não enfrentava um processo de obstrução parlamentar como o iniciado na terça-feira da semana retrasada em torno de uma questão bem menos complexa: o controle dos preços do gás natural, um dos pontos básicos do programa energético proposto pelo presidente Jimmy Carter. Com a maioria dos senadores favoráveis à liberação dos preços, uma minoria liderada por dois democratas liberais, James Abourezk e Howard Metzenbaum, resolveu recorrer a todos os métodos possíveis para adiar a votação do projeto de lei. E o *filibuster* — como esse tipo de obstrução é chamada pelos americanos — varou noites agitadas, só terminando na última segunda-feira com a intervenção do próprio vice-presidente Walter Mondale — que, utilizando sua qualidade de presidente do Senado, ajudou a romper o impasse.

Lucros em questão — O assunto não era certamente trivial já que a liberação dos preços poderá representar um acréscimo de pelo menos 15 bilhões de dólares na receita das empresas de exploração — total a ser pago pelos consumidores. Os senadores partidários desta proposta assim como os empresários argumentam que a elevação dos preços será um estímulo à exploração de novas reservas, para combater a escassez de energia. Seus oponentes, porém, assim como Carter, ressaltam que os preços do gás natural, mesmo sob controle governamental, subiram sete vezes nos últimos cinco anos enquanto a produção caiu 12%. Sem o tabelamento, portanto, os consumidores teriam apenas desvantagens.

UPI

Senador Henry Jackson: momentos de sono entre um voto e outro

Sentindo-se respaldados pela Casa Branca, Abourezk e Metzenbaum ignoraram o cansaço dos colegas para concentrarem-se no exaustivo *filibuster*. E os recursos à sua disposição pareciam simplesmente inesgotáveis. A liderança do Senado fez votar o encerramento dos debates sobre o projeto mas havia um outro estratagema possível para a obstrução: a apresentação de emendas, o maior número possível. Assim, durante oito dias, os senadores foram convocados ininterruptamente a votar nada menos que 508 delas, a maior parte totalmente irrelevante — e o caos burocrático decorrente ultrapassou os limites do bom senso. Como cada projeto de emenda é impresso com 2 800 cópias, os gráficos do Congresso tiveram que produzir um total de 1 422 400 exemplares — montanhas de papel que os contínuos transportavam em carrinhos elétricos enquanto as câmaras de televisão mostravam caminhões descarregando matéria-prima para as impressoras.

Nos intervalos dos infindáveis trabalhos, assistiram-se a cenas como a do senador Henry Jackson, ex-pretendente à candidatura presidencial pelo Partido Democrata, esticado num sofá em busca de um momento de repouso.

Zoo fechado — A maratona de votações, discursos e verificação de quórum teve seus momentos de humor. O senador Robert Dole, por exemplo, conta que foi abordado por uma idosa turista numa das noites em que o Senado permaneceu funcionando. Ela estava exaltada e confessou: "Estou contente que o Congresso pelo menos esteja aberto. O Zoológico fechou no fim da tarde". Para desespero dos responsáveis pela obstrução, porém, toda sua trabalheira, no final, se revelaria totalmente inútil já que o projeto de lei acabou aprovado, terça-feira passada. Acima de tudo, o episódio representou um sintoma da deterioração das relações de Carter com o Congresso, até pouco tempo surpreendentemente cordiais.

O programa energético do presidente foi tão desvirtuado por emendas que simplesmente já não é o mesmo. Idêntica ameaça, aliás, paira sobre outros três dos pontos de honra de seu governo — as reformas dos sistemas tributário, de previdência e de seguro social. E, para complicar ainda mais as coisas, a já difícil ratificação do novo Tratado do Canal do Panamá deverá enfrentar novos obstáculos nas próximas semanas. Os oponentes do acordo prometem explorar a informação de que, segundo a interpretação panamenha — diversa da americana —, os Estados Unidos não terão direito a intervenção no caso de ameaça à neutralidade do canal.

Para grande número de parlamentares, essas desventuras de Carter no Capitólio devem-se a uma série de erros táticos. O presidente é acusado de intransigência, de sobrecarregar o Congresso com projetos de lei — em vez de estabelecer prioridades — e de preparar suas propostas de maneira unilateral, sem consultas prévias à opinião dos congressistas. Em suma, a verdade é que, com mais de oito meses no poder, Carter já viu passar para trás o período de lua-de-mel, que costuma caracterizar as relações entre o Executivo e o Legislativo nos inícios de mandatos, e hoje — como de resto tem acontecido com os últimos presidentes americanos — se encontra às voltas com um tempestuoso casamento, sobre o qual paira regularmente a ameaça do divórcio.

Indira é presa: show pela metade

ÍNDIA

Sem as algemas

"E as algemas, onde estão as algemas?", perguntou insistentemente Indira Gandhi, ex-primeiro-ministro da Índia, aos policiais que na última segunda-feira foram até sua casa, em Nova Délhi, para prendê-la. Mas, para seu desapontamento, não havia algemas e os policiais a levaram gentilmente. Assim, o detalhe que enfatizaria o papel de mártir da ex-todo-poderosa dirigente, diante de cerca de 1 500 simpatizantes que gritavam sem cessar "Longa vida a Indira Gandhi", ficou faltando. Mas Indira não desistiria facilmente e, já que estava sendo presa, aproveitou a oportunidade para dela extrair o máximo possível de dividendos.

Instantes depois, no tribunal, o ex-primeiro-ministro responderia a acusações de corrupção e abuso de poder, cometidos durante seu mandato, e seria estabelecida uma fiança por sua liberdade. Indira recusou-se a pagar a fiança e o tribunal não teve outra saída senão trancafiá-la. No dia seguinte ela seria solta, sob a alegação de que ainda não fora reunido número suficiente de provas em seu processo. Possivelmente, o governo tentava se recuperar do erro cometido ao transformar sua principal inimiga em alvo de manifestações populares de solidariedade.

"Não têm coragem" — Realmente, por todo o país houve manifestações contra a prisão de Indira e choques entre manifestantes e a polícia. E, uma vez libertada, Indira continuou a explorar o fato. "Minha prisão foi um golpe político do governo para afastar-me do povo", disse ela aos jornalistas. Na verdade, a própria Indira, bombardeada por acusações diversas desde a vitória eleitoral do atual governo, em março último, já há algum tempo vinha esperando — talvez desejando — uma ação mais drástica do governo.

Num de seus discursos pelo interior do país, por exemplo, ela chegou a desafiar abertamente o governo de Desai. "Se eles tivessem coragem, colocar-me-iam imediatamente na cadeia", afirmou ela. "Mas eles não têm coragem." Como para desmenti-la, o governo ordenou sua prisão sob as acusações de haver utilizado, durante a campanha eleitoral do início do ano, 105 jipes do governo, e de aproveitar-se de seu cargo para firmar um contrato com a Companhia Francesa de Petróleo, no valor de 13 milhões de dólares (quase 200 milhões de cruzeiros), apesar de outros competidores terem oferecido preços menores.

Considera-se que o governo do puritano Desai perdeu uma grande oportunidade de prender Indira quando, ao deixar seu cargo, em março, sua popularidade atingira os mais baixos níveis de toda a sua carreira política. Mas Desai hesitou, temendo exatamente transformá-la em mártir. Depois, aproveitando o crescente descontentamento dos indianos com o novo governo, incapaz de conter o aumento do custo de vida e o desemprego, Indira foi pouco a pouco ganhando terreno, até conseguir reunir em torno de si milhares de simpatizantes. Hoje parece inoportuno enquadrar Indira numa das muitas acusações que pesam contra ela — apesar de não ser segredo para ninguém que durante pelo menos os dois últimos anos de seu governo de onze anos o ex-primeiro-ministro suprimiu as liberdades fundamentais do país, mutilou a Constituição em seu próprio interesse e ordenou a prisão de centenas de adversários políticos.

BANGLADESH

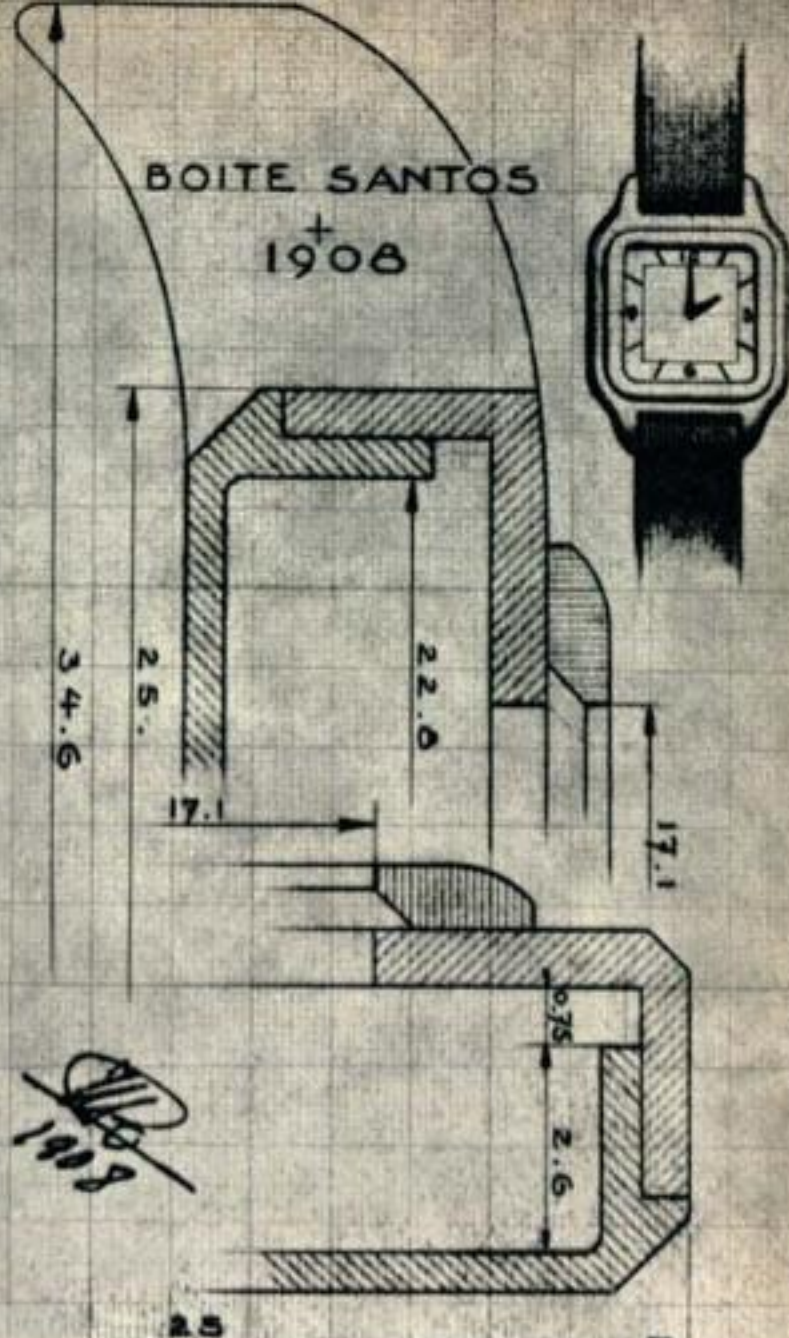
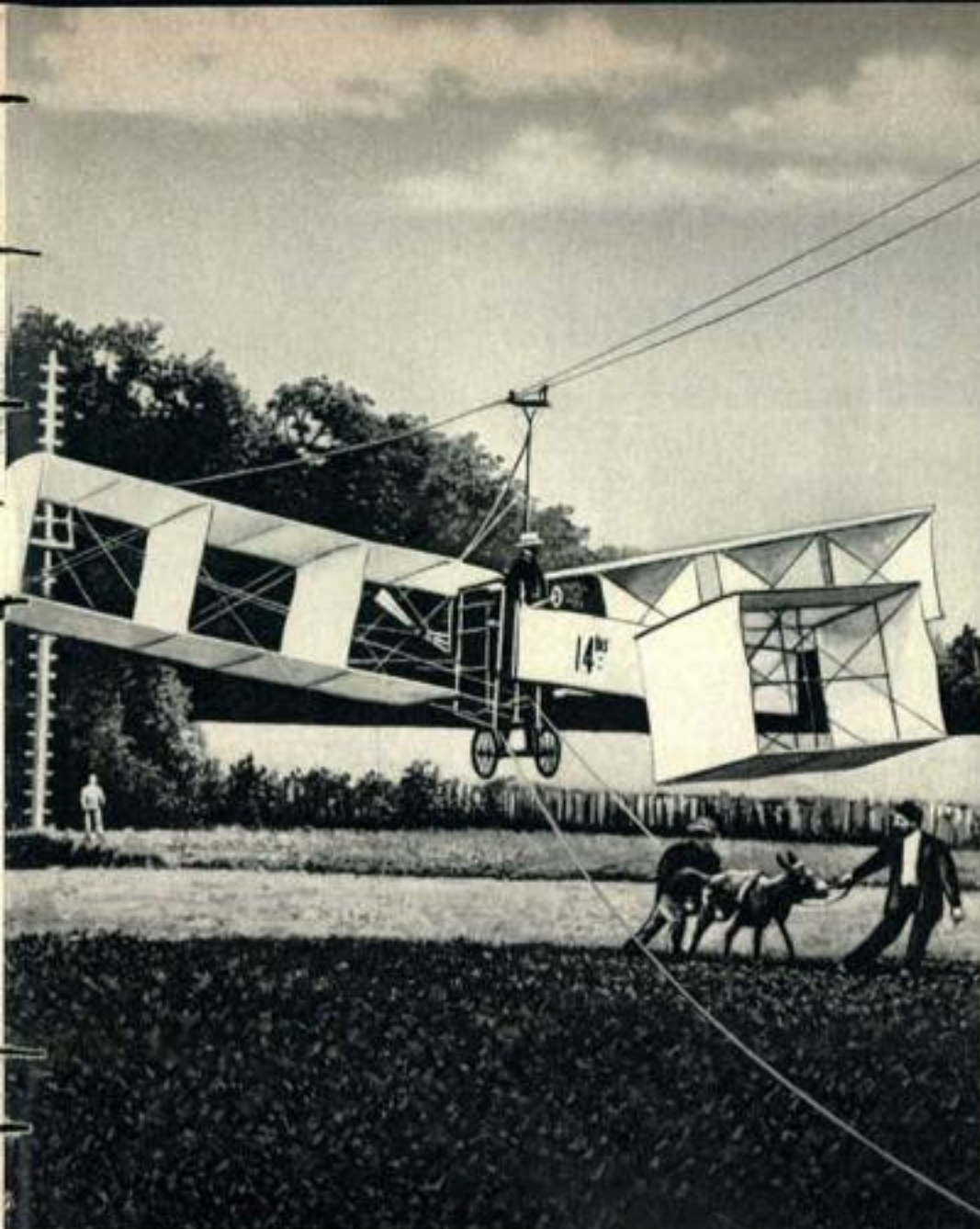
Luta no aeroporto

Os ouvintes da rádio de Dacca, capital de Bangladesh, que acompanhavam o desenrolar do mais longo seqüestro de avião da história — um DC-8 da Japan Airlines desviado para a cidade por membros da organização extremista Exército Vermelho Japonês —, tiveram, na manhã de domingo, dia 2, uma surpresa. De repente, vozes exaltadas interromperam o noticiário para anunciar que, não bastasse o seqüestro, "uma revolução estava em marcha no país", e no mesmo local onde se encontrava estacionado o avião japonês — o aeroporto da capital bengali. O seqüestro, depois de cinco dias de tensão, terminou sem vítimas: na segunda-feira, o DC-8 pousou na Argélia, onde os terroristas, de posse dos companheiros cuja libertação exigiam do governo de Tóquio, liberaram os últimos dezenove reféns e renderam-se às autoridades. Já a rebelião no aeroporto de Dacca não passaria sem deixar marcas mais profundas: embora sufocada em poucas horas, ela causou pelo menos 230 mortes.

Todo o episódio, na verdade, foi imediatamente envolvido no mais espesso mistério. Nenhum jornalista estrangeiro, ao que tudo indica, presenciou a tentativa de golpe e mesmo os mais atentos observadores diplomáticos pareciam ignorar, até o final da semana, os nomes dos líderes dos insurgentes. Tudo o que se sabe é que o movimento foi articulado por oficiais da Força Aérea e o comunicado divulgado pela rádio local esclarecia que os revoltosos se propunham instaurar um regime "livre de explorações".

Nova tentativa — Alguns escassos dados sobre a nebulosa rebelião foram, contudo, fornecidos pelo próprio presidente de Bangladesh, tenente-general Ziaur Rahman. Entre os mortos, informou ele, estavam onze oficiais que haviam concluído cursos de treinamento para operação dos aviões Mig adquiridos recentemente da China. Rahman, de 42 anos, um dos heróis da guerra de independência, admitiu ainda que houve recentemente incidentes sangrentos na cidade de Bogra, e há registro de conflitos militares também em Rangpur, ambas no noroeste do país.

Levantes armados não chegam a constituir novidade em Bangladesh, uma pequena e depauperada República onde 80 milhões de habitantes vivem numa área equivalente ao Amapá e com renda per capita anual de 1 500 cruzeiros. Em seis anos de vida independente, já ocorreram três golpes de Estado — o primeiro deles, em agosto de 1975, causador da morte do principal líder nas lutas de secessão contra o Paquistão, xeque Mujibur Rahman. O atual presidente parecia, porém, estar firmemente alojado no poder, desde que assumiu o controle da lei marcial, após uma insurreição conduzida por oficiais socialistas, dois anos atrás.

Ziaur Rahman passou a adotar uma política desenvolvimentista, fortemente influenciada por Robert MacNamara, presidente do Banco Mundial. Segundo algumas versões, o motim de domingo retrasado não passaria de uma nova tentativa dos militares de esquerda de assumir o controle do governo. As notícias de insatisfação nas Forças Armadas bengalis mostram que a política de "conciliação nacional" promovida por Rahman — que permitiu um débil retorno às atividades políticas no ano passado — não está surtindo os resultados esperados. E que a divisão entre os militares, que marcou de sangue a curta história de Bangladesh, ainda pode voltar a sacudir o país.

Grandes Invenções Brasileiras.

Não é invenção, não. Aqui restabelecemos a mais pura verdade histórica, numa contribuição desinteressada à formação da Memória Nacional.

Avião. Santos Dumont voou 60 metros de distância, a uma altitude variável de 2 a 3 metros, com o 14 Bis. 23 de outubro de 1906, Campo de Bagatelle, Paris. Pela primeira vez na história um engenho mais pesado que o ar voava por meios próprios. O 14 Bis tinha esse nome porque suas experiências iniciais de vôo foram feitas com ele acoplado ao balão Quotorze, que serviu como uma espécie de "nave mãe".

Máquina de escrever. Inventada pelo padre pernambucano Francisco João de Azevedo e apresentada na Exposição Nacional realizada em Recife em 1861, doze anos antes de ter aparecido a Remington n.º 1.

Abreugrafia. Processo para fotografar pulmões, para localizar casos de tuberculose, criado por Manuel Dias de Abreu, em 1936.

Relógio de pulso. Santos Dumont, preocupado com a conquista do espaço, entrou na Maison Cartier e revolucionou a moda e o marketing dos relógios. Explicou que, estando com as mãos ocupadas com os controles de vôo, não podia tirar o relógio do bolso para ver as horas. Então, ali mesmo, desenhou uma pulseira com um relógio e, voilà, o relógio de pulso começou a voar.

Balão dirigível. Ou "Máquina de voar". Ou "Passarola". De Bartolomeu Lourenço de Gusmão que, em 1709, conseguiu se elevar "a mais de 20 palmos", no dizer de uma testemunha, e a "due canne", ou seja, 4 metros, conforme afirmou o Cardeal Conti. Pode não ser muito, mas foi o começo de tudo.

Fotografia. Inventada na cidade de Campinas, São Paulo, em 1833, por Hercule Florence. Além da fotografia, Hercule inventou também a palavra fotografia. Isso foi demonstrado por um estudo de Boris Kossoy já reconhecido internacionalmente.

Válvula Hydra. A válvula de descarga, como é hoje, é uma invenção brasileira. E de 8 milhões de válvulas que estão instaladas no Brasil, 6 milhões são Hydra. Sua importância é tão grande que virou sinônimo de válvula de descarga. Tem um sistema de duplo estágio, patenteado pela Deca, para disparar a descarga da válvula suavemente. Mais um motivo para você ficar no seu banheiro, com todo conforto, tendo idéias que vão mudar os destinos da humanidade.

Só a Deca faz a válvula Hydra.

Fernando Pessoa escreveu seu primeiro poema - a quadra "A Minha Querida Mamã" - aos 7 anos de idade.

Monteiro Lobato publicou um jornalzinho em Taubaté aos 14.

Jorge Luis Borges fez um resumo em inglês da mitologia grega aos 7 e escreveu seu primeiro conto - "A Viseira Fatal" - aos 8.

James Joyce escreveu um panfleto contra um dos traidores do líder irlandês Parnell aos 9.

EGITO/SÍRIA

A frente interna

O quarto aniversário da guerra do Oriente Médio de 1973 coincidiu, na semana passada, com um *tour de force* diplomático em Washington e Nova York, numa tentativa de reconvocar a Conferência de Genebra. A semana, entretanto, terminou envolta nas mesmas brumas com que se iniciara. Nem Israel, nem os árabes, nem os Estados Unidos chegaram a qualquer acordo sobre a questão crucial das negociações: como o povo palestino será representado em Genebra? Além da questão palestina, de qualquer forma, ainda persistem várias outras dificuldades no árduo caminho para Genebra. Pesam significativamente na balança das negociações, por exemplo, as atribulações internas enfrentadas pelos países envolvidos na crise — capazes de, a qualquer momento, estancar novamente o rumo das conversações. Abaixo, um resumo das crises políticas e econômicas que abalam, hoje, o Egito e a Síria, as duas principais nações árabes da linha de frente na luta contra Israel.

O cavaleiro Sadat

O sétimo aniversário do governo do presidente egípcio Anuar Sadat foi comemorado, no último dia 28 de setembro, em meio a um clima muito pouco condizente com uma festividade — e havia razões para isso. Em primeiro lugar, essa também é uma data fúnebre — nesse dia, em 1970, morreu o ainda hoje cultuado presidente Gamal Abdel Nasser. Além disso, Sadat preside hoje uma nação empobrecida, acossada por turbulências políticas e conflitos religiosos. No plano externo, a situação não é menos sombria. Sadat ainda não conseguiu progressos significativos nas negociações de paz com Israel. E seu afastamento da órbita de influência da União Soviética e aproximação do Ocidente não trouxe, até agora, os frutos econômicos que se esperavam.

Tudo isso fez com que o discurso do presidente egípcio, na ocasião, não se revelasse exatamente animador. Sadat confessou a existência de graves dificuldades econômicas e chegou a pedir à URSS uma moratória de dez anos para o pagamento de uma dívida de 4 bilhões de dólares (60 bilhões de cruzeiros).

Muçulmanos e cristãos — Como é hábito nessas ocasiões, Sadat renovou também as promessas de que tudo melhorará nos próximos anos. Mas, tendo em vista as inquietações recentes que têm perturbado a vida egípcia, será difícil para Sadat cumprir seus propósitos. Em janeiro, apertado por exigências do Fundo Monetário Internacional — que para liberar seus empréstimos exigia, como garantia, algum sinal de estabilidade econômica no país —, Sadat aumentou substancialmente os preços dos gêneros e dos serviços. Como conseqüência, o Egito viu-se subitamente mergulhado em sangrentos conflitos de rua que provocaram centenas de mortes.

Dias depois os preços eram abaixados novamente — mas nem por isso o país se pacificou. Simultaneamente, começaram a espocar sinais de mal-estar de fundo religioso, levados ao auge quando um grupo de fanáticos muçulmanos seqüestrou e assassinou, em julho, um ex-ministro. A verdade é que o próprio Sadat vinha estimulando a atividade dos militantes muçulmanos — conservadores ao extremo — como antídoto contra os esquerdistas. Logo a situação lhe escaparia do controle, porém, e sangrentos conflitos passaram a registrar-se no país, agora entre os muçulmanos, que representam a maioria dos 39 milhões de egípcios, e a minoria cristã da seita copta — cerca de 2,5 milhões. Somente no dia 21 de setembro Sadat conseguiu reunir-se com os líderes máximos das duas religiões e negociar com eles uma trégua.

AP

SVEN SIMON

Sadat e Assad: além do inimigo israelense, fortes pressões domésticas

Cavaleiro medieval — Por tudo isso, chega-se a falar, no Ocidente, na possibilidade de que Sadat seja afastado do poder. Internamente, contudo, tanto intelectuais e jornalistas como funcionários do governo consideram essa possibilidade algo remota. O único poder capaz de derrubar o presidente — argumentam eles — seria o Exército. Mas este, além de reconhecidamente apolítico, é comandado pelo general Mohammed Abdel Ghani Gamassi, um fiel seguidor de Sadat.

Seja como for, ninguém pode negar que Sadat atravessa uma das situações mais difíceis de seus sete anos de presidência. Como observou um jornalista estrangeiro, "Sadat parece freqüentemente um cavaleiro medieval cercado de inimigos. Quando ele elimina um com sua espada, três outros surgem às suas costas".

As asas de Assad

Desde que tomou o poder na Síria, em novembro de 1970, o presidente Hafez Assad já enfrentou muitas dificuldades — a mais séria das quais foi a guerra de outubro de 1973, contra Israel. Nunca, entretanto, esse general-brigadeiro de 47 anos, ex-comandante da Força Aérea de seu país, se viu às voltas com um tão intricado emaranhado de problemas, externos e internos, como hoje. E, graças a um amontoado de denúncias de diversos tipos — desde corrupção no nível oficial e enriquecimentos ilícitos de certas personalidades próximas ao governo até os astronômicos gastos com a infindável e impopular campanha do Exército no Líbano —, o prestígio de Assad vem caindo perigosamente.

Hoje, em Damasco, critica-se abertamente o governo e até a imprensa, controlada pelo governo, não deixa de publicar histórias do tipo: "Os novos milionários", "Uma burocracia podre" ou "Corrupção até o pescoço". Além disso, o governo de Assad enfrenta também opositores que não hesitam em lançar mão dos métodos mais violentos. Nos últimos dois anos houve diversos atentados a bomba e assassínios de personalidades como o chefe do Corpo de Mísseis do Exército, general-brigadeiro Abdel Hamid Razzuk, e o do reitor da Universidade de Damasco, Mohammed al Fahdel.

Frota de Mercedes — Até hoje paira um certo mistério sobre essas mortes, assim como sobre os demais atentados. O governo responsabilizou, mais de uma vez, o regime do vizinho e inimigo Iraque — governado por uma facção do partido Baath adversária da que está no

poder na Síria. Mas há outras versões. Alguns acreditam, por exemplo, que na origem desses atos de violência está uma antiga animosidade entre duas seitas muçulmanas existentes na Síria: os sunitas, de um lado, que representam três quartas partes dos 7,7 milhões de habitantes do país, e os alawitas, com apenas 11% da população do país. Os defensores dessa versão acreditam na existência de uma verdadeira conspiração sunita contra o governo. E baseiam suas evidências num fato: as duas vítimas dos atentados — como aliás o próprio presidente Assad e a maioria dos altos oficiais das Forças Armadas — pertenciam à seita alawita.

De qualquer forma, os casos de corrupção no governo de Assad constituem a principal — e mais antiga — mancha em sua reputação. As denúncias começaram quando a Síria, logo após o fim da guerra de 1973, passou a gozar das generosas quantias enviadas a título de ajuda militar pelos países árabes ricos em petróleo. Houve casos notórios de pouco cuidado dos sírios na aplicação de seu dinheiro — como quando, no início do ano passado, o governo renovou completamente sua frota de carros, importando uma caríssima partida de Mercedes-Benz.

Doação ao Estado — Mais ou menos na mesma época, a própria Arábia Saudita foi alertada para certos esbanjamentos cometidos pelo governo sírio e decidiu vigiar mais de perto o destino de seus petrodólares — enviando funcionários para conferir a aplicação do dinheiro. No plano interno, enquanto isso, havia sinais igualmente pouco confortadores para o governo. O mais grave ocorreu no último dia 1.º de agosto, quando apenas 5% do eleitorado compareceu a uma simbólica eleição realizada no país para renovar o Conselho Nacional.

Assad parece ter, com isso, recebido a mensagem. Uma semana depois ele ordenou a criação de uma comissão para investigar os casos de corrupção e enriquecimento ilícito — e, para impedir que seu nome fosse envolvido diretamente nas denúncias, doou ao Estado parte de seus bens, na maioria imóveis. Dentro dessa campanha de moralização, dezenas de pessoas — entre elas diversos oficiais das Forças Armadas — foram detidas. Tais medidas, entretanto, não dão mostras de ter sensibilizado os sírios, particularmente porque em momento algum o governo ousou tocar na figura do todo-poderoso Rifat Assad, irmão do presidente e comandante de sua guarda pretoriana — sobre quem pesam as mais graves acusações. Como observou um diplomata ocidental em Damasco: "Eu não acredito que ele (o presidente) possa cortar as asas de seu irmão sem, ao mesmo tempo, cortar as suas próprias".

Roma: forças da polícia lançam gás em manifestantes esquerdistas

ITÁLIA

Dois em cada três

O bairro da Balduina, habitado pela classe média alta de Roma, é um reduto eleitoral do Movimento Social Italiano, partido político de inspiração fascista. Na noite do último dia 30 de setembro, uma sexta-feira, quando passava a poucos metros da seção local do MSI, na Via della Balduina, o estudante Walter Rossi, 20 anos, militante do grupo de extrema esquerda Lotta Continua, foi reconhecido, perseguido e, finalmente, assassinado com dois tiros nas costas por um grupo de jovens *missini* — os militantes neofascistas.

Por razões desconhecidas, a polícia, que faz plantão permanente na área, não interveio no momento do crime e, depois, não conseguiu prender nenhum dos neofascistas. Horas mais tarde, contudo, quase todo o aparelho policial da Itália estava mobilizado — desta vez para conter a violenta reação de grupos de extrema esquerda que pipocou em quase todas as grandes cidades da península. Em Roma, no dia seguinte, enquanto eram organizadas três manifestações diferentes de protesto, grupos mais radicais incendiavam três sedes do MSI, inclusive a da Via della Balduina. Em Bolonha, Milão, Turim, Florença, Verona e outros centros, houve choques com a polícia, depredações de carros, ataques e incêndios a pontos de encontro de neofascistas. O saldo em vítimas pessoais, no fim da semana, era de dezenas de policiais feridos e um morto — o operário e estudante de química Roberto Crescenzio, 22 anos, sem filiação política, queimado em Turim por um coquetel Molotov.

Contingente explosivo — De resto, houve manifestações de fé democrática e antifascista por parte do governo, dos partidos políticos e dos jornais italianos — algo que se tornou um hábito nacional após cada investida mais grave da extrema direita. Os incidentes, porém, serviram para que se manifestasse uma outra e mais recente peculiaridade da política italiana — a austera reação do Partido Comunista, que praticamente participa do governo de forma indireta desde que subscreveu há três meses, junto aos cinco outros maiores partidos políticos, um programa de governo de emergência.

O PCI voltou a equiparar a extrema esquerda à extrema direita. E o senador comunista Nino Trombadori, em carta publicada na primeira página do jornal socialista *La Reppublica*, fez considerações que seriam sem hesitação endossadas por políticos em qualquer parte considerados conservadores pelos comunistas. Trombadori achou "estranho" que a morte do estudante Crescenzio, vítima das agitações de extrema esquerda, não tivesse merecido o mesmo elevado grau de protesto que teve a de Rossi, vítima dos direitistas — para o senador, "duas idênticas manifestações de intolerância fascista".

A preocupação do PCI com a ordem pública, motivo da ironia de muitos adversários e da repulsa da extrema esquerda, não deixa, de qualquer forma, de ter base em uma preocupante realidade. Na própria quarta-feira em que saiu publicada a carta, uma pesquisa de opinião do Instituto Doxa revelou que "dois de cada três" jovens italianos são contra o uso da violência para fins políticos.

Esse resultado, se chegou a ser exaltado por alguns observadores como positivo, revela também que uma assustadora parcela dos jovens aceita sem maiores problemas a ação política violenta. O que talvez não seja estranhável num país como a Itália — em que nada menos que 1 milhão de jovens entre 14 e 29 anos, mesmo tendo terminado o curso secundário ou a universidade, encontram-se desempregados.

SUÍÇA

À saída do castelo

Pouco depois de 8 horas da manhã da última segunda-feira, abriram-se os pesados portões que protegem o castelo suíço do boliviano Georges Ortiz Patiño, sobrinho do multimilionário Antenor Patiño, o "rei do estanho". A casa, rodeada por 40 000 metros quadrados de gramado, fica numa colina da região de Capite, próxima a Genebra — um bairro formado de riquíssimas mansões. Era a hora de Graziela, de 5 anos e filha única do casal Ortiz Patiño, ser levada a uma escola maternal próxima por Iziro Fernández, *maître d'hotel* da família.

Graziela saiu de casa e foi ajudada a entrar num dos carros da casa por Izidro, que fechou a porta traseira direita. Quando dava a volta para tomar o volante, foi abordado por um jovem "de aspecto latino" — conforme informou mais tarde — que lhe perguntou por um determinado endereço. Recebendo a informação, agradeceu e fez menção de ir embora. Tudo, então, se passou em questão de segundos: ao tentar entrar no carro, Izidro foi golpeado com violência na cabeça. Semiconsciente, pôde perceber outro homem juntar-se ao primeiro para espancá-lo. Enquanto isso, Graziela, aos gritos, procurava voltar à casa, mas foi alcançada por um dos homens que a agarrou e saiu correndo em direção a um Alfa Romeo azul estacionado nas proximidades. O carro arrancou em seguida com os dois desconhecidos e a garota.

FOTOS UPI

Os pais de Graziela Patiño na televisão suíça: "Não lhe façam mal"

"Não lhe façam mal" — Foi o primeiro seqüestro de uma criança na Suíça nos últimos 25 anos — e o fato é que certas hesitações registradas no início acabaram facilitando a fuga dos criminosos. A família — alertada por Izidro, que logo em seguida conseguiu levantar-se com auxílio de um trabalhador de uma obra próxima — demorou 15 minutos para avisar a geralmente eficiente polícia suíça. Com isso, os seqüestradores muito provavelmente deixaram o país, por uma entre as mais de dez saídas para a França existentes a 10 minutos do local do seqüestro. O Alfa Romeo foi encontrado 20 minutos mais tarde pela polícia. Tinha sido roubado dias antes perto de Lausanne e as placas de Gênova, Itália, que usava, eram falsas. Dentro do carro, havia resíduos de clorofórmio, com certeza utilizado para dopar a criança.

Pouca coisa mais que isso foi possível saber até o fim da semana. Os seqüestradores telefonaram para os pais de Graziela, mas de início apenas exigiram que a polícia não interviesse — e os Ortiz Patiño conseguiram manter as autoridades fora do caso por algum tempo. Um inspetor, horas depois do seqüestro, deu informações gerais à imprensa e pediu moderação no noticiário para não colocar em risco a vida da menina. À noite, os pais de Graziela fizeram um dramático apelo aos seqüestradores pela televisão: "Farei tudo o que vocês quiserem", disse Georges Ortiz Patiño. Chorando, sua mulher pediu: "Por favor, devolvam minha filha e não lhe façam mal".

Alvo-padrão — Alguns jornais suíços chegaram a insinuar que se trataria de um seqüestro político, tendo em vista as possíveis ligações de Antenor Patiño, o tio-avô da menina, com o governo boliviano. Apesar de suas minas terem sido desapropriadas durante o governo nacionalista de Víctor Paz Estenssoro, no início da década de 50, Patiño ainda manteria altos interesses na Bolívia e estaria sustentando alguns projetos do atual presidente Hugo Banzer — razão pela qual poderia provocar a ira de militantes da esquerda. Tudo indica, entretanto, que se trata de um crime comum. Patiño, hoje com 82 anos, vive em Paris, não visita a Bolívia há treze anos e tem muito mais ligações em países como os Estados Unidos, e o Canadá, sede de seu vasto império econômico, do que em sua própria terra natal. Seu sobrinho Georges, no entanto, é um alvo-padrão para seqüestradores à cata de dinheiro: junto com seu irmão mais velho Jaime — "Jimmy" —, ele administra os negócios do tio sem filhos, e será um de seus principais herdeiros.

ESPANHA

Acordo e anistia

Era meia-noite e meia de quinta-feira passada quando o deputado Javier Azallus, representante do Partido Nacionalista Basco espanhol, deixou uma das salas do Palácio das Cortes, o Parlamento da Espanha, e dirigiu-se ao gabinete do vice-presidente do Legislativo, Luiz Gómez Llorente. Ele levava um manuscrito cheio de correções e apontamentos feitos a mão — produto de quatro dias de árdua, minuciosa negociação política mantida a portas fechadas entre representantes de todos os partidos políticos espanhóis, exceto o direitista Aliança Popular.

Por unanimidade, os partidos do governo e da oposição haviam chegado a um acordo sobre um amplo projeto de anistia política e trabalhista que beneficiará incontáveis cidadãos espanhóis. Condenados por crimes políticos, mesmo de morte, estão entre os beneficiários. Além deles, prevê-se a reabilitação de trabalhadores demitidos de seus empregos por atividades políticas ou sindicais, e militares que ou bem se opuseram à ditadura do generalíssimo Francisco Franco ou, ao tempo da Guerra Civil Espanhola, lutaram pelo Exército republicano contra os franquistas. Mais uma vez a Espanha, onde já houve um indulto e uma anistia parciais desde a posse do rei Juan Carlos, em 1975, vivia um nobre momento da exemplar reconciliação nacional, que tem caracterizado seu processo político.

Relógio atrasado — Como se poderia prever, não foi fácil alcançar um acordo sobre o projeto — inicialmente apresentado em conjunto pelos diversos partidos de esquerda. Tanto é que a comissão, mesmo trabalhando em média seis horas por dia, ultrapassou em meia hora o prazo máximo previsto para suas atividades no regimento interno das Cor-

tes. Esse prazo expirava à meia-noite de quinta-feira. Quando faltavam 12 minutos para a hora fatal, foi necessário que alguém providenciasse um oportuno enguiço no relógio oficial pelo qual os deputados se guiavam.

Não se divulgou o texto do projeto a ser apresentado — e certamente aprovado — no plenário das Cortes, nos próximos dias. Sabe-se, porém, que o documento em geral é o resultado de prodígios de equilíbrio, obtidos após concessões de parte a parte. Não se chegou a uma anistia *maximalista* — que poderia provocar irritações em setores sensíveis das Forças Armadas. Mesmo assim, não se deixou de chegar a uma generosa amplitude, considerada indispensável para sepultar de vez o fantasma da guerra civil e da ditadura.

Os excluídos — Assim, haverá anistia total para todos os crimes e faltas "de intenção política" cometidos antes de 15 de dezembro de 1976, dia do plebiscito em que se aprovou por esmagadora maioria a lei de reforma política. Os delitos do mesmo tipo cometidos entre essa data e 15 de junho passado — dia das eleições gerais — também serão anistiados, desde que "seu motivo tenha sido o restabelecimento das liberdades públicas e a consolidação da democracia". Com isso, ficam fora do benefício os atentados, os seqüestros e os assassínios de policiais cometidos nos últimos meses pelos terroristas do GRAPO, um grupo supostamente de esquerda. E ficam também excluídos os responsáveis por atos que tenham "atentado contra o restabelecimento da normalidade democrática" — com o que não serão beneficiados ultradireitistas, como os assassinos de cinco advogados sindicais baleados em janeiro passado.

No capítulo militar, o mais difícil, a anistia só não incluirá a reintegração dos punidos às Forças Armadas. Dessa forma, entre outras coisas, os oficiais republicanos afastados em 1939 ganharão direito à pensão correspondente à que hoje teriam, se houvessem se aposentado em condições normais. Quanto aos trabalhadores demitidos por motivos políticos, voltarão a seus empregos — não se sabendo apenas se terão direito a salários atrasados.

FRANÇA

Sombra do passado

Como se suas dificuldades políticas já não fossem suficientemente sérias, o secretário geral do Partido Comunista Francês, George Marchais, está envolvido em uma delicada questão judicial. Na semana passada, exatamente quando as divergências do PC com seu aliado, o Partido Socialista, chegavam a um ponto praticamente de ruptura — com Marchais acusando os socialistas de terem dado uma "guinada à direita", e reafirmando que da forma como vão as coisas não assinará com eles um novo "programa comum" —, o líder comunista ainda acompanhara constrangido o processo que corre na 12.ª Vara do Tribunal de Paris. Na semana anterior, depondo no Tribunal, na qualidade de testemunha, ele já chegara às lágrimas ao declarar: "Diante da Justiça de meu país, juro solenemente que nunca trabalhei como voluntário na Alemanha durante a II Guerra Mundial".

CAMERA PRESS

Marchais: voluntário ou à força?

No processo iniciado no último dia 19, e retomado na semana retrasada, Marchais não é, tecnicamente, acusado de nada. Ele se apresenta, pelo contrário, como vítima de uma falsificação de dois documentos publicados, em março de 1973, por dois jornais parisienses — o semanário de extrema-direita *Minute* e o boletim mensal *La Nation Socialiste*. Mas o teor dos documentos explica a explosão emocional do secretário do PC sem precedente em sua carreira: eles se referem a um dos períodos mais amargos da História francesa, a ocupação nazista, e atribuem a Marchais um desempenho pouco elogiável.

Fatos e versões — O primeiro é uma ficha dos serviços de ocupação alemã indicando que Marchais foi contratado, em 1942, pelas usinas Messerschmidt, em Augsburgo. O segundo é o recibo de uma quantia em dinheiro que os alemães pagavam, na época, aos trabalhadores franceses que se apresentavam como voluntários. O secretário geral do PCF não nega a existência dos documentos nem o fato de ter trabalhado na Alemanha. Alega, porém, que as fotocópias publicadas foram adulteradas para sugerir que ele viajou como voluntário, quando, na verdade, teria sido obrigado a partir.

De fato, a referência Direction des Affaires de Requisition et d'Occupation, que figurava no título do documento original, simplesmente desapareceu na reprodução impressa. Mas os advogados dos dois jornais argumentam que esta falha não altera em nada o essencial da história. Além disso, os documentos datam de 1942 e sabe-se que os nazistas só começaram a requisitar trabalhadores franceses à força em fevereiro de 1943. Os responsáveis pela publicação das fotocópias afirmam ainda que o atual secretário do PC, então com 22 anos, já trabalhava, em Paris, numa indústria aeronáutica que consertava aviões alemães. Não haveria, por conseguinte, qualquer lógica em transferi-lo, contra sua vontade, para uma empresa similar na Alemanha.

Lacunas e ambigüidades — Marchais, é claro, tem uma versão diferente dos fatos. Ele conta que os alemães cercaram a fábrica onde trabalhava, escolheram trinta operários e os obrigaram a assinar os papéis que lhes apresentaram. O relato foi confirmado na quinta-feira por um sobrevivente do grupo e o secretário geral do PC tem outro elemento de defesa: afirma que tentou a fuga duas vezes. Na primeira, teria sido capturado. Na segunda, conseguiu chegar a Paris e passou o resto da guerra na clandestinidade, embora sem participar ativamente do movimento de resistência aos ocupantes alemães.

Apesar de suas lacunas e ambigüidades, a história parece plausível e o comportamento de Marchais, para quem conhece o período da ocupação nazista, não seria melhor nem pior que a média da época. Mas sua posição como líder de um partido que cultua o heroísmo dos membros da Resistência torna os documentos particularmente embaraçosos. Eles servem ainda para reavivar velhos rancores e rivalidades. Auguste Lecouer, diretor de *La Nation Socialiste*, o primeiro jornal a publicar as fotocópias, foi um dos principais líderes da Resistência e chegou a ocupar o segundo posto na hierarquia do PCF antes de ser expulso, em 1955. Ele acusa Marchais de ter falsificado sua biografia para aderir ao partido, no final da guerra, porque todos os trabalhadores voluntários na Alemanha eram sumariamente rejeitados.

O processo judicial, de qualquer forma, não terminou e novos fantasmas podem ainda ressurgir do passado para perseguir Marchais. A maioria da imprensa francesa, entretanto, tanto de direita como de esquerda, tem tratado o assunto com grande discrição. Como se a opinião pública houvesse decidido que o melhor a fazer com esse período da História é enterrá-lo.

ÁFRICA DO SUL

Pela South African Airways, custa quase nada descobrir um novo mundo no caminho para o velho.

É muito pouco o que você paga para ter na sua viagem à Europa um começo excitante, estimulante e muito pouco europeu.

Por alguns cruzeiros a mais, a South African Airways faz a Europa começar na África do Sul.

Você vai encontrar toda a emoção que uma viagem precisa para se tornar inesquecível.

Entre as feras livres e selvagens nas imensas reservas animais.

Nas cidades modernas e sofisticadas como Johannesburg, Pretória, Cabo, com seus hotéis luxuosos, seus restaurantes requintados e sua imensa vida noturna.

No ritmo contagiante das danças rituais de tribos nativas tão coloridas que deixam qualquer show do Moulin Rouge no chinelo.

Bastam alguns dias para você conhecer a Africa do Sul.

E com o novo plano de crédito da South African Airways bastam algumas horas para começar a fazer as malas.

Procure o seu agente de viagens ou a South African Airways.

Ou remeta o cupom abaixo, para maiores informações.

Todas as 2.as e 4.as. Em convênio com a Varig.

Rio: Av. Almirante Barroso, 22 loja - tel.: 224-2277
SP: Av. São Luiz, 112 - 11.º andar tel.: 257-2914

SOUTH AFRICAN AIRWAYS
Onde ninguém é um estranho.

Voe agora, pague depois.

Grátis

Para: O Gerente, South African Airways - Av. Almirante Barroso,
Rio de Janeiro - Gostaria de receber folhetos ilustrados sobre
África do Sul e informações sobre o novo plano de crédito

Nome:
Endereço:
Profissão:

Está perto o dia em que a tecnologia vai alcançar a ficção.

Enquanto espera, leia aqui as aventuras dos veículos Fiat Diesel.

Qual fantástica energia propulsora o homem vai usar nos transportes do Século XXI?

A Fiat Diesel só conhece dois caminhos para responder a essa pergunta: tecnologia e um alto investimento em pesquisas.

É isso o que ela agora está trazendo ao Brasil, sucedendo a Fábrica Nacional de Motores, para produzir no Rio de Janeiro a sua avançada linha de veículos industriais.

A Fiat fabricou em 1906 o seu primeiro motor Diesel, a grande revolução na tecnologia do transporte do Século XX. 70 anos de experiência depois, a Fiat Diesel tem muitas aventuras para contar. Seus veículos dominaram terra, mar e ar: enormes escavadeiras, motores marítimos e de aviões, máquinas incríveis aperfeiçoadas a cada dia para melhor servir o homem. E caminhões que já fizeram de tudo neste mundo: provaram sua força nas pistas desertas do Saara, nas estradas geladas da Noruega, a 5.000 metros de altitude nas rodovias da Bolívia ou na rota Amsterdam-Karachi, vencendo esses inimigos naturais, sem sofrer um arranhão.

Chega a parecer ficção, mas não é.

Os poderes desses veículos são reais, e foram conferidos por uma tecnologia respeitada onde quer que se pronuncie o seu nome: Fiat Diesel.

Começa hoje no Brasil a era Fiat Diesel. Os mais avançados veículos industriais criados pelo homem rodando nas nossas estradas.

Por sinal, um nome que será muito falado entre nós. Pois acaba de chegar com dois grandes objetivos: criar, projetar e produzir no Brasil seus caminhões e ônibus Diesel, para rodar não só aqui como nas estradas de todo o mundo.

E provar que o Brasil já tem a mais avançada tecnologia que o homem conhece hoje.

Fiat Diesel Brasil S.A.-Rio de Janeiro

FOTOS DE CARLOS NAMBA

Mineiros na saída da mina Siglo XX: queixas de não participação nos frutos da riqueza do país

BOLÍVIA

À espera de uma abertura

Ao completar seis anos no poder, em agosto passado, o general Hugo Banzer tornou-se o presidente boliviano que até agora mais durou no poder, neste século. Isso não o impediu, no entanto, de nos últimos meses pronunciar-se repetidas vezes sobre a necessidade de uma normalização institucional do país — respondendo a um crescente desejo de mudança da parte de diversos setores da nação. Duas semanas atrás, o editor-assistente de VEJA Paulo Sotero esteve na Bolívia para averiguar as razões e o alcance da abertura política anunciada pelo presidente Banzer. Seu relato:

Durante a viagem que fez a Washington no início do mês passado, para assistir à assinatura do novo acordo do canal do Panamá, o presidente boliviano Hugo Banzer Suárez aproveitou a ocasião para telefonar ao ex-presidente Víctor Paz Estenssoro, o chefe do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) exilado na capital americana há três anos, e comunicou-lhe que poderá voltar à Bolívia quando quiser. Não se sabe como o antigo líder, hoje com 69 anos, recebeu a oferta. Mas a notícia, que o próprio Banzer fez espalhar em La Paz duas semanas atrás, foi suficiente para estimular a imaginação dos políticos bolivianos, em recesso forçado desde novembro de 1974.

Mais do que um simples gesto cavalheiresco, muitos viram na atitude do presidente um novo sinal de aceleração do processo de distensão política oficialmente anunciado em janeiro passado, e que prevê uma normalização da vida institucional do país em 1980. É possível que eles estejam certos. O fato é que não faltam hoje na Bolívia sintomas de um afrouxamento do regime militar que até poucos meses atrás tolhia por completo a vida política no país. O vasto contingente de cerca de 5 000 exilados políticos bolivianos no exterior, por exemplo, começou a diminuir recentemente, ainda que de forma lenta e seletiva. Sete dos 53 líderes mineiros que haviam sido despachados para o Chile durante a greve geral que paralisou as minas em junho do ano passado — e que viviam confinados na inóspita região sul chilena — foram autorizados a voltar. Da mesma forma, alguns jornalistas pouco complacentes com o regime puderam regressar.

Sucesso nos cinemas — Também há um contingente de cerca de duas dúzias de políticos que retornaram nos últimos tempos. Entre eles encontra-se o ex-ministro do Planejamento Roberto Jordán Pando, chegado há vinte dias a La Paz, depois de doze anos de exílio. Aos 47 anos, Jordán Pando, consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, é apontado nos meios políticos como um provável futuro líder do MNR de Paz Estensoro. As atividades partidárias, é certo, continuam suspensas. Mas nos últimos meses o debate dos temas políticos voltou a viscejar em entidades como o recém-fundado Instituto de Estudos Geopolíticos, que congrega personalidades de diferentes partidos e tem se manifestado com freqüência a favor de uma redemocratização do país.

Isso não é tudo. Na imprensa, embora ainda não liberta das limitações da autocensura, já são igualmente perceptíveis os primeiros sinais de abertura. Após um longo jejum em matéria de assuntos polêmicos, o matutino católico *Presencia* abriu suas colunas no mês passado, para que os porta-vozes dos principais partidos políticos, até então incluídos numa lista de nomes proibidos de aparecer nos jornais, opinassem sobre o plano por etapas de normalização da vida política do país apresentado por Hugo Banzer, em janeiro.

Ao mesmo tempo, uma aragem liberalizante pode ser constatada nas vitrinas de algumas livrarias, onde obras de conteúdo político, algumas até de inspiração marxista, fizeram sua reaparição. Por fim, para surpresa de muitos políticos e intelectuais, o filme de maior sucesso este ano no país foi "Chuquiago",

Ruas de La Paz: sinais da conjuntura econômica favorável

um longa-metragem boliviano que permaneceu durante dez semanas em cartaz e revela, sem maiores cerimônias, as condições de vida das diferentes categorias sociais que coabitam em La Paz — desde o jovem e miserável filho de camponeses do altiplano, que chega pela primeira vez à cidade em busca de trabalho, até uma abastada família do bairro de Obrajes, passando pelos operários e a classe média.

A pressão da dívida — É bem verdade que ao lado desses primeiros indícios de mudança persiste a repressão política. O presidente do Conselho Executivo da Assembléia Boliviana dos Direitos Humanos, padre Julio Tumiri, disse a VEJA que pelo menos sessenta pessoas, na maioria modestos mineiros e camponeses, estão presos sem culpa formada nas cadeias de Chonchocoro e Achocara, alguns deles há quase dois anos. "Além disso", afirma Tumiri, "cerca de 2 000 pessoas vivem em regime de prisão domiciliar, e variadas ameaças pesam sobre qualquer trabalhador ou camponês que ouse criticar o governo."

Conscientes dessa situação ambígua, nem por isso os políticos deixam de, nas suas cada vez mais freqüentes reuniões particulares, avaliar as razões que teriam levado o todo-poderoso regime de Banzer a abrir algumas válvulas de manifestação política. Para o ex-presidente Luis Adolfo Siles Salinas, o último chefe de Estado constitucional do país, derrubado por um golpe militar em 1969, "a pressão diplomática do governo Carter sobre regimes como o boliviano e todos os seus similares latino-americanos é certamente determinante". Por outro lado, as razões internas não são poucas. "A primeira delas", assegura uma fonte com livre trânsito entre os militares, "é que eles não chegam a pensar que vão durar para sempre no poder."

Existem, porém, motivos mais concretos. A economia boliviana, que segundo os próprios opositores do governo jamais conheceu tanta prosperidade — em grande parte graças ao aumento de cerca de 400% nos preços do estanho, o principal produto de exportação do país, desde a subida de Banzer ao poder em 1971 —, passaria a sofrer a partir do próximo ano as conseqüências do endividamento externo, que atinge a cifra de 2 bilhões de dólares num país de menos de 5 milhões de habitantes. O próprio general Banzer, embora considere o volume da dívida perfeitamente dentro dos limites da prudência, afirmou a VEJA que no próximo ano cerca de 25% dos 600 milhões de dólares das exportações serão gastos no pagamento de juros e amortização da dívida. E isso não apenas instiga os adversários de Banzer a fazerem cálculos agourentos em relação à sorte do presidente, como preocupa o setor empresarial, que tem sido até agora um dos pilares de sustentação do regime.

Tudo importado — Para complicar as coisas, afirma-se, mesmo em meios oficiais, que uma parcela significativa dos empréstimos contraídos não teria sido aplicada em obras reprodutoras de capital, mas na construção de prédios oficiais e em obras no mínimo mal planificadas. Citam-se como exemplos as duas refinarias de petróleo atualmente em construção em Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba. Juntas, elas terão capacidade para tratar 70 000 barris diários. Mas a produção atual é de apenas 35 000 barris, e está diminuindo de ano para ano, ao contrário do que diziam as retumbantes previsões divulgadas pela empresa estatal Yacimentos Petroliferos Fiscales de Bolivia, tempos atrás.

Mais grave do que isso, contudo, parecem ser as repercussões sociais provocadas pela distribuição dos benefícios gerados com o crescimento econômico dos últimos anos. Os críticos do regime afirmam que o pequeno milagre econômico boliviano beneficia uma reduzida parcela da população, enquanto a grande massa de 3 milhões de camponeses permanece à margem do sistema econômico — e os 60 000 mineiros, metade dos quais trabalhando nas grandes minas do Estado e que produzem a maior parcela da riqueza do país, vivem com seus salários congelados há três anos. Exemplos concretos dessa situação estão à vista em La Paz, cuja população — certamente maior do que os 600 000 habitantes indicados no censo oficial — em sua grande maioria vive abrigada em casebres encrustados nas encostas que cercam a capital.

No centro da cidade, os representantes da pequena classe média do país, que cresceu bastante nos últimos anos e hoje englobaria cerca de 300 000 pessoas, desfilam nos seus automóveis Brasília importados ao preço de 9 000 dólares — três vezes mais do que custariam no Brasil. Para eles são dirigidos os anúncios de crediários para a compra de geladeiras, televisores e toda espécie de eletrodomésticos — importados, como quase tudo no país. Segundo um estudo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a pauta de importações da Bolívia aumentou de 180 milhões de dólares em 1971 para 580 milhões no ano passado, fortemente pressionada por itens supérfluos.

A gota d'água — Em contraste, o poder aquisitivo da população caiu 25% nos últimos seis anos, segundo números oficiais. Assim, até mesmo alguns *coordinadores* sindicais nomeados pelo governo depois que as atividades sindicais propriamente ditas foram proibidas, em novembro de 1974, aderiram mais recentemente ao coro dos descontentes. Procurado por VEJA, um deles, o atual secretário geral da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, Angel Vargas, que congrega os 30 000 trabalhadores do setor de mineração estatizada, não poupou críticas ao salário de 25 pesos diários, ou 18 cruzeiros, que ganha a maioria dos trabalhadores do setor.

FOTOS DE CARLOS NAMBA

Cartaz de "Chuquiago": um sucesso

"Banzer é um homem com talento político", argumenta o ex-presidente Siles Salinas. "E esse rol de problemas já seria suficiente para fazê-lo pensar em aproveitar a conjuntura econômica ainda favorável para reformar o regime e tentar perpetuar-se de alguma forma no poder, valendo-se de um eventual apoio da classe média." Contudo, um acontecimento não previsto nos cálculos de Banzer parece obrigá-lo agora a andar mais depressa: o fracasso nas negociações com o Chile para a recuperação da saída para o mar, que a Bolívia perdeu em 1879, durante a guerra do Pacífico. Na verdade, a decisão de Banzer de restabelecer relações diplomáticas com o governo do Chile dois anos atrás já não havia despertado unanimidade entre os bolivianos. Posteriormente, alguns pronunciamentos do presidente, afirmando que "os chilenos também perderam homens na guerra e a vitória cria direitos históricos", chegaram a irritar não apenas civis como também militares bolivianos.

A gota d'água, porém, foi a revelação feita no mês passado pelo chanceler chileno Patrício Carvajal, segundo o qual o governo de La Paz, durante as negociações, teria concordado em ceder ao Chile um pedaço de seu território, como compensação pela concessão de um corredor para o mar. Divulgada a notícia, Banzer apressou-se em dar explicações, afirmando que fizera apenas "um acordo genérico com Santiago, para não fechar logo de início as portas às negociações". Suas justificativas não se revelaram totalmente convincentes, porém. E, como resultado, o presidente boliviano tem de enfrentar agora o perigo da perda de credibilidade — num assunto que, como nenhum outro, mexe com os brios nacionais bolivianos.

Nova prioridade — Entre os civis, o escorregão de Banzer serviu de pretexto para que se relançasse abertamente o tema da redemocratização do país. Duas semanas atrás, membros do Instituto de Estudos Geopolíticos passaram a lembrar nos jornais que, em 1979, se completarão 100 anos da perda do litoral e que até lá os bolivianos deveriam estar unidos internamente em torno de um regime constitucional, "para enfrentar de forma construtiva o problema do seu enclausuramento mediterrâneo". Significativamente, Banzer, que até há pouco colocava a questão da saída para o mar como a prioridade número 1 do seu governo, substituiu-a repentinamente pelo

"A democracia pode vir antes de 1980"

Em seu gabinete do 1.º andar do Palácio Quemado, decorado com lustres de acrílico e um quadro a óleo mostrando ondas revoltas — certamente para lembrar o velho sonho boliviano de reconquistar uma saída para o mar —, o general Hugo Banzer conversou durante uma hora com o enviado especial de VEJA. Trechos da entrevista:

VEJA — O que o levou a anunciar recentemente um plano para a redemocratização da Bolívia?

BANZER — *Não foi uma decisão intempestiva. Em novembro de 1974, quando as Forças Armadas assumiram sozinhas a responsabilidade do governo, estabelecemos que os militares governariam até 1980. A decisão foi adotada levando em conta os antecedentes históricos do país. Em pouco mais de 150 anos de vida independente, apenas dez presidentes conseguiram completar um mandato normal de quatro anos. Não há empresa humana, pública ou privada, que possa funcionar em semelhantes condições. Em meados de 1971, existiam na Bolívia mais de 35 partidos políticos, organizações ou grupos de pressão. Algumas destas organizações contavam com uma dúzia de adeptos, mas inundavam as páginas dos jornais com declarações e manifestos que desorientavam e confundiam a opinião pública. Tal estado de coisas não podia nem pode continuar. Hoje, ao contrário, a Bolívia está atravessando uma fase estável de sua história republicana. E é precisamente isso que permitiu a renovação institucional do país com vistas a sua futura constitucionalização.*

VEJA — O prazo de 1980 poderia ser antecipado?

BANZER — *Se as condições forem favoráveis, o prazo poderá ser antecipado. Da mesma forma, não havendo condições, ele poderia ser prorrogado.*

VEJA — E como estão as condições neste momento?

BANZER — *Estão boas, muito boas. Mas preocupa-me que possam deteriorar-se.*

VEJA — Haverá plena liberdade de atuação para os partidos?

BANZER — *Sim, para todos os partidos que aceitam as regras do jogo democrático. Só não se pode admitir que os partidários da luta armada, ou os terroristas, participem de uma ação política que eles são os primeiros a desafiar e a rechaçar.*

VEJA — O Partido Comunista, por exemplo, poderá atuar?

Banzer: "anistia antes das eleições"

tema da unidade dos bolivianos *(veja a entrevista)*.

"Entre os militares", afirma um oficial, "a forma como o general conduziu as negociações com o Chile minou o seu prestígio e poderia, a médio prazo, custar-lhe o poder." Pelo menos a curto prazo, no entanto, não se vê muita possibilidade de que Banzer venha a enfrentar perigos na área militar. "Ele é um chefe enérgico e tem cumprido com competência a sua missão de governar em nome das Forças Armadas", diz um de seus adeptos. Sem deixar de reconhecer qualidades no general, seus opositores afirmam que ele utilizaria expedientes menos louváveis para manter a concórdia nas casernas.

Um deles seria a total liberdade de que gozam oficiais para importar os produtos que bem entenderem, de automóveis a uísque, livres de qualquer imposto. Outro seria a generosidade com que o presidente e os altos comandos — segundo seus opositores mais maliciosos — distribuiriam dólares e relógios durante suas visitas a quartéis. Podem ser exageradas tais acusações, mas o fato é que as suspeitas de corrupção entre os militares alimentam hoje um número crescente de anedotas na Bolívia.

CARLOS NAMBA

Jordán Pando: mais um exilado de volta

Segundo uma delas, "um oligarca é um homem que vive como um militar, mas com o seu próprio dinheiro".

Um certo cansaço — Mesmo com os militares controlados, Banzer parece ter refeito seus cálculos políticos depois da revelação do chanceler chileno. Para começar, ele passou a dar claras e repetidas indicações de que o prazo de normalização da vida política do país poderá ser antecipado. Quanto a seus planos concretos, porém, tem-se como certo apenas que ele será candidato às eleições presidenciais. E como Banzer detém hoje as cartas do jogo, os políticos evitam fazer previsões otimistas sobre o grau de abertura a ser concedido. "Os militares não deslocarão a si mesmos do poder", afirma, realista, o ex-ministro Jordán Pando.

Já em relação ao calendário da reforma do regime, existe mais otimismo. Segundo alguns, a data das eleições — não se sabe se para a presidência da República, para uma assembléia constituinte ou se para ambas as coisas — poderia ser anunciada no início de novembro ou, segundo outros, no mais tardar até o final do ano. Banzer, que desenvolve esforços atualmente para organizar um

BANZER — *Se em seu programa estiver dito que ele respeita as regras da democracia e se de fato ele atuar assim, é claro que poderá funcionar.*

VEJA — A Bolívia possui um razoável contingente de exilados políticos. O governo concederá uma anistia geral?

BANZER — *A anistia, que será ditada como requisito prévio à celebração de eleições livres, beneficiará a todos aqueles que estejam de acordo com as regras do livre jogo democrático, muitos dos quais já retornaram ao país. O que a Bolívia não pode se permitir é abrir uma comporta de violência, que destrua tudo o que conseguimos nos últimos anos, e que ameace a paz e a segurança de 5 milhões de pessoas, em nome de um suposto respeito aos direitos de uma minoria extremista.*

VEJA — Seu nome tem sido apontado. como futuro candidato à presidência, em eleições livres. O senhor aceita a sugestão?

BANZER — *Creio que ainda é prematura uma decisão. Mas, sem dúvida, eu levo em consideração a atitude dos que desejam que eu seja candidato.*

VEJA — Alguns governos militares do continente, a exemplo do seu, têm anunciado planos para devolver o poder aos civis. O senhor acredita que estaríamos chegando ao fim de um ciclo de governos militares na América do Sul?

BANZER — *Pode ser simplesmente uma coincidência. Aqui, como nos demais países governados pelas Forças Armadas, nós assumimos o governo ante uma situação de caos, crise política e crise de liderança. É lógico, pois, que quando se restabeleça a ordem e a lei os militares voltem a cumprir apenas as suas funções constitucionais.*

VEJA — A Bolívia vive hoje um período de crescimento econômico. Instituições como a Igreja e organizações como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) têm contudo afirmado que os frutos desse crescimento beneficiam apenas uma minoria da população.

BANZER — *Isso não é cem por cento evidente. O camponês que antes tinha apenas um arado rústico e um boi hoje dispõe de tratores.*

VEJA — Seus opositores dizem que os mineiros, que produzem a maior parcela da riqueza do país, não são beneficiados com os altos preços do estanho.

BANZER — *Isso não é exato. Fizemos um plano social de emergência para os mineiros, pelo menos para os que trabalham nas minas do Estado. Construímos milhares de moradias, hospitais, escolas, toda uma infra-estrutura social. E para elevar o nível de vida dos mineiros, é melhor fazer isso do que colocar mais um zero no seu salário.*

VEJA — Como o senhor pensa conciliar uma abertura democrática com o potencial socialmente explosivo que as minas representam na Bolívia?

BANZER — *Esse perigo está conjurado. Os coordenadores mineiros que substituíram os antigos dirigentes sindicais são pessoas extraídas das bases e representam de fato os mineiros. A tensão diminuiu muito nas minas.*

VEJA — Se é assim, por que as principais minas do país são ainda hoje mantidas como áreas militares?

BANZER — *As Forças Armadas são Forças Armadas da Bolívia. Não há lugares onde não possam ou não devam estar.*

VEJA — Há um ano e meio o senhor afirmou que abandonaria o poder caso não conseguisse para a Bolívia a sonhada saída para o mar. O que vai fazer agora que as negociações com o Chile, que vinham sendo desenvolvidas há três anos, fracassaram?

BANZER — *Isso não é verdade. É uma meia-verdade. Uma jornalista chilena, conversando comigo depois de uma entrevista que lhe concedi, perguntou o que faria se não resolvesse a questão da saída para o mar. E eu respondi, brincando, que nesse caso teria que me ir. Mas eu tenho responsabilidades maiores do que conseguir uma saída ao mar para a Bolívia. Este não é o objetivo número 1 do país. O objetivo número 1 é a unidade dos bolivianos.*

partido político, pretenderia assim agir rapidamente, para não dar tempo aos partidos tradicionais — impedidos de atuar desde 1964, com um intervalo de apenas três anos entre 1971 e 1974 — de se reorganizarem. Prevalece no país, de qualquer forma, o sentimento de que alguma coisa tem de ser feita. Como acontece em outros países latino-americanos dirigidos por governos militares, sente-se na Bolívia um certo cansaço — e a busca de uma saída honrosa para um regime cuja fase mais fértil parece estar passando.

Domitila, a voz da mina de Siglo XX

Ela é certamente o único dirigente popular da Bolívia que pode criticar o governo do general Hugo Banzer sem riscos de ser imediatamente preso. E para gozar de tal privilégio, Domitila Barrios de Chungara, de 40 anos, mãe de oito filhos, e casada com um operário da mina de estanho Siglo XX — a maior do país, 350 quilômetros ao sul de La Paz —, não firmou nenhum acordo secreto com o regime. Ao contrário, a partir de 1961, quando organizou o Comitê das Donas de Casa Siglo XX, para apoiar as reivindicações dos mineiros por melhores salários, Domitila não deu trégua a nenhum governo boliviano. Essa militância lhe valeu uma certa notoriedade internacional, que a protege hoje de eventuais medidas do governo.

Em 1971, Domitila tornou-se a atriz principal de "El Corage del Pueblo", um filme do boliviano Jorge Sanjines, até hoje periodicamente apresentado com sucesso em vários países da Europa e que relata o massacre dos mineiros da Siglo XX ocorrido em 1967, quando o então presidente René Barrientos ordenou que se sufocasse um movimento por melhores salários. Dois anos atrás, Domitila discursou na Tribuna do Ano Internacional da Mulher na Cidade do México, a convite da ONU. Por fim, a editora mexicana Siglo XXI acaba de lançar um livro com seus depoimentos, com o título "Si me permiten hablar", *que já tem traduções contratadas para seis outros idiomas.*

AS MIGALHAS — *Domitila pode ser vista pelas esburacadas ruas que cercam a Siglo XX vendendo empadas que prepara para reforçar o magro orçamento familiar. Mas sua notoriedade de pouco vale para os seus vizinhos. Na madrugada do sábado, dia 24, por exemplo, um grupo de homens encapuzados invadiu a casa de seis mineiros e destruiu alguns móveis. "É gente do Ministério do Interior, encarregada de atemorizar as pessoas com esse tipo de brutalidade", acusa Domitila. "É assim que temos vivido desde que o Exército invadiu a mina em junho do ano passado, depois que os trabalhadores organizaram um congresso mineiro, apesar da proibição do governo."*

CARLOS NAMBA

Domitila: "Eu não quero privilégios"

Alguns mineiros ouvidos por VEJA denunciaram a existência de um clima de perseguição também dentro da mina, onde 5 000 operários se revezam em três turnos, trabalhando oito horas seguidas por dia, 29 dias por mês, por um salário médio equivalente a 900 cruzeiros. Com as atividades sindicais congeladas, o único canal de que dispõem os trabalhadores para suas queixas é Domitila. "Os mineiros bolivianos produzem a maior parte da riqueza do país, mas recolhem apenas as migalhas, e vivem em média 35 anos, por causa das más condições de trabalho", resume ela.

Sobre as benfeitorias que o governo afirma ter levado para as minas, Domitila não é menos crítica. "Quando fala disso, o general Banzer esquece de esclarecer que todo fim de mês descontam quase 5% nos salários dos nossos maridos para construir escolas." Paradoxalmente enquanto em La Paz se fala em abertura política, Domitila Chungara, que em agosto passado foi eleita vice-presidente do Comitê local dos Direitos Humanos, já recebeu recentemente duas propostas em dinheiro para abandonar a Siglo XX. "Os que fazem essas propostas não entendem que eu não quero privilégios pessoais", diz ela. "Eu só quero justiça para a minha gente. E não vou sair daqui."

Ligeira imprecisão

Quando esteve em Washington, no mês passado, o primeiro-ministro francês Raymond Barre, além de outras gentilezas, mereceu do presidente Jimmy Carter um jantar na Casa Branca enriquecido por um recital da violinista americana Elizabeth Matsky. Algumas peças de Mozart e uma sonata do compositor belga Eugène Ysaye compuseram o programa — ao final do qual Carter escreveu de próprio punho um bilhete de agradecimento à violinista. "Você e a música estiveram excelentes", dizia o bilhete. "Ouvir Ysaye foi uma grande emoção para todos nós. Ele é amigo pessoal do primeiro-ministro Barre." Sem dúvida, foi um gesto gentil do presidente Carter, mas havia em sua mensagem uma ligeira imprecisão: Ysaye morreu em 1931, quando Barre tinha 7 anos de idade.

Casamento e apartheid

"Você se casaria com um branco?"; "Você deixaria sua filha casar com um branco?" Durante duas semanas, o jornal World, *de Joanesburgo, África do Sul — cuja clientela é negra —, convidou seus leitores a responder a essas questões, e as respostas mostraram, entre outras coisas, uma diferença básica de atitude entre os mais velhos e a nova geração de africanos, submetidos à discriminação do regime racista do apartheid. Em geral, os mais velhos tendem a admitir que suas filhas se casem com brancos, tendo em vista as vantagens financeiras e o status social. Já as jovens deram respostas dramáticas, como a da que se apresentou como Angie: "Um branco não é capaz de amor puro. É preciso ser manequim, cantora ou artista. Jamais vi um branco casar com uma mulher negra comum".*

Ressurreição de Lance?

Apesar de ter perdido, há três semanas, seu cargo no governo americano, vitimado por denúncias de irregularidades em sua pregressa vida de banqueiro, o ex-diretor do Orçamento da administração Carter, Bert Lance, não pode ser considerado uma carta fora do baralho. Com sucesso, ele recentemente fez uma conferência na Associação de Investidores de Nova York — pela qual recebeu 2 500 dólares, mais hospedagem e despesas de viagem pagas para ele e sua mulher. Para o futuro, Lance tem programadas mais três dúzias de conferências ao redor dos Estados Unidos. E também há especulações de um ressurgimento político: caso Lance consiga se livrar dos processos hoje correndo contra suas práticas financeiras, fala-se que ele poderia concorrer ao governo de sua Georgia natal.

Garanta hoje o passeio de amanhã.

Qualquer que seja a marca do seu carro, conte sempre com a qualidade Motorcraft. Assim, você garante um bom passeio hoje, amanhã: sempre. **Motorcraft**

O problema dos caixas automáticos é que eles têm um apetite muito grande.
Só entregam o dinheiro depois de engolir o seu cartão.

Com o Caixa Real Automático isto nunca acontece. Ele pode ser usado até 360 vezes.

E a cada operação você recebe o cartão de volta, com a quantia desejada: quinhentos, mil ou mil e quinhentos cruzeiros.

A qualquer hora do dia ou da noite, você poderá ficar sem dinheiro. Mas não pode ficar sem o cartão.

Essa é a sua vantagem real. Ele está sempre com você, pronto para ser usado outra vez, durante um ano inteiro.

Com ele, você pode ainda descontar cheques nas agências do Banco Real em todo o Brasil. E é o documento que o identifica como bom depositante do Banco Real.

Assim, em qualquer compra, seu cheque vai ser muito bem recebido.
O Caixa Real Automático nunca fecha e você vai encontrá-lo em todo o Brasil.

Caixa Real Automático. A única máquina onde o seu cartão volta junto com o dinheiro.

Você pode confiar no Caixa Real Automático.

Ele é o único onde você continua sendo o senhor absoluto, tanto do seu dinheiro quanto do seu cartão.

BANCO REAL

O banco que faz mais por seus clientes.

Desde a cerimônia de instalação do V Sínodo, realizada dia 30, 204 bispos...

...ajudam o papa a orientar a catequese

Ouvindo os bispos

Ao instalar na Capela Sixtina, no último dia 30, a V Sessão do Sínodo Mundial dos Bispos (a quarta ordinária), o papa Paulo VI reafirmou uma das recentes mas já sólidas tradições da Igreja Católica. Criada pelo Concílio Vaticano II, como órgão consultivo do sucessor de Pedro, essa poderosa assembléia episcopal católica tem sido apontada como uma prova do aumento da representatividade das igrejas locais junto à Santa Sé. É ilustrativo, portanto, que Paulo VI quisesse revestir a cerimônia de instalação da V Sessão do máximo significado, ao concelebrar juntamente com todos os presentes, pela primeira vez desde que foi eleito, aos pés do monumental afresco "Juízo Final", de Michelangelo, a solene missa de abertura.

Em seguida, tendo quase um mês pela frente, 204 representantes dos 2 000 bispos do mundo, reunidos no auditório do Vaticano, puseram-se a debater o delicado tema deste ano: "a catequese do nosso tempo, em particular das crianças e dos jovens". Por isso mesmo, ainda que não contemple uma questão tão embaraçante quanto a que mortificou o Sínodo de 1971 — o celibato sacerdotal —, todas as suas reuniões plenárias e de respectivas comissões vêm sendo secretas. "Trata-se de uma reunião que necessita de uma intimidade familiar", explicou o bispo André Marie Deskur, presidente da Pontifícia Comissão Para as Comunicações Sociais. E, com a mesma e criteriosa precisão, lembrou aos jornalistas aquartelados em distantes salas de imprensa: "Um sínodo não é um conclave, não possui analogia com estruturas parlamentares".

Semiparlamento — Na verdade, da mesma forma que muitos reivindicam para o sínodo um papel semilegislativo superior ao atual, influentes setores eclesiásticos, entre os quais estaria o próprio bispo Deskur, não gostariam que a Igreja, por haver deixado de ser uma monarquia absoluta, transforme-se numa monarquia constitucional, capaz de interferir radicalmente nas decisões do papa e em sua proclamada ação sob a inspiração do Divino Espírito Santo. Por outro lado, surgem a cada nova assembléia episcopal os rumores de que o sínodo pode transformar-se numa espécie de pré-conclave, algo prontamente desmentido pela alta hierarquia. "É possível que dignitários da Igreja, vindos de todo o mundo, conversem em termos pessoais sobre a sucessão de Paulo VI, um homem que se declara doente e cansado", admitia na semana passada um prelado romano ao correspondente de VEJA em Roma, Marco Antônio de Rezende. "Mas é uma ingenuidade supor que façam consultas decisivas sobre os *papabili*, mesmo porque apenas 48 deles, por serem cardeais, estarão com certeza no próximo conclave."

Assim, mais uma vez, espera-se que os representantes do episcopado mundial se limitem a apresentar ao papa suas opiniões sobre o tema proposto, a partir de um documento preparatório, elaborado através de consultas às diversas conferências nacionais de bispos, e lido em plenário pelo cardeal brasileiro Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza. "A catequese" — diz o documento — "não pode ser reduzida a um puro ensinamento doutrinal ou a um simples apego aos livros sacros e fórmulas teológicas (...), como, por outro lado, não pode ser reduzida à simples educação e a atitudes psicológicas ou morais, ou a um apoio dado a compromissos sociais ou políticos." Parece clara, portanto, a crítica ao aprendizado de fórmulas ou à prática dos sacramentos de modo ritualístico, ao mesmo tempo que se rejeita a redução da doutrina católica a um manual de comportamento social e político.

Ignorando a pílula — No entanto, a amplitude do tema da catequese, ou da "prática da evangelização", como definia a VEJA um outro prelado romano, provocaria já nos primeiros dias da V Sessão debates igualmente vastos e nada obedientes ao documento preparatório. Na reunião do último dia 3, por exemplo, o bispo brasileiro Adriano Hypolito, de Nova Iguaçu, RJ, declarou em plenário que o objeto da moderna catequese deve ser o homem histórico, na sua dimensão social. Esse homem, no seu entender, reclama justiça, reivindica que os ricos sejam lembrados dos seus deveres, que os pobres tomem consciência de sua dignidade e de seus direitos. Disse dom Adriano: "Em muitas de nossas regiões, se não soubermos anunciar o Evangelho, a miséria extrema das populações, agravada pela ação das nações industrializadas, prepara terreno para a chegada do marxismo". Enquanto isso, na reunião do último dia 5, o bispo

Nguyen Van Bin, de Ho Chi-min (antiga Saigon), revelou que o episcopado vietnamita havia decidido, por unanimidade, "contribuir para a construção de uma sociedade mais humana". E, ante a perplexidade do plenário, assegurou que o governo marxista de seu país é "um elemento constitutivo da nacionalidade", ainda que muitos católicos vietnamitas relutem em atender aos apelos de rompimento com a Igreja do passado, "acusada sumariamente de conluio com o imperialismo".

Mais pragmática, como de hábito, a delegação americana levou para a V Sessão a convicção de que os obstáculos à formação religiosa entre os jovens resultam, entre outras coisas, "de uma sociedade secularizada e até amoral". No entanto, deixou de observar que o seu episcopado nacional simplesmente ignorou o

Dom Adriano: pela consciência social

estudo do padre e sociólogo Andrew Greeley, segundo o qual a condenação da pílula anticoncepcional pelo papa, em 1968, "é a mais importante das razões pelas quais os adultos moços viram as costas para a Igreja". Essa conclusão, aliás, foi reforçada dias atrás, quando uma equipe de peritos em população, da Universidade de Princeton, informou que 90% dos casais católicos americanos que praticam o controle da natalidade usam agora métodos proibidos pela Igreja. "De que adianta catequisar uma criança, por exemplo, se ela, ao crescer, vai se afastar da Igreja?", indagava na semana passada um prelado americano francamente defensor do controle da natalidade. "Uma das chaves para a reconquista da juventude é a revisão da condenação da pílula anticoncepcional — e isso é, fundamentalmente, facilitar a catequese."

Para a eficiência do esforço de manutenção de indústrias instaladas em uma região com notória escassez de recursos externos de apoio à operação, a centralização resulta como uma das mais viáveis alternativas.

A CEMAN — Central de Manutenção de Camaçari leva às empresas da região Nordeste do País, e especialmente às indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari, as vantagens decorrentes dessa centralização:

a) economia de escala: o investimento total em uma instalação centralizada é menor do que a soma dos investimentos que teriam de ser feitos em cada indústria para garantia do apoio de manutenção imprescindível às suas operações;

b) racionalização do uso dos recursos humanos (fator que, nas condições específicas do Nordeste, impõe por si só a necessidade da centralização): permite a unificação de procedimentos, métodos e técnicas no sentido de adequar a mão-de-obra disponível ao nível de risco e qualidade inerente ao investimento de uma indústria; elimina para cada empresa os custos com a formação e treinamento de pessoal especializado;

c) minimização de investimentos: pode até mesmo eliminar a necessidade de investimentos em instalações e equipamentos por parte dos diversos USUÁRIOS;

d) maior segurança e qualidade: proporciona um elevado grau de familiaridade com os aspectos qualitativos e de segurança das empresas USUÁRIAS;

e) racionalização da utilização de equipamentos e máquinas: permite dotar-se de recursos sofisticados quer para serviços de oficina quer para trabalhos especiais de inspeções, viabilizados em função do mercado amplo de utilização por um grupo de indústrias;

f) aumento de eficiência: contribui, pelo planejamento racional dos recursos disponíveis, para o aumento da eficiência de cada uma das plantas consideradas isoladamente.

CEMAN: as vantagens da centralização em serviços de manutenção às indústrias do Nordeste e especialmente às do Polo Petroquímico.

As vantagens da centralização de recursos humanos e técnicos em serviços de manutenção de indústrias.

CEMAN — THE MAINTENANCE CENTER OF CAMAÇARI brings to enterprises in the North East of the country, and mainly to the industries of the Petrochemical Complex of Camaçari, the advantages of centralization of maintenance resources.

a) Economy of scale: the total investment in a centralized facility is less than the sum of the investments that would have to be made in each plant in order to guarantee the necessary maintenance resources.

b) Rationalization of the use of the available man power;

c) Costs reduction of hiring and training qualified personnel;

d) Safety and quality are highly improved by a high degree of familiarity with each plant requirements;

e) Rationalization of the use of maintenance equipments and shop facilities;

f) Makes feasible a higher investment in special and expensive equipments for preventive maintenance and inspections due to the increased number of USERS;

g) Lower plant maintenance annual costs due to the reduction of fixed charges.

The advantages of centralization of human and technical resources in plant maintenance.

Central de Manutenção de Camaçari S.A

The maintenance center of Camaçari

Uma resposta ao problema de manutenção de indústria

An answer to the problem of industrial maintenance

Sede: km 18 Rodovia Estadual de Alagoinhas (BA-093) Telefones: (071) 920-0453 e 920-0
Telex: 035732 Camaçari — Bahia.

Escritórios: Av. Frederico Pontes, 80 Telefone: (071) 242-4430 — Salvador — Bahia.
Rua 24 de Maio, 77 — 9º andar Telefone: (011) 32-3688 — São Paulo — SP.

Empreendimento com apoio de SUDENE (Finor), BNDE e DESENBANCO.

Teixeira de Freitas — Ba

O BRASIL FICOU MAIS PRÓXIMO DO URUGUAI.

O Banco do Brasil está inaugurando três novas dependências no Uruguai.

E o faz para ficar cada vez mais próximo do país irmão. Com isso, aumenta-se a cooperação entre os dois países, unidos tradicionalmente por instrumentos econômicos muito fortes e por suas culturas comuns e seus costumes, tradicionais pontos de identificação entre o povo uruguaio e o sul brasileiro.

Agora, em Paysandu, na Calle Montevideo 983, em Rivera, na Calle Sarandi 601 e em Ciudad Vieja, em Montevidéu, na Calle Rincón 465, se encontrará um pedacinho do Brasil no Uruguai.

Pronto para servir ao Brasil e ao Uruguai. Que estão ficando cada vez mais próximos.

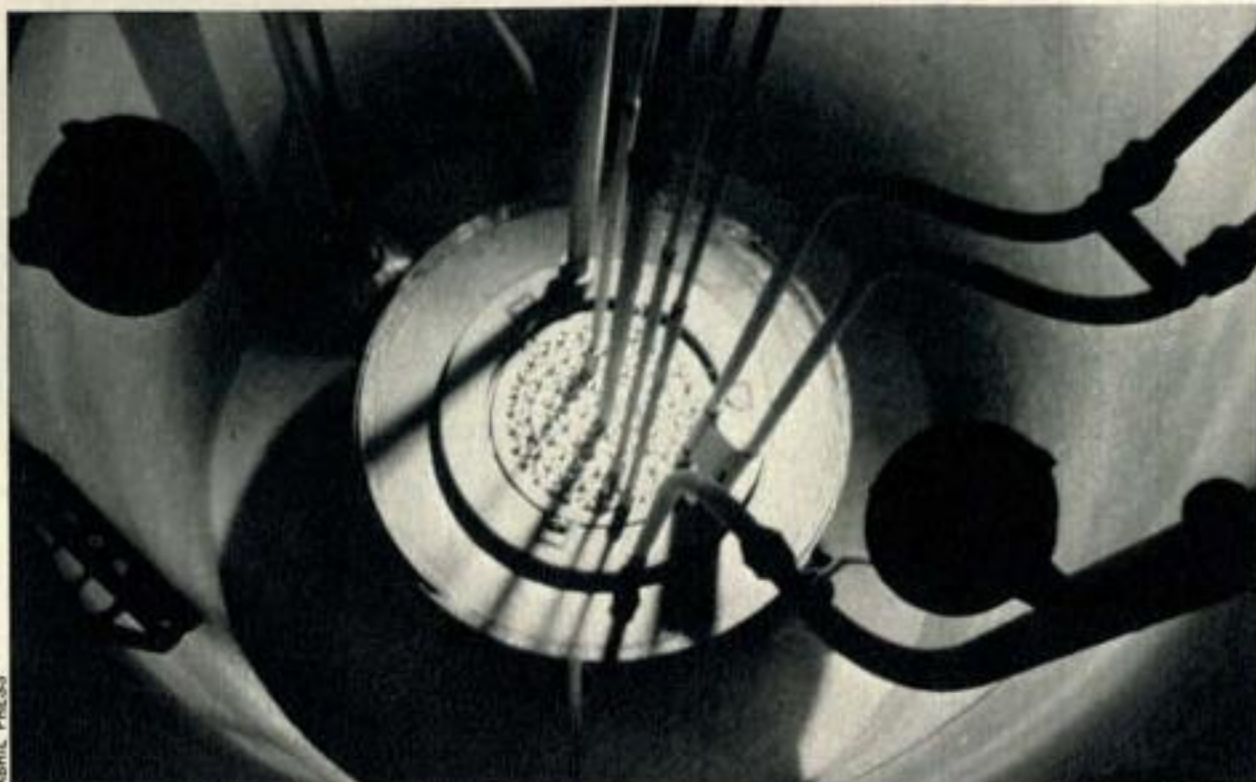
CIUDAD VIEJA
Montevidéu - Calle Rincón, 465

RIVERA
Calle Sarandi, 601

PAYSANDU
Calle Montevideo, 983

BANCO DO BRASIL

FRANKFURT • HAMBURGO • BUENOS AIRES • MANAMA • COCHABAMBA • LA PAZ • SANTA CRUZ DE LA SIERRA • TORONTO • SANTIAGO • BOGOTÁ • QUITO • MADRI • CHICAGO • LOS ANGELES • NOVA IORQUE • SÃO FRANCISCO • PARIS • GRAND CAYMAN • AMSTERDAM • ROTTERDAM • LONDRES • TEERAN • MILÃO • ROMA • TÓQUIO • MÉXICO • LAGOS • PANAMA • COLÓN • ASSUNÇÃO • PORTO P. STROSSNER • LIMA • LISBOA • ESTOCOLMO • GENEBRA • MONTEVIDÉU • WASHINGTON • SIDNEY

ABRIL PRESS

O reator: funcionando, mas ameaçado por um problema "comercial"

Falta de urânio

Em meio aos recentes comentários de que os Estados Unidos poderão dificultar a remessa de combustível nuclear para as duas usinas de Angra dos Reis, a primeira das quais já começaria a produzir eletricidade a partir do ano que vem, o Instituto de Energia Atômica de São Paulo (IEA) — autarquia associada à Universidade de São Paulo e mantida pelo governo estadual — ficava sabendo há dias que seu pequeno reator de pesquisa não mais receberá urânio da firma americana United States Nuclear, que acaba de falir.

Os dois fatos não guardam relação direta entre si. Eventuais bloqueios ao abastecimento de Angra, improváveis e até mesmo negados categoricamente pelas autoridades brasileiras, estariam de qualquer forma inseridos no quadro das divergências entre Brasil e Estados Unidos no campo nuclear. Enquanto que a interrupção do fornecimento de urânio enriquecido ao reator do IEA não passaria de simples problema "comercial", como o definiu a Comissão Nacional de Energia Nuclear, sem o envolvimento direto dos dois governos.

Para superar esse problema comercial, de fato, bastaria apenas que o IEA arranjasse outro fornecedor, entre as muitas empresas americanas ou européias que vendem ao mundo o urânio enriquecido. Mesmo nesse caso, porém, seria imprescindível a boa vontade dos Estados Unidos — único país ocidental a produzir o combustível e a fornecê-lo às empresas privadas, as quais se limitam a preparar o urânio para uso e comercialização. Devido a essa interferência

HÉLIO CAMPOS MELLO

Ortiz: oportunidade para atacar

virtual do governo americano — que a embaixada dos Estados Unidos, em Brasília, enfatizava nos últimos dias —, já existe quem encare o problema do Instituto de Energia Atômica como "passível de sofrer desenvolvimentos políticos".

Fragilidade — É verdade que, de acordo com seu superintendente Rômulo Ribeiro Pieroni, o IEA ainda dispõe de combustível armazenado para mais dezoito meses de funcionamento. Segundo alguns físicos nucleares, no entanto, a situação atual da autarquia serviria, de qualquer modo, para evidenciar a extrema fragilidade de seu programa de pesquisas, inteiramente dependente do fornecimento de combustível do exterior. Uma dependência que, da mesma forma, poderia eventualmente influir no funcionamento das usinas de Angra dos Reis. Esta é, por exemplo, a opinião do físico nuclear João André Guillaumon Filho, professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo e diretor da Sociedade Brasileira de Física.

"Se o país quer mesmo se empenhar na produção de energia elétrica através de usinas nucleares", argumenta ele, respaldado pelo consenso praticamente unânime dos 2 000 sócios da entidade, "então o caminho mais indicado seria a construção de reatores a urânio natural, um processo mais simples, mais barato e que, além disso, poderia ser desenvolvido com combustível e tecnologia nacionais." Através dessa opção, afirma Guillaumon, evita-se o sofisticado e caro processo de enriquecimento do urânio, pois ela permite a utilização do minério *in natura*, como fazem a Argentina e o Canadá.

MARCOS SANTILLI

Zatz: oportunidade para a crítica

Dependência — Para outro físico da Universidade de São Paulo, José Zatz, a atual discussão sobre os suprimentos do IEA e das usinas de Angra dos Reis se presta a um paralelo com a situação de alguns países industrializados frente aos fornecedores árabes de petróleo. "Estamos na mesma situação diante dos fornecedores de urânio — ou seja, totalmente dependentes", afirma ele. Com relação à usina de enriquecimento de urânio que o Brasil construiria através do acordo nuclear com a Alemanha, Zatzs se mostra um tanto cético. "Na atual fase de pressões exercidas pelos Estados Unidos, pode-se notar que ninguém mais está falando na construção dessa usina."

Depois de acumular experiência no campo da física nuclear durante oito anos de estudos em Paris e Genebra, Zatz sentencia: "A opção pelos reatores de urânio enriquecido seria a última recomendável no caso brasileiro, após soluções mais simples e baratas, como a dos reatores a urânio natural, grandes hidrelétricas e, de preferência, um elevado número de pequenas hidrelétricas que levassem a energia e oportunidades de desenvolvimento a outras regiões fora do sudeste brasileiro".

O episódio envolvendo o IEA provocaria, ainda, uma nova investida do deputado estadual emedebista Horácio Ortiz, que há dois anos vem combatendo a direção do Instituto. "O superintendente Pieroni se mantém no cargo há mais de dez anos", acusa o deputado, "às custas de três alterações sucessivas que promoveu nos estatutos do IEA e de muito compadrismo político." Segundo Ortiz, engenheiro formado pela Universidade de São Paulo e aluno de Pieroni em seus tempos de estudante, "aquele onerosíssimo centro de pesquisa, que poderia contribuir para o desenvolvimento de uma tecnologia nuclear nacional, nada produz porque se transformou num verdadeiro museu, completamente alheio ao programa nuclear brasileiro".

Dividendos científicos — A primeira das investidas de Ortiz data de setembro de 1975, quando ele enviou ao governador Paulo Egydio Martins um pedido de reforma administrativa no IEA, com assinatura de 34 outros deputados da Assembléia paulista. Primeira exigência desse documento: "A mudança do quadro diretivo do IEA, com a renovação dos cargos de decisão e (contratação) de novos cientistas e funcionários atualizados". Criado em 1957 e atualmente com um quadro de 1 200 funcionários espalhados por seus trinta prédios, o IEA na verdade produz alguns dividendos científicos, como fruto das polpudas verbas que lhe são destinadas anualmente pelo governo paulista — 123,7 milhões de cruzeiros em 1977.

Entre as altas cercas de arame que separam a entidade do resto do campus da Universidade de São Paulo, se fazem pesquisas puras de energia nuclear e se produzem radioisótopos para uso em medicina — por exemplo, as pastilhas irradiadas utilizadas em bombas de cobalto para o combate ao câncer — e em outros campos. Ortiz, contudo, não considera esse trabalho suficiente. "Sem contar o fato de que boa parte dos radioisótopos que fornece são importados", acusa o deputado, "o IEA parece nem se preocupar com o que seria sua função mais importante — ou seja, criar um protótipo nacional de reator nuclear, como já fizeram outros países em desenvolvimento preocupados com a implantação de tecnologia nuclear própria."

Edeá: a diferença entre uma embalagem que vende e uma que embrulha.

POLIPROPILENO EDEÁ - Mais resistente e impermeável. Super transparente e brilhante. Impresso pela Edeá em até 6 cores. Uma embalagem que faz qualquer produto rodar mais rápido na prateleira.

POLIETILENO EDEÁ - Utiliza matérias- primas especific para cada finalidade e processos de extrusão que garant padrões superiores de qualidade, brilho e transparência. Pode se impresso em policrom até 6 cores e meios tons. É a embalag que vende a maioria dos produtos q estão no merca

ZYTEL EDEÁ - Nylon muito resistente a altas temperaturas e pressões. Suporta até 240ºC. Permite que pastas de carne e fiambres sejam moldadas, cozidas e vendidas na mesma embalagem. Isso diminui os custos do fabricante e aumenta seus lucros.

RILSAN EDEÁ - Nylon de origem vegetal, absolutamente puro e impermeável a agentes contaminadores. Produto ideal para embalar alimentos e instrumentos cirúrgicos. Protege e valoriza o produto. Portanto, vende.

COEX EDEÁ - Filme especial com três camadas, próprio para embalagem à vacuo de produtos alimentícios. Aumenta a vida útil dos produtos ("Shelf-life mantendo sua cor viva e atraente e multiplicando suas vendas.

MILKIBAG EDEÁ - Qualidade padrão controlada em mini-lotes. Perfeito deslizamento e soldagem nas máquinas de empacotamento automático de leite. Máximo rendimento. Impressão perfeita e resistente. Uma embalagem que vende leite.

Edeá embala melhor.

edeá plásticos e embalagens ltda. Av. Embaixador Macedo Soares, 1.037 - Lapa - Telefone: 261-2811 - CP 30289 -

Representantes: Rio de Janeiro: 237-3041 / Porto Alegre: 24-6868 / Recife: 22-1978 / Belo Horizonte: 335-9388 / Salvador: 22-195.

O segredo está aqui dentro.

como eu disse, repito e posso provar a você: is de 25 anos de experiência em refrigeração rmitiram à Consul atualizar este meu aparelho com o que há de mais aperfeiçoado em Ar Condicionado. Daí as amplas vantagens que você observa ao examinar o interior de um Condicionador Consul. Começando pelo xclusivo "duto de insuflação", que assegura funcionamento totalmente silencioso. E não esquecendo a proteção asfáltica em todo o compartimento interno e os condutores elétricos super-dimensionados, o material que garante durabilidade, ar dirigido para todos os lados com alcance maior, controle efetivo da temperatura e limpeza mais fácil do filtro. É por tudo isso que continuo afirmando: o meu Condicionador é muito melhor do que o seu... a não ser que você também tenha um Consul.

Álvares com a caravana: tentativa de pacificação

Ruschi: entre plantas e câmaras de TV

Campanha nacional

E certo que em Vitória do Espírito Santo, além do apoio que recebe do jornal nanico *Oposição*, seu nome praticamente só aparece na imprensa para ser taxado de "delinqüente" e "maluco". Mas a campanha do naturalista Augusto Ruschi, 62 anos, pela preservação da reserva biológica de Santa Lúcia (VEJA n.º 474), que dirige há 38 anos, tornou-se nos últimos dias um assunto nacional, envolvendo inflamadas denúncias de corrupção e favorecimento a empresas do Espírito Santo. No sábado atrasado, Ruschi, emocionado e surpreso, recebia em sua casa — o Museu Mello Leitão, em Santa Teresa, a 58 quilômetros de Vitória — a caravana da Campanha Popular de Defesa da Natureza. Organizada no Rio de Janeiro, ela era formada por um ônibus com 38 passageiros e mais vinte automóveis, reunindo os professores Paulo Martins Júnior e Haroldo Pinto Peixoto, dirigentes da campanha, os deputados cariocas Arruda Câmara e Fidélis do Amaral, quarenta conservacionistas e mais de trinta jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Ruschi afirmou, em sua recepção à caravana, que recebera também centenas de mensagens de incentivo de vários pontos do país e que todo esse apoio lhe dava "forças para continuar lutando" a fim de garantir a posse do Museu Nacional, com sede no Rio de Janeiro, sobre os 279 hectares do parque que dirige.

O governo estadual tenciona transferir a área para o Instituto Estadual de Reflorestamento — segundo Ruschi, para permitir sua exploração por uma empresa particular, interessada nos palmitos da reserva.

Nova fase — Durante a primeira fase da sua campanha, os apelos de Ruschi estavam associados à preservação de colibris. Mas com suas denúncias sobre desmatamento e alienação de milhares de hectares de terra, muitos arquitetos e professores do Rio passaram a dar outra dimensão ao caso Santa Lúcia, culminando com a expedição, que resultaria em ampla divulgação nacional para a briga — até então localizada — do cientista. Tanto que até a população da cidadezinha, surpreendida com o prestígio do seu velho morador, passou a defender a sua causa com ruidosas manifestações de rua. Prestigiado por tantas manifestações, Ruschi denunciava o Espírito Santo de ser "um mar de lama" e voltaria a lançar acusações contra altos funcionários do governo estadual, que teriam participado de invasões de reservas florestais, devastando as matas e comprando-as do Estado como se fossem terras devolutas.

No dia seguinte às denúncias — que Ruschi promete provar na Justiça —, o governador Élcio Álvares dedicava uma hora e meia de seu domingo a uma reunião com a expedição de conservacionistas. Garantiu então que não destinaria a reserva "para outro fim além do estudo da flora e da fauna", e prometeu empenhar-se por um acordo com o Museu Nacional para legalizar a área em que Ruschi trabalha — uma das mais importantes reservas de plantas e animais raros de todo o país. Os dirigentes da campanha deixaram com o governador um documento com 12 500 assinaturas, manifestando solidariedade ao naturalista e à sua luta. Apesar da disposição manifestada pelo governador, na segunda e na terça-feira, o seu líder na Assembléia, deputado Édson Machado, reafirmava a decisão de processar "o cidadão Augusto Ruschi para que prove suas infundadas acusações contra o governo limpo do Espírito Santo". Dois deputados da oposição, Nyder Barbosa de Menezes e Max de Freitas Mauro, por sua vez, acorreram em defesa de Ruschi, pedindo que o processo fosse aberto contra eles próprios e não contra o cientista. Mauro afirmou na sessão da segunda-feira que o governo tenta reaver as reservas pertencentes ao Museu Nacional, mas, enquanto isso, doa terras devolutas a altos funcionários e pessoas ligadas à administração estadual vendendo o metro quadrado a 0,008 cruzeiro.

Depois de repisar velhas acusações de manobras de autoridades que beneficiaram a Vitoriawagen, uma concessionária de cujo Conselho Fiscal faria parte o secretário da Comunicação Social José Carlos Monjardim Cavalcanti, Mauro afirmou: "Segundo a Constituição Federal, salvo para execução de planos de reforma agrária, não se alienarão terras públicas além de 30 000 hectares — ou 30 milhões de metros quadrados — sem aprovação do Senado. Até agora, entretanto, só a favor da empresa Blomaco o Estado já alienou 39 milhões de metros quadrados de terras públicas."

Em meio a tanto tumulto, Ruschi continua a preparar a tese que apresentará em março na Fundação Internacional da Conservação e Ecologia, em Seatle, Washington (EUA) sobre as plantas e as aves que decidiu proteger.

Projeto difícil

Desde criança, o sonho do advogado e procurador da Fazenda Nacional Fortunato Benchimol é povoado de passarinhos. E os que conhecem de perto suas idéias ecológicas — o advogado e procurador é também um apaixonado defensor da fauna e da flora brasileiras — ainda garantem que Benchimol é capaz de sonhar de olhos abertos.

Com efeito, no discutido projeto de lei da libertação de todos os animais silvestres mantidos em cativeiro no Brasil, que ele elaborou e enviou ao presidente Ernesto Geisel, há quem vislumbre a obra de um sonhador. Pois, em seus 49 considerandos e 21 artigos, Benchimol preconiza que as espécies em tais condições retornem compulsoriamente a suas regiões de origem, com auxílio da aviação civil e de organizações conservacionistas. Assim, por exemplo, os que possuírem um macuco, deverão destiná-lo aos parques de Monte Pascoal, Caparaó ou serra da Bocaina. Já os encarceradores de uma galinhola terão de expedi-la para o pantanal Mato-grossense ou para os plainos do sul. Haverá, ainda, a participação de órgãos específicos, a serem criados sob a orientação de ornitólogos e outros especialistas, que se ocuparão de readaptar as espécies à liberdade.

WALTER FIRMO

Benchimol: soltando os pássaros

Exceção — A luta de Benchimol é antiga e pontilhada por reveses. Em 1961, ele tentou inutilmente sensibilizar o então presidente Jânio Quadros, através de carta, para a libertação dos pássaros engaiolados. Em 1971, impetrou um habeas corpus no mesmo sentido, junto ao Supremo Tribunal Federal. "Animal, coisa ou bem não são sujeitos de direito e, assim, não cabe habeas corpus", decidiram os ministros. Além disso, desde 1971 percorre os tribunais uma ação declaratória na qual Benchimol pede uma definição: "É ou não é crueldade engaiolar os pássaros?" Para a maioria dos juízes, que até agora evitaram uma resposta mais conclusiva, a representação "carece de legitimidade".

Derrotado, mas nem por isso disposto a desistir de seu intento, Benchimol fundou em 1972, ao lado de mais de 120 pessoas (entre militares, funcionários públicos e até o compositor Zé Keti), a Associação Brasileira de Solidariedade à Libertação Total dos Pássaros Engaiolados, com sede no Rio, da qual é presidente. Foi nessa condição que ele elaborou e enviou ao presidente Geisel o esboço de projeto de lei. "Só abro exceção para os pássaros e animais silvestres necessários à pesquisa científica, os conservados em zoológicos abertos e os que nasceram em cativeiro ou são estrangeiros, como o canário belga e o periquito australiano", explica Benchimol. E diz que, enquanto sua cruzada não lograr êxito, seguirá libertando os animais à sua moda — quase todos os fins de semana ele compra no interior diversos exemplares engaiolados de tiês-sangue (200 cruzeiros cada) e trincas-ferro (100 cruzeiros), entre outros menos cotados, para soltá-los logo depois no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Unidade Pindamonhangaba.

A CONFAB CHEGOU ATÉ VOCÊ

Temos participado do desenvolvimento deste país fornecendo tubos para petróleo, petroquímica, água, saneamento, estacas; para um mineroduto com 70.000 toneladas de aço de baixa-liga com 403 quilômetros de extensão.
Estamos continuamente inovando técnicas, testes, equipamentos, para assegurar a posição de vanguarda tecnológica.
Mas ainda não havíamos chegado até você, que precisava de tubos para pronta-entrega. Que queria encomendas ainda mais rápidas e atendimento especial.
Com a instalação de nossa unidade em Pindamonhangaba, já formando estoques para pronta-entrega, estamos onde você estiver. Em nossos vários endereços. Em nossos Distribuidores e Representantes. À hora que você quiser. Para o que você necessitar em tubos de 4 a 100 polegadas, sob qualquer norma nacional ou internacional.
Mas, foi preciso que nos tornássemos a maior produtora de tubos de aço de todo o hemisfério para chegarmos até onde queríamos: até você.

Prensa de 32.000 t de capacidade.

Nenhuma solicitação é pequena para o Atendimento Confab.

CONFAB

CONFAB INDUSTRIAL S.A.
DIVISÃO DE TUBOS

Escritório Rio de Janeiro
Tels.: 224-8766 - 224-6240 - 224-4815
Telex: 02122755 CONF - Telegrama: RIOCONFAB
Rio de Janeiro

Pindamonhangaba (Fábrica)
Tels. 2380 - 2438 - 2681 - 2356 - 2971 - SP

São Caetano do Sul (Matri
Depto. Comerci
Avenida da Prosperidade, 3
Cx. Postal 21 - Tel.: 441.4455 (PAB
Telex: 0114039 CONF - Telegrama: CONFA
CEP 09500 - São Caetano do Sul - S

O CORRETOR DE SEGUROS É UM CHATO.

Antônio Rogério Pereira é um corretor de seguros.
Ontem à noite, por mais que tentasse não conseguia pegar no sono.
Olhos fechados na madrugada, imóvel, fingia dormir ao lado de sua mulher, sempre preocupada com ele.
Tinha passado mais um dia como todos os outros. Visitando escritórios, indústrias e clientes, procurando mostrar a importância de um seguro bem feito.
Em quase todos os lugares era recebido como um vendedor disposto a passar a sua mercadoria e pronto.
Um "chato" que ninguém parava para ouvir.
E agora? O que fazer com todos os cursos especiais que tivera para ser um corretor de seguros? Como dizer a toda esta gente que ele, como todo corretor antes de ser um vendedor, é um assessor da vida e negócios, que tem a vocação de proteger?
E no meio da noite ele pensava na quantidade de exemplos de seguros mal feitos porque simplesmente o cliente queria ficar logo livre daquele "chato" que estava lá fora.
Dormiu pensando em desistir. Largar tudo.
Hoje, ele foi acordado por um beijo de sua filha de nove anos e com uma frase: "Parabéns, papai, pelo seu dia".
Deu a ele um cartãozinho com um garrancho das letrinhas em forma de bilhete dizendo:
"O meu pai é que nem um médico da terra.
Quer proteger todo mundo".
Quando saiu para viver mais um dia de trabalho, fez um trato consigo mesmo. Em todas as visitas vou dizer de boca cheia às secretárias: diga ao seu chefe que é o Corretor de Seguros que deseja falar com ele.
Esta é uma homenagem da Bandeirante ao Corretor de Seguros no seu dia.

BANDEIRANTE DE SEGUROS
O fim do seguro no escuro.

COMPANHIA PIRATININGA DE SEGUROS GERAIS
COMPANHIA BANDEIRANTE DE SEGUROS GERAIS

ABRIL PRESS

Abreu e Gil na década de 30: leitor de Proust, jogador de bilboquê

AMICUCCI GALLO

Gil atualmente: o rosnar medíocre

ABREUGRAFIA

Ainda funciona?

O fácil comércio realizado em torno das "chapas de pulmão", oferecidas nas ruas das grandes cidades por verdadeiros camelôs da medicina, tem valido à velha abreugrafia uma série de críticas. A ponto de médicos como Walter Leser, secretário da Saúde de São Paulo, duvidarem da eficácia desse método de detecção da tuberculose exigido a todo candidato a emprego. Aposentar a abreugrafia, contudo, seria inviável, pois o único outro método eficiente de detecção da tuberculose é o exame bacteriológico do escarro, mais moroso e complicado.

Contudo, em lugar de exigir que os candidatos a emprego se ponham em fila para ir escarrando em alguma bacia, caberia às autoridades sanitárias controlar a ganância das firmas que tiram abreugrafia sem cuidados mínimos. Elas não banham os filmes em água gelada, como manda a boa técnica; não pedem a identificação aos fregueses, a ponto de repórteres do Rio e de São Paulo já terem tirado abreugrafia com nome falso, apresentando-se como Paulo de Almeida Machado, ministro da Saúde; e sequer mandam o cliente despir-se, de modo que botões, canetas, correntinhas e até isqueiros surgem como manchas de difícil caracterização. Isso quando a firma de abreugrafia, além de despreparada tecnicamente, também não é desonesta. Já aconteceu em São Paulo de um soldado do Exército apresentar no quartel como sendo sua a abreugrafia em que surgia nítido o contorno de seios femininos. Isso significa, em princípio, que a firma apenas fingiu tirar a abreugrafia, entregando ao freguês o primeiro filme antigo que localizou no arquivo.

Bilboquê — Agora assim humilhada, a abreugrafia já teve no entanto seus dias de glória, como um dos grandes inventos brasileiros. Familiarmente conhecida como "chapa do pulmão", seu primeiro nome, ao nascer em 1936 das mãos do médico paulistano Manoel de Abreu, foi "roentgenfotografia". Abreu tinha então 44 anos, havia estudado no Rio — "mais filosofia, ciências sociais e poesia do que medicina", como dizia, na qualidade de leitor de Nietzshe, Pavlov, Baudelaire, Mallarmé e Poe — e trabalhando na França, no setor de radiodiagnóstico, aproveitando as horas vagas para entre outras coisas ser um dos pioneiros na leitura de Proust. Em 1922, com várias comendas do governo francês, Abreu voltou ao Brasil, deixando em Paris a fama de bom radiodiagnosticador, bom nadador e bom jogador de bilboquê.

No Rio, enquanto escrevia livros de poesia ilustrados por amigos como Portinari e Di Cavalcanti, Abreu realizava experiências no Hospital Alemão, hoje Hospital da Aeronáutica. Finalmente, em 1936, ele comunicou à Sociedade de Medicina e Cirurgia que, com uma velha câmara Laica, havia conseguido fotografar no écran fluoroscópico, iluminado sob a ação dos raios X, a imagem interna de um tórax. E apresentou sua conclusão à Sociedade: "O novo método vai permitir o exame das grandes massas da população, de doentes aparentemente sãos, mas com tuberculose e em fase oculta ou ignorada".

Importando o nacional — Logo o invento estaria consagrado. Um general-médico do Exército nazista, Holfelder, veio ao Rio especialmente para pegar com Abreu as plantas de seu aparelho. Em pouco tempo, a abreugrafia foi adotada nos Estados Unidos e União Soviética e espalhou-se pelo mundo inteiro. Na década de 40, foi oficializada no Brasil, ao tornar-se obrigatória como condição de emprego pela Consolidação das Leis do Trabalho.

LUIS PAULO MACHADO

Pereira: a abreugrafia ainda hoje é insubstituível, embora saia caro

Conta o radiologista aposentado Gil Ribeiro, 72 anos, que trabalhou com Abreu: "Em 1935, havia 300 tuberculosos para 100 000 habitantes no Rio; hoje a cifra é de 50. Muito se deve à abreugrafia na redução dos índices de tuberculose". Ele lembra, porém, que Abreu passava horas lavando os filmes — um dos cuidados que as firmas de abreugrafia aparentemente deixam de tomar. Diante das críticas à abreugrafia, segundo as quais tamanha é a desordem das firmas abreugráficas que hoje em dia a chapa do pulmão não tem mais sentido, Ribeiro responde com frase do ex-diretor da Divisão Nacional de Tuberculose, Jaime Santos Neves: "Trata-se do surdo rosnar da mediocridade ante a evidência irrecusável do gênio".

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Radiologia, Abércio Pereira — que não usa abreugrafia em sua clínica pulmonar de Copacabana —, o método de Abreu é insubstituível, por exemplo, no diagnóstico precoce de câncer no pulmão. Ele acha que as críticas do Ministério da Saúde e da Secretaria da Saúde de São Paulo à abreugrafia se devem mais ao custo do equipamento, 200 000 cruzeiros por unidade importada — exatamente da Alemanha, primeiro país a importar o famoso invento nacional.

ACUPUNTURA

Contra drogas

Já é conhecido o procedimento de fazer uma perfuração na orelha para curar o vício do tabaco, prática médica que tem defensores e ironizadores. No entanto, anuncia-se agora que a acupuntura na orelha vai ainda mais longe: assim foi curado do mais pesado vício da heroína o guitarrista e ídolo pop britânico Eric Clapton. Ele vai lançar um disco especial sobre sua cura após quatro anos de heroinomania, destinando a renda à instalação de uma clínica numa abadia abandonada, no norte de Londres, ou numa tranqüila ilha do litoral escocês. Ainda que não esteja escolhido o local da nova clínica, já se sabe que ela será dirigida pela mulher que curou Clapton, a cirurgiã escocesa Meg Patterson.

LONDON FEATURES

Eric Clapton: curado da heroína

Até há pouco tempo, Meg Patterson tinha uma clínica na elegante Harley Street, em Londres, mas, como não conseguiu convencer as céticas autoridades britânicas da eficácia de seu método, resolveu mudar-se para os Estados Unidos, onde conta com a confiança de Peter Bourne, assessor do presidente Jimmy Carter para Assuntos de Narcóticos e Doenças Mentais. Embora seu objetivo final seja instalar uma clínica na Grã-Bretanha, Meg Patterson passará os próximos tempos nos Estados Unidos, organizando um programa-piloto para a cura de viciados.

Brinco elétrico — Vários outros artistas, meio em que as drogas têm importância especial, estão interessados em dar dinheiro para a futura clínica de Meg Patterson, entre eles o ex-Beatle George Harrison, os membros do conjunto The Who, o violinista erudito Yehudi Menuhin e o cantor de rock Cliff Richards. O *Boletim dos Narcóticos* da Organização das Nações Unidas já assinalou que, num experimento com as técnicas de Meg Patterson, 21 meses após o fim do tratamento, 21 viciados ainda se mantinham distantes de drogas — e um deles era viciado há 27 anos.

Tudo começou quando Meg Patterson trabalhava em Hong-Kong. Um seu colega chinês trouxe da China Popular uma máquina elétrica de acupuntura, através da qual o processo antigo de mover as agulhas pelo corpo do paciente é substituído por uma corrente elétrica. Meg Patterson passou a usar a máquina em algumas doenças. Ocorre que em Hong-Kong uma entre cada dezesseis

THE GUARDIAN

Meg Patterson: britânicos céticos

pessoas é viciada em drogas. E Meg Patterson notou que muitos de seus pacientes anunciavam que, iniciado o tratamento com acupuntura, tinham passado a sentir repugnância pela droga na qual eram viciados. Observando mais de perto a situação, Meg Patterson pôde ver que esses pacientes que tinham perdido o vício possuíam todos algo em comum: a máquina elétrica de acupuntura tinha passado pelas orelhas.

Foram eliminados sintomas como tremor, náuseas e irritação das narinas e o método funcionou para o vício em heroína, cocaína, tabaco, barbitúricos, anfetaminas e álcool. De quarenta viciados, 39 foram curados. De volta à Grã-Bretanha, Meg Patterson aperfeiçoou o método e agora usa uma espécie de brinco elétrico, que curou por exemplo Clapton. Meg Patterson não tem a menor idéia de por que o método funciona. Foi para fazer pesquisas sobre isso que ela pediu ajuda ao governo britânico, mas não foi atendida.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nos laboratórios

Nas indústrias farmacêuticas — e não nas farmácias —, o Ministério da Saúde fiscalizará o cumprimento da Lei de Vigilância Sanitária de Drogas e Medicamentos. Promulgada em dezembro de 1976, essa lei dava o prazo de um ano para que as fábricas de remédios se adaptassem a suas exigências. A partir de janeiro do ano que vem, portanto, todas já deverão estar prontas para as visitas de equipes que estão em treinamento desde o mês passado, em Brasília. Haverá um grupo inicial de fiscais e esse pessoal será depois utilizado como agente multiplicador, para formação de equipes nos Estados. Segundo o ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, não há interesse em apreender os remédios em situação ilegal já à venda nas farmácias — e sim em controlar os estoques que saem das indústrias para as farmácias.

O ministro voltou a reconhecer, em entrevista à repórter Eliane Cantanhede, da sucursal de VEJA em Brasília, que tem sofrido pressões contra a aplicação da Lei de Vigilância Sanitária — mais uma vez, porém, voltou a recusar-se a identificar a origem das pressões. "Como várias dessas reclamações vieram através de órgãos de classe, não posso identificar exatamente quem são os interessados", explicou o ministro Almeida Machado.

De fato, as pressões poderiam surgir de fontes variadas, pois a lei estabelece, com rigor, quais remédios só podem ser vendidos com receita médica, impõe faixas coloridas nos rótulos (a cor exprime o grau de perigo do remédio), exige que as bulas contenham as mesmas informações que as bulas no país de origem — e proíbe nomes de fantasia para remédios com uma só droga conhecida.

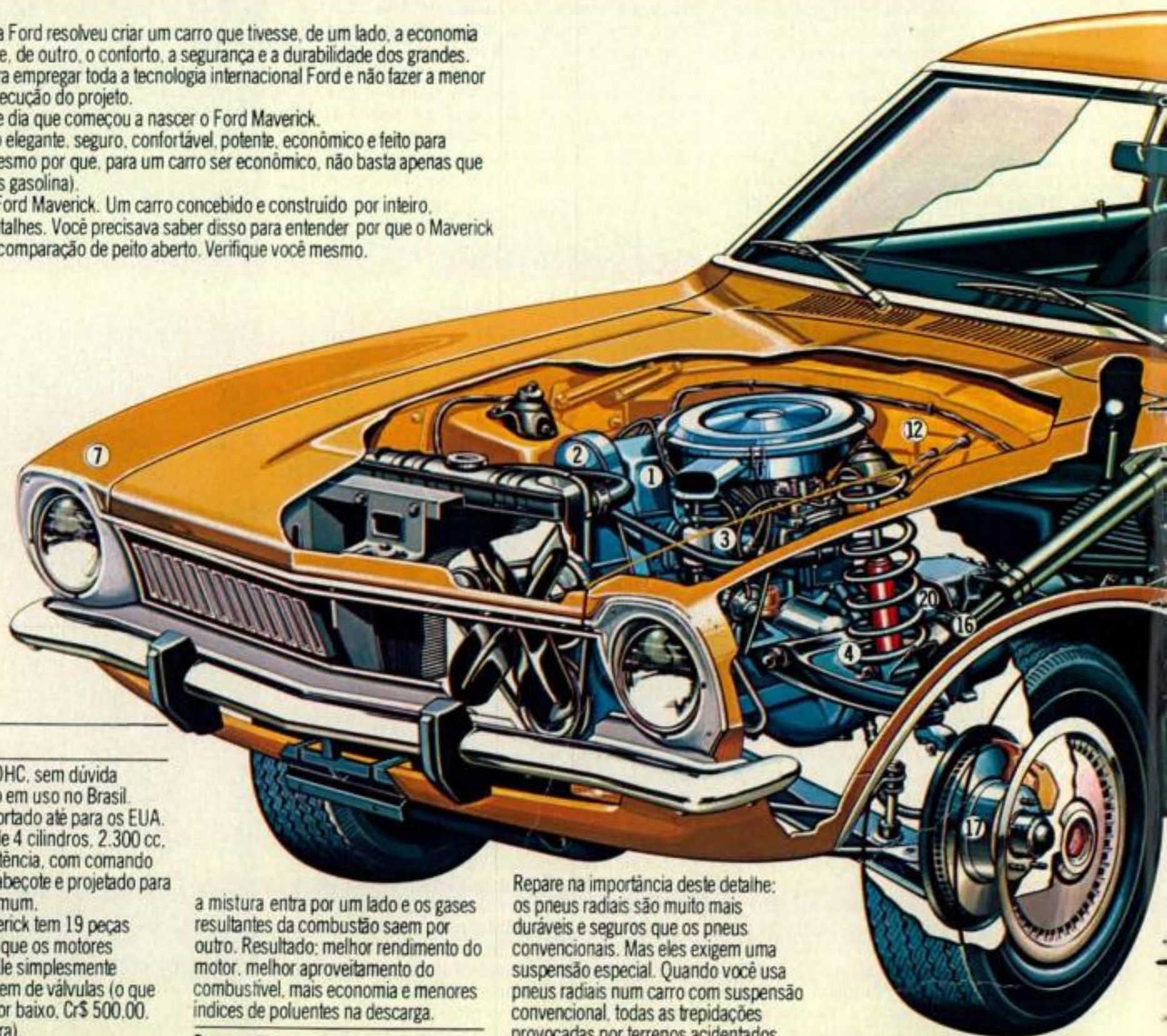
Ponto de partida — Segundo o ministro, uma grande parte do setor farmacêutico estava "acomodada em padrões de trabalho inferiores, sem grandes preocupações quanto à qualidade, felizes com a possibilidade de anunciar virtudes não muito reais para seus produtos, trabalhar em condições incompatíveis com a qualidade do medicamento". Como aplicação da lei, o ministro Almeida Machado exemplifica com um remédio que contivesse talidomida, mas se apresentasse de maneira que ocultasse essa circunstância: poderia ser comprado por alguém desinformado dos perigosíssimos

Machado: o governo não vai recuar

efeitos colaterais da droga. Agora, esse nome de fantasia está proibido.

De qualquer modo, o ministro não vê contradição entre o interesse público, que deve ser defendido pelo governo, e a iniciativa privada, incentivada pelo lucro: "É possível compatibilizar os interesses empresariais e os sociais. Não devemos ter medo dos interesses comerciais e sim encará-los de frente". No caso da Lei de Vigilância Sanitária, no entanto, o governo já tem posição definida e, alerta Almeida Machado, "não vai ceder 1 milímetro. Desde que isso fique bastante claro, torna-se mais fácil negociar. Já se tem um ponto de partida". Não será concedido sequer novo prazo para adoção das medidas previstas pela lei. Já há, por exemplo, vários remédios sendo vendidos com faixas vermelhas — as que representam maior perigo.

O Ford Maverick de
para uma comparaç

Um dia, a Ford resolveu criar um carro que tivesse, de um lado, a economia
os pequenos, e, de outro, o conforto, a segurança e a durabilidade dos grandes.
A idéia era empregar toda a tecnologia internacional Ford e não fazer a menor
conomia na execução do projeto.
Foi nesse dia que começou a nascer o Ford Maverick.
Um carro elegante, seguro, confortável, potente, econômico e feito para
ão quebrar (mesmo por que, para um carro ser econômico, não basta apenas que
e gaste menos gasolina).
É este o Ford Maverick. Um carro concebido e construído por inteiro,
clusive nos detalhes. Você precisava saber disso para entender por que o Maverick
ceita qualquer comparação de peito aberto. Verifique você mesmo.

lotor

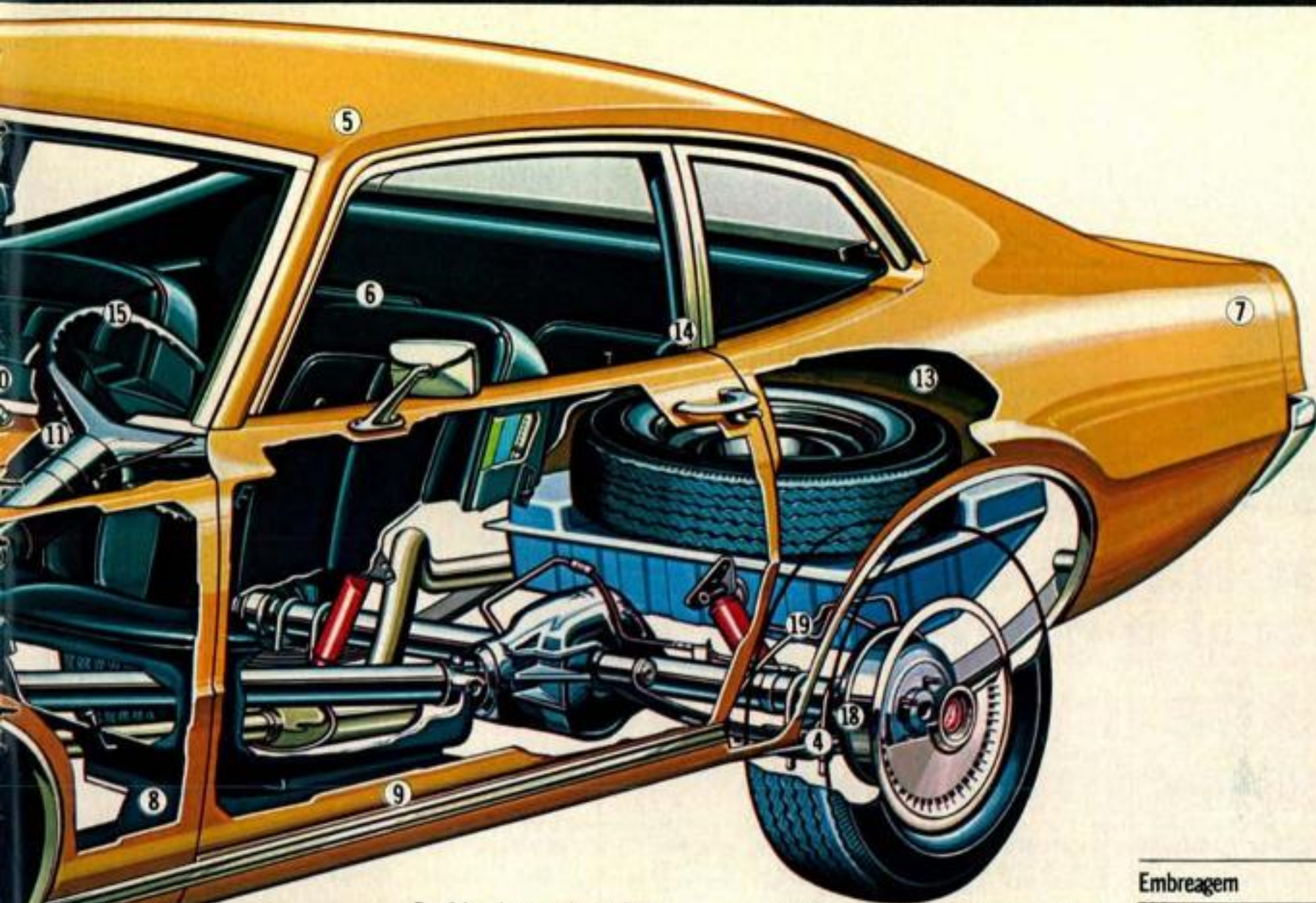
um moderno OHC, sem dúvida
mais avançado em uso no Brasil.
anto que é exportado até para os EUA.
um motor ① de 4 cilindros, 2.300 cc,
9 cv SAE de potência, com comando
e válvulas no cabeçote e projetado para
sar gasolina comum.
motor do Maverick tem 19 peças
oveis a menos que os motores
onvencionais. Ele simplesmente
spensa regulagem de válvulas (o que
stá custando, por baixo, Cr$ 500,00,
de mão-de-obra).
correia dentada ② do comando de
álvulas, feita com um material chamado
eoprene, trabalha no mais absoluto
lêncio. É a mesma usada nos bólidos
Fórmula 1. O virabrequim é apoiado
bre 5 mancais. E, você sabe, quanto
aior o apoio, menor a vibração.
troca de óleo do motor é feita apenas
cada 10 mil km. E a do diferencial,
mente a cada 15 mil km.
as o melhor exemplo do avanço
cnológico deste motor é o sistema
ross Flow" ③. Por esse sistema,
a mistura entra por um lado e os gases
resultantes da combustão saem por
outro. Resultado: melhor rendimento do
motor, melhor aproveitamento do
combustível, mais economia e menores
índices de poluentes na descarga.

Suspensão

Só existe uma palavra para
descrever a nova suspensão ④ do
Maverick: "Ótima".
É que a Engenharia da Ford conseguiu
uma coisa dificílima: construir uma
suspensão ao mesmo tempo macia
e estável. E foi essa a suspensão que
ela colocou no Maverick.
Além disso, o Maverick é o único carro
nacional que oferece uma opção de
suspensão especialmente projetada
para pneus radiais.
Repare na importância deste detalhe:
os pneus radiais são muito mais
duráveis e seguros que os pneus
convencionais. Mas eles exigem uma
suspensão especial. Quando você usa
pneus radiais num carro com suspensão
convencional, todas as trepidações
provocadas por terrenos acidentados
são transmitidas para a carroceria.
E para o seu corpo. Já com essa
suspensão especial do Maverick
o problema desaparece.
Só com o Maverick você pode usar
pneus radiais e ter a impressão de que
está rodando com pneus comuns.

Carroceria

O novo Maverick foi projetado
sob medida para as ruas e estradas
brasileiras.
Sua construção é super-reforçada,
com estrutura monobloco ⑤
A carroceria, de estrutura diferenciada,
impede danos na cabine ⑥ de
passageiros. Em caso de choque,
as extremidades ⑦ se deformam e
absorvem o impacto.
Além da segurança, a Ford também
se preocupou com a durabilidade da
carroceria do Maverick. Antes de receber
a pintura final, ela passa por uma série
de etapas para proteger as áreas mais
sujeitas à corrosão: banhos especiais
contra ferrugem, camadas de cera

safia qualquer carro
ão de peito aberto.

aluminizada e de "Primer Epoxi" e aplicação de Underseal (que, além de proteger, ainda aumenta o isolamento acústico do veículo).
Mais proteção: as longarinas, as travessas do assoalho (8) e as soleiras das portas (9) são feitas de chapa galvanizada.

Sistema Elétrico

O sistema elétrico do painel de instrumentos (10) é do tipo circuito impresso. Esse sistema evita os maus-contatos e os curto-circuitos dos sistemas convencionais.
O interruptor de ignição (11) é acionado através de um dispositivo especial que protege a chave e impede que ela se quebre. Isso é apenas um detalhe.
Mas são justamente os cuidados até com os detalhes que fazem do Maverick o carro de sua categoria que oferece mais pelo seu dinheiro.

Por falar nisso, mais detalhes: no Maverick, você ainda pode optar por compartimento do motor (12), porta-malas (13) e porta-luvas iluminados.

Portas e Vedação

O mundo inteiro reconhece o rigor do Controle de Qualidade Ford. E é dentro desse rigor que são testadas todas as peças do Maverick. As vitais, individualmente. Outras por amostragem, como acontece com as portas.
Para testar sua durabilidade, elas são abertas e fechadas mais de 80 mil vezes.
A vedação da cabine (14) é perfeita.
Uma prova disso: com os vidros totalmente fechados, você precisa fazer mais força para fechar a porta.
É praticamente impossível a entrada de água e poeira.

Direção

Você poderia dirigir o Maverick apenas tocando o volante com a palma da mão.
Com o carro em movimento, a direção (15) é tão suave que até parece hidráulica. Isso se deve à sua relação de alta desmultiplicação e ao sistema (16) de esferas recirculantes.
Esse sistema, por outro lado, reduz as vibrações do volante quando você percorre estradas mal pavimentadas.
Mas, na verdade, só quem dirige um Maverick é que pode comprovar o que nós estamos dizendo.

Freios

O Ford Maverick tem freios a disco, na frente (17), e tambor, atrás (18).
Para maior eficiência, são auto-ajustáveis e auto-ventilados. O circuito é duplo (19).
Em caso de vazamento em um dos circuitos, uma luz se acende imediatamente no painel.

Embreagem

O Maverick tem embreagem monodisco a seco (20), tipo "chapéu chinês".
Ela não patina e simplesmente dispensa regulagens freqüentes.
Dura muito mais e é muito mais segura.

Agora, uma observação final.
Hoje em dia, antes de comprar um carro, é bom você virá-lo do avesso.
Por isso, a própria Ford sugere: chegue perto você mesmo do Maverick.
Coloque-o ao lado de qualquer outro carro. Dirija um e dirija outro. Pergunte. Compare. Quanto mais exigente você for, melhor para o Maverick.

FORD MAVERICK

Garanta o combustível de amanhã. Respeite os 80

O reitor Paiva: a favor da lista tríplice

E a sucessão?

Teoricamente, a indicação do novo reitor da Universidade de São Paulo em substituição ao atual, Orlando Marques de Paiva, seria um problema afeto a apenas 85 pessoas: os 84 membros do Conselho Universitário, composto de dois representantes de cada faculdade das que formam a USP, que dentro de duas semanas elegerão os candidatos, e o governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, que em seguida escolherá o reitor dentre os candidatos indicados pelo Conselho. No entanto, com o clima de debate político no país, estão tentando participar de alguma forma do processo de escolha do novo reitor (mandato de quatro anos) muitos dos 4 613 professores e 30 000 alunos da USP, a maior universidade do país, que atravessa agora grave crise financeira, embora pertença ao Estado mais rico do Brasil. O primeiro ponto em discussão diz respeito ao número de candidatos a serem sugeridos pelo Conselho Universitário ao governador. Pela lei antiga, a lista seria tríplice; pela lei nova, sêxtupla. Acontece que a lei nova ainda não foi regulamentada, e largos setores da USP, inclusive o reitor Orlando Marques de Paiva, julgam que o Conselho deve indicar três nomes, seguindo a lei antiga, e não seis. A questão não é meramente jurídica: com a indicação de seis nomes pelo Conselho, a posição do governador se veria reforçada, já que poderia escolher por exemplo o menos votado entre os seis, tornando-se reitor um nome pouco aceito no Conselho mas aceitável pelo governador. Diz o presidente da Associação dos Docentes da USP, Modesto Carvalhosa, professor de Direito Comercial: "Se a escolha do governador a partir de uma lista tríplice já constitui agressão à autonomia universitária, a lista sêxtupla será simplesmente escandalosa".

Chapa tríplice — Carvalhosa vai além e afirma: "Há uns dez anos a reitoria não mantém qualquer diálogo com alunos e professores, limitando-se a falar apenas com as autoridades".

Surgiu, no entanto, pela primeira vez nesse período, um movimento de relativa importância com o objetivo de alterar esse estado de coisas. Trata-se de um acordo entre três dos principais candidatos a reitor, que acertaram um programa comum e se uniram numa chapa a ser apresentada ao Conselho. São os professores José Goldenberg, diretor do Instituto de Física; Antônio Guimarães Ferri, diretor da Escola de Comunicações e Artes, e José Francisco Camargo, diretor da Escola de Economia e Administração. O objetivo do trio é preencher conjuntamente a lista tríplice, de modo que o governador Paulo Egydio Martins tenha de escolher um deles, assegurando assim o cumprimento de seus objetivos comuns. Os itens básicos de sua plataforma centram-se em participação mais decisiva da USP no cenário nacional, defesa da autonomia universitária, desburocratização e equacionamento da situação salarial de docentes e técnicos.

Ferri, por exemplo, é claro: "A USP não pode ficar afastada da solução dos problemas nacionais e estaduais, se respeitarmos a importância dos cientistas que a integram". Para ele, "a USP deve contribuir para a construção da nova sociedade brasileira, a começar da democratização, que é o problema mais importante".

Natel e Martins — Já o físico José Goldenberg julga que deve ser ampliado o debate político: "Até agora, as figuras de maior prestígio da USP se manifestaram em caráter individual, como o jurista Gofredo da Silva Teles, no episódio da Carta aos Brasileiros". No seu entender, o envolvimento da USP tem de ser institucional e isso deveria dar-se, por exemplo, no campo da política energética; ainda mais, a própria autonomia universitária deveria ser discutida internamente, através de simpósios.

Não há dúvida de que, ainda que ligeiramente, a plataforma do trio foi influenciada pelas posições da Associação dos Docentes da USP, como os pontos que dizem respeito a salários, autonomia e desburocratização. Carvalhosa, o presidente da Associação, não esconde que, para ele, a USP deve ser dirigida por um homem de autoridade científica inconteste, "a exemplo de um Go-

Goldenberg: e a política nuclear?

Ferri: e a triagem ideológica?

fredo da Silva Teles, um José Goldenberg".

Embora ao que parece preferido pela maioria dos professores e alunos, Goldenberg, mesmo que venha a compor a lista, conta com poucas chances de ser escolhido reitor pelo governador. Causaram desagrado às autoridades suas críticas à política energética do governo federal e sua inscrição no MDB — se bem que suas relações com o governador Martins pareçam ter melhorado depois de recente encontro entre ambos. Quanto a Ferri, teria a seu favor o bom relacionamento com o ex-governador, novamente apontado como candidato ao cargo, Laudo Natel — mas tem contra si, junto às autoridades, o fato de haver denunciado recentemente a triagem ideológica na USP. Restaria assim, como candidato mais forte do trio, o professor José Francisco Camargo, que mantém relações com o governador Martins.

Há, naturalmente, outros candidatos, filiados a uma linha talvez mais conservadora. Um deles é o vice-reitor, Josué Camargo Mendes, candidato natural por força do cargo. Ele não apresenta programa: "Se for para dar entrevista, será para falar dos aspectos técnicos da escolha", afirmou-se na assessoria de Imprensa da reitoria. Também não tem plataforma o candidato preferido do governador Martins, o diretor do Instituto de Matemática e Estatística, engenheiro Waldir Muniz de Oliva. Ele se justifica: "Qualquer plataforma depende dos colegiados da USP para ser posta em prática". Quanto aos setores que o apóiam, Oliva faz segredo: "Sou um candidato free-lancer. Como diz o Erasmo Dias", secretário da Segurança de São Paulo, "não se deve entregar o ouro aos bandidos".

CARLOS NAMBA

Oliva: candidato sem abrir o jogo

NOVA AMÉRICA.

DO NORTE,
DO SUL,
DO LESTE,
DO OESTE...

A Nova América nasceu brasileira. E, há 53 anos, ela vem se atualizando continuamente, sempre com a mesma nacionalidade.
Continua brasileira como nasceu.
Brasileira de todos os pontos cardeais de nossa terra.
O algodão e todas as matérias-primas que ela usa são daqui mesmo.
Seus produtos fazem crescer centenas e centenas de empresas que trabalham com eles, em todas as regiões do país.
E estão sendo exportados para alguns dos mais importantes mercados do mundo.
Nesses 53 anos de vida, ela aprendeu a descobrir como é bom ter sempre sangue novo nas veias.

COMPANHIA NACIONAL DE TECIDOS NOVA AMERICA

DA BRANIFF.

Ouro: a menor quantidade compensada pela criatividade dos desenhos

JÓIAS

Em novo estilo

Embora o preço do ouro tenha subido de 50 para 100 cruzeiros a grama nos últimos dois anos, as joalherias dos principais centros brasileiros não perderam a freguesia. Pelo contrário, afirmam os comerciantes de jóias, o ouro está voltando a ter grande evidência, atraindo especialmente consumidores jovens que até algum tempo atrás não passavam além das jóias de prata. Mais do que moda, porém, o retorno do ouro parece uma questão de marketing.

Como o preço do metal começou a dificultar a venda de pesadas jóias de ouro maciço, os fabricantes estimularam a criação de uma linha de jóias leves, com pequena quantidade de ouro mas realçadas pela delicadeza dos desenhos. Segundo o italiano Cesar Cioci, de 70 anos, há cinqüenta no comércio joalheiro do Rio, "antigamente se comprava um anel com no mínimo 8 a 9 gramas de ouro, e hoje as jóias modernas levam no máximo 2 gramas de ouro". Graças a essa mudança, é possível agora adquirir um delicado anel de ouro com brilhante por 500 cruzeiros, uma pulseira por 400 e uma gargantilha por 1 000 cruzeiros. A pequena quantidade de ouro é compensada pela criatividade dos desenhos, que reproduzem flores, figas, corações ou insetos. Mais ainda, em vez de pedras excessivamente valorizadas como a pérola, o rubi e o brilhante, os joalheiros combinam o ouro com semipreciosas, como o ônix, o coral e a turquesa. Com tudo isso, repetindo uma tendência verificada na Europa há três anos, o barateamento das jóias de ouro vulgarizou o seu uso cotidiano. Antigamente, a jóia de ouro era exclusiva para grandes ocasiões como casamentos e banquetes. Agora, ela pode ser vista diariamente até na praia, como ocorre no Rio.

TURISMO

O último navio

Para não gastar 5 milhões de dólares (75 milhões de cruzeiros) no conserto do navio "Anna Nery" — 70 metros de comprimento, 10 800 toneladas de aço branco, no valor de 900 milhões de cruzeiros —, o Lloyd Brasileiro está gastando anualmente 5 110 000 dólares no aluguel do navio grego de bandeira panamenha "Romanza", de 39 anos, três vezes mais velho do que o "Anna Nery". Além de gastar mais dinheiro do que deveria, o Lloyd pretende vender o "Anna Nery". E, como navios do Lloyd vendidos a preço de banana no mercado internacional dão hoje vultosos lucros para seus proprietários novos em linhas no Mediterrâneo e no mar da China, foi pedida no Congresso Nacional a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assunto.

O "Anna Nery", de origem iugoslava, chegou ao Brasil em 1962, juntamente com o também iugoslavo "Rosa da Fonseca" e os "Princesa Isabel" e "Princesa Leopoldina", espanhóis. Haviam sido comprados a troco de café pela Companhia de Navegação Costeira do Brasil, extinta pouco tempo depois. Os navios passaram então ao Lloyd Brasileiro e continuavam dando prejuízo — embora já tivessem caído o presidente João Goulart e terminado as greves de marinheiros, que lançavam areia em suas máquinas e açúcar nos tanques. Em 1966, o "Princesa Isabel" e o "Princesa Leopoldina" foram vendidos a preços de sucata a empresas estrangeiras, às quais ainda hoje dão bons lucros, com os nomes de "Marco Polo" e "Coral Princesa".

Sem revisões — Já por essa época, o Lloyd começou a ter lucros com os cargueiros, o que compensava as perdas com os navios de passageiros. Mesmo assim, o "Rosa da Fonseca" foi vendido em 1974 por 1 milhão de dólares — um preço de sucata. Hoje, o "Rosa da Fonseca", com o nome de "Seven Seas", faz cruzeiro no mar da China, rendendo lucros fabulosos à Mitsui O.S.K. Lines, Ltd., sua atual proprietária. Dos quatro, assim, ficou o "Anna Nery", a essa altura rendendo satisfatoriamente, pois um contrato do Lloyd com o Touring Club assegurou que o navio viajasse sempre lotado. Aliás, a sede de dinheiro foi tamanha que o "Anna Nery" não interrompia suas viagens nem mesmo para as necessárias revisões periódicas.

Não é de estranhar, portanto, que desde setembro do ano passado o navio tenha sofrido problemas no sistema de ar condicionado e nos motores — e desde janeiro esteja parado. Agora o Lloyd quer vendê-lo, mas o deputado Nina Ribeiro, da Arena fluminense, autor do requerimento de CPI, mostra que, só por ocasião da próxima Copa do Mundo, em julho do ano que vem, na Argentina, o "Anna Nery", consertado, daria lucro de 10 800 000 cruzeiros. Seria assim possível rapidamente pagar os consertos.

O "Anna Nery" avariado: assunto para uma CPI

FOTOS ABRIL PRESS

O "Romanza" alugado: 5 110 000 dólares ao ano

Se você não consegue falar precisa ficar com vergonha:

CINEMA

Jane Fonda, George Segal e o herdeiro: ladrões que roubam ladrões...

Faltou munição

ADIVINHE QUEM VEM PARA ROUBAR ("Fun with Dick and Jane"), direção de Ted Kotcheff; com Jane Fonda, George Segal; Rio.

Em seu apego a atrevidas modalidades de contestação à ordem vigente, Jane Fonda não poderia alhear-se à apoteose do banditismo carismático que Hollywood vem patrocinando desde "Golpe de Mestre", de 1973. Pena que a adesão tenha ocorrido tarde demais, agora que farsantes de sorriso sedutor, destros o bastante para lograr larápios mais poderosos e arrebanhar as simpatias da platéia, perderam praticamente o sabor da novidade. Nesta comédia de curto fôlego humorístico, onde vastas doses de vitríolo são lançadas à moralidade complacente, as excentricidades do bufônico dueto entoadas por Jane e George Segal já não obtêm o esperado efeito cáustico. Ao contrário, por força da repetição, tais tributos ao heroísmo dos cínicos começam a reluzir como amenidades pueris.

Assim que o marido, um engenheiro de projetos espaciais, se vê desempregado com o cancelamento pela NASA dos vôos lunares tripulados, Jane, uma bem-comportada dona-de-casa da classe média de Los Angeles, revela insuspeitada vocação para sustentar a família com ardilosas apropriações indébitas.

O maior golpe tem por vítima justamente o patrão que demitiu Segal, um grande vigarista da indústria. Moral da história: numa sociedade competitiva e materialista, os louros da doce vida recaem sobre ladrões que roubam ladrões. Por isso, Segal termina publicamente agraciado como "um dos cérebros que contribuíram para o engrandecimento da iniciativa privada no país".

Parece hilariante mas não é, talvez porque, para a reduzida munição disponível, sejam excessivas as instituições a serem alvejadas. No clima de neutralidade geral, apenas Jane Fonda sai-se com uma proeza surpreendente: na ânsia talvez de se desfazer do sex-appeal forjado por seu ex-marido Roger Vadim, ela satisfaz frente à câmara a uma certa necessidade fisiológica. Foram-se os tempos em que as deusas da tela eram feitas somente de sonhos assépticos e glamour infenso à crua materialidade dos mortais.

• PAULO PERDIGÃO

Apenas um blefe

OS MENINOS ("Quien Puede Matar a un Niño?"), direção de Narciso Ibáñez Serrador; com Lewis Fiander, Prunella Ransome; Rio.

Crianças da ilha de Almanzora, na costa da Espanha, brincam de assassinar adultos e conquistar o mundo, imitando os meninos de "A Aldeia dos Amaldiçoados". Uma de suas possíveis vítimas, jovem grávida de um biólogo inglês em trânsito, interpretada por Prunella Ransome, além de ser a perfeita cópia fisionômica de Mia Farrow, conduz-se com a convicção de quem vai dar a luz a um novo bebê de Rosemary. E um prólogo coletando atrocidades cometidas em crianças em campos de concentração nazistas, em Biafra e no Vietnam sugere que, como "Os Pássaros", de Hitchcock, os infantes decidiram afinal vingar-se da crueldade dos homens. Medíocre pastiche de inimitáveis clássicos de terror, executada sem nuanças, senso de atmosfera ou a mais precária armação de suspense, essa produção espanhola chega cercada de elogios da crítica européia de terceiro escalão, sem contar o prêmio de melhor atriz a Prunella, atribuído no Festival de Taormina.

À iludida platéia, diante da insipidez da obra, cabe tardiamente perceber que tão malfadado mostruário de banalidades formaliza apenas um lastimável blefe.

• P.P.

Sem hipocrisia

ALEGRE LIBERTINA ("The Happy Hooker"), direção de Nicholas Sgarro; com Lynn Redgrave, Jean-Pierre Aumont; São Paulo.

Atriz de sólida formação clássica, embora menos célebre que a mana Vanessa e o pai Sir Michael, a esguia Lynn Redgrave provocou certo escândalo ao filmar em 1974 esta versão cinematográfica da vida da holandesa Xaviera Hollander. É compreensível. Em seu país natal, Xaviera chegou certa vez a ser votada "a secretária do ano" — mas em Nova York, para onde se mudou em fins da década passada, logo se dedicou a atividades que se revelariam mais lucrativas: depois de breve período como prostituta free-lancer, ofereceu seus serviços a uma "madame" e em pouco tempo afirmava ela própria como a mais competente agenciadora de serviços sexuais da metrópole.

A maioria das cenas de "Alegre Libertina" passa-se em bordéis e as personagens empenham-se principalmente em satisfazer a seus apetites sexuais — nem sempre, convém ressaltar, da maneira mais ortodoxa. Mas pretender com isso que se trate de uma obra imoral seria tão incorreto como afirmar, por exemplo, que "Taxi Driver" é um filme sobre as condições de trânsito de Nova York. "Alegre Libertina" deveria até servir de exemplo a certos cineastas brasileiros que pretendem disfarçar suas toscas pornochanchadas com inconvincentes tinturas de crítica social. Aqui, para sorte do espectador, isso não acontece. Trata-se de um filme bastante cínico, sem dúvida, mas que jamais cai na hipocrisia. Nele, assuntos como prostituição, exploração do lenocínio ou aberrações sexuais, aparecem sempre filtrados por um sagaz espírito de observação. E, por vezes, atinge a dimensão de uma surpreendente sátira social — como na seqüência em que Xaviera/Lynn, sobre a mesa do presidente de poderosa multinacional, executa um strip-tease às avessas enquanto recita o pregão da Bolsa de Valores de Wall Street.

• JAIRO ARCO E FLEXA

Xaviera (esquerda): uma "madame" vivida com muita classe por Lynn

O IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) de São Paulo comprovou:

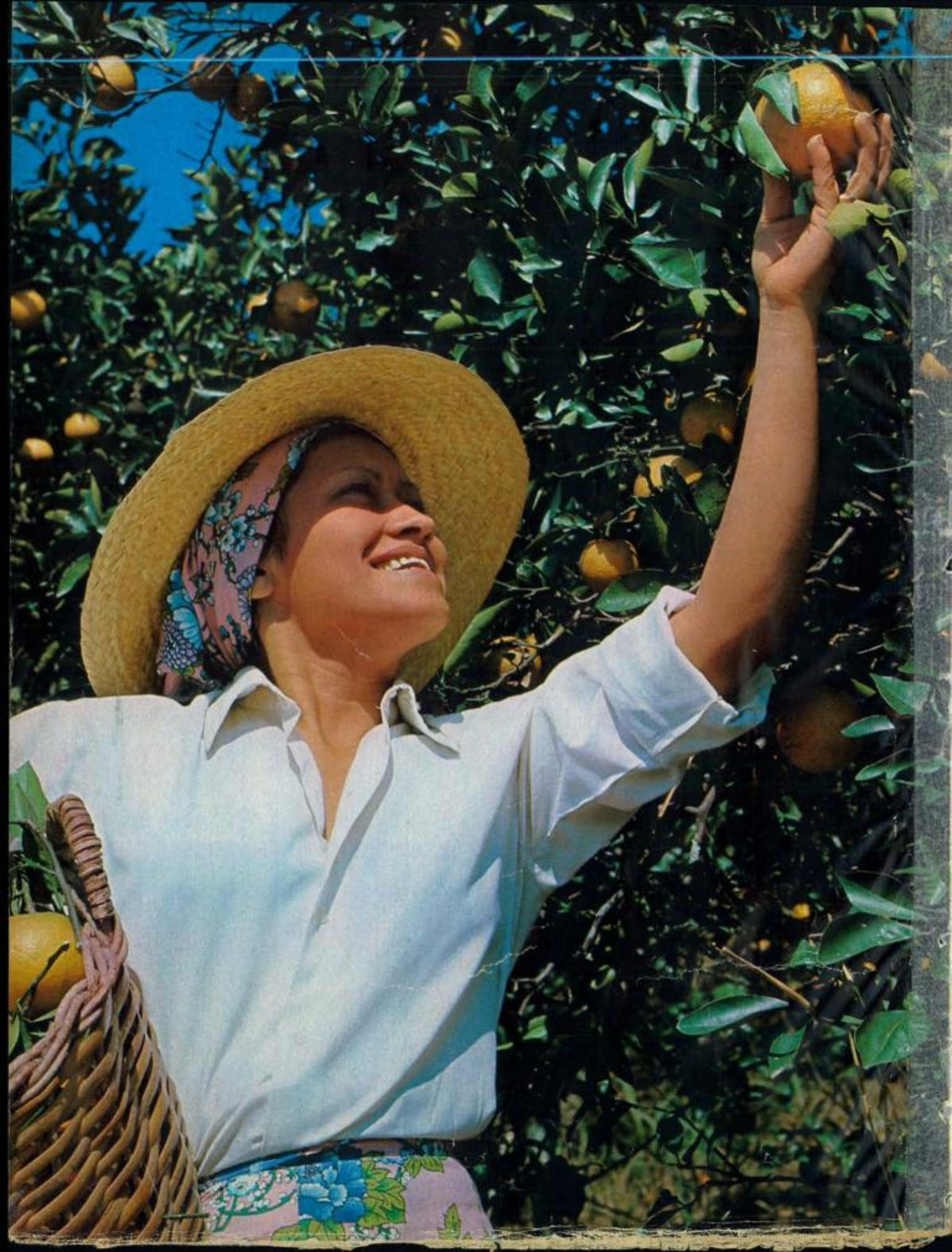
Usado 13.587 km Shell Super ainda apresentava grau de viscosidade superior à média de um óleo SAE 40 absolutamente novo e sem uso!

	Óleo SAE 40 novo (ponto médio)	Shell Super usado 13.587 km*	Shell Super novo
Viscosidade cinemática a 98,9 C° — cSt (padrão ASTM-American Society for Testing and Materials)	15.0	15.6	19.7

*(Este óleo foi usado numa corrida de Super Vê, em Interlagos, depois foi transferido para três caminhões Chevrolet e, a seguir, para dois Caravan e um Chevette que circularam por todo o país, completando 13.587 km com o mesmo óleo)

Shell Super excede as especificações da indústria automotiva e outras ainda mais severas como a das forças armadas americanas (MIL-L-2104 B).
Com Shell Super você pode até esquecer a hora da troca por muitos e muitos quilômetros.
Exija Shell Super, fórmula avançada da Shell, líder mundial em lubrificação.

Shell Super excede

Os dados de viscosidade referentes a Shell Super usado 13.587 km e Shell Super novo constam do Certificado do IPT n.º 488.247.

Nossas mercadorias vão para fora, os empregos aumentam aqui dentro.

Por detrás dessa movimentação toda das exportações brasileiras, existe uma coisa muito importante: os brasileiros. As exportações são fruto do trabalho da gente.

Quanto mais café nós exportamos, mais gente estará ocupada na lavoura, no transporte, no despacho e embarque de mercadorias. Isto vale também para o cacau, a soja, a laranja, o açúcar, o algodão, a mamona, o milho.

Grande parcela da população brasileira se beneficia diretamente da exportação de nossos manufaturados. Tanto faz que seja um produto relativamente simples como um par de calçados, ou complexo como um navio ou um avião, são mãos brasileiras que estão sendo ocupadas.

Porque o Brasil está exportando cada vez mais para pagar tudo que o desenvolvimento precisa importar.

Exportação é mais empregos, exportação é mais produção, exportação é desenvolvimento.

Diferentes mas não inferiores

Os preconceitos que cercam a mulher, no trabalho fora do lar, começam a ser atacados. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito acaba de ouvir várias dezenas de depoimentos de mulheres interessadas em dizer alguma coisa. E agora o próprio Ministério do Trabalho prepara uma profunda reforma na legislação para que todos os trabalhadores, qualquer que seja o seu sexo, recebam sempre o mesmo tratamento

Conclusão da Comissão Parlamentar

De março a setembro deste ano uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Congresso para examinar a situação da mulher na sociedade brasileira, promoveu vinte reuniões, coletou 35 depoimentos e, como depois confessaram numerosos parlamentares, conviveu até seu desfecho com a suspeita de que fora concebida por políticos interessados no crescente eleitorado feminista. Na quarta-feira passada, porém, a divulgação do relatório de 134 páginas com as conclusões da CPI, elaborado pela deputada Lígia Lessa Bastos (Arena-RJ), a única mulher do Congresso, acabou demonstrando que as brasileiras convocadas para depor tinham algo a dizer — e, sobretudo, muito a reivindicar.

"É indisfarçável a existência da discriminação contra a mulher em quase todos os setores da atividade humana que compõem o mecanismo da sociedade brasileira", conclui o relatório, ressaltando que "não há nenhuma razão científica para essa discriminação".

A força desse preconceito se manifesta especialmente no mercado de trabalho, como reconhece o senador Gilvan Rocha (MDB-SE), médico ginecologista que presidiu a CPI. "Observou-se que a discriminação ao trabalho da mulher existe de fato, evidenciando-se nos aspectos salarial e de acesso às carreiras", disse ele a Álvaro Rodrigues Pereira, de VEJA. Rocha também pôde constatar "a resistência manifestada por quase todas as depoentes em aceitar uma legislação paternalista em relação à mulher, como, por exemplo, a aposentadoria aos trinta anos de serviço". Enfim, o presidente da CPI acredita que os depoimentos coletados consolidaram a certeza de que "a mulher é diferente do homem, mas não inferior". Como pavimentar as picadas que hoje conduzem a mulher ao mercado de trabalho? A resposta passa necessariamente por algumas das onze recomendações do relatório final. Entre elas figura, por exemplo, "a revisão de toda a legislação protetora do trabalho feminino, para que cada uma das medidas protecionistas, depois de analisada, seja estendida a todos os trabalhadores ou eliminada para todos eles". Além disso, o documento reivindica a criação de uma assessoria, "a nível de ministro de Estado ou de secretaria especial", exclusivamente devotada aos "assuntos da mulher e do menor", e sugere que os custos exigidos por medidas que beneficiem as mulheres não acarretem prejuízos às empresas.

O documento recomenda, ainda, a adoção de medidas que garantam "cabal cumprimento à disposição constitucional e às leis que proíbem discriminação nos salários e no acesso a cargos por motivo de sexo ou estado civil". E, entre vários outros tópicos mais ou menos relevantes — como a ampliação da participação feminina no corpo de jurados dos tribunais de júri —, sugere que a obediência às leis que regulam o trabalho feminino seja rigorosamente vigiada.

Para as mulheres, até recentemente proibidas de trajar calças compridas na Câmara, o interesse dos parlamentares por sua situação será provavelmente desvanecedor. Mas, pelo menos no campo trabalhista, as recomendações da CPI praticamente endossam as alterações que vêm sendo conce-

CARLOS NAMBA

de Inquérito em Brasília: não há nenhuma razão científica que justifique qualquer discriminação

tidas no Ministério do Trabalho. Até o final do ano, deverá ser remetida ao Legislativo uma proposta de nova legislação sobre o trabalho da mulher, que promete obedecer ao moderno conceito doutrinário segundo o qual trabalhadores maiores de idade, homens e mulheres, merecem o mesmo tratamento. Fontes do Ministério do Trabalho informam que o caráter protecionista da atual legislação só será mantido no tocante à maternidade. Pois, para os inspiradores da prometida reviravolta legal, "o excesso de proteção ao trabalho da mulher, hoje, tem como resultado prático a discriminação, já que torna o trabalho feminino mais oneroso para o patrão, que acaba preferindo a mão-de-obra masculina".

Assim, caso seja aprovado o projeto do Ministério do Trabalho, antigas barreiras deverão ser derrubadas. Tanto o trabalho noturno como a prestação de horas extras, hoje proibidos, serão franqueados às trabalhadoras. Também se permitirá oficialmente a presença feminina nas obras de construção civil, condicionada à autorização expressa das Delegacias Regionais do Trabalho. E qualquer contrato de trabalho que contenha discriminação em razão do sexo do empregado será considerado nulo. Naturalmente, tais mudanças não eliminarão inteiramente os problemas que afligem as mulheres que trabalham fora de casa — cerca de 12 milhões, contra 25 milhões de homens. Mesmo assim, ganham ares de marco histórico para quem só em 1970 obteve o direito de inscrever-se nos concursos do Banco do Brasil. E certamente terão efeitos estimulantes para um contingente que ainda em 1922, quando a pioneira feminista Berta Lutz fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, só podia dispor de cinco profissões: professora, agente dos Correios e Telégrafos, enfermeira, empregada doméstica e prostituta.

Da mesma forma, restrições profissionais decorrentes da condição feminina não vigoram apenas para as mulheres brasileiras — cerca de 44,8 milhões, segundo o censo de 1970. Salvo raros países *(veja o quadro na página 90)*, em toda parte patrulhas avançadas do exército de 562 milhões de trabalhadoras, que representam 34% da força de trabalho mundial, têm denunciado preconceitos de ordem cultural ou econômica que se juntam para impedir uma efetiva igualdade profissional. E, se a taxa brasileira de participação feminina na população economicamente ativa, calculada em 17,9%, é inferior à média européia de 29,3%, por outro lado supera com folga o índice de 12,6% ostentado em conjunto pela América Latina. Mas, enquanto só agora o Brasil trata de transformar em lei a jurisprudência que assegura a estabilidade da gestante, países mais adiantados vêm engendrando fórmulas que facilitem o acesso feminino à educação e permitam o desempenho paralelo de tarefas profissionais e domésticas. Poderia o Brasil permitir-se tais requintes? As agruras vividas pelas trabalhadoras brasileiras não seriam mero reflexo das carências econômicas do país? Sejam quais forem as respostas, o Brasil parece ter finalmente despertado para a questão da mão-de-obra feminina espalhada pelos campos e cidades.

No campo, de sol a sol, sem nenhuma proteção

É justo duvidar das estatísticas oficiais a respeito do trabalho no campo. Ali não há contratos nem carteiras assinadas

Na Zona da Mata, as mulheres já igualam os

As últimas fronteiras que ainda separam as tarefas masculinas das femininas nos canaviais da Zona da Mata de Pernambuco começaram a ser definitivamente ultrapassadas nesta primavera. Na falta de homens disponíveis, a Usina Bonfim, no município do Cabo, a 33 quilômetros do Recife, empregou mulheres para cavar com enxada os sulcos para o plantio da cana. "Me deu uma dor nas costas que ainda estou sem poder respirar direito", queixava-se na semana passada, ao repórter José Maria Andrade, de VEJA, a lavradora Maria do Carmo Pereira, mãe de dois filhos, 28 anos, desde os 8 "na palha da cana". Agora, para que se atinja uma rigorosa igualdade, basta que as mulheres partilhem com os homens as tarefas de "cambitar" (tocar o burro com a carga de cana) e "tombar" (carregar a cana para o caminhão). Para as camponesas da Zona da Mata, contudo, essa identidade de funções não foi acompanhada pela equiparação dos salários. Ali, todos recebem por serviço prestado — e é natural que as mulheres executem mais lentamente que os homens as tarefas atribuídas no início da jornada pelos "apontadores", ou empreiteiros.

Para garantir a média salarial de 193 cruzeiros por semana, Maria do Carmo Pereira corta, aduba e semeia cana em áreas que podem chegar a 2 000 metros quadrados, e às vezes exigem bem mais que oito horas diárias de trabalho. Mas ela ao menos teve sua carteira profissional registrada pela usina — graça que contempla raras lavradoras. Sem contrato regular, sem direito aos benefícios da previdência social, esquecidas da fiscalização, a maioria delas

ANTONIO ANDRADE

As "charuteiras" da Bahia, uma profissão quase extinta, aos poucos absorvida pelas indústrias do fumo

AMILTON VIEIRA

homens no trabalho. Mas não nos salários

ocupa largas faixas marginais do mercado de trabalho. E, para não se arriscarem a perder o emprego, as mulheres dos canaviais pernambucanos, quando grávidas, trabalham até as vésperas do parto e logo regressam às atividades normais, renunciando compulsoriamente à licença-maternidade de que gozam suas companheiras registradas. Enfim, há usinas e engenhos que não possuem um único empregado com a situação regularizada.

A aguda incidência desses braços clandestinos coloca sob suspeita estatísticas oficiais que calculam em pouco mais de 3,8 milhões as mulheres que trabalham no campo, contra 11,2 milhões de homens. Afinal, a precariedade dos instrumentos de avaliação em poder do governo impede um exato recenseamento do chamado "mercado de trabalho não formalizado" — trabalhadoras autônomas, "volantes" ou membros da família não remunerados — e que seguramente reúne alguns milhões de braços. Em 1970, por exemplo, uma pesquisa empreendida no Rio Grande do Sul constatou que 85% das mulheres que trabalhavam na agricultura — setor que recruta mais de um terço da mão-de-obra feminina gaúcha — figuravam na categoria dos "membros da família não remunerados". No Paraná, mais de 90% das mulheres que desempenham atividades rurais não possuem qualquer vínculo empregatício. E, em vastas regiões do país, existem profissões agrícolas historicamente ignoradas pelos catálogos do Ministério do Trabalho.

Na região do babaçu, nos sertões do Maranhão e do Piauí, milhares de "quebradeiras de coco" se dedicam a uma atividade que, embora à margem dos direitos trabalhistas, garante a sua sobrevivência e também a dos homens — ali praticamente não há como ocupar a mão-de-obra masculina. Nos municípios de Timon e Caxias, perto de Teresina, pelo menos 20 000 "quebradeiras" obedecem a um regime de trabalho que não conhece descanso nos domingos. E, entre elas, multiplicam-se casos como o de Maria Salim, 67 anos e há cinqüenta em atividade. Depois de meio século quebrando cocos, conta, ela pretendeu aposentar-se pelo Funrural — em vão. "Me pediram o batistério", explica, "mas não sei onde está esse papel." Há numerosos exemplos de antigas profissionais à margem das legislações. É o caso das "charuteiras" da Bahia — estas gradativamente absorvidas, nos últimos tempos, pelas fábricas implantadas na região do fumo e que tornaram irremediavelmente anacrônica a fabricação caseira de charuto.

Pelos sertões do país, também se espalham mulheres que certamente não teriam como viver se fossem seguidas à risca normas que vedam aos braços femininos certas atividades consideradas tipicamente masculinas. É o caso das carvoeiras de Minas Gerais, diariamente às voltas com tarefas que, apesar de exigirem uma impressionante resistência física, não costumam render mais de 30 cruzeiros por dia. Ainda assim, velhas e adolescentes integram a multidão de carvoeiras que jamais figuraram em estatísticas oficiais.

Igualmente desprotegida, e provavelmente tão penosa, é a rotina das mulheres da Lagoa do Roteiro, em Alagoas, a 80 quilômetros de Maceió. Para elas, restam somente duas opções profissionais: arrancar o massunim (molusco semelhante ao sururu) das "coroas" da lagoa ou capturar as ostras que se derramam como cachos de uva dos galhos das gaiteiras, uma árvore típica do mangue. Diariamente imersas na lama até a cintura, a pele das "pescadeiras" acaba se tornando áspera, escamosa e opaca. Se houvesse mais opções, a "pescadeira" Nassidi dos Santos, 18 anos, no oitavo mês de gravidez, certamente evitaria a rotina da lama. Como não há, ela pretende ficar "até quando não der mais para agüentar o peso da barriga". Segundo alguns estudiosos do tema, a militância em sindicatos rurais talvez ensinasse às trabalhadoras brasileiras a necessidade de lutar por seus direitos trabalhistas, mas a verdade é que elas não têm demonstrado especial entusiasmo pela ação sindical. "Aqui existem de 1 000 a 1 500 trabalhadores rurais", conta Euclides Ribeiro de Matos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gandu, na região cacaueira da Bahia, 288 quilômetros ao sul de Salvador. "Mas elas não se sindicalizam, e ganham de 20 a 30 cruzeiros por dia, enquanto os homens ganham 50 cruzeiros."

A situação da mão-de-obra feminina na agricultura se agravou a partir de 1963, com o advento do Estatuto do Trabalhador Rural, e sobretudo em 1974, quando foi promulgada a lei que determina a contratação de serviços fixos de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho. Até então, os empregadores desfrutavam das vantagens do "colonato", sistema que estipulava a contratação verbal de todos os membros da família em idade ativa, variando o pagamento segundo a capacidade de produção. Assim, enquanto o homem adulto valia "uma enxada", mulheres e crianças valiam "meia enxada". Com a chegada ao campo dos primeiros itens protecionistas da legislação trabalhista, os grandes e médios proprietários preferiram livrar-se dos empregados fixos, especialmente quando se tratava de mão-de-obra feminina. E começaram, então, os cortejos de "autônomas" ou "volantes" que hoje vagam pelos campos à procura de trabalho.

Um estudo sobre o trabalho feminino no meio rural, divulgado em julho durante a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Paulo, concluiu que "no campo, o trabalho não se identifica com libertação financeira, não constitui uma atitude inovadora, mas é concebido como uma tradição e encarado como uma sobrecarga aos muitos trabalhos que são reservados às mulheres". Essa constatação poderia ser ilustrada pelo rude cenário formado pelas bóias-frias dos canaviais do Paraná — quase 300 000, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado. Como os homens, elas moram em barracos de madeira na periferia das cidades, acordam de madrugada e viajam quilômetros nas inseguras carroçarias dos caminhões, almoçam a comida preparada na véspera e, por

FRANCISCO FEITOSA

Na região do babaçu, as mulheres cortam coco para se sustentar e aos homens que não têm trabalho

falta de emprego fixo, vivem as incertezas do dia seguinte. E, ao contrário dos homens, ainda apegados à idéia de que tarefas domésticas não pertencem às atribuições masculinas, elas cuidam da casa e dos filhos.

Fiel a esse cotidiano, a bóia-fria Neuza de Brito, mineira de Lajinha, 28 anos, quatro filhos, casada com um cortador de cana do norte do Paraná, acorda diariamente às 3 horas da madrugada, sempre com disposição suficiente para cortar 300 metros de cana por dia. E a verdade é que, na zona rural, não há limite de idade para que a mulher comece a trabalhar. Aos 13 anos, Marli Eli de Souza, uma mirrada cortadora de cana da região de Bandeirante, no Paraná, mantém a média de 250 metros, que lhe exige nove ou dez horas de trabalho diário, em companhia do pai e de três irmãos adultos. "Tem mês que dá pra tirar 800 contos", revelou Marli a Pedro Franco, de VEJA. Mas, apesar da aparente satisfação com seus proventos nos canaviais, ela acalenta o sonho de "um emprego numa loja de roupas na cidade", que talvez permita a retomada dos estudos interrompidos em meio ao curso primário.

Também existem, todavia, mulheres compelidas a caminhadas no rumo inverso do sonhado pela menina Marli. A professora estadual Cacilda Siqueira Sotano, 34 anos, desquitada, três filhos, reserva seus três meses de férias anuais para trabalhar como bóia-fria nos canaviais da região, e assim reforçar o magro salário de 1 400 cruzeiros mensais que recebe para lecionar na Escola de Aplicação do município de Primeiro de Maio, no norte paranaense. Conhecida na escola como "professora bóia-fria", ela encara com pragmática naturalidade sua dupla função. "Há pessoas que acham vergonhoso para uma professora trabalhar também na lavoura", admite. "Mas o vergonhoso mesmo é uma professora ganhar tão mal quanto eu e por isso ser obrigada a trabalhar onde houver serviço", rebate. "E, aqui, só tem serviço na lavoura." Também no sul de Minas Gerais tem sido observada uma corrida de professoras primárias às plantações de café, onde chegam a ganhar nas férias cerca de 200 cruzeiros por dia.

Se a força irresistível da necessidade econômica tem eliminado as barreiras que outrora vedavam o acesso da mulher a atividades agrícolas mais rústicas, velhos preconceitos continuam em vigor quando se trata de camadas mais qualificadas da mão-de-obra feminina. Formada em julho pela Universidade Federal de Minas Gerais e desde então inutilmente empenhada em obter emprego, a médica veterinária Mara Miranda Tolentino, 26 anos, está convencida de que tudo seria mais fácil se pertencesse ao sexo masculino. "Uns dizem simplesmente que não há vagas, outros preferem ven-

continua na página 90

CLODOMIR BEZERRA

Apanhando ostras na Lagoa do Roteiro, Alagoas

continuação da página 88

cer a gente pelo cansaço, e existem os que apenas olham o nome do candidato: se é mulher, nem há conversa", conta. "A discriminação é latente em todos os sentidos", emenda o veterinário Paulo Roberto Carneiro, 31 anos, professor de Administração Rural da UFMG. "E uma de suas manifestações é o falso protecionismo: sob a desculpa de salvaguardar a honra feminina, os dirigentes de empresas costumam negar-lhes emprego, alegando que o ambiente é inadequado para mulher." O extenso rol dos "ambientes inadequados" abrange desde frigoríficos, "porque só têm homens", até qualquer trabalho que obrigue a profissional ao isolamento no meio rural. "Graças a isso", completa Carneiro, "entre aproximadamente quarenta mulheres que se formaram em veterinária pela UFMG nos últimos dez anos, existem apenas três ou quatro trabalhando no campo."

Trata-se de preconceitos não aplicáveis às outras camadas do mercado de trabalho. No vale do Jequitinhonha, uma das mais pobres regiões de Minas, o sociólogo Hiroshi Watanabe pôde observar que meninas se prostituem aos 12 anos para assegurar a sobrevivência. "Na época da safra de cacau, elas são vistas deslocando-se em direção à Bahia", conta Watanabe. "Na safra do gado, elas descem em direção a Governador Valadares. A necessidade econômica sobrepõe-se aos *folks* e *mores*." Mas, como ocorre em todo o país, também as mulheres do interior mineiro têm engrossado o êxodo rural, aderindo às procissões que buscam as periferias urbanas. Estariam à sua espera empregos mais dignos? Nem sempre. "Quando chegam à cidade grande, sem instrução e sem qualificação alguma, essas pobres garotas têm um único destino, que a gente nem pode dizer qual é", lamenta Joaquim Moreira de Oliveira, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais. É verdade que a legião das brasileiras que se prostituem — cerca de 1 milhão de mulheres, segundo cálculos oficiosos de órgãos do governo — não representa o único desaguadouro para as que deixam o campo. Ainda assim, poucas vêem concretizada sua esperança de ascensão social. E, quase inevitavelmente, todas elas apenas se incorporam ao que a professora mineira Glaura Vasques de Miranda, há anos empenhada na elaboração de uma tese de doutorado sobre "Educação e Participação da Mulher na Força de Trabalho", chama de "exército de reserva". "E, em países como o Brasil", diz Glaura, "esse exército só é convocado quando a mão-de-obra masculina começa a escassear."

CLAUDIO BOJUNGA

A chinesa, livre da sogra e dos preconceitos

A mesma educação, os mesmos jogos e o mesmo trabalho

Em agosto deste ano, a convite da Sociedade de Amizade entre os Povos, de Pequim, um grupo de brasileiros visitou a China para observar, durante três semanas, o papel da mulher na sociedade chinesa. Da caravana fez parte a socióloga Moema Toscano, uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira, sediado no Rio, que resumiu para VEJA suas impressões de viagem:

Na estação de Hang-tzow, uma velha senhora sobe com dificuldade ao último vagão do trem para Xangai, auxiliada por um jovem. Como milhares de sexagenárias, ela tem os pés pequenos e encurvados — deformação que caracterizava a servidão feminina na China feudal e foi abolida há menos de trinta anos. Para uma estrangeira, a cena é tanto mais dramática quando se sabe que aquele é o "trem da Brigada 8 de Março", famoso na linha de Xangai pela pontualidade e eficiência, e sobretudo por ser inteiramente tripulado por mulheres, que na China de hoje já não sofrem qualquer espécie de discriminação.

O sistema educacional chinês, desde as creches até as universidades, prescreve para os dois sexos os mesmos jogos recreativos e esportivos e idênticas atividades profissionalizantes. No Palácio dos Pioneiros em Xangai, por exemplo, grupos mistos de jovens montam radiotransistores, constroem minicomputadores, freqüentam aulas de violino ou de acordeão, aprendem a caligrafia tradicional, sempre em conjunto. E se nesse mesmo Palácio sobrevivem aparentes concessões ao "eterno feminino", como um grupo de moças reproduzindo desenhos em crochê sob a orientação de uma mulher de meia-idade, são bem mais freqüentes cenas de chinesas dirigindo tratores, puxando cargas enormes em carrinhos de mão ou desempenhando outras funções tipicamente "masculinas" segundo a óptica ocidental.

Jade ou tijolo — *A gradativa eliminação dos traços feudais começou em 1950, quando a promulgação da nova legislação sobre os direitos da mulher, que incluía o divórcio, teve de superar fundos preconceitos masculinos e a resistência das chinesas mais idosas. Até então, todo casamento era contratado pelos pais. A cônjuge, geralmente com 12, 13 anos de idade, passava a viver na casa dos sogros, como serva da família do marido. E, enquanto aguardava o momento de consumar no leito o casamento legal — muitas vezes, o marido tinha menos de 4 anos de idade —, ela se expunha a uma penosa convivência com a sogra, sintomaticamente transformada pela literatura chinesa na clássica opressora da jovem esposa.*

Na esteira dessas medidas legais antidiscriminatórias foi acionado, nos anos 50, um abrangente plano de educação e propaganda destinado a extinguir os derradeiros preconceitos. Peças de teatro, filmes, óperas e obras literárias procuraram valorizar a presença da mulher na sociedade, num esforço de persuasão de cujos resultados os chineses agora se orgulham. Hoje, segundo estatísticas oficiais, todas as mulheres com menos de 55 anos estão inseridas na produção. As tarefas domésticas são partilhadas pelo casal, incluindo-se os cuidados dispensados aos filhos. Não há distinções entre os sexos na legislação, a não ser no capítulo que ampara a gestante e a lactente, com normas semelhantes às da legislação brasileira. E, quando interrogados sobre o sexo do recém-nascido, os pais já não recorrem às imagens usadas por seus antepassados. "É um jade", diziam do filho homem os velhos chineses. Ou se fosse mulher: "É um tijolo".

HERCULES

Espontaneidade e descontração jovem para momentos pouco formais.

Operárias paulistas: reivindicando creches e o fim das restrições à contratação de mulheres casadas

Na cidade, a luta pela livre escolha do emprego

As trabalhadoras urbanas querem a revogação das leis protecionistas, salários equiparados e acesso a profissões hoje reservadas aos homens

Em 1920, quando germinavam no Brasil as primeiras reivindicações feministas, quase sempre atribuídas à excentricidade de mulheres bem-nascidas, pouco mais de 1,4 milhão de brasileiras integravam a população feminina economicamente ativa, contra quase 8 milhões de homens. Mas, nos últimos cinqüenta anos, enquanto a participação masculina quadruplicava, a presença das mulheres no mercado de trabalho foi praticamente multiplicada por dez. Seria esse um sintoma de uma crescente emancipação econômica feminina? Não, segundo as conclusões da tese de mestrado em sociologia e ciência política da professora gaúcha Lorena Holzman da Silva, plenamente aprovada, no final de setembro, por uma banca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Depois de alguns meses debruçada sobre o tema "A estrutura ocupacional feminina no Rio Grande do Sul no período de 1920 a 1970", Lorena, de 34 anos, mãe de dois filhos que foram "exportados para a casa dos avós" nas fases de trabalho mais intenso, concluiu que "a emancipação pelo trabalho está ligada a trabalho bem remunerado, e que realmente permita a autonomia econômica". E, nesse meio século, "o crescimento ocorreu nas categorias ocupacionais mais baixas e de menores salários".

Para reforçar tais conceitos, a professora gaúcha recorre a cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), de São Paulo, segundo os quais as duas últimas décadas teriam assinalado uma forte e generalizada depreciação dos salários, obrigando tanto a mulher como outros membros da família à busca de emprego. "Isso expressa não uma opção pelo trabalho como forma de conquistar autonomia, mas sim uma questão imposta pela necessidade de sobrevivência", diz Lorena. De acordo com dados de 1970, 31,4% da força de trabalho representada pelas mulheres gaúchas estavam concentrados na agricultura, enquanto outros 22,3% se localizavam na área de serviço doméstico remunerado. Já no território das profissões liberais, que normalmente ampliam os horizontes salariais, a presença feminina se reduzia a 0,8%. "Algumas mulheres conquistam posições de destaque e acabam tomadas como representantes de uma situação de emancipação feminina", lembra Lorena. "Isso não é verdadeiro."

Essas revelações, naturalmente, não configuram uma peculiaridade gaúcha — ao contrário, refletem uma tendência claramente detectada no resto do país. Pois, no Brasil, se é maciça a participação feminina em funções que pagam entre dois e três salários mínimos, nas faixas mais aquinhoadas ela se torna extremamente rarefeita: há pouco mais de 5 000 mulheres ganhando de 15 a 30 000 cruzeiros e menos de 300 ganhando mais de trinta salários mínimos, contra cerca de 40 000 homens. E a considerável expansão da presença feminina nas universidades não pode ser tomada como prova de uma eventual abertura de mercado — para 882 381 homens com formação universitária trabalhando, existem 429 779 mulheres. Para agravar o quadro, seriam justamente as camadas inferiores do mercado de trabalho o desaguadouro natural das migrações rurais, que se dirigem preferencialmente para São Paulo e Rio de Janeiro.

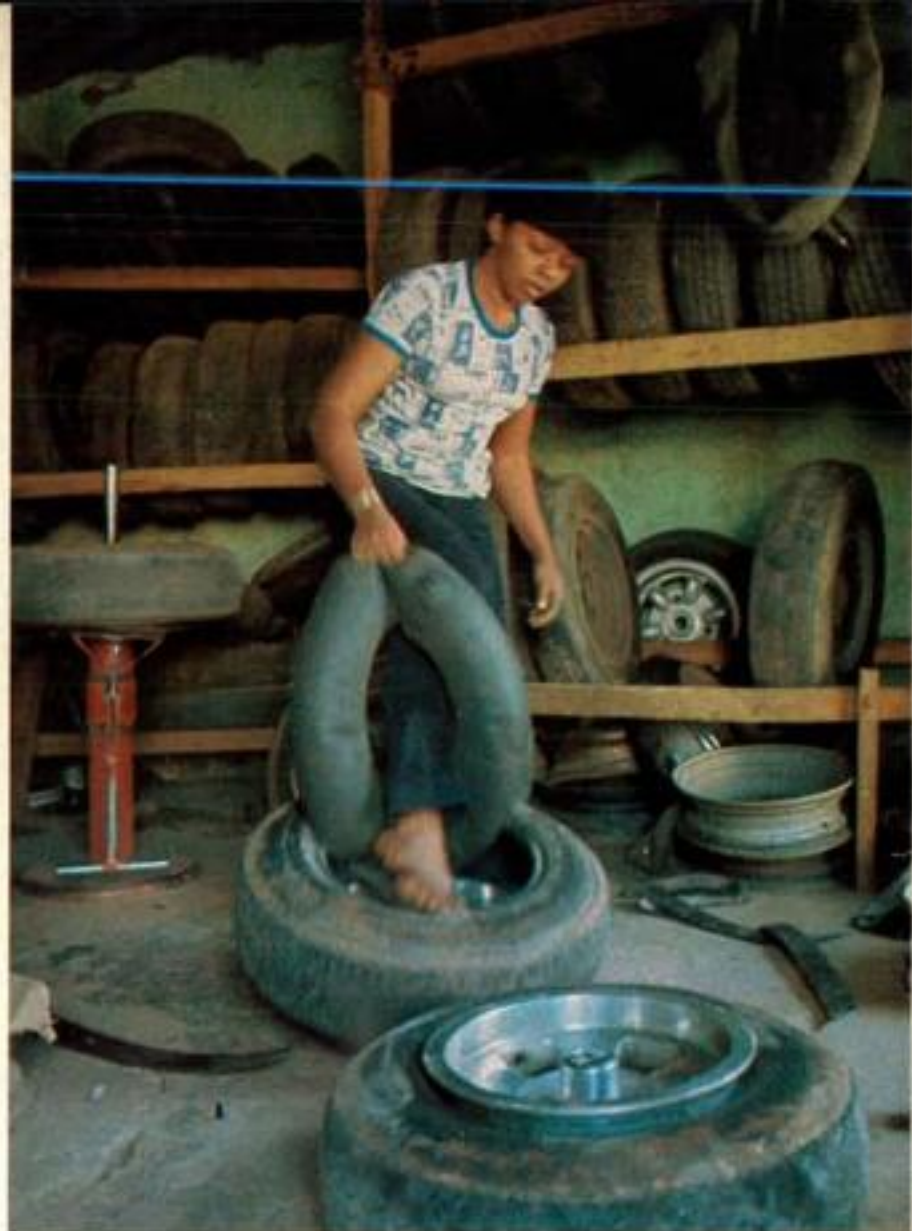
No Rio, há 20 000 empregadas domésticas apenas entre os 120 000 habitantes da favela da Rocinha, na zona sul. Na capital paulista, onde o número total se eleva a 600 000, Isabel Cleto de Sousa, presidente da Associação das Empregadas Domésticas, afirma que a média salarial das mulheres indicadas pela entidade oscila entre 1 800 e 2 000 cruzeiros. Mas toda a proteção legal de que dispõem se resume na Lei 5 859, de 1972, que determina que as domésticas devem ter carteira de trabalho assinada, contribuir para o INPS e gozar férias remuneradas de vinte dias. O primeiro item, entretanto, costuma ser dispensado por suas próprias beneficiárias. "A maioria não quer carteira assinada porque acha a profissão baixa, vergonhosa e espera mudar de trabalho", disse Isabel a Lígia Martins de Almeida, de VEJA. Segundo pesquisa empreendida pela associação em São Paulo, assim pensavam nada menos de 83% das empregadas domésticas.

Razões para isso, na verdade, não têm faltado. Isabel, por exemplo, depois de trinta anos de profissão, só em 1972 teve assinada sua carteira de trabalho — e, portanto, sequer pode sonhar com a aposentadoria. Atenta a problemas desse gênero, a CPI também recomendou, em seu relatório final, que o governo estendesse às empregadas domésticas, "a título obrigatório e sem restrições, os benefícios da previdência social e das leis trabalhistas já assegurados aos trabalhadores regulares do Brasil". Bastaria, para tanto, aprovar sem mais delongas o projeto de regulamentação da profissão, ainda às voltas com a burocracia da Câmara Federal. O projeto prevê uma jornada de dez horas de serviço, descanso semanal remunerado, 13.º salário e um piso profissional que, embora não esteja ainda especificado, é calculado pela economista Maria Moraes em 1 800 cruzeiros mensais. Enquanto a legislação não for modernizada, as empregadas domésticas provavelmente continuarão, como agora, sempre à espreita de oportunidades que lhes permitam mudar de ramo.

"As mulheres estão sendo chamadas a ingressar no contingente de mão-de-obra pelas necessidades de expansão do aparato produtivo", afirma o sociólogo José Hugo Ramos, professor da UFRS e coordenador do Serviço Nacional de Emprego no Rio Grande do Sul. "É muito significativo que em Brasília e no Rio de Janeiro", exemplifica, "o Ministério do Trabalho tenha autorizado o trabalho feminino na construção civil, um setor até há pouco tempo considerado insalubre e perigoso para as mulheres." De repente, assinala Ramos, "o que era proibido legalmente e socialmente recusado passou a ser aceito". Para ele, no entanto, não há surpresa: "Ao mesmo tempo que se altera a economia", ressalta, "alteram-se também os valores sociais".

RICARDO CHAVES

Motorista gaúcha: uma experiência bem-sucedida

CÉLIO APOLINÁRIO

As "irmãs borracheiras": um áspero ofício

Segundo a professora mineira Glaura Vasques de Miranda, a característica de "exército de reserva" ostentada pela mão-de-obra feminina foi exemplarmente confirmada no período crítico vivido há cerca de quatro anos pela indústria de construção civil, e que resultou na convocação de milhares de reservistas. Superados os fatores que geraram a escassez de braços, entretanto, os batalhões femininos foram desmobilizados, e os canteiros de obras voltaram a ser exclusivamente povoados por homens. "O mesmo acontece hoje no setor da limpeza urbana", insiste Glaura. "No momento em que a construção civil absorveu todos os homens disponíveis, em várias cidades brasileiras as mulheres se transformaram em garis." Não por acaso, em Brasília cerca de 500 mulheres foram recrutadas pelo Departamento de Parques e Jardins para serviços de plantio de grama, conservação de gramados e jardins, adubação de árvores e produção de mudas. E, em Porto Alegre, as mulheres da limpeza pública já estão decididamente incorporadas à paisagem urbana.

Caso o mercado não consiga absorver toda a oferta de mão-de-obra, porém, os homens têm absoluta prioridade. Em Salvador, um levantamento promovido de maio a dezembro do ano passado na agência do Pelourinho do Serviço Nacional de Emprego atestou que, embora 67% da oferta de emprego tivessem partido de mulheres, só 31% da demanda haviam sido preenchidos por trabalhadoras. A essas desprezadas mulheres baianas, assim, restariam as opções do subemprego — principalmente as vagas para empregadas domésticas, ou para vendedoras de pratos típicos — e a prostituição. "Essa situação não reflete apenas uma situação econômica, mas também cultural", opi-

na Maria Ivete de Oliveira, secretária do Trabalho e Bem-Estar Social do governo baiano. "Culturalmente, ainda é o homem quem deve assegurar a economia da família. E ele acaba tendo preferência no mercado." E como teria a secretária superado a concorrência masculina? "Meu caso é atípico", responde Maria Ivete. "É a primeira vez na história da Bahia que uma mulher é secretária de Estado, o que considero um indício de uma mudança cultural no sentido de se aceitar mais a mulher."

Excetuando-se certos casos atípicos, a verdade é que a mulher brasileira — cuja remuneração, segundo dados do Centro Nacional de Recursos Humanos que remontam a 1970, se situa por volta de 80% em relação à dos homens que ocupem funções idênticas — tem tradicionalmente menos chances de escalar degraus hierárquicos no emprego. "Fatores culturais explicam isso", afirma a professora Glaura, "pois sabemos da forte discriminação em relação à mulher que ocupa cargos de chefia." Ela reconhece, por outro lado, que tais chances acabam ainda mais reduzidas por uma real inferioridade profissional. "As empresas não investem na sua formação", diz Glaura. "O homem é considerado um investimento muito mais seguro, já que as mulheres contam pontos negativos com o casamento, a gravidez, os filhos." Especialmente em relação à mulher casada, os preconceitos e restrições dos empregadores hoje parecem vigorar em todas as faixas do mercado de trabalho.

"Em todas as regiões, as mulheres mais segregadas são as casadas", denunciou à CPI do Congresso, em abril deste ano, a pesquisadora Carmen Lúcia de Melo Barroso, da Fundação Carlos Chagas. "Sua taxa de atividade é de 9,7%, quase quatro vezes mais baixa do que a observada entre as solteiras." Decerto influenciada por depoimentos de igual teor, que destacaram as restrições sofridas especialmente pelas mães trabalhadoras, a CPI incluiu, entre suas recomendações finais, a adoção de "incentivos e outros estímulos para obter a efetiva participação das empresas privadas nos movimentos e campanhas que visem ao amparo da mulher trabalhadora com filhos". Seria, talvez, um tímido início de ofensiva contra o problema. Para alguns estudiosos das questões da mão-de-obra feminina, o filho ainda é considerado, no Brasil, algo pertencente à exclusiva competência das mulheres. Assim, ter filhos seria uma responsabilidade da mulher. E querer trabalhar seria uma opção da mulher, que teria de arcar com um duplo encargo.

As conseqüências desse risco compulsoriamente assumido são, por vezes, desoladoras. Para sustentar a filha, Geni Pessoa da Silva, operária numa tecelagem paulista que emprega 2 300 trabalhadoras, permanece em pé dez horas por dia, recebendo 1 600 cruzeiros mensais. E foi exatamente por ter engravidado solteira que Geni acabou perdendo seu primeiro emprego, em outra tecelagem. Mas, se a legislação que rege o trabalho feminino fosse cumprida, ela não só teria conservado o emprego — já que "não constitui motivo justo para a rescisão do contrato de trabalho o fato de se encontrar em estado de gravidez" —, como teria direito a doze semanas de repouso remunerado e a uma creche onde poderia deixar a filha durante o período de trabalho. Pois, desde 1943, mandam as leis do país que "os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres de mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência seus filhos no período de amamentação".

Em 1970, uma pesquisa patrocinada pela Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo averiguou que, entre 500 trabalhadoras entrevistadas, 72% tinham filhos. Destas, 46% costumavam deixá-los com parentes, 21% sozinhos e apenas 1% em creches. Diante desses números, as mães recorrem à imaginação para criar seus filhos nas metrópoles. No Recife, por exemplo, em troca de qualquer espécie de pagamento, mulheres mais idosas vigiam os filhos das trabalhadoras de uma mesma rua que estejam ausentes — expediente que o Secretário do Trabalho e Ação Social de Pernambuco, Joaquim Francisco Cavalcanti, denomina de "mutirão familiar".

Os empregadores se defendem. "As mulheres saem de casa de madrugada, tomam ônibus ou trens superlotados. Não é possível trazer uma criança junto", argumenta Delly Bacci, chefe do Departamento de Pessoal da Tecelagem Vicunha, em São Paulo. "Creche daria certo se fosse perto da casa delas", completa. Por sua vez, operárias da região industrial do ABC, reunidas recentemente em mesa redonda pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, asseguram que o problema desapareceria se as indústrias oferecessem meios de transporte que incluíssem as creches em seu percurso à saída do serviço. Em meio a esse impasse, a preferência por trabalhadoras menores tem aumentado sensivelmente. "A jovem é mais ágil, produz mais e é mais versátil. E não tem problemas com filhos", explicou a VEJA Osmarina de Nadai, supervisora do setor de texturização da Vicunha.

CARLOS NAMBA

Aula no 1.º grau: sem atrativos financeiros

Fora dessas normas destinadas ao amparo da mulher casada, sobretudo da gestante, as trabalhadoras brasileiras — ou pelo menos suas mais articuladas representantes — tendem a rejeitar quaisquer medidas protecionistas. E se mostram particularmente contrárias às normas que consideram certas atividades incompatíveis com sua constituição física. De acordo com a legislação, é vedado à mulher, entre outras proibições freqüentemente acusadas de "paternalistas", trabalhar em locais insalubres, ou carregar pesos superiores a 25 quilos. São proibições, de resto, cotidianamente desafiadas pelas irmãs Ana Maria, Márcia Rosária e Ester Maria

continua na página 96

CHICO NELSON

Prostitutas no Rio: sem opções profissionais

continuação da página 94

Sílvia Cássia, de 22, 21 e 17 anos de idade, conhecidas em Belo Horizonte como "as borracheiras". Na pequena borracharia da família, elas dominam com a mesma mestria dos seus irmãos do sexo masculino o áspero ofício de desatarrachar porcas, manobrar macacos e manejar marretas e chaves de roda. Segundo Ester, nessa atividade desde 1971, "a única coisa difícil é tirar os pneus radiais, que são muito duros".

Em 1974, em Porto Alegre, quando a motorista de táxi Teresinha Isabel Jarutais Bittencourt se candidatou a uma vaga para dirigir os coletivos que servem a cidade, a direção da Companhia Carris Porto-Alegrense convocou uma reunião especial para resolver uma questão sem precedentes. Até então, eram homens todos os 400 motoristas da empresa. Teresinha acabou aceita, e se transformou na primeira das quatro mulheres que hoje trafegam pelas ruas da capital gaúcha dirigindo ônibus. "Mulher não faz acidentes, tem mais cuidado, não se brutaliza tanto no trabalho quanto o homem", depõe Wilson Luís Freitas, chefe do serviço de controle operacional da empresa. Às quatro funcionárias só se concede uma pequena regalia: elas trabalham com veículos mais novos, com direção hidráulica e de fácil manejo, reservando-se aos homens o comando dos "queixos-duros", carros de direção mecânica, excessivamente pesada, difícil de manobrar. "Com um 'queixo-duro' eu não consigo fazer uma curva", admite Teresinha, uma sorridente mulata de 29 anos, mãe de um filho de 3 que freqüentemente a acompanha nas sacolejantes viagens urbanas.

Baseada nos mesmos raciocínios que contestam a existência de "atividades masculinas", as mulheres rejeitam com veemência a teoria de que certas profissões deveriam ser exclusivamente reservadas à mão-de-obra feminina. Como fica, então, a crença de que o magistério primário não seria o mesmo sem a esmagadora predominância de professoras? Seriam os homens igualmente capazes de lidar com crianças? Para a socióloga Eva Alterman Blay, professora da USP, a feminilização da profissão, exercida atualmente por 18% das brasileiras que trabalham, só teria ocorrido em decorrência de sua perda de prestígio, que forçou o êxodo masculino para atividades financeiramente mais compensadoras. Ela acredita que, a exemplo do que vem ocorrendo nos Estados Unidos, depois de constatadas as vantagens de uma presença masculina na escola, os homens regressariam ao magistério primário caso os salários fossem substancialmente majorados. Afinal, qual o chefe de família cearense capaz de manter o equilíbrio do orçamento doméstico com os 508 cruzeiros mensais pagos às professoras pelo governo estadual? Se ocorresse essa improvável elevação dos salários, a situação no magistério primário talvez repetisse o quadro observado nas faixas restantes do sistema educacional. No Rio, por exemplo, na área do segundo grau, com salários médios em torno de 3 000 cruzeiros, há 12 000 professores homens para 11 000 mulheres. E, no terceiro grau, elas somam apenas 770 para um total de 3 000 professores.

Por fim, militantes feministas criticam severamente quaisquer normas restritivas, como as que impedem o trabalho feminino noturno — e que, por sinal, deverão ser reduzidas ao mínimo pela nova legislação. Essa alteração, contudo, vem provocando cisões no bloco de simpatizantes da causa das mulheres. O advogado mineiro Cássio Gonçalves, com dezessete anos de experiência em causas trabalhistas, teme que a expansão do trabalho feminino até o horário noturno — "que já ocorre extra-oficialmente", recorda ele — acabe se transformando num grave fator de desagregação familiar. "A família da classe operária não tem condições de suprir a ausência da mulher no lar", adverte Gonçalves. "Que se dê à mulher as mesmas oportunidades de trabalho que ao homem, mas que se dê a um dos cônjuges condições financeiras para, sozinho, prover o sustento da família", sugere. Assim, o trabalho da mulher seria uma opção — e não, como ocorre atualmente, uma obrigação imposta pela sobrevivência.

RICARDO CHAVES

Porto Alegre: "exército de reserva" em ação

Este ano, o grande lançamento para as mulheres não é roupa, nem maquilagem, nem perfume.

É um cheque.

Cheque-mulher. Exclusividade do Banco Safra.

O Banco Safra está lançando um cheque só para mulheres: suave, colorido e muito delicado. Com ele, você pode ser feminina até na hora de pagar o supermercado, o dentista, a escola das crianças e tudo que você precisa. Incluindo roupas, maquilagem e perfume. Converse com o gerente do Banco Safra e fique conhecendo as outras vantagens do Cheque-mulher.

Leia o que
V. pode ouvir num
bom tape-deck.
Gravador
deck-cassete
estereofônico
Collaro CD - 724.
O conta-giros da fita localiza qualquer trecho que você quer ouvir. É o fim do vai e volta.
A memória de retorno faz a fita retroceder automaticamente ao ponto inicial da gravação.
Com o dispositivo auto-stop a fita pára no final e as teclas voltam à posição normal, automaticamente.
A monitoração por fone permite o acompanhamento de toda gravação ou qualquer reprodução.
Há 2 controles de nível para cada canal.
Com o sistema de duplicação de fitas a copiagem pode ser feita diretamente de outro gravador.
O Sistema Dolby elimina ou reduz a um estágio inaudível todo o ruído que costuma aparecer no sistema cassete.
E a grande exclusividade do CD - 724: o ajuste de nível de Bias. Um seletor que possibilita durante a gravação a regulagem de equalização e polarização específica para cada tipo de fita existente no mercado.
O que a CCE vai contar aqui você vai ouvir melhor ainda nos novos CCE - Collaro. E não é só de ouvido que V. vai notar a diferença. Porque os novos CCE - Collaro atingiram um ponto de automação que descomplica tudo na hora de gravar, na hora de ouvir e na hora de parar. Afinal, para perceber todas as sutilezas de um som estereofônico é preciso estar com todos os sentidos atentos, isto é, despreocupados com coisas como controles e mecanismos. É justamente isso que a tecnologia pioneira da CCE garante a você: o máximo de som e de despreocupação.
COLLARO
cce
Você ouve a diferença.
Conheça também o gravador deck-cassete estereofônico Collaro CD - 720.

FOTOS JUCA MARTINS

Festival Brasileirinho no Teatro Bandeirantes, SP: promessas de renovação numa competição inédita

Ataque de choro

A quantidade de fitas e partituras que se acumularam numa das salas da TV Bandeirantes de São Paulo parecia assustadora. Durante semanas, 1 200 composições foram inscritas para uma competição inédita. Um júri ouviu todas e, pouco a pouco, selecionou as que julgou melhores. Reduzidas a 36, finalmente, elas começaram a ser mostradas diretamente pela TV para cinco capitais brasileiras* no Brasileirinho, I Festival Nacional do Choro. Mas o que se passa? Multidões fazendo e ouvindo choro? Esse gênero por natureza restrito a pequenos auditórios e a saraus de fundo de quintal?

Em princípio, há evidências. Nos últimos dois anos, velhos instrumentistas, subitamente redescobertos, passaram a receber convites intermináveis; fundaram-se clubes de choro pelo país; apareceram novos conjuntos; instituiu-se até, num cúmplice acordo de empresários, que neste ano de 1977 se deveria comemorar o centenário do choro — na verdade surgido por volta de 1870, com a composição "Flor Amorosa", do carioca Joaquim Antônio da Silva Callado.

Grandes responsáveis pelo boom comercial do choro foram, porém, as gravadoras. Elas não perderam tempo. E, em seu ímpeto de acompanhar com rapidez a súbita ressurreição, acabaram praticamente saturando o mercado. Isto porque a maioria delas preferiu seguir o caminho mais fácil, o da reedição. Por exemplo: quatro gravadoras — RGE-Fermata, Chantecler, RCA e Continental — reeditaram, nos últimos dois anos, vinte discos de choro. E lançaram apenas seis novos. Dois discos do catálogo da RGE alcançaram índices consideráveis. Lançado há dois meses, o LP Festival do Choro vendeu até agora 7 000 cópias — uma vendagem "praticamente igual à de nossos discos de samba", afirma Tehuda Shapiro, do departamento de produção da gravadora. Nem tudo foram reprises. A Discos Marcus Pereira lançou catorze discos de choro inéditos. Atitude justificada pelo próprio Marcus Pereira: "O choro ainda não deve ser manipulado em favor de interesses meramente comerciais, como aconteceu com o samba".

Fora da toca — "Existe sempre gato comendo pinto", desconfia o clarinetista Abel Ferreira, um dos grandes festejados e convidados de honra da choromania. O flautista Altamiro Carrilho, mais feliz em suas incursões pelas gravadoras, vai mais longe em suas queixas: "Existem forças ocultas por trás de tudo isso: as gravadoras estão se aproveitando e faturando muito".

Mas a que se deve tamanha e súbita divulgação e curtição de um gênero de características nitidamente intimistas? Tudo parece ter começado na fundação do Clube do Choro no Rio, em 1974, conseqüência de uma temporada vitoriosa, por todo o Brasil, do espetáculo Sarau, com Paulinho da Viola e o conjunto Época de Ouro. Havia alguns antecedentes, embora isolados: a distribuição, pela Marcus Pereira Publicidade, do disco Brasil, Flauta, Cavaquinho e Violão, como brinde no fim do ano de 1968; a apresentação por Júlio Lerner do programa "O Choro das Sextas-Feiras", pela TV Cultura de São Paulo, que, modestamente programado para uma série inicial de quatro semanas (no começo de 1973), acabou ficando no ar dois anos e três meses. Houve enfim muito mais nessa volta que levou, de fato, três anos para acontecer. Por exemplo, o lançamento, em 1976, do LP "Chorada, Chorinhos, Chorões", pela Companhia Internacional de Seguros e a conseqüente comemoração — muito discutida, por sinal — dos 100 anos de choro, centenário que levou o empresário paulistano Luís Carlos de Campos a promover uma série de espetáculos na capital e no interior.

E os chorões, como num processo normal de qualquer volta à moda, saíram das tocas. Nomes como Abel Ferreira, Waldir Azevedo, Altamiro Carrilho, Ademilde Fonseca, Raul de Barros, Dino e Meira, Déo Rian e Canhoto da Paraíba passaram a ser cultuados e tornaram-se presença obrigatória em qualquer grande reunião chorística. Ao mesmo tempo, anônimos chorões se incumbiram de reviver algumas velhas tradições, como instituir um ponto de encontro para suas noitadas de muito improviso. E o bar Sovaco de Cobra, no Rio, encheu-se de gente. O mesmo aconteceria em São Paulo, com o nascimento de dois redutos chorísticos, o Café Paris e o bar do Instituto dos Arquitetos, como observou a repórter Ana Maria Leopoldo Silva. Em pouquíssimo tempo, dezenas de grupos surgiram para encompridar a lista de sócios dos clubes de choro, nascidos com a pretensão de divulgar ainda mais o gênero.

Clubes de choro — O fenômeno não se restringiu ao eixo Rio—São Paulo. Salvador, por exemplo, ganhou em maio seu clube de choro. Porto Alegre voltou a cultuar seus dois grandes chorões, Jesse Silva e Plauto Cruz. Na última semana de agosto, para surpresa geral, observou-se movimento pouco comum em frente ao Teatro Guaíra, de Curitiba, durante as apresentações de Ademilde Fonseca e Abel Ferreira. Foi também no mês de agosto que ficaram apinhados os jardins da Catedral da Boa Viagem, em Belo Horizonte, quando do início da série Chorinho na Praça. Se nas primeiras apresentações os organizadores precisaram sair à cata de grupos interessados na apresentação, hoje a cidade dá mostras de "estar fervendo de ins-

* *São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.*

ZECA ARAÚJO

Os chorões: dos saraus intimistas...

CARLOS NAMBA

...às agitadas reuniões nos bares

trumentistas" — pelo menos, os organizadores não se queixam. Recife e Brasília, que conservam seus clubes de choro desde o ano passado, ainda recebem as influências de dois grandes instrumentistas, cada um em sua cidade.

Francisco Soares de Araújo, o Canhoto da Paraíba, aos 49 anos, mora no Recife desde 1958. "Naquele tempo", recorda, "tocávamos só pelo prazer da música. Não havia apresentações em bares, como hoje." A vida de Canhoto, um pacato funcionário do Sesi, mudou muito nesses últimos dois anos. Hoje, ele só tem dois dias de folga por semana para compor. Em compensação, seu parco salário foi acrescido pelas constantes apresentações. Em Brasília, Waldir Azevedo, aos 54 anos, considerado um chorão clássico ("Brasileirinho", "Delicado", entre outras), não chega a se entusiasmar muito. Para ele, a atual febre de choro vai ter um fim, "assim como a bossa nova e a jovem guarda".

"O rock saturou" — Igualmente preocupados com o fenômeno musical, pesquisadores da música popular brasileira olham essa movimentação sob outros ângulos. Segundo Mozart Araújo, musicólogo e presidente do Clube do Choro carioca, a pobreza harmônica do rock acabou desviando a juventude para o choro. "Geralmente baseado em dois acordes, o rock saturou os jovens, sempre ávidos por novidades. Além disso, o rock é música eletrônica, cara instrumentalmente, enquanto o choro exige instrumentos mais baratos."

E o que acham da adesão da juventude à velha confraria dos chorões, aquela quase maçonaria? Os antigos cultores do gênero não parecem nada preocupados. "Nós sempre fizemos choro e vamos continuar fazendo, independente do que acontecer", garantiu Antônio D'Auria, líder do Conjunto Atlântico de São Paulo, à repórter Carmen Cagno. "Como toda moda, essa também será passageira. O resto, o pessoal que sempre gostou, ou que passar a levar a sério daqui por diante, continuará fazendo choro de verdade."

Entre os jovens, por sua vez, muitos se entusiasmam com as possibilidades de inovações. Maria Elizabeth Magalhães, a Betinha, flautista carioca de 21 anos, do Conjunto Fina Flor, está resolvida a abandonar tradições. "Estamos em outra época e não podemos reviver os quintais de subúrbio dos anos 30 no Rio, porque simplesmente eles não existem mais. A renovação é necessária, senão ficaremos eternamente limitados a um purismo infantil." De fato, na última terça-feira, dia 4, o Teatro Bandeirantes de São Paulo pôde acompanhar os primeiros reflexos da saudável modernização que talvez represente um dos pontos mais positivos da choromania. Cabelos compridos, quatro jovens subiram ao palco e mostraram, com guitarra elétrica, piano, bateria e bandolim, que é possível ser muito criativo e inovador no choro. Eles formam o grupo A Cor do Som e defenderam "Espírito Infantil". A se crer nas palavras do pesquisador J. Ramos Tinhorão, membro do júri, à saída do teatro, "muita coisa boa e nova ainda vem por aí, neste festival".

Em discos, cômodas e baratas reedições

Seis entre nove LPs de choro recém-lançados incluem as composições de Jacob do Bandolim "Noites Cariocas" e "Doce de Coco". Outros cinco repetem "1 x 0", de Pixinguinha, que entra ainda em quatro outras seleções com seus infatigáveis "Lamento" e "Carinhoso", em iguais condições com o lendário "Tico-Tico no Fubá", de Zequinha de Abreu. Os intérpretes variam ainda menos: Canhoto e seu Regional participam de cinco LPs dos mesmos nove; o flautista Altamiro Carrilho de quatro; Waldir Azevedo, Jacob do Bandolim e o conjunto Época de Ouro, de três. Mas, ao contrário do que parece, não se trata de uma polpuda contabilidade de êxitos. Esta significativa resenha de edições de choro que abarrota o mercado demonstra apenas o descaso da maioria das gravadoras com a ressurreição do veterano gênero.

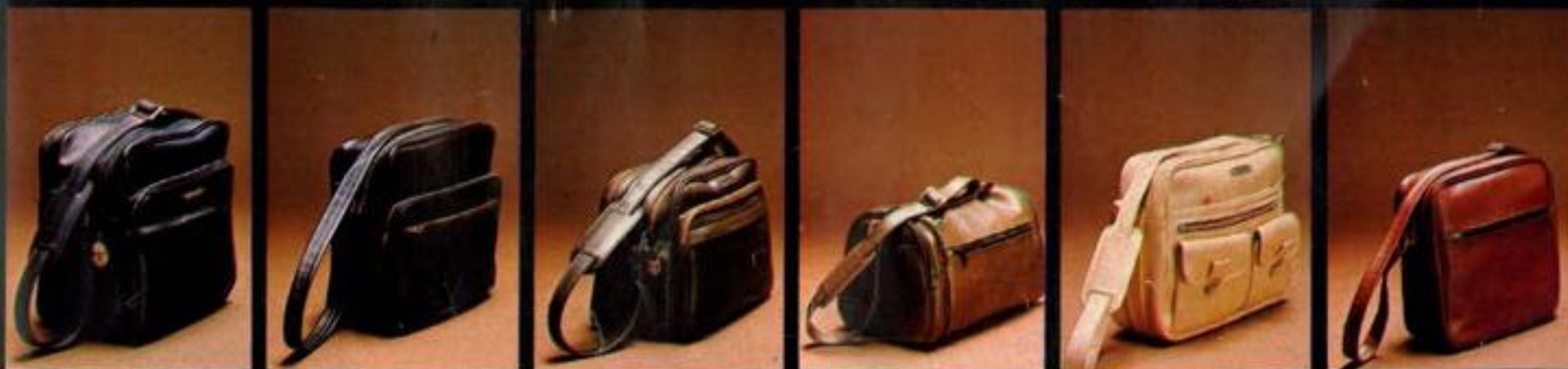
Em três anos de lenta e gradual escalada — culminando com uma explosão de adesões nos últimos meses —, o choro praticamente não revelou novos grupos nem gravou instrumentistas estreantes. Dos nove LPs citados, cinco são cômodas e baratas antologias de arquivo: "Os Choros dos Chorões" (RCA), "Gente do Choro" (Odeon), "Chora Chorão" (Continental), "Festival de Choros" (RGE) e "Choro, Chorinho" (GTA). Destes, os três primeiros ostentam impecáveis elencos. "Festival de Choros" é uma espécie de raspa do tacho da inexpressiva garimpagem da RGE no terreno do Choro. E "Choro, Chorinho", do grupo Tupi-Associada, não passa de um pot-pourri de hits de gravadoras variadas.

Nomes ilustres foram requisitados. Waldir Azevedo, por exemplo, teve seus LPs de coleção de sucessos ("Dois Bicudos não se Beijam" e "O Melhor da Música Popular Brasileira") relançados. Por sua vez, Altamiro Carrilho mereceu uma "Seleção de Ouro" (Copacabana), uma "Antologia da Flauta" (Phonogram) e um poético "A Flauta de Prata e o Bandolim de Ouro" (CBS).

As gravações ao vivo, como "O Fino da Música" (RCA), adicionam o calor do encontro de veteranos como Raul de Barros (trombone) e Conjunto Atlântico com chorões mais recentes, como Paulo Moura e o Conjunto Fina Flor. Mas, na verdade, esse tipo de gravação tem a preferência das gravadoras porque dispensa aluguel de estúdio. Com exceção do trabalho cuidadoso e sistemático da Discos Marcus Pereira (que grava choro sem interrupção desde 1968), o restante situa-se entre a nostalgia e as contrafações. Por isso é quase milagrosa a edição do "Conjunto Época de Ouro Interpreta Pixinguinha e Benedito Lacerda" (Continental). Uma clara lição de que a mineração persistente deve subsistir à afoita corrida do ouro que as gravadoras desfecham sobre o choro, a exemplo da atropelada anterior, em direção ao hoje quase exaustivo veio do samba.

● TÁRIK DE SOUZA

Depois que a Kelson's lançou sua nova coleção de maletas esportivas, foi descoberto o sexo dos anjos.

Você nunca enfia a mão numa maleta esportiva Kelson's para pegar os cigarros e sai com uma máquina fotográfica. Ou vice-versa. Elas têm um lugar reservado para cada coisa, coisinha ou coisona que você costuma carregar. Resultado: por mais bagunça que você consiga fazer dentro dela, nunca fica brincando de mão boba. Sempre acha. Por falar em achar, procure logo seu modelo aí embaixo da página. Esta revista é lida por milhares de leitores e leitoras que sabem que bom gosto é como os anjos: não tem sexo.

Dodge Polara,
coração
de leão.
Para que um carro possa ser chamado de leão, o que é preciso é que ele seja um leão de verdade. Como o Dodge Polara.
É preciso que tenha a força de uma fera no seu motor de 85 cv, mesmo que agora a sua nova carburação o tenha tornado ainda mais econômico.
É preciso que tenha a beleza de um rei no seu novo estilo, com sua nova frente, novos faróis retangulares e novas cores.
Que tenha, enfim, a garra de um leão.
A garra de quem nasceu para liderar.
Dodge
Polara
78
CHRYSLER
do BRASIL
Garanta o combustível de amanhã. Respeite os 80.

Painel de Rufino Tamayo na XIV Bienal: área e condições ideais de exposição, comparáveis às de um museu

PEDRO MARTINELLI

Crises, dúvidas e idéias

De todos os lados, com um rigor nunca visto, desabam críticas sobre a recém-inaugurada XIV Bienal Internacional de São Paulo. Combater a Bienal não chega a ser uma novidade — afinal, trata-se de um hábito religiosamente assentado há mais de vinte anos, desde que o mecenas "Ciccillo" Matarazzo decidiu inventar uma versão acaboclada da veneranda mostra de Veneza. Mas, desta vez, não se discute especificamente o conteúdo ou as obras mostradas, e parte-se vigorosamente, quase *a priori*, para a negação pura e simples da validade da idéia.

Seria talvez o caso até de perguntar se malhar a Bienal já não se transformou, a essa altura, numa atitude conformista. Ou capaz de rendosos dividendos junto a certas áreas da *intelligentsia* brasileira. Ao se verberar, por exemplo, o custo da Bienal — 5 milhões de cruzeiros fora a reforma do prédio —, são esquecidos outros gastos expressivos, como os 500 000 cruzeiros que o governo de São Paulo teria dispendido com a atual exposição de santos no Paço das Artes, bem menos importante. Além de tudo, uma avaliação objetiva só se tornou possível a partir de meados da última semana. Até então, a Bienal estava em obras (mesmo depois de inaugurada), e a confusão reinante foi no mínimo um fator de interferência para a justa medida de valores. É lógico que não se pode visualizar a Bienal apenas como uma soma de partes, limitando sua análise a obras isoladas. A iniciativa pretende ser um todo. E nesse sentido, a presente mostra revela, mais que qualquer outra, as cicatrizes de suas falhas de organização.

Descompasso — Como de fato se previa, nunca houve, até hoje, no vasto pavilhão do Ibirapuera, uma exposição tão atulhada e ilegível. Consta que a culpa maior recai sobre o espaço excessivo exigido por Rufino Tamayo para montar a verdadeira retrospectiva que trouxe até São Paulo, e da qual chega a constar um painel de mais de 30 metros quadrados. A mostra de Tamayo obteve condições técnicas comparáveis às de um bom museu. E no mesmo nível de apresentação encontra-se apenas o americano Alfred Jensen, pois os Estados Unidos, como de hábito, mandaram sua sala pronta nos mínimos detalhes, inclusive uma cobertura de tecido translúcido para rebaixar o pé direito, centenas de refletores incidindo sobre os quadros, e até um corrimão que os separa do contato excessivamente próximo do público. Quanto ao resto, a Bienal transpira um ar de improvisação indisfarçável.

Sabe-se contudo que improvisação, mesmo, não houve. Ao longo dos últimos meses, os espaços iam sendo atentamente distribuídos no papel. Ocorreu, porém, um inevitável descompasso, ao sacudir-se um sistema vigente há mais de 25 anos (o da separação por países), em benefício do novo método, segundo unidades de sentido *. Como conseqüência, o visitante poderá encontrar desde

---

* *Temas da XIV Bienal: Arqueologia do Urbano, Recuperação da Paisagem, Arte Catastrófica, Vídeo-Arte, Poesia Espacial, O Muro Como Suporte de Obras, Arte Não Catalogada, Exposições Antológicas e Grandes Confrontos.*

FOTOS DE PEDRO MARTINELLI

Pintura de Ramón de Vargas: mostrando tragédias com virtuosismo

estandes de 60 m² desperdiçados com obras insignificantes até exíguos corredores por onde esbarra, por exemplo, com as excepcionais gravuras do iugoslavo Mersad Berber. Em um cantinho, no térreo, descobre-se a custo o trabalho sensível do suíço Kurt Sigrist. No mezzanino do 1.º andar, acumuladas quase a esmo, como numa feira ou num bazar, ficaram as preciosas peças de arte popular peruana, uma das Exposições Antológicas. E assim por diante.

Quanto à planejada leitura por assuntos, será melhor nem procurá-la. Apesar de certas concentrações episódicas (como O Muro Como Suporte de Obras, no 1.º andar, a Recuperação da Paisagem basicamente no 2.º, a Arte Catastrófica no 3.º), o ziguezague de temas se tornou inevitável. Poesia Espacial, por exemplo — um título aliás pouco entendido —, surge fragmentado em estilhaços. Sigrist e o espanhol José Ramón Aspiazu, ambos inscritos nesse rótulo, estão separados por três andares e ocupam pontos geometricamente opostos do prédio.

"Nunca mais" — Outra falha evidente foi a desinstrumentação da Bienal para assumir sua face nova. A deficiência de aparelhagem impediu a apresentação de quase todos os vídeo-tapes brasileiros. Mais: a XIV Bienal mostrou-se insolvente, nos últimos instantes, até para comprar pregos e parafusos. É claro que, sob esse aspecto, os artistas brasileiros foram os mais atingidos. Quem não se arranjasse sozinho acabaria nem mostrando suas obras. E não só por falta de dinheiro, mas também por falta de atenção. "Nesta Bienal, nunca mais", queixava-se a gaúcha Vera Chaves Barcellos, que no ano passado foi um dos representantes do Brasil na Bienal de Veneza. Por sua simplicidade, o caso de Vera causa espanto. Há vários meses enviou um detalhadíssimo projeto com seus requisitos técnicos: uma sala, uma mesa, alguns banquinhos, uma urna para recolher papéis. Prudentemente, há um mês, veio pessoalmente ver como andavam os trabalhos. Contudo, se ela mesma não arranjasse na véspera um caixote e o improvisasse em urna, sua obra estaria liquidada.

Surpreendentemente, essa desatenção — ou fatos mais graves — atingiu também os estrangeiros. "Há uma máfia por aqui", desabafava o argentino Alfredo Portillos. A delegação argentina queria pintar o piso de sua área e não conseguiu o serviço na própria Bienal. Contratou diretamente o trabalho de um dos operários à volta, por 2 500 cruzeiros. O contratado nunca mais apareceu (embora também não tenha recebido o dinheiro). Nova tentativa, e outro operário aceitou a tarefa por 1 000 cruzeiros. "Mas parece que os demais não o deixaram trabalhar, para manter o preço." E a área argentina acabou com o piso original.

Países amigos — Além desses vícios, que se poderiam debitar à fase de transição, é certo que a Bienal não conseguiu libertar-se de seus grilhões de origem. Os esforços do Conselho de Arte e Cultura no sentido de dinamitar uma estrutura virtualmente esgotada não chegaram a abalar o problema fundamental: a mistura entre diplomacia e cultura. Embora o Ministério das Relações Exteriores contribua, hoje em dia, com muito pouco do orçamento (12 500 dólares para o Grande Prêmio Itamaraty), continua a caber-lhe a tarefa de convidar oficialmente todos os países amigos do Brasil. Com isso se impede um processo de seleção mais rigoroso. Ao propor temas, o Conselho tentou atualizar, de certa forma, a remessa de cada país. Mas nem todos corresponderam com igual inteligência e empenho.

Em termos de conjunto, o maior destaque cabe, sem dúvida, à Espanha, que não economizou esforços para encontrar artistas diretamente vinculados às propostas. É quase certo que, por suas qualidades, os espanhóis arrebatem mais de um dos dez prêmios Bienal (50 000 cruzeiros cada). Merecem ser vistos, sobretudo, os ambientes montados por Rafael Baixeras e Ramón Montoya (Recuperação da Paisagem), Cruz Hernández e Sánchez Calderón (Arte Catastrófica), os objetos em madeira de Aspiazu (Poesia Espacial) e a pintura de Ramón de Vargas (Arte Catastrófica), que trata com virtuosismo de tragédias urbanas.

continua na página 108

Corpos despedaçados de Tetsumi Kudo: remanescentes da catástrofe

Aqui na Vasp, a gente dá muita importância ao que faz. Principalmente porque gosta.

FOTOS DE PEDRO MARTINELLI

O Etsedron: enfim com um bom espaço

continuação da página 106

Igualmente interessante, embora menos equilibrada, é a representação argentina, colocada compactamente em uma só área, como "Arte Não Catalogada". O destaque principal fica por conta de Victor Grippo, cujo trabalho não tem nada a ver com o chamado "belo". Sobre uma mesa, ele colocou dezenas de batatas, introduzindo em cada uma eletrodos de zinco e de cobre e transformando-as em minipilhas segundo o princípio de Volta. Dos eletrodos saem cabos, que se agrupam e chegam a um voltímetro capaz de acusar a energia resultante. Apenas uma brincadeira ou uma *trouvaille?* Depende da boa ou má vontade — e de um pouquinho de atenção para o recado metafórico. Pois tudo não passa, em última instância, de uma forma não verbal e inventiva de lembrar a velhíssima idéia de que a união faz a força.

Pela polêmica — Visto que a leitura por assuntos não chegou a ser possível (não há condições, por exemplo, para concluir que a representação em Arte Catastrófica seja mais eficaz que a da Recuperação da Paisagem), o espectador acaba procurando entender a Bienal ainda em termos de nacionalidades e países. Alguns deles souberam manter o nível habitual de seus representantes. É o caso, por exemplo, da Itália e do Japão. Os italianos aceitaram integralmente uma lista de sugestões do Conselho da Bienal, enviando a São Paulo seis artistas para a série dos "Grandes Confrontos" — um conceito insuficientemente definido. Os japoneses se limitaram a três nomes. E se em todos há qualidades, em um há, além disso, suficiente motivação para a polêmica. Nada mais feio, a rigor, do que as esculturas ou *assemblages* de Tetsumi Kudo, ele próprio uma personalidade carismática, vestido de bonzo, liderando rituais na Bienal. A obra de Kudo (paradoxalmente inscrita como Recuperação da Paisagem, e não Arte Catastrófica) mistura cores de absoluto mau gosto com pedaços de membros humanos espetados em hastes, cabeças cujos olhos foram perfurados por válvulas, tudo feito com visível gratuidade formal, quase ao acaso. Seria, contudo, um equívoco? Ou apenas uma amostragem de horrores, coerente com o destino do ser humano nos últimos quarenta anos, visto pela lente hipersensibilizada de quem viveu Hiroxima e Nagasáqui?

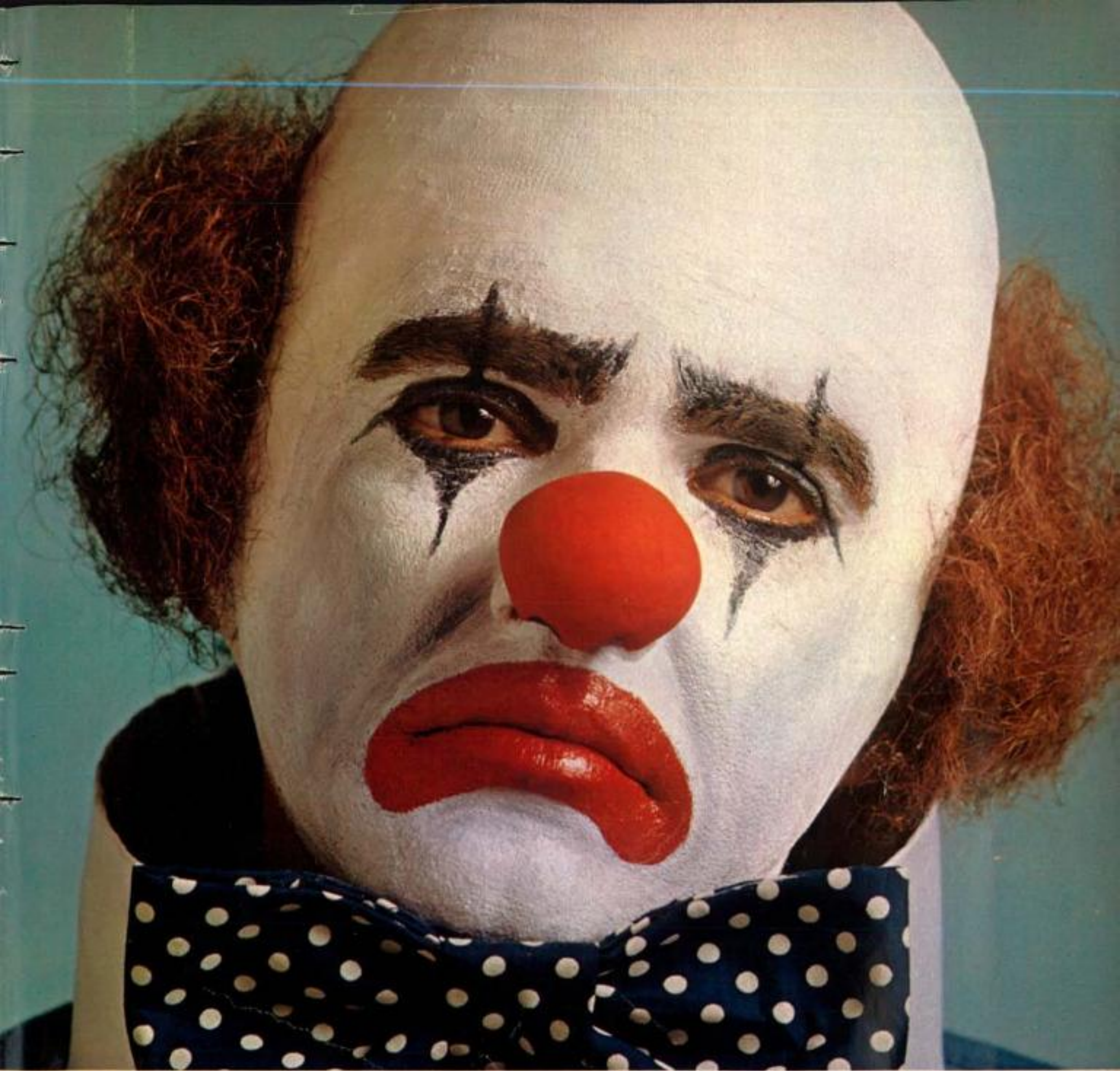
No pólo oposto, impecável, fica a contribuição alemã. Berhard e Hilla Becher apresentam uma série de 24 fotografias de estruturas arquitetônicas industriais regulares e antigas (caixas d'água, tanques de petróleo, silos), elaborando o resultado de forma a inscrevê-lo, com a mais absoluta propriedade, na área da Arqueologia do Urbano. Franz Ehrard Walther é o único artista comportamental numa Bienal de onde a vanguarda, curiosamente, está ausente. E o inglês Martin Naylor, enfim, parece ter realizado uma obra da mais alta qualidade, misturando fotografias, desenhos e um ambiente — ao qual, infelizmente, só o júri, por enquanto, tem acesso. O que justifica a pergunta: para quem trabalhou o jovem artista? Para o público, ou para um prêmio que deseja obter?

Requerem ainda destaque a sala de Tamayo (apesar dos pesares, um verdadeiro grande pintor) e a de Jensen, um inventivo experimentador, brincando na tela com códigos e números que é necessário decifrar.

Floresta humana — E o Brasil? Chega-se aqui ao ponto possivelmente mais complexo da XIV Bienal, merecedor de um estudo em separado. De imediato, saltam aos olhos três presenças brasileiras: Frans Krajcberg, Rubem Valentim e o grupo baiano Etsedron. Krajcberg montou a talvez mais sólida representação da Bienal, incluindo-se no cômputo os artistas estrangeiros. Rubem Valentim confirmou o nível de seu trabalho. O Etsedron, finalmente, conseguiu pela primeira vez um espaço à altura de suas ambições, criando, do lado de fora da Bienal, uma fantástica floresta de seres humanos e bichos feitos com troncos e cipós. É curioso comparar, aliás, a realização erudita de Krajcberg e a do Etsedron, que com as mesmas matérias-primas, e em linguagens tão absolutamente diferentes, alcançam níveis indisfarçáveis de brasilidade.

A representação brasileira à XIV Bienal ainda voltará a ser assunto. E o número de possibilidades, erros, vislumbres e tendências que encerra chega a ser, no final, a melhor prova de que, apesar da campanha, a Bienal subsiste. Reflete, talvez, uma crise geral de cultura, e soma-lhe sua crise específica. Mas produz ainda resultados, dúvidas e idéias.

● OLÍVIO TAVARES DE ARAÚJO

Escultura de Frans Krajcberg: uma linguagem erudita e brasileira

Cada dia o mundo está se tornando mais cinzento.

Cada vez mais o concreto cinzento vai tomando conta das cidades. Vai envolvendo as pessoas. Vai fazendo neuroses.

Existe uma empresa preocupada com isso. Uma empresa cuja filosofia de trabalho é colocar sua avançada tecnologia a serviço de um mundo melhor e mais humano.

E ela faz isso através de produtos químicos que entram na composição de tintas e corantes. E nos defensivos agrícolas que, multiplicam as nossas colheitas.

Fabricando as pilhas e lanternas Eveready. Fabricando polietileno.

Aliás, ela é um dos maiores fabricantes de polietileno deste país. E, como tal, está presente no plástico dos utensílios domésticos, das embalagens, dos brinquedos e numa infinidade de produtos de plástico.

Essa empresa é a Union Carbide. Uma empresa com quase 30 anos de Brasil e que congrega mais de 1.500 funcionários trabalhando para que você viva com mais conforto. Fazendo com que seus alimentos sejam mais sadios e que os seus dias sejam menos cinzentos. Mesmo que você não perceba nada disso.

UNION CARBIDE

Denison

LASAR SEGALL

Cabeça Feminina de Mão no Rosto
1937

Os músicos
1933

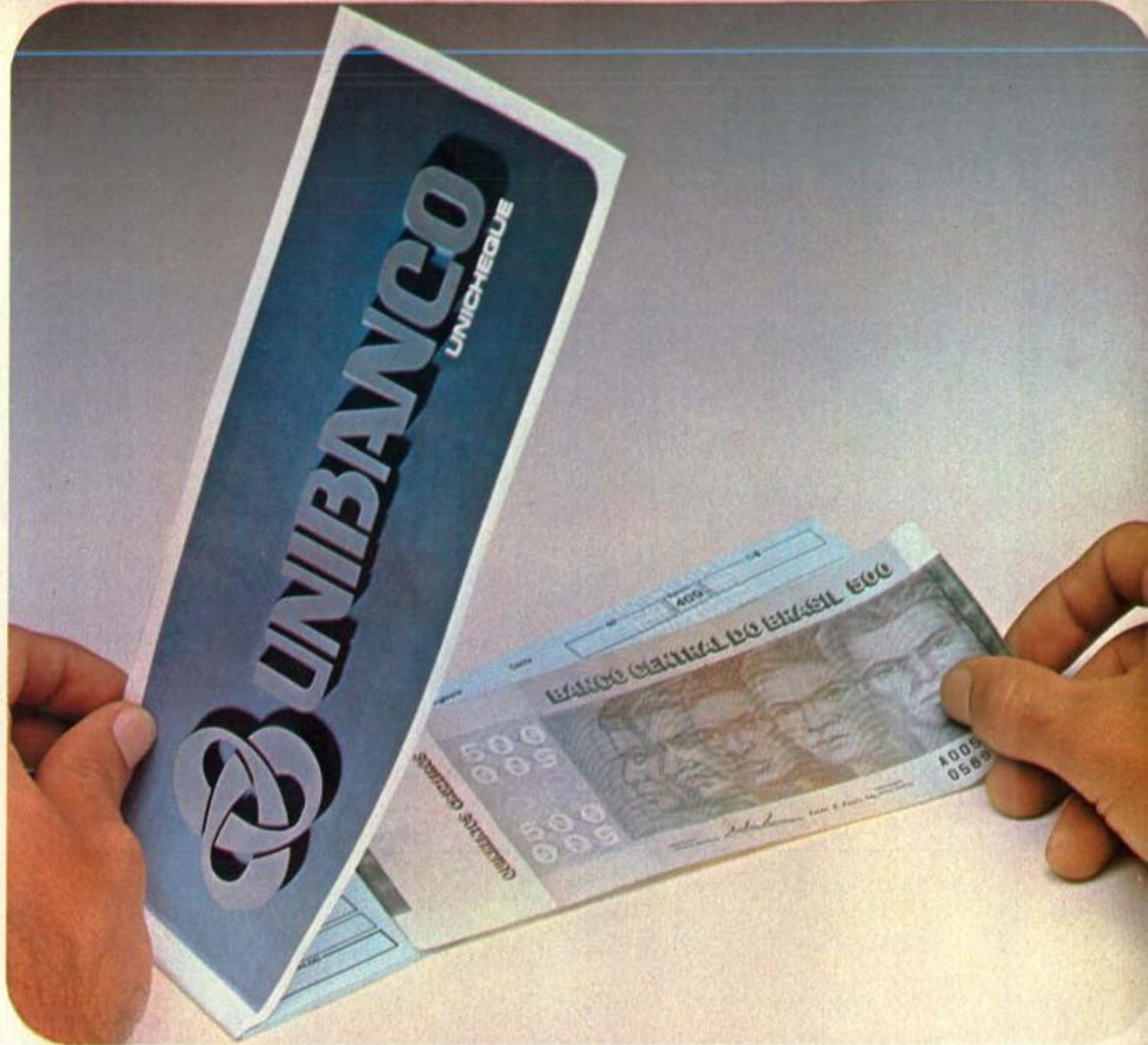
Certo em tudo

Só no primeiro domingo, logo após a inauguração da Bienal, mais de 1 700 pessoas visitaram longamente uma pequena e não muito atraente sala no andar térreo bem em frente à mamútica área de Rufino Tamayo. Em vez de quadros, entretanto, a sala vem apenas exibindo slides de obras do lituano-brasileiro Lasar Segall (1891-1957), único artista do país a ingressar na categoria das "exposições antológicas". Originais de obras, propriamente, estão a cerca de 4 quilômetros, no vizinho bairro de Vila Mariana. Encerrando as homenagens ao vigésimo aniversário da morte do pintor, e como uma atividade da Bienal extramuros, o Museu Lasar Segall apresenta 122 aquarelas e guaches, no que os organizadores pretendem seja "o ponto mais alto" das comemorações.

Pelo menos é certo que a iniciativa resulta importante e inédita, pois nunca se apresentaram ao público, até hoje, tantos trabalhos de Segall nas duas técnicas. Quanto a ser de fato a melhor, é discutível. Não porque as aquarelas e os guaches de Segall representem uma área menor de sua criação — mas justamente porque em nenhuma área (e portanto em nenhuma exposição anterior) o mestre jamais deixou algo a dever.

Íntima expressão — Poucos são, na arte moderna brasileira, os talentos completos, do tipo de Segall. Os artistas mais sábios concentraram-se em uma especialidade básica, que dominaram com perfeição. Segall dominou todas, da gravura à escultura, e revelou-se também sábio por não se restringir a nenhuma delas (embora seja mais ilustre como pintor). Aliás, formado à boa maneira européia — em contato com os grupos expressionistas alemães —, muitas vezes utilizou o guache ou a aquarela como etapas preparatórias para a elaboração da pintura. Mas não necessariamente. A natureza fluida, rápida, espontânea da aquarela se impôs também a ele, possibilitando-lhe a apreensão de suas emoções imediatas. E mesmo os guaches — mais empastados e portanto mais próximos do óleo — não perderam o caráter de íntima expressão.

É neste ponto que as duas técnicas se distinguem ligeiramente no conjunto da obra de Segall. Como regra, ela é altamente dramática ou épica, sofrida, áspera, intensa. Nas obras agora exibidas (parte de um acervo de mais de 450 no gênero, pertencentes ao Museu Lasar Segall), o trágico se atenua em benefício do lirismo. "Dentro dos quadros assinados por mim, eu quero que ninguém sinta cerebralismo", escreveu o artista certa vez. E esta exposição confirma que também esse ideal foi por ele atingido.

● O.T.A.

É assim que as outras pessoas vêem o Unicheque que você assina.

O Unibanco apresenta um cheque realmente especial: o Unicheque.

Ele é recebido em toda parte como se fosse dinheiro vivo.

Oferecido somente a clientes selecionados, seu pagamento é garantido pelo Unibanco sempre que não ultrapasse o limite determinado no cartão de identificação que o acompanha.

Além disso, é descontado na hora, em qualquer uma das 482 agências Unibanco do País, sem consulta prévia à agência onde o cliente tem conta. Como um verdadeiro traveller check.

Por isso, em qualquer situação de emergência, você pode contar com o Unicheque.

E, além disso, com o Unicheque você jamais vai perder bons negócios, só porque no momento você não tenha saldo em sua conta. Pois com o Unicheque você também recebe um crédito rotativo para utilizar em situações de emergência.

Por tudo isso, possuir Unicheque é uma prova de prestígio.

Procure o gerente de uma agência Unibanco. Ele terá o maior prazer em lhe prestar todas as informações sobre a forma de obter seu Unicheque.

Você vai ver como é vantajoso andar com um cheque que é igual a dinheiro.

GARANTIDO PELO UNIBANCO.

-Peugeot. Brevemente, com um inesquecível sotaque bem brasileiro.

Dentro de pouco tempo, a Almec Indústrias Mecânicas S/A estará lançando no mercado a bicicleta que já faz a alegria de mais de 16 milhões de pessoas, no mundo inteiro.

Peugeot.

E quando isso acontecer, quem vai mesmo ficar mais alegre com a novidade - é a própria Peugeot.

Na verdade, a Peugeot até hoje não esquece os seus primeiros dias de Brasil, quando o Século mal começava - e quando este País ainda não tinha um futuro tão grandioso desenhado pela frente.

É certo que foi uma convivência pequena. Menor do que dois velhos amigos, por certo, gostariam que fosse:

Faça como nós. Escolha SUDENE.

apenas algumas bicicletas antigas, rodando pelas ruas de calçamento irregular, apenas alguns heróicos automóveis Peugeot, naquelas estradas sem asfalto, naquelas ruas distantes.

PEUGEOT

"Produzir bicicletas como quem fabrica automóveis."

Mas nem mesmo esta pouca convivência conseguiu, em nenhum momento, diminuir o entusiasmo da Peugeot por este seu amigo antigo.

Tanto que hoje podemos anunciar que falta pouco, muito pouco, para que alguns milhares de bicicletas Peugeot finalmente comecem a fazer parte integrante desta paisagem maravilhosa. Será uma Peugeot bem brasileira. Todinha nossa.

De francês, ela terá apenas aquele leve - e simpático - sotaque que há quase 100 anos acompanha a marca Peugeot pelo mundo.

CONCURSO DE PEÇAS "PRÊMIO SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO"

RECEBI A PEÇA sob pseudônimo "Botabô" (Nº 143)

Rio de Janeiro, 29/1/1976

Assinatura

O protocolo de inscrição: uma prova de que a peça n.º 143 existe

A peça 143

Eram quase 200 peças inscritas no VIII Concurso de Dramaturgia do Serviço Nacional de Teatro (SNT), todas sem o título ou o nome do autor — identificadas apenas por número e pseudônimo. Aguardava-se a divulgação dos resultados em março, quando os membros da Comissão Julgadora entregaram seus votos ao diretor do órgão, Orlando Miranda. Estava claro que a obra com maiores chances de vencer era um drama apresentando pontos de contato com a morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida em outubro de 1975, no DOI-CODI de São Paulo — o que deixou Miranda preocupado. Tal receio o levou a adiar a reunião final diversas vezes. "Tinha medo do que poderia ocorrer caso aquela peça vencesse", admitiu.

No final da semana retrasada, depois de uma entrevista com o ministro Ney Braga, da Educação — encontro que elementos da classe teatral interpretaram como um sinal verde à divulgação dos resultados —, Miranda marcou a reunião decisiva para a sexta-feira, 7 de outubro. Nesse dia, ausente apenas um dos jurados, a crítica Mariângela Alves de Lima (por motivo de gravidez, enviou procuração a um colega), reuniram-se no gabinete de Miranda, no Rio, os demais membros da Comissão Julgadora; os diretores Ademar Guerra, Aderbal Júnior, Fernando Peixoto e o jornalista gaúcho Antônio Holfeldt. O impasse parecia estar em vias de ser solucionado. O que se passou na sala de reuniões, entretanto, não estava na cogitação nem mesmo dos mais imaginativos teatrólogos.

AMICUCCI GALLO

Chaves Neto: ganhou mas não levou

"Nova censura" — Contados os pontos dados a cada texto, constatou-se o que fora previsto: a peça vencedora, com 24 pontos, colocada em primeiro lugar por todos os jurados, era a de número 143 — de autor com o pseudônimo de "Botabô" —, precisamente a obra que tantas apreensões provocara em Miranda. Imediatamente, o diretor do SNT comunicou aos presentes que a decisão não poderia ser homologada, pois, momentos antes, o texto, o envelope contendo a identificação do autor mais a ficha de inscrição no concurso "haviam sido confiscados" (palavras de Miranda) por agentes dos órgãos de segurança. Quais as razões que os funcionários teriam alegado? "Ações desse tipo não costumam ser acompanhadas de

maiores esclarecimentos", comentou Miranda.

O resto foi feito: segundo e terceiro lugares ficaram com as peças n.º 64 e n.º 81, identificadas respectivamente como "Caixa de Cimento", de Carlos Henrique Escobar, e "O Coronel dos Coronéis", de Maurício Segall. Seus autores receberão 50 000 e 40 000 cruzeiros. Atribuíram-se ainda os prêmios de publicação e leitura às votadas em quarto e quinto lugar e de leitura às oito obras classificadas a seguir. Faltou só o mais importante: a proclamação do grande vencedor do concurso (prêmio de 60 000 cruzeiros e edição em livro). Esta medida o SNT não poderia tomar, repetia Miranda: "Para mim a peça 143 não existe". A reação dos membros da Comissão Julgadora mostrou-se bem menos resignada. "Isso significa que foi inaugurada uma nova forma de censura", constatavam. "Ela agora antecede a divulgação dos resultados. Escolhemos a peça n.º 143, que nada tem de panfletária, pelo seu valor artístico."

"Uma homenagem" — Ambientada em um circo, a peça n.º 143 se inicia com as piruetas do acrobata Bolota. Mas este logo interrompe as evoluções para dirigir-se ao público com ar dramático: "Hoje a tristeza que tomou conta da gente tem de ser repartida". E a trupe inicia uma insólita função, em que se conta "a verdadeira história de Glauco Horowitz". Nascido na Iugoslávia, ainda criança Glauco é levado pelos pais judeus para outro país, fugindo do nazismo. Na terra de adoção, já adulto, Horowitz afirma-se como brilhante jornalista, diretor do departamento noticioso de uma emissora de TV. Certo dia, para defender-se de nebulosas acusações, apresenta-se espontaneamente para depor em um departamento de investigações. Só sai de lá morto — as autoridades anunciando que teria se suicidado.

ANTONIO ANDRADE

Miranda: "assunto encerrado"

Entre a imprensa e os artistas de teatro comentava-se há semanas que o autor do texto em questão seria João Ribeiro Chaves Neto, um advogado de 31 anos, autor de cinco peças, uma delas "Concerto n.º 1 para Piano e Orquestra", montada em 1976 em São Paulo por Regina Duarte. Na sexta-feira, Chaves Neto apareceu no SNT para inteirar-se do resultado. Exibindo o protocolo da entrega do texto, declarou ser o "Botabô", autor da peça n.º 143. Título da peça: "Patética".

Chaves Neto, cunhado de Vladimir Herzog, nega que a peça seja a teatralização da morte do jornalista: "É uma obra universal que discute o problema dos direitos humanos". De qualquer forma, na sexta-feira passada, ele garantia a Lúcio Rito, de VEJA, sua disposição de tomar todas as providências legais para que lhe fosse atribuído oficialmente o prêmio: "Não me conformo com o que aconteceu. Ou há liberdade para concorrer ou então deveriam acabar de uma vez com essa palhaçada".

Orlando Miranda não sabe prever qual será a reação da classe teatral ao desfecho do caso. Mas espera que os autores nacionais continuem participando das promoções do SNT — e na própria sexta-feira já anunciava a realização do IX Concurso. "Quanto a este VIII, para mim é assunto encerrado."

CHICO NELSON

Cláudia e seu animal irracional: "é um barato"

Ao invés de uma taça, um liquidificador. E, de quebra, um par de correias com estribo e um relógio "enorme de feio". Foram esses os prêmios — e os desgostos — da amazona carioca **Cláudia Itajahy,** de 16 anos, pela conquista, na última semana de setembro, em Montevidéu, do campeonato sul-americano de hipismo na categoria salto sobre obstáculos. "Fiquei uma arara, foi chocante mesmo", contou Cláudia, em sua entonação de "cocota" ipanemense. Mas, apesar da decepção, ela já está de volta aos treinos diários na Sociedade Hípica Brasileira, no Rio, no dorso de seus quatro cavalos, em busca de um lugar na delegação brasileira às Olimpíadas de 1980, em Moscou. Para Cláudia, mais do que "o melhor esporte para uma moça manter o corpo sempre em forma", o hipismo é "um verdadeiro barato — nada como ficar no ar como um animal irracional".

Mesmo quando procura melhorar sua imagem, o primeiro-ministro trabalhista **James Callaghan,** da Inglaterra, não consegue escapar à fuzilaria de seus adversários, os conservadores. No último dia 2, depois de experimentar o *skate* de um garoto da cidade de Brighton, onde se realizava a convenção anual do Partido Trabalhista, ele simplesmente foi acusado de "dar mau exemplo". De acordo com certa organização empenhada em prevenção de acidentes, Callaghan não deveria expor-se a um *skate* sem o devido equipamento de segurança, ou seja, capacete, caneleiras e ombreiras. E, para o jornal *Daily Mail,* de Londres, que também apóia os conservadores, o primeiro-ministro trabalhista se comportou como no governo: balançou para um lado e outro, sem contudo cair.

Completamente recuperada de um atropelamento de trânsito, sofrido em 1974, que lhe custou seis intervenções cirúrgicas e três anos de compulsória inatividade, a cantora brasileira **Maria d'Apparecida,** há muito tempo radicada na França, preparou uma inesperada *reentrée* — deixou momentaneamente de lado o gênero lírico e gravou um bem-cuidado disco com o violonista e compositor popular **Baden Powell,** com músicas de Vinicius de Moraes e Paulo César Pinheiro. Como nos tempos em que chegou a interpretar "Carmen", de Bizet, na Ópera de Paris, o sucesso foi imediato: o disco se esgotou em uma semana e a gravadora Carabine teve de preparar um outro às pressas, lançado num coquetel a que compareceram celebridades do tipo do pintor Felix Labisse, do ator e diretor Jean-Louis Barrault e do ex-pretendente da princesa Margareth, da Inglaterra, Peter Towsend.

ABRIL PRESS

D'Apparecida com Baden: o lírico pelo popular

"É ultrajante pensar que alguém gaste 120 000 dólares ao ano em roupas, num mundo em que tão poucas pessoas não têm mais do que alguns panos nas costas" — durante cinco dias do final de setembro, o jornal *New York Post* publicou comentários desse tipo, abaixo da manchete: "Quem escreveu isso?" O alvo das críticas, esclarecia o jornal, era a ex-primeira-dama americana **Jacqueline (Kennedy) Onassis.** O autor, responderiam finalmente os próprios editores, no encerramento da série, era o colunista **Pete Hamill** — não por coincidência, o atual namorado de Jacqueline. Hamill — agora no maior rival do *Post,* o *Daily News* — limitou-se a explicar que os comentários faziam parte de uma coluna escrita em 1971, e nunca publicada. E pretendeu dar por terminado o mexerico observando que "publicar isso é como imprimir uma carta que nunca foi despachada".

Depois de Fantasma/Diana Palmer, o casamento de **Charlie Brown?** "Talvez, quando ele crescer. Todo mundo não se casa?", pergunta **Charles Schulz,** criador das personagens da série de quadrinhos

AP

Hamill e Jacqueline: "carta nunca despachada"

Heather e Charlie Brown

também conhecida no Brasil por Minduim. De qualquer forma, um passo significativo em direção a tão róseo futuro estará sendo dado no dia 24, com a transmissão, pela cadeia de televisão CBS, de um desenho animado intitulado "É seu primeiro beijo, Charlie Brown". A beijada, no caso, é uma misteriosa garota ruiva, até agora presente apenas nos sonhos de Charlie Brown, e que se materializará na tela e nos quadrinhos sob o nome de **Heather.**

Como uma mãe que ameaça o filho com palmadas e, depois, arrependida tenta convencê-lo a abandonar o refúgio na vizinha, a Suécia procura reconquistar o cineasta **Ingmar Bergman,** que a trocou pela Alemanha, em 1976, ante a ameaça de uma condenação por sonegação de impostos. No entanto, dificilmente Bergman descumprirá os contratos já firmados, por vários anos, em outros países, restando à pátria contrita o consolo de assistir a seu último filme, "O Ovo da Serpente", cuja estréia em Estocolmo está prevista para o dia 28.

Desde que deixou a presidência da poderosa Confederação Italiana dos Industriais, no ano passado, **Gianni Agnelli,** de 56 anos, presidente, entre outros, do multibilionário império Fiat, tem sido insistentemente apontado ora como um futuro superministro do governo da Itália, ora como o próximo embaixador de seu país em Washington. Ao fim do último verão europeu — que passou longe do trabalho e da política, mergulhando muito à vontade ao largo da *cote* francesa, para delícia dos paparazzi —, Agnelli voltou às manchetes com declarações dignas de um habilíssimo político. Na semana passada, por exemplo, afirmou à revista francesa *Le Point* que na Itália "não se pode governar com os comunistas na oposição", e arrematou: "O Partido Comunista Italiano é um partido responsável e independente de Moscou".

WWD
Agnelli: após as férias, declarações políticas

DATAS

Atribuído: ao poeta espanhol **Vicente Aleixandre y Merlo,** de 79 anos, o Prêmio Nobel de Literatura de 1977; pela Real Academia da Suécia; dia 6; em Estocolmo.

Na manhã de quinta-feira, pouco antes de ser anunciado o Prêmio Nobel de Literatura de 1977, especulava-se em torno de nomes famosos, como Simone de Beauvoir, Graham Greene, García Márquez e Gunther Grass, e de obscuros escritores da Turquia e da África. Mas sequer as listas de "azarões" nobelizáveis incluíam Vicente Aleixandre, que haveria de dividir com o mundo a surpresa de sua premiação.

"Meu nome nem estava na relação de prováveis que os jornais publicaram hoje", disse ele na mesma tarde aos jornalistas que invadiram sua casa na Calle de Wellingtonia, em Madri, onde vive há mais de quarenta anos com a irmã e muitos cães. "Estou feliz, orgulhoso, contente e um pouco assustado", contou a Eric Nepomuceno, correspondente de VEJA. "O Nobel é uma honra, mas também uma chateação." Em Estocolmo, a Real Academia Sueca explicava que o prêmio não pretendeu distinguir o melhor escritor do mundo, mas homenagear o criador de uma obra que "ilumina a condição do homem no cosmo e na sociedade de nossos dias".

EDITORA CASTALIA
Vicente Aleixandre

A escolha de Vicente Aleixandre entre 96 candidatos — atribuída ao esforço do acadêmico Artur Lundqvist, especialista em literatura espanhola — causaria espanto na Suécia, onde apenas um de seus livros está traduzido, ou no Brasil, onde permanece inédito, mas não na Espanha: ao lado dos também poetas Rafael Alberti e Jorge Guillén, Aleixandre é venerado em seu país como um dos três sobreviventes da brilhante "Geração de 1927", que teve em García Lorca sua mais alta expressão. Nos meios literários madrilenhos, comenta-se que o Nobel de 1975, atribuído ao russo Andrei Sakharov, estava na verdade assegurado a Vicente Aleixandre — só não lhe foi outorgado para não prestigiar, ainda que indiretamente, o regime franquista, que fuzilara cinco militantes esquerdistas.

Nascido em Sevilha a 26 de abril de 1898, o novo laureado parecia destinado ao universo dos negócios, e só mergulhou na poesia quando, aos 25 anos, sofreu uma tuberculose renal que o acompanha ainda hoje. A doença não permitiria que ele, republicano, deixasse a Espanha após a vitória de Franco, como fizeram muitos de seus companheiros de geração. Durante muitos anos foi censurado. Inicialmente marcada pelas leituras de Freud, Góngora e dos surrealistas franceses, sua poesia conhece duas grandes fases ou tempos. A primeira, que vai de "Âmbito" (1928) a "Nacimiento Último" (1953), funda-se nos elementos da natureza — a terra, o sol, o mar, o fogo, o vento, a selva. O homem, nesta fase apenas mais uma força elemental, passa, na segunda — aberta com "Historia del Corazón" (1954) —, a protagonista principal, a natureza recuando para compor o fundo da cena.

Rebelde na década de 30, quando aboliu qualquer pontuação e praticou a "escrita automática", Aleixandre tornou-se membro da Real Academia Espanhola em 1949. Seu último livro publicado é "Diálogos del Conocimiento", de 1974. Quarto espanhol agraciado com o Nobel (antes dele houve José Echegaray, em 1904, Jacinto Benaventes y Martínez, em 1922, e Juan Ramón Jiménez, em 1956), Vicente Aleixandre receberá em dezembro, além de diploma e medalha, um cheque de 700 000 coroas suecas — o equivalente a 2,2 milhões de cruzeiros.

continua na página 120

continuação da página 119

Morreram: o diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), **José Elizondo Perigault,** aos 57 anos; de acidente automobilístico; dia 4; no Rio de Janeiro;

● a esposa do prefeito paulistano Olavo Setúbal, dona **Matilde de Azevedo Setúbal,** aos 52 anos; fundou, em 1975, o Corpo Municipal de Voluntárias, hoje com 400 mulheres que ensinam economia doméstica e noções de higiene a famílias pobres; de insuficiência cardíaca congestiva; dia 3; em São Paulo.

Denunciado: pelo procurador-geral da Justiça do Estado de São Paulo, Gilberto Quintanilha Ribeiro, como incurso na Lei de Imprensa, o jornalista **Ruy Mesquita,** diretor do *Jornal da Tarde;* por ter criticado o Ministério Público de São Paulo, em editorial publicado a 3 de outubro; o editorial condenava o afastamento do 2.º Tribunal do Júri de uma promotora que denunciara como "bandalheira" o indiciamento de uma pessoa em crime supostamente cometido por policiais; e afirmava ser o fato "resultado da poluição moral que vem tomando conta do Ministério Público de São Paulo"; é o 11.º processo contra Mesquita desde que assumiu a direção do *Jornal da Tarde,* e ele pensa que não será absolvido: "Serei julgado pelo Poder que critiquei", explicou, "e confirmarei tudo que está no editorial"; Mesquita declarou ainda a VEJA que "num país onde o delegado Sérgio Fleury é o chefe do mais importante setor da Polícia de São Paulo, Ruy Mesquita só pode ser preso"; dia 7; em São Paulo.

Indiciado: em inquérito instaurado pelo Departamento de Polícia Federal, o jornalista **Carlos Chagas,** diretor da sucursal de *O Estado de S. Paulo* em Brasília; pela publicação de notícia, a 7 de agosto, relatando a quebra de um recipiente com grande quantidade de mosquitos portadores da febre amarela, durante a ocupação policial da Universidade de Brasília; a notícia foi desmentida pelo próprio jornal dois dias depois; Chagas poderá ser denunciado como incurso na Lei de Segurança Nacional, por "indispor o povo contra as autoridades"; dia 3; em Brasília.

Comemorado: o 4.º centenário da Ordem Terceira de São Francisco e do Convento de São Francisco; dia 2; em Olinda, Pernambuco.

Empossado: no Superior Tribunal Militar, o ministro general **Carlos Alberto Cabral Ribeiro;** dia 7; em Brasília.

Fundada: por 45 jornalistas e estudantes de comunicação, a **Cooperativa dos Jornalistas de Natal;** dia 2; em Natal.

Exército particular do Duque de Atholl.

Escócia, onde a ficção se confunde com a realidade

Castelo Eilean Donan.

Escócia

Um país rico em lendas, história e belezas naturais.

Um povo amável, hospitaleiro.

As tradições e o folclore fazem parte do dia-a-dia

Passeando pelas ruas ou entrando num "pub", você poderá encontrar um grupo usando "kilt", o tradicional saiote escocês, tocando alegremente a gaita de foles. E, dependendo do "clã", o "kilt" terá uma padronagem diferente.

Arte e cultura estão sempre presentes

Sua capital, Edinburgh , é uma das mais belas cidades da Europa e no seu castelo estão expostas as jóias da Coroa da Escócia. Você sentirá em toda parte um pouco da trágica história da rainha Mary Stuart.

Os esportes reais estão ao seu alcance

Aberta a temporada, você poderá participar da caça a faisões, patos e veados, ou da pesca do salmão e trutas.

Gramados bem cuidados serão um convite para a disputa de uma partida de golfe. O requintado esporte que nasceu na Escócia.

Onde o tempo parou

Escolha um caminho. Saia passeando.

Você vai descobrir que cada pequena cidade oferece um recanto atraente, com castelos medievais dominando belíssimas paisagens, entrecortadas de montanhas e lagos, palco de tantas aventuras históricas.

E, entre todos os lagos, um é famoso no mundo inteiro. Dizem que lá vive uma criatura pré-histórica, o monstro de "Loch Ness".

A Escócia está muito perto de você pela British Caledonian, com seus novos jatos DC10.

Escócia, uma viagem através do tempo.

Enviando este cupom, você receberá grátis uma interessante revista sobre a Grã-Bretanha.

Nome ....

Rua ....

Cidade .... Estado ....

Idade .... Profissão ....

Já visitou a Grã-Bretanha? sim ☐ não ☐

Entidade Nacional Britânica de Turismo

Caixa Postal 30039 - 01000 São Paulo - SP

O tempo voa em nova dimensão

SHOW

FOTOS DE CHICO NELSON

Tom e Vinicius no Canecão: revivendo, em tempos adversos, as simples verdades de suas canções

O TERNO REENCONTRO

"Rio de Janeiro/Eres la puerta Delirante/De una casa vacia"
(Pablo Neruda)

Todo mundo sabe que o Rio, essa casa onde um dia Neruda se hospedou, tinha flores na janela, e dali não era difícil ver um Corcovado redentor. Ninguém ignora que, nesses tempos, a alegria de seguir com os olhos o balanço de uma menina a caminho do mar era apenas interrompida pela certeza de que a beleza é efêmera, a felicidade frágil e o bebedor, um solitário. Essas verdades simples e intensas, que estão na origem e motivação da música de Tom Jobim e nos versos de Vinicius de Moraes, permanecem hoje paradoxalmente intactas, apesar do barulho das britadeiras, a destruição das/dos picaretas e as ameaças de um tempo adverso. Para deixar isso bem claro, o produtor e diretor Aloysio de Oliveira reuniu Tom e Vinicius mais uma vez, na cervejaria Canecão, no Rio de Janeiro, agora acompanhados de dois jovens parceiros, Toquinho e Miúcha. O resultado pode ser considerado o melhor espetáculo musical do ano e uma prova viva de que a atividade criadora não envelhece.

Vinte e um anos após a estréia da dupla em "Orfeu da Conceição", que entre outras invenções e irreverências introduziu uma escola de samba no Teatro Municipal do Rio de Janeiro; quinze anos depois do histórico show "Um Encontro", na boate Au Bon Gourmet, no Rio, em que ambos e mais João Gilberto lançaram num só espetáculo meia dúzia de clássicos da música popular brasileira ("Garota de Ipanema", "Insensatez", "Samba da Bênção", "Samba do Avião", etc.), Tom e Vinicius retornam agora, sem novidades espetaculares, apenas reiterando a sabedoria antiga de um verso de Carlos Drummond de Andrade, que Jobim gosta de repetir: "Cansei de ser moderno, agora quero ser eterno". Essa opção pela perenidade explica a essência do reencontro.

No imenso palco do grandioso Canecão, os quatro protagonistas do espetáculo surgem já na abertura, vestidos de branco. "Estamos Aí", autoria coletiva de Tom, Vina (como Vinicius é carinhosamente chamado pelos amigos), Toquinho e Miúcha, acrescida da mãozinha de Chico Buarque, avisa, de maneira rápida e bem humorada, as intenções da reunião: "Estamos aí, pro amor e pra desilusão/Deixa pensar que pra amar é preciso mentir/Estamos aí/Gente amiga que muito se quer".

Além da longa e luminosa carreira de

Tom, Vinicius, Miúcha, Toquinho:

uma trama familiar e amorosa

pelo menos três dos envolvidos — Tom, Vinicius, Aloysio —, seria conveniente lembrar os antecedentes daquele momento e sua realização. A idéia surgiu do LP "Miúcha & Antônio Carlos Jobim", lançado há alguns meses pela gravadora RCA. "O que era para ser meu disco pessoal acabou por marcar o reencontro de todos nós, os membros da família Buarque Moraes Jobim, como nos chamamos de brincadeira", comenta Miúcha. No disco, faltavam Vinicius e seu atual parceiro, Toquinho, implicado nessa trama familiar e amorosa desde o dia em que conheceu o poeta, na casa de Sérgio Buarque de Holanda, pai de Chico e de Miúcha. "Há muito tempo o Canecão cobiçava essa gente. Ao projeto inicial, Tom e Miúcha juntos, ao vivo, decidimos acrescentar as presenças de Vinicius e de Toquinho", declarou a VEJA o ousado realizador Mário Priolli, dono da casa.

As frases sucintas de Priolli omitem, no entanto, as minúcias que compõem a engrenagem de uma grande produção no Brasil. Tudo começou cinco meses atrás, durante um animado almoço na churrascaria Carreta, em Ipanema, onde pela primeira vez se reuniram os futuros participantes e produtores desse espetáculo sem título (mas oficiosamente batizado de Reencontro) estreado oficialmente na quinta-feira passada, sob previsíveis e frenéticos aplausos, intensa emoção e até mesmo lágrimas furtivas. "Naquela tarde", diz Priolli, "três horas de conversa selaram o contrato verbal do show." E custaram, ao final, uma nota de despesas de 3 600 cruzeiros com incontáveis marcas nos itens dos uísques e chopes. Ficou acertado que, a partir daquele momento, trinta das 56 músicas da memorável parceria Tom e Vinicius seriam roteirizadas por eles próprios, para posterior direção de Fauzi Arap.

Ocupado com outros serviços, este diretor acabou sendo substituído, "por unanimidade", pelo competente Aloysio de Oliveira, que pretendeu dar ao seu trabalho "a marca das coisas simples e diretas, que chegam logo ao coração e à inteligência do público". Outro não foi o resultado: vencidas as dificuldades técnicas do excesso de espaço, o palco foi transformado, pela habilidade de Aloysio, num ambiente intimista, numa "sala de convívio" dos participantes. "Eu tinha cinco unidades nas mãos. Tom por si, Vinicius sozinho, a obra dos dois e mais o trabalho do poeta com Toquinho e do maestro com Miúcha, que valem por si mesmo. Misturar esses cinco pontos, acrescidos do inédito encontro Toquinho-Miúcha, e dar ritmo de cena foi minha contribuição", declarou Aloysio de Oliveira.

O que se vê e ouve atualmente no Canecão transcende, na verdade, essas frases modestas e torna irrelevante o acadêmico exercício de uma análise meramente técnica. Há a decantada e evidente importância das 23 músicas afinal escolhidas, para respeitar, como reconhece Aloysio, "a imperiosa necessidade de conter tudo em 1 hora e 15 minutos de espetáculo". Há um pouco de tudo: o antigo e o novo, o lirismo e a sátira, a nostalgia e o humor. Emoção e simplicidade substituem a solenidade do vedetismo e o mais genuíno da safra Tom-Vinicius surge tanto em estado puro quanto interpretado de maneira brincalhona. E há sobretudo a intimidade, o visível amor recíproco das quatro figuras que trafegam pelo palco.

Em fila simples, esporadicamente mudadas apenas as posições de cada um no proscênio, Vinicius funciona como "pêndulo" do espetáculo, animador e apresentador. Toquinho desfia seu conhecido talento de violonista e acompanha o poeta em "Tarde em Itapoã", certamente a mais bela música que compôs. Miúcha demonstra por que é a "cantora predileta dos músicos e compositores": sua afinação e musicalidade são perfeitas. No relacionamento com os parceiros mais jovens, Tom e Vinicius com certeza dispõem de ambos como se fossem instrumentos delicados e precisos. Finalmente Jobim preside e costura musicalmente toda a ação: toca piano, flauta, canta, fala o que sua timidez permite, tira partido de sua natural inibição com o público e, sobretudo, comanda a execução dos seus arranjos, inteiramente à base de instrumentos acústicos, sem eletrificação, a cargo de uma orquestra de vinte figuras, regidas pelo jovem e competente maestro Edson Frederico, de 28 anos.

Em nenhum momento o pretendido ritmo da cena deixa de merecer a rara classificação de perfeito. As atuações têm a força das obras vivas, em permanente mutação. Aqui, Tom erra a letra, faz seu charme e arranja tudo com seu piano antológico. Adiante, Vinicius introduz alguns "cacos" que infelizmente não estavam no programa. Miúcha, justi-

CHICO NELSON

Aloysio de Oliveira ensaiando os quatro: com emoção e simplicidade

ficadamente nervosa, puxa um suspiro no meio de uma frase musical. Em seu banco, o discreto Toquinho balança a perna com exagero e perde o equilíbrio. Essas intromissões do acaso ou do nervosismo arrematam o tom geral de um espetáculo com sabor de vida.

Da recente e farta produção isolada de Tom e Vinicius, quase nada foi incluído no roteiro final. Por exemplo, do último LP de Jobim, "Urubu", apenas a canção "Lígia" surge no piano de Tom. No entanto, os novos arranjos, escritos pelo autor para clássicos absolutos como "A Felicidade", "Samba do Avião" ou "Água de Beber", têm o gosto de peças rigorosamente novas. "A Felicidade", por exemplo, ganha uma inédita versão para orquestra e nove vozes — as dos protagonistas mais as das cinco componentes do coro feminino. Uma agradável novidade manifesta-se a esta altura: a notável melhora na qualidade técnica do som do Canecão, recentemente reequipado com cara aparelhagem importada, capaz de captar os menores murmúrios de Vinicius. Nesta mesma imensa casa de espetáculos, onde atrações do tipo Chico & Bethania sofreram as agruras de ocasionais empastelamentos sonoros, de repente tudo é audível, até mesmo os menores muxoxos tímidos de Tom — o que contribui ainda mais para a aparência de naturalidade do espetáculo.

Outra referência é justa e obrigatória: o roteiro de Aloysio cumpre à risca a proposta inicial de servir à apresentação global e retrospectiva de uma obra vasta e de difícil seleção. As transições são operadas com tal naturalidade que, do intimismo sentimental de Vinicius e Miúcha cantando "Minha Namorada", passa-se, sem sentir, à grandiloqüência de "Se Todos Fossem Iguais a Você". Estruturado em torno da idéia de apresentar cinco blocos musicais distintos — no texto do roteiro estão claramente assinalados os "blocos" de Vinicius e Toquinho, Tom e Vinicius, etc. —, o trabalho de Aloysio de Oliveira conseguiu fundir qualidades distintas num todo inseparável.

As reações do público presente à estréia variaram do canto anônimo e espontâneo de alguns (como se as músicas fossem, na verdade, criações coletivas) às lágrimas e rosas lançadas ao palco no delírio final dos aplausos de pé. O tarimbado organizador das grandes noitadas de estréia do Canecão, Verter Brunner, dizia nunca ter visto em sua vida espetáculo igual "de palco e platéia". Para os amigos seria um momento de grande alívio. Afligidos pelas incertezas e cansaços dos ensaios, pelo conhecido nervosismo de Jobim em cena, pela precária performance da iluminação afinal corrigida, tanto os músicos quanto a crítica respiraram a atmosfera solta e descontraída. Na platéia, Chico Buarque comentava: "Tom no palco me deixa mais nervoso do que em minhas próprias estréias".

Seria uma injustiça evidente colocar etiquetas fáceis num espetáculo com tal carga de emoção, qualidade artística e despojamento formal. Dizer, por exemplo, que ele é pouco inventivo porque recusa artifícios. Ou que é retrógrado, por não lançar novidades. Injustiça tanto maior no caso preciso de Tom e Vinicius, que, nos últimos 25 anos, no caso do primeiro, e nos últimos quarenta, no caso do segundo, vêm cumprindo trajetórias inventivas, ininterruptas e incansáveis.

Como chamar de "velho" alguém como Vinicius, que leva nas costas 64 anos de idade, oito casamentos, quase meio século de poesia e mais de duas décadas de música popular e aceita agora passar quatro meses — duração da atual temporada — cantando, rindo, declamando e consumindo numerosos litros de uísque? Na verdade, seria mais correto lembrar que a persistência da fama e do sucesso do poeta é menos uma questão de teimosia que de resistência, ou ainda que, como seus versos, seu fôlego continua tendo um rendimento ótimo.

A vida de Vinicius, aliás, constitui a raridade de ser simultaneamente lendária e contemporânea, erudita e popular, universal e carioca. Suas façanhas despertam inveja nas pessoas mais inesperadas. Drummond certa vez declarou: "Tenho inveja do Vinicius — o único poeta brasileiro que consegue transitar da poesia culta para a letra de samba, sem perda de substância artística e conservando intato o lirismo fundamental. E é também, numa perspectiva humana, o único poeta brasileiro que ousou viver segundo o signo da paixão. Vale dizer, da poesia em estado natural".

Como poeta, Marcus Vinicius Cruz de Moraes, nascido no bairro carioca da Gávea, em 1913, durante um terrível temporal, tendo passado uma infância namorando pequenas pescadoras da Ilha do Governador, a adolescência copiando versos de Olavo Bilac, e sua primeira idade adulta como diplomata e poeta

CHICO NELSON

Tom Jobim: "O Brasil é infinito"

PEDRO MARTINELLI

Heloísa, a Garota de Ipanema, em São Paulo: autógrafos até hoje

esotérico, realizou uma experiência espiritual de enorme significação. A opinião é do poeta Ferreira Gullar, em declaração a VEJA: "Ele desceu das alturas de sua primeira fase poética para o reencontro com o homem cotidiano, sujeito às contingências do drama comum. Redescobriu o amor com carne e poesia, redescobriu o homem como ser social. Enganam-se os que vêem nessa entrega quase exclusiva à música popular uma abdicação do poeta: de fato, o compositor completa e explica a aventura espiritual do homem Vinicius de Moraes".

Na verdade, para Vinicius, aboletado com simplicidade no palco do Canecão, "a vida é a arte do encontro" e o homem, um ser feito de carne e sexo, que busca a transcendência no corpo da mulher amada ou no calor da fraternidade. E no samba. O samba, como diz Gullar, "é a festa, alegria do batuque e da dança, a glória da sensualidade. O samba é a mistura, a identificação com sua gente, com a terra, com a tradição popular. O sambista é o antidiplomata profissional". Daí a frase de Vinicius: "A única coisa boa do Ato Institucional foi me tirar do Itamaraty".

Seu parceiro e amigo, Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, 50 anos, nascido na rua Conde de Bonfim, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, é sem dúvida o mais importante músico popular do Brasil. Impossível então levar a sério as acusações de "americanizado" — sob pretextos tão variados quanto a universalidade de seu som ou mesmo seu apelido. Sua resposta a essas acusações vem, aliás, rápida: "Chopin influenciou Pixinguinha, Debussy influenciou 'Ai, Iô, Iô', Villa-Lobos gravava na França". Em outra ocasião, ele declarou: "Eu amo a Terra. Toda a Terra é minha. O Brasil não acaba no Ceará. O Brasil vai até o território do Alasca. O Brasil é infinito. Vai pras estrelas. Agora fica o sujeito aí acreditando nas cercas. Que bobagem. O Drummond tem um verso maravilhoso: 'Os senhores me perdoem, mas, devido ao adiantado da hora, eu me sinto anterior às fronteiras' ".

Tom Jobim tem "o ouvido absoluto", diz um crítico. E, para exemplificar, lembra uma gravação interrompida no momento em que Jobim detectou um imperceptível si bemol no ar: era o aparelho de ar condicionado do estúdio. Sua marca como músico é a integridade, não no sentido meramente moral, mas sobretudo artística. Há tempos foi convidado — por 200 000 dólares — para dar um pulo ao Japão tocar em um show apenas uma música, a "Garota de Ipanema". Não foi. "Poderia ter vivido às custas desta menina a vida inteira. Mas não quero". Talvez por isso tenha deixado lembranças tão boas na memória de Heloísa Mendes Pinheiro, a garota de Ipanema que muitos anos atrás passou em frente ao bar Veloso, em Ipanema, a caminho do mar. Hoje, com 31 anos, três filhas e morando, quem diria, em São Paulo, Heloísa declarou na semana passada a VEJA: "Até hoje distribuo autógrafos graças à canção".

No palco do Canecão, Tom e Vinicius se reencontram ao redor de um piano. A pretexto da canção "Carta ao Tom", que recebeu duas versões, o Rio ameno de ontem se justapõe ao Rio duro de hoje. As saudades brotam, mas em nenhum momento naufragam na nostalgia ou na tristeza. O luminoso ciclo de composições, tais como "Eu Sei que Vou Te Amar", "Por Causa de Você" ou "Água de Beber", é interrompido pela declamação de "Pátria Minha", poema de Vinicius. O corte da Censura à terna menção à bandeira nacional não chega a perturbar a comovida serenidade do momento. O importante é que Tom e Vinicius voltaram a casa. E isso é uma boa nova, mesmo se, como no verso de Neruda, ela estiver vazia.

● CLÁUDIO BOJUNGA/
ANTÔNIO CHRYSÓSTOMO

ABRIL PRESS

Boate Au Bon Gourmet, Rio de Janeiro, 1962: um encontro histórico*

* *A partir da esquerda: Vinicius, Jorge Amado, João Gilberto, Dorival Caymmi, Aloysio de Oliveira, Tom Jobim e Milton Banana.*

FOTOS DE CARLOS NAMBA

Os fiéis do S.C. Corinthians Paulista: cada vez mais numerosos, mais apaixonados e mais inexplicáveis

O grande êxtase corintiano

Segundo a lenda, o destino começou a influir na longa saga de glórias e tragédias do Sport Club Corinthians Paulista exatamente no dia de seu nascimento, 1.º de setembro de 1910. Naquela noite, ventos terríveis sopraram para os lados do bairro do Bom Retiro, em São Paulo, e penetraram endemoninhados pelos vãos de uma casa da esquina das ruas José Paulino e Prates, apagando as velas que iluminavam uma reunião de artesãos e operários que se preparavam para assinar a ata de fundação de um novo clube de futebol. Teria o azar também colocado o dedo na escolha do nome? O clube inspirou-se no Corinthians britânico, um time aristocrático que funcionava como embaixador da Grã-Bretanha e, nessa condição, visitou São Paulo no início do século. Amador até hoje, e até hoje sem campo nem sede, o Corinthians britânico tem apenas um título: campeão de 1917.

Ao estrear oficialmente, o Corinthians Paulista perdeu para o União da Lapa por 1 a 0 — resultado que acabaria se tornando mais ou menos freqüente em sua história, embora isso não fosse suficiente para impedir o incontrolável crescimento de uma torcida que se crê perseguida pelo azar da história, mas às vezes beneficiada pelo seu santo padroeiro. Terá São Jorge agido finalmente?

Na noite de quarta-feira passada, num momento fatal da primeira partida pela decisão do campeonato estadual de 1977 — precisamente aos 13 minutos de jogo —, a bola chutada pelo ponta-de-lança Palhinha ricocheteou em seu próprio rosto, depois de rebatida pelo goleiro Carlos, da Associação Atlética Ponte Preta de Campinas, e, inesperadamente, entrou no gol. Coisa de São Jorge? Esse gol, o da vitória, deixou o Corinthians a apenas 2 pontos do quase inacreditável título de campeão paulista, que busca com angústia e padecimento desde sua derradeira conquista importante — a de campeão do IV Centenário de São Paulo, em 1954, arrebatada na ensolarada tarde de domingo de 6 de fevereiro de 1955, no Estádio Municipal do Pacaembu, com um empate de 1 a 1 contra seu maior rival, a Sociedade Esportiva Palmeiras.

"Coincidências" — Desde então, por 23 anos que pareceram intermináveis, qualquer resultado, qualquer novo jogador que era contratado, qualquer técnico trazido como salvador, qualquer presidente que assumia o cargo, enfim, qualquer situação criada no Corinthians era vista em função de 1954. Na semana passada, mais do que nunca, aquela glória antiga voltava a pairar sobre as alamedas floridas do Parque São Jorge, a sede do Corinthians, no distante e poluído bairro paulistano do Tatuapé, às margens do rio Tietê. Nos seus 182 000 metros quadrados, muitos dos seus 65 000 associados sorriam como se já fossem novamente campeões. Ao lado das piscinas, junto ao ginásio com capacidade para 18 000 pessoas ou nas arquibancadas do Estádio Alfredo Schuring, erguidas em 1926, começava a se respirar com alívio.

Sempre restava alguma pendência, é verdade. Mas como não reconhecer o poder cabalístico de certas "coincidências"? O técnico de hoje, por exemplo, é o mesmo Oswaldo Brandão de 1954, que em março último, logo depois de deixar a Seleção Brasileira, voltou ao clube com um salário de 70 000 cruzeiros mensais para tentar a reconquista do título. Mas Brandão, agora um magro senhor de 60 anos, não é o único remanescente. No monumento comemorativo do título do IV Centenário, fincado junto à caixa d'água do Corinthians, está também gravado o nome do atual presidente, Vicente Matheus, de 69 anos, dois a mais do que o clube. Em 1954, Matheus era um dos cinco diretores de futebol do então presidente Alfredo Ignacio Trindade, um inflamado e corpulento torcedor que no intervalo, se o time perdia, chamava os jogadores de vagabundos e lhes perguntava se não sentiam vergonha de atuar tão mal perante uma torcida formada em sua maioria por pessoas pobres, que se sacrificavam para ir ao campo. Hoje, Matheus não é apenas o presidente do Corinthians. É, além disso, talvez o mais popular cartola brasileiro. E mais ainda: conforme ele próprio proclama, sem qualquer modéstia, tornou-se — por causa do Corinthians — uma das figuras mais conhecidas do país.

Estádio próprio — Um de seus ante-

cessores no cargo, o advogado Wady Helu, chegou a afirmar que o presidente do Corinthians ocupa o terceiro posto em importância da nação, logo após a presidência da República e o governo de São Paulo. Matheus vai adiante. "Outro dia, o Afrânio (Afrânio de Oliveira, chefe da Casa Civil do governo do Estado) me disse que eu sou a pessoa mais famosa do Brasil", confidenciou ao repórter Carlos Maranhão, de VEJA. Ultimamente, Matheus tem mantido muitos contatos com Oliveira e outros notáveis do Palácio dos Bandeirantes. Mas jura de mãos postas, franzindo as grossas sobrancelhas e segurando a medalha de ouro de São Jorge pendurada no pescoço, que jamais foi pedir qualquer favorecimento ao seu clube. Foi lá — assegura — apenas para exigir o pagamento de uma dívida.

O Corinthians é credor de 10 milhões de cruzeiros da Prefeitura de São Paulo, em virtude da desapropriação de parte de seus terrenos para o alargamento da avenida Marginal do Tietê. "Dinheiro eu não quero, porque o Corinthians não precisa", explica Matheus. "O que eu peço é um outro terreno para construir nosso estádio, e um financiamento do governo do Estado, através da Caixa Econômica Estadual." A área já está praticamente escolhida — entre 200 000 e 400 000 metros quadrados na avenida Aricanduva, na zona leste da capital, nas proximidades de uma estação da futura linha do metrô. E, talvez por ser também corintiano, o governador Paulo Egydio Martins, de acordo com Matheus, prometeu o financiamento, de valor ainda incalculado. Como seria esse estádio? Matheus acomoda-se melhor numa das poltronas de veludo da imensa sala de seu palacete de 1 000 metros quadrados no Tatuapé, cercado por reproduções, fofos tapetes, um piano que eventualmente dedilha e o telefone quase sempre fora do gancho, e faz a revelação bombástica: "Será o maior estádio do mundo. Maior que o Maracanã. Terá capacidade para 200 000 pessoas e fica pronto nuns quatro ou seis anos".

Seria um estádio à altura das dimensões da imensa torcida do Corinthians, que não deixou de crescer nesses anos de provação. Eles seriam 6 milhões apenas no Estado de São Paulo, de acordo com um cálculo pessoal do psicólogo Paulo Gaudêncio, filho de um dos fundadores do clube — por certo uma estimativa tão imprecisa quanto todos os levantamentos que já tentaram reduzir a números esse fenômeno apaixonante, incontrolado e, de certa forma, ilógico. Neste ano, por exemplo, antes dos jogos decisivos com a Ponte Preta, o Corinthians havia arrecadado quase a metade da renda total de 120 milhões de cruzeiros do campeonato e levado aos estádios um público de praticamente 2 milhões de pessoas — isto é, uma média de 44 000 por partida, a maior do país, sem dúvida.

Por dez votos — Construir o sonhado estádio corintiano já fora uma promessa do candidato Matheus numa de suas três reeleições ao cargo, que vem exercendo desde 1972. Com isso, o time escaparia do incômodo de disputar suas partidas mais importantes no Morumbi, de propriedade do São Paulo, que cobra 10% sobre as arrecadações brutas. A principal meta das duas últimas gestões de Matheus, entretanto, acabou sendo cumprida com uma eficiência que quase provoca a desconfiança de que um dia o estádio (um objetivo tão sofrido quanto o título) ainda sairá: pagar as dívidas que por pouco não levavam o clube a uma situação de insolvência. O Corinthians devia 11 milhões de cruzeiros em 1972, quando Matheus assumiu, que subiram para 13 milhões. A partir daí começaram a baixar, talvez também porque estivesse desatado o difícil nó da política interna do Corinthians, logo após a derrubada de Miguel Martinez — com quem Matheus se unira para derrotar Wady Helu, ao qual se aliara para provocar a queda de Alfredo Ignacio Trindade, por sua vez responsável com Helu pela saída de Matheus da presidência em 1961, na sua primeira gestão.

Na sua política de contenção de despesas, Matheus vendeu os ídolos Rivelino e Mirandinha por 4,2 milhões, acabou com o profissionalismo no basquete, demitiu 120 dos 289 funcionários do clube e chegou a minúcias como mandar lavar os copinhos descartáveis usados para servir café na sala de imprensa. Imprimiu uma política de contenção salarial e ao renovar o contrato de jogadores inexperientes argumentava: "Você é jovem, não precisa ganhar muito". Nesse meio tempo, comprou passes de jogadores de qualidades discutíveis, como Toninho Metralha, Cláudio Marques, Zezé e outros logo esquecidos pela torcida. Contudo, no fim do ano passado, o balanço acusava um estimulante superávit de 8,4 milhões de cruzeiros. Com dinheiro em caixa, contratou Palhinha por 7 milhões de cruzeiros, no maior negócio da história do futebol brasileiro, e em seguida partiu para nova reeleição.

Para se reeleger, Matheus pagou de seu bolso 500 000 cruzeiros ao advogado Eurico Castro Parente, um são-paulino que impediu ardilosamente que sua candidatura fosse vetada pela Justiça, e gastou na campanha em torno de 2,5 milhões. Derrotado nas prévias pelo favorito Roberto Paschoa, duas horas antes das eleições Matheus fez um acordo com um dos candidatos, o seu irmão Isidoro Matheus — com quem não trocava palavras há cerca de um ano. Isidoro retirou inesperadamente sua candidatura em troca do posto de diretor de futebol e Matheus conseguiu vencer as mais dramáticas eleições já realizadas no Corinthians, pela diferença de dez votos.

Vaidade — Milionário, ao contrário de Trindade, e sem ambições políticas, ao contrário do deputado estadual Helu — que levava Garrincha aos seus comícios e emprestava jogadores de graça para clubes do interior —, por certo foi a vaidade que levou Vicente Matheus, espanhol de Zamora naturalizado

CARLOS NAMBA

Vicente Matheus: "Imaginem se eu fosse um engenheiro"

brasileiro, a perseguir o poder no Corinthians ao longo da sua vida. Mais velho dos onze filhos de um português e uma espanhola que chegaram pobres ao Brasil, desde cedo apaixonou-se pelo Corinthians. Em 1934, quando começava a enriquecer como dono de uma pedreira, entrou de sócio do clube e comprou, na rua São Jorge, a casa mais próxima do Estádio Alfredo Schuring. A casa depois seria desapropriada, mas Matheus nunca mais se mudou das redondezas do Tatuapé. Nesse bairro, além do palacete com seis empregados, ele possui mais de 100 000 metros quadrados de terrenos, três usinas de pavimentação, uma das duas pedreiras, 300 funcionários, 100 caminhões, um Mercedes 450-SL, um Landau prateado e um prédio de 18 andares — o Edifício Vicente Matheus, onde moram vários jogadores, pagando aluguéis de 3 500 cruzeiros mensais por apartamentos de dois quartos. A fortuna de Matheus, que inclui ainda uma área de 50 alqueires em Guaianases, município de São Paulo, ultrapassaria a casa dos 40 milhões de cruzeiros, calculam alguns amigos.

301 virtudes — Fora do poder durante onze anos, jamais se afastou do Parque São Jorge. Inimigos sussurram que, na oposição, tornou-se adversário incontrolável, ao ponto até mesmo de contribuir para as derrotas do seu time, criando assim crises para a diretoria — acusação que jamais pôde ser provada. De volta à presidência, mostrou-se despótico, centralizando o poder até o extremo de não dar autonomia sequer a diretores de obscuros departamentos, que nada decidem sem consultá-lo. "Tem 300 defeitos e 301 virtudes", definiu-o certa vez o presidente do Conselho Deliberativo, Mário Campos, uma espécie de anjo da guarda de Matheus. Seguro de si, Matheus tem um conceito melhor de si próprio: "Quem mais, além de mim, pode presidir o Corinthians?"

Suas frases, por sinal, transformaram-se em folclore — menos pelos conceitos do que pelas curiosas formas gramaticais de construí-las, fruto de seus parcos três anos de estudo no primário. "Quem entra na chuva", sentenciou certa vez, "é pra se queimar." Diante das referências aos seus escorregões vernaculares, defende-se dizendo que não adianta estudar, "o que vale é conhecer a vida". Na sexta-feira passada, quando deu mais autógrafos do que os jogadores que saíam do treino, ele parecia convicto de que, conquistado afinal o título, poderá até se tornar um dos heróis do Corinthians — lembrado como Neco, Teleco, Filó, Domingos da Guia, Baltazar, Cláudio e tantos outros.

No momento, com certeza, seu prestígio junto à torcida já superou o do último supercraque corintiano, Rivelino, que caiu em desgraça na sinistra tarde de 22 de dezembro de 1974, quando o Corinthians perdeu o título para o Palmeiras. Bicampeão carioca pelo Fluminense, Rivelino profetizou aos corintianos que o título só voltaria ao Parque São Jorge no dia em que Matheus abandonasse o clube. Na semana passada, se bem que padecendo de crises de insônia, um vitorioso Matheus sentia-se em condições de anunciar que se julga uma pessoa absolutamente incomum, nascido — como o Corinthians — muito mais para as glórias do que para as tragédias. "Se sem estudar eu fiz tudo isso", refletia alegremente, "imagine o que teria acontecido se eu me formasse em engenharia." E o que teria acontecido, presidente? "Ah, acho que eu seria o homem mais poderoso do mundo."

CARLOS NAMBA

Brandão e a equipe do Corinthians: a volta aos tempos de 1954

Uma arte feita pelo povo

Qual é a essência do Corinthians, do corintianismo e do próprio futebol. Por Renato Pompeu

Em que consiste o corintianismo? Que força espiritual é essa, que leva milhões de pessoas a atravessarem idealmente o deserto durante 23 anos, em busca da Terra Prometida que é o título do Campeonato Paulista de Futebol? Que força material é essa, que leva as autoridades a abandonarem seus postos de gerentes do esforço coletivo para cogitarem de decretar ponto facultativo e mesmo feriado? Trata-se de uma doença infantil das massas, de um sinistro plano manipulatório dos que detêm o poder para manter a população afastada do debate dos seus problemas concretos — ou, pelo contrário, o corintianismo seria um grito simbólico de protesto contra as condições de vida do povo brasileiro?

Parece que o corintianismo é tudo isso ao mesmo tempo, uma realidade complexa e contraditória. Em todo caso, cumpre assinalar desde já que a fidelidade da torcida do Corinthians não é de modo nenhum fenômeno único na história do futebol mundial. O Napoli, que nunca foi campeão italiano, carrega para o estádio média de 70 000 espectadores por partida; o Manchester United, campeão inglês apenas quatro vezes neste século, ostenta em seus jogos no mínimo 50 000 torcedores. Isso em cidades menores do que São Paulo. Até o Aston Villa, da terceira divisão inglesa, pode contar com uma torcida de 30 000 pessoas toda vez que joga. Tal constatação não visa de maneira nenhuma minimizar o Corinthians, na verdade a maior torcida do mundo. Os times europeus vivem confinados, em termos de torcida, a limites municipais — e se alcançam maior público do que os times brasileiros é simplesmente porque a população de lá tem mais dinheiro para gastar em ingressos.

A apresentação desses dados visa apenas destruir a argumentação dos que apresentam o futebol como mera "alienação" das massas, pois não consta que os trabalhadores ingleses e italianos não saibam organizar-se politicamente, muito embora se dediquem ao futebol com a mesma paixão do brasileiro. Dá-se, apenas, que a distribuição da torcida européia pelos clubes é mais atomizada do que no Brasil. Portanto, as raízes da de-

"Vou ser campeão, seu guarda": o torcedor e a ilusão da impunidade

sorganização política das massas brasileiras devem ser procuradas em outros campos que não os gramados de futebol.

É inegável, entretanto, que o Corinthians — ou qualquer time de futebol — funciona também como mito compensatório. "Seu guarda, eu vou ser campeão", disse por exemplo o torcedor que invadiu o campo do Morumbi quarta-feira última, quando o Corinthians marcou seu gol contra a Ponte Preta. Na verdade, esse torcedor está confundindo o plano do simbólico com o plano real. Quem pode ser campeão é o time do Corinthians. O torcedor só pode ser campeão no plano simbólico. Além do mais, no dia em que a torcida do Corinthians for campeã no plano real, a sociedade brasileira será outra.

Essa confusão entre o plano real e o plano simbólico é comum nas camadas populares. O teórico italiano Antonio Gramsci chama a atenção para o fato de que o trabalhador sempre quer saber o que acontece com as personagens de um livro "depois" que o livro acaba — daí o êxito dos folhetins. No caso brasileiro, poderia acrescentar-se a novela de rádio e TV — e quando os fãs hostilizam na rua a atriz de TV que faz uma personagem "má" estão fazendo a mesma confusão que o torcedor quando diz que "ele" vai ser campeão.

Observando a história do futebol desde suas origens, nota-se que ele surgiu como diversão aristocrática das universidades inglesas — mas logo foi assimilado, em meados do século passado, pela classe operária britânica, em especial, de início, na região carvoeira. Isso porque os trabalhadores reconheceram, no futebol, uma dramatização de suas condições de vida. Com efeito, no futebol, cada um depende do time como um todo para chegar à vitória, um dia se perde, outro se ganha, às vezes se empata. Além disso, o futebol é bonito. Então ele funciona desde tempos remotos (antes da abolição da escravatura no Brasil, já havia times profissionais na Inglaterra, destinados ao lazer operário) como teatro popular. Através dele, e muito antes dos intelectuais de elite, o povo inventou o "teatro com participação da platéia", o "happening" e a "obra aberta", já que um jogo de futebol é ao mesmo tempo igual a qualquer outro e completamente diferente.

Não foi difícil ao futebol, portanto, alcançar um plano simbólico, em que ele representa uma coletividade — seja os habitantes de um bairro ou cidade, seja uma classe social, seja uma etnia ou um grupo religioso. Pois as camadas operárias acabaram impondo ao restante da população sua visão do futebol como teatro vivo, com a mesma função cerimonial e ritual que o teatro se esforça para guardar. Por meio dessa sua força simbólica, o futebol acompanhou pelo mundo o desenvolvimento da indústria, com as notáveis exceções dos Estados Unidos e do Japão, onde triunfaram outros esportes coletivos, embora essa situação anômala esteja em vias de ser corrigida.

Ao mesmo tempo, o futebol também passou por uma evolução no plano real. Está comprovado que, no futebol primitivo, só havia o chute para a frente. Mais tarde, surgiu o passe — produto genial da mente de um desconhecido. Numa fase posterior, originou-se o drible. Ainda mais tarde, os times passaram a organizar-se — até então eram hordas de dez pessoas a correrem em massa para a frente — mas começaram a surgir os "sistemas". Ou seja, enquanto evoluía no plano concreto, o futebol aprimorava suas qualidades de espetáculo, o que reforçava seu vigor no plano simbólico. No entanto, os dois planos não guardam entre si uma relação imediata de causa e efeito. Daí por que o Santos de Pelé tenha atingido, no plano concreto, aquela perfeição a que, no plano simbólico, só o Corinthians e pouquíssimos outros times podem aspirar.

Mas que plano simbólico é esse, no qual o Corinthians tem tanta força? Não estamos lidando aqui com uma coisa pronta e acabada, mas com uma história que tem passado, presente e futuro. Entre os grandes do futebol paulista, o Corinthians foi fundado por um grupo de operários, o Palmeiras surgiu mais tarde como time da colônia italiana, que se esforçava por integrar-se e ascender na sociedade paulista, e o São Paulo foi fundado na década de 30 para substituir o aristocrático Paulistano, que tinha desfeito seu time de futebol para não misturar-se com a massa. Nesse teatro vivo que o povo criou, em São Paulo o Corinthians representa os proletários, o Palmeiras a classe média e o São Paulo a classe privilegiada. Nesse caso, como explicar que haja banqueiros corintianos e torneiros mecânicos são-paulinos? Ora, estamos aqui lidando com o plano simbólico, com aspirações emotivas. O banqueiro corintiano anseia por confundir-se na massa do "povo"; o torneiro mecânico são-paulino busca a ascensão social.

Ainda mais, é importante considerar que a opção por esse ou aquele time ocorre na infância e a criança sabe muito bem que a sociedade é dividida em camadas. Então, quando alguém diz que torce para determinado time, está na verdade dizendo: "Eu, quando criança, aspirava integrar-me em tal camada da sociedade e não em outra qualquer". É possível que, na vida adulta, a pessoa adote outra opção social; é possível que o cidadão seja são-paulino e favorável às camadas populares, do mesmo modo que um conservador pode ser corintiano. Isso é possível porque há um plano simbólico e um plano real — mas às vezes a contradição entre a aspiração da infância no plano simbólico e o objetivo do adulto no plano real é tão violenta que o sujeito "vira a casaca". O curioso é que, na esmagadora maioria dos casos de "virar casaca", o cidadão abandona um "time aristocrático" ou "classe média" para torcer por um "time popular". É o caso do poeta Décio Pignatari, de início palmeirense, depois convertido ao Corinthians nos inícios da década de 50: "Não podia torcer por um time racista" (o Palmeiras demorou a contratar negros).

A influência familiar ou mera escolha do último campeão não são assim fatores absolutamente dominantes na opção infantil. Há muitos filhos que torcem por outro time que não o do pai — em geral, por força de sua própria ascensão social, o pai corintiano tem filho palmeirense ou então são-paulino ou santista

(que, no plano simbólico, fora de Santos é a mesma coisa que o São Paulo); além disso, a criança poderia optar definitivamente pelo campeão de outro ano qualquer de sua curta vida. É necessário insistir que tudo isso se dá no plano simbólico. Concretamente, digamos que 95% dos corintianos são das camadas populares, mas é um fato que, digamos, 60% ou 70% dos são-paulinos também o são. No futebol lida-se com aspirações, não com realidades materiais.

E agora tentemos decifrar o enigma: como a torcida do Corinthians suportou 23 anos sem título? Ora, no plano simbólico o povo luta, mas não chega à vitória no plano concreto. O importante é lutar, estar sempre disputando o título. O Ipiranga da Bahia, de início o time mais popular daquele Estado, foi perdendo sua força simbólica na medida em que deixou de aspirar pelo título. Cumpre lembrar que a experiência de ficar sem título não é nova para o Corinthians: de 1941 a 1951 ele havia atravessado outro deserto. Da mesma forma, a Ponte Preta, sem título há 77 anos, conserva o mesmo fascínio sobre sua torcida porque sempre entra para disputar o título, não para fazer "boa figura" como outros times pequenos. No plano simbólico, num universo menor do que o do Corinthians, a Ponte Preta representa a mesma coisa.

Em grande parte, portanto, o Corinthians é o que é porque lutou tanto em vão. Na medida em que começar a ganhar títulos, correrá o risco de receber adesões dos que só têm experiência do futebol como plano concreto e querem estar do lado do vencedor. Ou, como lembra o psicólogo Paulo Gaudêncio, corintiano e ex-psicólogo do time: "Existe no momento uma torcida da torcida do Corinthians. Logo ficará só a torcida do Corinthians". Mas isto talvez seja mais uma esperança do que uma previsão. Observe-se o caso do Flamengo, que se "desflamenguizou", no dizer do sociólogo Bolivar Lamounier.

E onde está a alienação? Na verdade, apreciar o Corinthians é uma experiência estética e emotiva comparável à leitura de um grande romance ou à visão de um grande filme ou peça. Inclusive não basta o "conteúdo" — ganhar o jogo —, é necessária uma "forma" à altura — "escrever", "dirigir" ou "atuar" bem, dar um bom lençol, organizar uma jogada com a participação de seis ou sete jogadores por todos os cantos do campo adversário. Afinal, o leitor ou espectador "torce" para Hamlet, diante da obra de Shakespeare. Assim, a alienação fica por conta da confusão do plano simbólico com o plano real. Mas também o Dom Quixote de Cervantes, que lidava com literatura, confundiu o simbólico com o real e foi caçar moinhos de vento. E que mal há em ser Dom Quixote? — ou corintiano doente?

PROGRAMA TEMÁRIO.

X CONGRESSO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

17 a 21 de outubro - Palácio das Convenções - Parque Anhembi - São Paulo.

Abertura.

Dia 17/10/77.
9 horas.
Entrega de Credenciais e Visitas à Exposição.
11 horas.
Contando com a presença dos srs. Governador do Estado, Secretário da Fazenda, Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, Presidentes das Sucesus e outras autoridades.

Palestra Especial.

Dia 19/10/77.
14 horas.
Convidado Especial: Prof. Dr. João Paulo dos Reis Veloso. Ministro de Estado — Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.
Dia 19/10/77.
15:30 horas.

Painel.

"O computador numa sociedade em desenvolvimento".
Coordenador: deputado José Roberto Faria Lima.
Participantes: Carlos Augusto Rodrigues Carvalho, H. Victor Eicher, João Carlos de Melo, José Bonifácio de Abreu Amorim, Ricardo Saur e Wando Pereira Borges.

Encerramento.

Dia 21/10/77.
12 horas.
Palestra do ministro Angelo Calmon de Sá:
"A Industrialização da computação no Brasil: realidades e as perspectivas do futuro."

Sessões Especiais.

Dia 17/10/77.
14 às 17 horas.
A função do computador na empresa.
Dia 18/10/77.
9 às 12 horas.
Custos da computação na Organização.
14 às 17 horas.
Auditoria e Segurança em P.D.
Dia 19/10/77.
9 às 12 horas.
O impacto da computação na sociedade.
Dia 20/10/77.
9 às 12 horas.
Aplicação em Real Time.
14 às 17 horas.
A revolução do micro-computador.
Dia 21/10/77.
9 às 12 horas.
Demonstração: Segurança e Privacidade de Dados em Sistemas On-Line.

Sessões Técnicas.

Dia 17/10/77.
14 às 17 horas (sala "E").
Metodologia e Administração.
14 às 17 horas (sala "J").
Hardware — Data Entry.
Dia 18/10/77.
9 às 12 horas (sala "E").
Sistemas de Informação Gerencial.
9 às 12 horas (sala "J").
Hardware nacional — Pesquisa e Desenvolvimento.
14 às 17 horas (sala "E").
Administração de CPD.
14 às 17 horas (sala "J").
Desenvolvimento de software.
Dia 19/10/77.
9 às 12 horas (sala "E").
Formação de Pessoal em P.D.
9 às 12 horas (sala "J").
Software de apoio.
Dia 20/10/77.
9 às 12 horas (sala "E").
Sistema Gráfico de Informações.
9 às 12 horas (sala "J").
Data Base — Conceitos e Aplicações.
14 às 17 horas (sala "E").
Programação Estruturada.
14 às 17 horas (sala "J").
Teleprocessamento.
Dia 21/10/77.
9 às 12 horas (sala "E").
Aplicações Diversas.
9 às 12 horas (sala "J").
Perspectivas futuras.
14 às 17 horas (sala "E").
Reunião dos Coordenadores.

Sessões para Estudantes.

Dia 17/10/77.
14 às 17 horas (sala "H").
Filmes profissionalizantes.
Dia 18/10/77.
10 às 18 horas (sala "B").
Prática no uso de terminais.
9 às 12 horas (sala "A").
Curso Teórico APL.
9 às 12 horas (sala "H").
Filmes profissionalizantes.
14 às 17 horas (sala "L").
Aplicações de Sistemas Comerciais.
Dia 19/10/77.
9 às 12 horas (sala "A").
Curso Teórico APL.
10 às 18 horas (sala "B").
Prática no uso de terminais.
14 às 17 horas (sala "H").
Filmes profissionalizantes.
Dia 20/10/77.
9 às 12 horas (sala "A").
Curso Teórico APL.
10 às 18 horas (sala "B").
Prática no uso de terminais.
9 às 12 horas (sala "H").
Filmes profissionalizantes.
14 às 17 horas (sala "A").
Curso Teórico APL.
14 às 17 horas (sala "L").
Aplicações de Sistemas Industriais.
Dia 21/10/77.
9 às 12 horas (sala "H").
Filmes profissionalizantes.
14 às 17 horas (sala "H").
Desenvolvimento da Tecnologia "O Estado da Arte".

Diversos.

Dia 18/10/77.
9 às 12 horas (sala "L").
Aplika — Application Technology in Small Business Computers Design — NEC.
Dia 18/10/77.
14 às 17 horas (sala "L").
Minicomputadores — Data General.
Dia 19/10/77.
9 às 12 horas (sala "L").
Sperry Rand — Div. Univac.
Dia 20/10/77.
9 às 12 horas (sala "L").
Potencialidade do Cobra 400.
A estatística e a Pesquisa Operacional aplicadas ao Mercado Brasileiro.
Dia 21/10/77.
9 às 12 horas (sala "L").
Siccult — Sistema de Informações para a Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia (SP).
14 às 17 horas (sala "L").
Aplicações Bancárias.

Visitas Técnicas.

Programadas visitas às seguintes empresas: Alpargatas, Camargo Corrêa, Metrô, Bolsa de Valores, Villares, Vasp, Prodesp, Banco do Brasil, Embraer, Cosipa, Banespa, Volkswagen e Cia. Paulista de Força e Luz.

Programação Social.

Variado e atraente programa social para as acompanhantes dos congressistas. Chá de Despedida no Clube Harmonia.

SUCESSO.

A presença, o apoio e a colaboração de fabricantes, usuários, altas autoridades e de todos os que direta ou indiretamente acompanham a evolução da tecnologia de processamento de dados, transformou o Congresso numa autêntica feira de computadores e equipamentos periféricos.
Durante sua realização, serão apresentadas as mais recentes conquistas em software e hardware ainda não introduzidas no Brasil.

X CONGRESSO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
17 a 21 de outubro — Palácio das Convenções — Parque Anhembi São Paulo.

souza rocha

Inscreva-se em qualquer SUCESU — Regional.

São Paulo: Av. Paulista, 1159, 14.º and., tel. 288-9452; Rua 24 de Maio, 188, tel. 35-6210. **Rio de Janeiro:** Rua do Carmo, 57, 6.º and., tels. 232-3358 e 221-5183. **Belo Horizonte:** Rua dos Tupis, 185, sl. 702, tel. 222-0712. **Porto Alegre:** Av. Borges de Medeiros, 340, conj. 113, tel. 24-0053. **Curitiba:** Rua Presidente Faria, 51, 12.º and., sl. 1202, tel. 22-7613. **Recife:** Rua José de Alençar, 44, conj. 54, tel. 22-2692. **Florianópolis:** Praça XV de Novembro, 21, 4.º and., tel. 22-1344. **Salvador:** Rua Visconde do Rosário, 3, sl. 606.

KEIJU KOBAYASHI

Campanha da pechincha: a difícil tarefa de modificar hábitos de consumo condicionados pelo modelo econômico

CAMPANHA

Superesse atrás de um vilão

É um pássaro? É um avião? Ou uma insólita aparição versada em assuntos publicados no Diário Oficial? Superesse, o herói voador da Sunab, defensor dos consumidores, é meticuloso como uma governanta alemã. Aterra, de repente, em um bar, para chamar a atenção do office-boy que, em vez de consultar a tabela da Sunab, preferiu perguntar ao proprietário o preço do sanduíche e da laranjada. Em seguida, passa uma série de reprimendas no proprietário do bar. Ou, então, explica o que significa uma determinada portaria da Sunab. Ou é capaz de almoçar, pedir uma nota com as despesas discriminadas. Para se lançar novamente aos ares, com novas preocupações: "Vamos ver o que há com a tal padaria".

Um super-herói que traz textos de portarias na ponta da língua, como relatam as historietas impressas em milhares de panfletos para distribuição ao público, não foi a única surpresa reservada aos consumidores e comerciantes em geral. Paralelamente ao lançamento do Superesse — feito pela Sunab — a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República deflagrou na semana passada a chamada campanha da pechincha. Em Brasília, o coronel José Maria Toledo Camargo, assessor de Imprensa da Presidência da República e chefe da ARP, esclarecia que não se deve "superdimensionar os objetivos da campanha". E acrescentou: "O governo não espera vencer a inflação com ela". Mesmo assim as pretensões não poderiam ser consideradas modestas. Um de seus objetivos será o de corrigir "hábitos peculiares" do consumidor brasileiro. Principalmente o que Toledo de Camargo define como "fatalismo do consumidor brasileiro" que, na maioria das vezes, aceita, com resignação, preços acima das tabelas da Sunab e do CIP.

Intermediários — Técnicos do Ministério da Fazenda, contudo, reconheciam que em um mercado cujos produtos, particularmente os alimentícios, têm seus preços controlados ou são comercializados em um sistema de oligopólio, sobra muito pouco espaço para a prática da pechincha. De fato, como alterar hábitos de consumo fixados pelo próprio modelo econômico implantado? Ou como alterar a apatia popular em campanhas de cunho cívico, estreitamente ligadas ao modelo político? Ou de que forma uma simples campanha seria capaz de corrigir defeitos estruturais de comercialização de produtos?

Belo Horizonte, por exemplo, ostentou, de janeiro a agosto deste ano, recordes absolutos no índice de custo de vida nacional — 42,5%, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas de Minas Gerais (Ipead). O mesmo Ipead entrevistou mais de 2 000 famílias belo-horizontinas. E constatou que 73% dos entrevistados sempre perguntam o preço antes de fazer suas compras, 17%, "às vezes", e apenas 7% nunca indagam. O que significa que o habitante da capital mineira é um razoável pechinchador. Mas que pechincha poderia interromper o ciclo de especulação dos hortigranjeiros? "Primeiro existe o intermediário, que o adquiriu do produtor", explica Lacyr Maffia de Oliveira, diretor do Ipead. "Este o transfere, normalmente, ao intermediário-transportador, que, por sua vez, o vende aos intermediários dos Ceasas. Dali, ele é transferido aos intermediários dos banqueiros dos mercados da cidade — já que esses não possuem nem meios de transporte nem tempo —, que, finalmente, vendem ao consumidor."

Temores — Diante disso, era compreensível que a campanha atemorizasse muitos comerciantes que, respondendo por 15% ou 20% no preço final do produto, acabariam assumindo 100% da culpa pela carestia. "Eu acho até certo ponto infeliz essa campanha do governo, mandando os compradores pechincha-

rem, porque ela dá a entender que o responsável pela inflação é o comércio", observava o gaúcho Don Charles Bird, diretor-presidente do grupo Joaquim Oliveira S.A., com 43 supermercados no Estado. E concluía, enigmático: "O verdadeiro responsável pela inflação a gente sabe, mas não pode dizer quem é".

Bird pertence a um ramo — o dos supermercados — praticamente imune à campanha. No início da semana, o próprio ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, explicava: "Com preço fixo, não se vai pechincar com um computador". Desse modo, a carioca Maria Ariadne Barcelar, proprietária da elegante butique Marie Joane, no relativamente sofisticado bairro da Tijuca, na zona norte, poderia ter mais razões para temer a campanha que o gaúcho Bird. Afinal, ela pertence a um setor onde a simples localização geográfica opera aumentos fantásticos dos preços. "Eu trabalho com uma margem de lucro de 80%", admite ela. "Mas tem vestido que eu vendo por 1 200 cruzeiros e que, nas butiques de Ipanema, é vendido a 1 700".

Instituição — Na verdade, não existe melhor setor para demonstrar a irracionalidade consumista — que a campanha pretende atacar — que o chamado comércio sofisticado. O que deixa perplexo Humberto Barbirato, o chefe da filial em Copacabana da Tecnisom, loja de aparelhos de som. "Nosso volume de vendas é bem maior que o da matriz, na Tijuca", dizia ele. "Isso acontece, mesmo levando em conta que os moradores da Tijuca têm bom poder aquisitivo. Mas eles preferem sair de lá para comprar aqui. Não entendo esse fenômeno." No Rio Grande do Sul, procurando entender a psicologia do consumidor, as 34 lojas Imcosul — de eletrodomésticos — espalhadas pelo Estado trataram de usar a campanha como pretexto para, logo no início da semana, apresentar, em página inteira dos jornais de Porto Alegre, "a equipe de pechinchadores mais insistentes da cidade". A fotografia do anúncio mostrava um grupo de doze pessoas, de costas, que, segundo Udo Vath, o sorridente diretor comercial da empresa, têm a função de percorrer diariamente as principais lojas da cidade e analisar preços, anotar condições, comparar vantagens.

De fato, no ramo dos eletrodomésticos, não basta apenas ver os preços afixados nas vitrinas. "Normalmente, quem compra aparelho de som pechincha", explica José Correio, gerente de uma das quatro lojas Bruno Blois, em São Paulo. "Por isso os vendedores têm uma margem, geralmente de 15%, para negociar com o freguês." Pelo fato de a pechincha, no ramo dos aparelhos de som, ser uma atividade praticamente institucionalizada — uma espécie de jogo de cartas marcadas —. Correio não acredita que a campanha funcione em seu setor. Do mesmo modo, no mais tradicional centro de pechincha de São Paulo, a rua José Paulino, que possui forte comércio de confecções, a campanha é perfeitamente dispensável. "Aqui quem compra é o povo", diz Symon Fiszbaun, proprietário de uma loja. "Classe média vai para shopping center. Se o freguês pede, abaixo o preço, porque ele sempre acaba voltando."

Assim, é possível que em seus passeios voadores atrás dos inimigos o Superesse, além dos bares e padarias, consiga endereçar suas advertências apenas a pessoas como Alberto Brochini, proprietário de um pequeno empório na Pompéia, bairro de classe média paulistana. Quase escondido atrás de uma velha balança, cercado por gaiolas de passarinhos e fotografias do Corinthians, Brochini praticamente aboliu a pechincha de sua quitanda sem que os fregueses tenham a menor queixa contra ele. Afinal, a maioria de sua clientela é constituída pelos famosos fregueses de caderneta. Daqueles que, não tendo dinheiro para comprar à vista, pagam suas contas todo fim do mês, ou então mais espaçadamente. "Mas pechinchar, eles não pechincham nunca", garante Brochini.

CONJUNTURA

Mais um aperto

"Toda vez que o ministro da Fazenda adota uma política monetária austera, o Banco do Brasil abre as suas comportas. E vice-versa." Alexandre Kafka, compilado por Roberto Campos

Mais uma vez, a Primeira Lei de Kafka (não o torturado romancista de Praga, mas o economista que representa o Brasil no Fundo Monetário Internacional), uma das muitas que o embaixador Roberto Campos vem colecionando — e ajudando a formular —, ao longo do tempo, comprovou sua infalibilidade. De fato, entre os fatores que determinaram um novo reajuste nas contas do orçamento monetário, decidido na semana passada pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, localiza-se uma imoderada expansão das aplicações do Banco do Brasil.

Não foi esse, porém, o único nem o principal motivo da revisão, embora o resultado prático venha a ser, como disse Simonsen na quarta-feira da semana passada, "uma desaceleração no aumento das aplicações do Banco do Brasil", que atingirá todas as suas linhas, inclusive as destinadas à agricultura. Segundo Paulo H. Pereira Lira, presidente do Banco Central, a necessidade de uma readaptação das contas — mesmo depois da revisão de junho — se deve à redução dos recursos provenientes da cota de contribuição do café, o baixo nível dos recolhimentos restituíveis (sobre importações e viagens ao exterior) e a dificuldade de colocação, no mercado, de Letras do Tesouro Nacional. Deve-se, contudo, incluir na lista dos desvios os gastos com a política de preços mínimos e custeio agrícola, que têm superado as mais otimistas estimativas.

Pressão inflacionária — Tudo isso gerou uma expansão dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) de 13,5% em relação a dezembro — e quase 3% em relação às previsões do orçamento monetário —, no final de setembro. Esse "estouro" nos meios de pagamento, que já podia ser previsto há algumas semanas (VEJA n.º 471, de 14-9-1977), contudo, não resultará em dramáticas modificações na política até aqui praticada pelas autoridades econômicas. Na verdade, o que se pretende, de acordo com as análises de assessores da Fa-

MARCOS SANTILLI

Simonsen: empréstimos do Banco do Brasil, agora em ritmo mais lento

zenda, é impedir que a expansão dos meios de pagamento, tradicionalmente maior nos últimos meses do ano, se transforme numa pressão inflacionária autônoma, no início de 1978.

O próprio Simonsen deu a tônica do que se deseja fazer ao afirmar, ainda na segunda-feira da semana passada, que "uma expansão de 35% nos meios de pagamento (a previsão inicial era de 25%) não é nada de excepcional, se a inflação ficar entre 37% e 40%". A moderação no aperto monetário talvez possa ser explicada pela queda na produção industrial, ocorrida nos primeiros oito meses do ano. Se até junho o produto crescera cerca de 6%, o resultado acumulado até agosto já apontava para um crescimento não muito superior a 3%, reflexo de uma forte desaceleração em julho e agosto, provocada, ao que parece, principalmente, pelo desempenho do setor alimentar — até junho, ele vinha crescendo a uma base de 26%, reduzindo sua expansão, a partir de julho, para uma taxa de 15%.

De certa forma, a preocupação com um desaquecimento acima do esperado é que teria levado o presidente Ernesto Geisel a se reunir, na semana passada, com alguns de seus ministros da área econômica para uma análise da conjuntura. Como, tradicionalmente, a oferta de emprego industrial, no Brasil, aumenta a taxas próximas da metade da expansão do produto e como a força de trabalho urbana cresce numa média de 5% ao ano, a manutenção dos índices de crescimento industrial nos níveis de janeiro a agosto poderia gerar um relativo desemprego. Problema que poderia se agravar, em futuro próximo, já que se sabe que Geisel não pretende abrir mão de uma política econômica austera, qualquer que seja a evolução do quadro político.

SEGUROS

Deu a lógica

Ao final da 10.ª Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização, desenrolada de segunda a sexta-feira da semana passada no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, em São Paulo, votou-se uma moção que reivindicava a privatização das companhias e corretoras de seguro. Deu a lógica: as 45 empresas privadas presentes votaram a favor e as cinco estatais contra. Ou seja, os quatro dias de argumentação favorável ou contrária à providência de nada serviram para abalar as convicções de parte a parte.

Nem mesmo a presença do ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, conseguiu amenizar o antagonismo notado durante o encontro. Conciliador, Calmon de Sá garantiu a todos que o governo via com grande simpatia a privatização de empresas do setor. Mas considerou legítima a relutância com que os governos estaduais têm tratado a questão, já que as empresas privadas não estariam concordando com as condições impostas para a privatização. O presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Lopes de Oliveira, ao defender a tese da privatização, tocou no ponto exato da discórdia. Disse ele que os únicos setores que deveriam ficar sob a tutela do Estado seriam os seguros rurais e os resultantes de créditos de exportação, "pois os seus riscos poderiam trazer resultados catastróficos para a empresa privada". Este argumento, utilizado de forma inversa, vem alicerçando o raciocínio dos executivos estatais — para os quais são exatamente os riscos provenientes de seguros rurais e de créditos de exportação que os obrigam a atuar em áreas mais rentáveis.

Marcado por visível emoção, o presidente da União de Seguros, empresa estatal gaúcha, Lauro Pereira Guimarães, brandia sua revolta para todos os lados do plenário. Exigiu tratamento idêntico para estatais e privadas. "Nossos ônus e compromissos são iguais", disse ele. E acusou a imprensa de estar a soldo da Federação Nacional de Seguradoras — Fenaseg —, que, apesar de congregar todas as seguradoras brasileiras, tem defendido firmemente a privatização. Segundo o presidente da Fenaseg, Carlos Frederico Motta, há uma preocupação de se evitar a eventual expansão das estatais. Por enquanto esse temor parece um tanto exagerado, pois, dos 24 bilhões de cruzeiros a serem arrecadados este ano, apenas 5% irão para as sete empresas estatais existentes.

PEDRO MARTINELLI

Calmon de Sá entre empresas privadas e estatais: amenizar o antagonismo

CAFÉ

De volta ao chão

Boas notícias correram, na semana passada, pelo mercado brasileiro do café, praticamente paralisado há cerca de cinco meses pela queda dos preços internacionais. Enquanto brotava viçosa, pelos cafezais do centro-sul, a terceira e última florada do ano, prenunciando certa abundância de frutos em meados de 1978, as autoridades do setor econômico anunciavam para os próximos dias uma série de medidas em favor de comerciantes e exportadores. Pelo que falou em Brasília o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, vem aí um "esquema de apoio financeiro" para que os negociantes se equilibrem enquanto o mercado internacional não se recupera.

A ser anunciado provavelmente nesta semana, o "esquema" foi resolvido em reunião do presidente Ernesto Geisel com os ministros da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, além do presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), Camilo Calazans de Magalhães. Se a notícia causa certa animação no apático meio cafeeiro, não desfaz as dúvidas sobre "quando" ocorrerá a recuperação das cotações, afundadas ainda mais pela brusca decisão da Colômbia de reduzir o preço de exportação de seu café. Afinal, no hemisfério norte, que compra o café sul-americano, a queda do consumo pela chegada do calor tem o poder de deprimir os preços — e essa situação pode ir longe, pois os preços andavam bem altos.

Velho hábito — Mesmo sem a ilusão de interferir na decisão sobre o "esquema financeiro" do governo, os comerciantes continuavam a exercitar o velho hábito de criticar a administração do

Os desolados cafezais do Paraná, em 1975: dois anos depois, a reflexão

IBC e a sugerir as providências que julgam mais apropriadas para a atual emergência. Falando a Pedro Franco, de VEJA, o comerciante paranaense João Moreira, ex-presidente do Centro do Comércio do Café do Norte do Paraná, com sede em Londrina, resumiu as soluções recomendadas pela sua classe: 1) aumentar o atual preço mínimo interno do café (2 000 cruzeiros por saca de 60 quilos), elevando conseqüentemente os financiamentos para a comercialização; 2) baixar de 3,22 dólares para 2 dólares a libra-peso (453,6 gramas), ou menos ainda o preço de registro do café de exportação, aproximando a cotação oficial brasileira do preço real; 3) reduzir de 160 dólares para pelo menos 100 dólares por saca o valor do "confisco cambial" (cota de contribuição retirada compulsoriamente pelo IBC de cada saca exportada).

Lucros e perdas — A combinação destas três providências — ao que parece, de nenhuma delas se cogita no "esquema" — seria o ideal, segundo Moreira, para reiniciar as exportações e incrementar outra vez as engrenagens do comércio interno, em que raros negócios se concretizam, apenas para satisfazer às necessidades mínimas de funcionamento dos torrefadores. A estranha paralisia de hoje retrata a perplexidade de produtores, comerciantes e exportadores diante da vertiginosa queda dos preços, após quase dois anos de contínua ascensão, inaugurada em julho de 1975 pela geada que matou metade dos cafezais de São Paulo e do Paraná. Mais do que perplexidade, a calmaria provoca a reflexão sobre os estragos deixados pelas tempestuosas oscilações dos preços nos últimos tempos. Entre mortos e feridos, o vendaval altista produziu duas concordatas na praça de Santos e milhares de cafeicultores atolados em dívidas pelo interior, vítimas da especulação geradora de "vendas frias", exportações fictícias e importações falsas. Computados lucros e perdas, o mercado parece voltar a uma fase de maior realismo, deixando dois consolos: para as autoridades monetárias, um recorde de receita cambial com o café; para os cafeicultores, uma bela florada nesta primavera.

MINAS GERAIS

Amizade federal

Em três pronunciamentos públicos a empresários, durante nove horas de permanência em Belo Horizonte (MG), na sexta-feira da semana passada, o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, insistiu em que "Minas tem amigos no governo federal" — uma clara alusão às queixas mineiras sobre pressões contrárias ao desenvolvimento do Estado (VEJA n.º 470, de 7-9-77). Ao menos, no caso pessoal de Velloso, não seria de supor que não se tratasse de um amigo. De outra forma, não se explicaria, naquele mesmo dia, no Palácio de Despachos, a cerimônia em que o governador Aureliano Chaves lhe concedeu a Medalha Alferes Tiradentes, a mais alta distinção estadual.

E foi sob o peso de tal honraria que o ministro, além de anunciar a liberação de 600 milhões de cruzeiros para projetos na Grande Belo Horizonte e outras regiões mineiras, arrojou aos seus ouvintes copiosos dados estatísticos, tentando demonstrar como o governo federal vem apoiando financeiramente a consolidação dos pólos industriais mineiros. Anunciou também o ministro a disposição federal de permitir, no futuro, a industrialização do fosfato de Patos de Minas na própria região, dispensando-se assim seu transporte a terras paulistas, para processamento na Baixada Santista.

Medalha e números, contudo, não conseguiram evitar um certo ar de decepção da parte do empresariado mineiro. Muitos imaginavam que Velloso anunciasse a esperada — por eles — mudança de posição federal, que permitiria o cadastramento na Finame, para gozo de incentivos, da Krupp, Demag e F. L. Smidth, multinacionais do setor de bens de capital instaladas em Minas. Faltou dinheiro ao governo, ou pólvora, como explicou o ministro, usando de uma parábola que chamou de napoleônica, para admitir novos cadastrados. Igualmente desapontou aos empresários que Velloso não se sensibilizasse com seus ataques à Resolução número 7 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), deste ano, limitando em cada Estado, a 30% da capacidade instalada, a ampliação da indústria de cimento.

Velloso em Minas: solicitações além do que a amizade possibilita

Não pôde satisfazê-los o ministro, ainda, quanto à Ferrovia do Aço, cuja conclusão admitiu estar fora de hipótese nos próximos anos. Do mesmo modo, Velloso não trouxe lenitivo a uma das mais antigas queixas dos empresários mineiros, o imposto único sobre minérios, que, segundo eles, é uma "grande aberração", na medida em que permite às mineradoras "esburacar o Estado sem nada deixar em troca". A despeito dos amigos federais de Minas, o ministro, nesse caso, admitiu que o governo federal ainda não encontrou solução para o problema.

A situação da agricultura nordestina

Força de trabalho agrícola:	6 milhões de pessoas
Proprietários de terras:	750 000
Proprietários de terras suficientes para gerar pelo menos um salário mínimo:	250 000
Empregos agrícolas permanentes:	3 milhões
Trabalhadores temporários:	3 milhões
Média de dias trabalhados pelos temporários (ano):	60
Renda média dos temporários:	50 dolares anuais
Terras ocupadas por culturas:	30%
• nas grandes propriedades:	15%
• nas pequenas propriedades:	60%
Propriedades que utilizam sementes preparadas:	10%
Propriedades que utilizam fertilizantes químicos:	8%

Fonte: *Banco Mundial*

NORDESTE

Solução agrícola

Seria apenas mais um encontro, essencialmente técnico e restrito aos 100 participantes, enviados por 25 entidades ligadas à agricultura, nominalmente convidadas pela Sudene. Mas o seminário sobre economia agrícola do nordeste, promovido no final da semana atrasada, com o objetivo específico de recolher sugestões para o III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) — que só entrará em vigor no final de 1979 —, ganhou inesperada repercussão. Para surpresa dos presentes, o diretor do departamento de agricultura e abastecimento da Sudene, José Almar Almeida Franco, fez questão de ler as conclusões do relatório da pesquisa realizada por dois técnicos do Banco Mundial sobre a agricultura nordestina. Até então, essas conclusões permaneciam protegidas dos olhos do grande público.

Na verdade, mesmo servidas numa linguagem de inesperado realismo e objetividade, as recomendações não chegam a se constituir numa completa novidade, pois todas elas praticamente já constavam do relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que deu origem à própria Sudene, há dezoito anos. De qualquer modo, a convicta apologia de uma reforma agrária, apresentada pelos técnicos Gary Kutcher e Pasquale Scandizzo como "pré-requisito para o desenvolvimento", não só rompeu a monotonia e o formalismo da sessão de abertura, presidida pelo superintendente da Sudene, José Lins de Albuquerque. Influenciou, também, decisivamente, as próprias conclusões do seminário. Uma das seis câmaras em que foram divididos os participantes — a que estudou a estrutura fundiária da região —, por exemplo, propôs ao plenário que a Sudene encampasse oficialmente a defesa da reforma agrária recomendada pelo Banco Mundial. E, se a mesa diretora dos trabalhos não chegou a formalizar a proposta em plenário, a prolongada ovação do auditório tornou evidente o ponto de vista dos técnicos presentes.

Cinco milhões de dados — O relatório do Banco Mundial compõe-se de quase 5 milhões de dados, recolhidos em pesquisa de campo, entre 1973 e 1974, junto a cerca de 9 000 propriedades de 78 municípios dos nove Estados nordestinos. Foram gastos dois anos para tabular a massa de informações colhidas. De sua análise resultaram conclusões como as de que "a agricultura nordestina parece ter estagnado", ou "vistos de perto, os projetos de impacto, embora fáceis de elaborar e justificar, simplesmente não tocam nos problemas".

De maneira genérica, o relatório recomenda: "Amplos programas de reforma da terra, da educação, da emigração e do desenvolvimento industrial geradores de emprego devem ser empreendidos de forma contínua, se se quiser resolver o problema do nordeste".

Ainda que as propostas de Kutcher e Scandizzo se assemelhem ao que fora diagnosticado pelo GTDN, então liderado por Celso Furtado, há quase duas décadas, há diferenças fundamentais de enfoque entre os dois relatórios. "Argumentos muito fortes podem ser apresentados para uma reforma agrária, por motivos sociais e de eqüidade", afirma o documento do Banco Mundial. "Escolhemos enfatizar a produção, contida no problema da estrutura." Segundo os técnicos do banco, se todos os trabalhadores tivessem acesso à terra, o produto agrícola da região poderia crescer mais de quatro vezes. E uma combinação ótima de terra e mão-de-obra poderia resultar na quintuplicação do produto bruto. Tudo isso sem que se faça necessária a introdução de qualquer inovação tecnológica.

Dificuldades — Constataram-se, inclusive, dificuldades variadas para a introdução de inovações tecnológicas, mesmo as mais simples. Em primeiro lugar, apenas 13% dos agricultores da região têm acesso a algum tipo de crédito institucional — 5% no caso dos pequenos proprietários. Uma das explicações para esse fato seria a de que a terra, que costuma funcionar como principal aval de financiamentos, se encontra excessivamente concentrada em mãos de poucos proprietários — 4% dos agricultores possuem mais de 50% das terras. Além disso, somente 25% dos agricultores sabem ler e escrever.

Por essa razão, aliás, o relatório do Banco Mundial também considera que "um programa de educação deve se constituir em prioridade de tanta importância quanto a reforma agrária". Mesmo porque a simples reforma da estrutura fundiária seria insuficiente. "Redistribuir propriedades de tamanho suficiente para gerar uma renda igual ao salário mínimo atenderia apenas a pouco mais da metade da força de trabalho existente", registra o trabalho de Kutcher e Scandizzo.

Almeida Franco reconhece que as conclusões do Banco Mundial sobre a agricultura nordestina não são as mais alentadoras. "Se a situação da agricultura do nordeste fosse boa, a gente podia fechar o departamento de agricultura da Sudene e ir embora", afirmou, com desenvoltura, a José Maria Andrade, chefe da sucursal de VEJA no Recife. E completou: "Quanto mais se discutir a questão, mais informações e sugestões para a solução do problema poderão ser conhecidas. A Sudene quer fazer um comercial deste trabalho do Banco Mundial. Quem estiver interessado em se debruçar sobre os números pode nos procurar".

EMPRESA

O caso LTB

Finalmente, nesta semana, o governo deverá definir a forma pela qual irá intervir financeiramente no Grupo LTB (veja quadro com organograma do grupo até 1976). Após sete meses de auditoria oficial, apurou-se que o conglomerado, cujo passivo total atinge aproximadamente 1,5 bilhão de cruzeiros, está a descoberto em 500 milhões de cruzeiros e, portanto, virtualmente insolvente. Dessa forma não sobraria alternativa além da transferência do controle acionário ao seu principal credor, o Banco do Brasil, ao qual o grupo deve 350 milhões de cruzeiros.

No entanto, ainda não está resolvido de que forma o Banco do Brasil assumirá esse controle. Inicialmente, as autoridades federais pretendiam que o atual grupo controlador passasse simplesmente uma procuração ao Banco do Brasil para que este pudesse gerir a holding Itapicuru S.A. Empreendimentos Comerciais e Industriais. Contudo, o advogado do grupo, José Luís Bulhões Pedreira, está propondo que o Banco do Brasil assuma apenas o controle de uma de suas empresas, a Editora de Guias LTB, de capital aberto, com 18 000 acionistas.

Problemas — Os técnicos governamentais parecem vacilar diante dessa proposta, já que as exigências da nova Lei das Sociedades Anônimas, redigida aliás por Bulhões Pedreira, implicariam pesados encargos do Banco do Brasil junto aos acionistas minoritários. Uma outra pendência a ser resolvida prende-se à proposta do presidente do grupo, Gilberto Huber, que pretende reaver o controle de sua editora, depois que ela estiver saneada. Mas a inclinação dos técnicos oficiais ainda parece ser a de entregar a empresa ao interessado que oferecer o melhor preço. Assim, o Banco do Brasil seria ressarcido pelo que já emprestou e pelo que ainda terá de desembolsar no giro da operação.

A decisão final do caso será dada pelo ministro da Fazenda. Mas desde já estão sendo mantidos contatos com os credores para encontrar a forma menos onerosa de o Tesouro chegar a uma solução. As negociações se processam com credores nacionais e estrangeiros. Só de empréstimos externos, pela Lei 4 131 e pela Resolução 229, a LTB deve 34,5 milhões de dólares, repartidos entre dez instituições americanas, três japonesas, uma alemã e uma inglesa. A dívida da empresa junto a bancos de investimento, até junho de 1976, era de 125 milhões de cruzeiros. E, ainda que os problemas de descapitalização remontem a 1968, afirmam fontes da empresa que era tal o conceito da Huber que em apenas um caso foi dada garantia real: para um crédito de 16,8 milhões de cruzeiros contratado à Crefisul, deu-se a hipoteca das editoras Guias LTB e AGGS. Nos demais empréstimos teriam bastado, como garantia, ações da editora Guias LTB e letras de câmbio.

Razões — No julgamento de Simonsen serão apreciados também os motivos apresentados por Huber, que teriam motivado a anêmica situação do grupo. Basicamente, o empresário aponta imperfeições no sistema de concessão das listas telefônicas. Segundo Huber, as exigências das telefônicas estatais comprometem diretamente a rentabilidade da operação. Entre elas, o grupo destaca os 16% que as companhias telefônicas auferem, a título de comissão, sobre os anúncios comerciais publicados. Huber pediu permissão para que fosse incluída nas listas propaganda de todo tipo, sem o pagamento dessa taxa. Esta seria uma fórmula para aumentar a sua rentabilidade. Mas tal pretensão foi negada implacavelmente. De outra parte, a empresa alega que o aumento do faturamento, com base nos telefones comerciais, foi inferior à expansão dos terminais, subindo assim o custo de confecção dos catálogos.

Diante dessa situação, o grupo tentou diversificar suas atividades. E nessa providência poderia ter ocorrido o golpe final. Os resultados dessa orientação parecem ter sido inferiores às necessidades de faturamento. Mesmo assim, não há quem duvide, mesmo entre os técnicos governamentais, que a recuperação da empresa é viável. Um dos motivos para conduzir a essa convicção é de que, com exceção dos ônus financeiros, a empresa estaria com todos os compromissos em dia. Ou seja, fornecedores, funcionários e o Fisco não teriam nada a reclamar.

Porém, em junho de 1976, entre títulos a pagar, imposto de renda na fonte, fundo de garantia, ICM e cheques não descontados, a dívida da empresa atingia 159 milhões de cruzeiros — o que demonstraria significativa capacidade de reação. Aliás, desde o ano passado a empresa tem procurado navegar no ritmo da mais absoluta austeridade administrativa, reduzindo drasticamente suas despesas operacionais.

Esses dados permitiriam vislumbrar, na opinião dos técnicos, a possibilidade de dispensar deslocamentos de recursos a fundo perdido que trariam, além dos prejuízos óbvios ao Erário, uma repercussão pública análoga ao ainda relembrado caso Lutfalla. Por fim, apressam-se os mesmos técnicos em garantir que a atuação do Banco do Brasil à frente do grupo terá o único e exclusivo objetivo de restaurá-lo financeiramente. Depois que isso acontecer, o controle será devolvido à iniciativa privada. Com o que ficaria descartada a possibilidade de, mesmo na aparência, haver qualquer propósito estatizante na ação oficial.

** A Itapicuru detém 56,9% do capital da EGL e esta 70% do capital da AGGS*

PETROQUÍMICA

Dilema do PVC

Um projeto industrial para produção, no pólo petroquímico gaúcho, de 72 000 toneladas anuais de policloreto de vinila, matéria-prima mais conhecida por PVC, apresentado pela Petropar — Participações e Empreendimentos Petroquímicos Ltda., que tem como sócios os grupos Ovelbra, Montepio da Família Militar e Formosa Plásticos, está deixando os técnicos do Befiex (Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação) frente a um dilema.

Programado para entrar em operação dois a três anos antes do próprio pólo petroquímico, o projeto exerce forte apelo quanto à substituição de importações a curto prazo: metade de sua

produção atenderia o mercado interno, numa economia de 18 milhões de dólares por ano.

A Petropar se propõe ainda transformar, ela própria, a metade restante da matéria-prima produzida. Desta metade, equivalente a 36 000 toneladas anuais, 31 300 toneladas resultariam em produtos a serem exportados e 4 700 toneladas em produtos para colocação interna. Como os principais mercados externos para esses artigos (Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra) vêm limitando suas compras, os técnicos do Befiex temem que a Petropar, uma vez instalada, acabe colocando todas as 36 000 toneladas transformadas no mercado interno, onde as indústrias já em atividade estão operando com 30% a 40% de capacidade ociosa.

PROPAGANDA

Ascensão do preto?

Após valer-se dos serviços da agência bancária, o jovem e elegante casal de pretos, representando desenvoltos membros da classe média afluente, ganha a calçada irradiando a bem-aventurança compreensível entre a categoria dos clientes com elevado saldo médio. Raro, por certo, este filme publicitário para televisão, preparado pela agência Esquire para o Banco Nacional. Pois, salvo escassas exceções, em que se utilizam os testemunhos de personagens famosas, como Pelé, aos pretos vem cabendo representar, em peças de propaganda, papéis sistematicamente humildes e subalternos na escala vigente do prestígio social. Preconceito racial na área da publicidade? Em absoluto, asseguram os profissionais do ramo, quer de agências, quer dos departamentos de publicidade das empresas anunciantes. Mais especificamente, o setor publicitário seria o espelho de uma sociedade em que pretos e mulatos ainda ocupam diminuto espaço nos degraus mais elevados da hierarquia econômica.

Fernando Porchat, gerente de propaganda de produtos infantis da Johnson & Johnson, empresa que sempre apresentou bebês brancos em seus anúncios no Brasil, nega a hipótese do preconceito racial. Com franqueza, contudo, argumenta que seria sem sentido um anúncio em que aparecesse um banqueiro preto, ou uma criança índia usando fraldas descartáveis. "As personagens", alega Porchat, "devem ser representativas das camadas consumidoras. O problema não é racial, é econômico." Segundo seus cálculos, os pretos constituem apenas 10% dos consumidores.

Vende, não vende — Comerciais como o da agência Esquire para o Banco Nacional, neste caso, estariam a indicar uma ascensão, na sociedade de consumo, de um grupo étnico economicamente desfavorecido? A julgar pela explicação de um dos diretores da agência, Clementino Fraga, o filme em questão teria sido fruto de uma decisão quase fortuita: "Procuramos um casal preto, alinhado, bonito, que fotografasse bem, apenas isso". Jorge Funes, outro diretor, não encontra mesmo justificativa para que sejam raros os casos de pretos representando papéis de relevo em anúncios. "Não há comprovação", diz ele, "de que manequins de cor vendam menos ou mais que os brancos."

No entanto, não há um único preto entre os 74 manequins cujas fotografias e dados biométricos constam do primeiro catálogo de modelos profissionais no Brasil, editado no ano passado pela Bebel Modelos e Produções Ltda., do Rio, que atende a solicitações de agências de publicidade. E com exclusão da atriz Sônia Braga, que aparece na capa, possuem pele e cabelos claros, assim como estatura de mediana para alta, distante mesmo das características predominantes entre brasileiros brancos.

Aparência imaculada — Maria Isabel Gomes Ferber, Bebel, dona da firma, esclarece: "Usei no catálogo os modelos mais requisitados pelos nossos clientes", informa ela. "Chega a passar um ano sem que apareça pedido de manequins pretos." Para anúncios de imóveis e, especialmente, produtos alimentares e de limpeza, pedem-lhe sempre tipos europeus, de cabelos louros e olhos claros.

Em virtude, ou não, de sua situação na sociedade de consumidores, o fato é que aos poucos os pretos vão conquistando presença entre os manequins publicitários. Porchat, da Johnson & Johnson, não considera má idéia utilizar eventualmente crianças negras em anúncios de produtos infantis. E José Antônio Caldeira Neto, gerente de produto da Souza Cruz, confessa mesmo que, "por esquecimento", a empresa não tem anunciado suas marcas de cigarros com personagens negros, embora já o tenha feito, anteriormente, com o Continental e o Hollywood. Tanto que, brevemente, a última marca voltará a ser anunciada desse modo. O mesmo acontecerá no lançamento, em breve, de uma nova marca. Não se espere, contudo, uma utilização sistemática de pretos em papéis relevantes, ao menos a curto prazo. No próximo filme do próprio Banco Nacional, por sinal, um preto fará o papel de pipoqueiro.

FOTOS ABRIL PRESS

Maria Isabel: os mais requisitados

Comercial de televisão: um casal que fotografou bem como cliente de banco

ESTADOS UNIDOS

Banqueiros de fora

Na famosa Quinta Avenida ou na histórica Wall Street, nas imponentes alturas do World Trade Center ou nas luxuosas lojas de frente da Park Avenue, os bancos estrangeiros intensificam a sua presença em Nova York. As suas agências se multiplicam em tal ritmo que, de certo modo, Nova York está roubando de Londres o título de capital financeira do mundo. Na cidade operam agora 75 dos oitenta maiores bancos com sede fora dos Estados Unidos. E a eles já se pode acrescentar os recém-chegados da Espanha, Tailândia e Formosa. Os russos também estão chegando. Naturalmente, os maiores bancos multinacionais, como aqueles da Inglaterra, França, Alemanha e Japão, são velhos conhecidos da cidade. Mas, nos últimos cinco anos, o número de estabelecimentos bancários de propriedade estrangeira na ilha de Manhattan saltou de 98 para 236, apenas treze a menos que em Londres. E mais trinta ou quarenta estão sendo esperados no próximo ano.

Os motivos, tanto políticos como econômicos, seriam variados. Muitos consideram os Estados Unidos o último grande bastião da livre empresa. Por isso mesmo, um lugar onde poderiam operar a salvo de tempestades políticas, do socialismo e das nacionalizações. Diz-se, igualmente, que é o país onde a economia ainda apresenta um vigoroso crescimento. Nem mesmo a Rússia resistiria a esses atrativos. Os meios bancários de Nova York dizem que os russos abrirão uma agência na cidade, dentro de um ou dois meses, provavelmente no World Trade Center — e que seus vistos de entrada já estão aprovados.

Etapas — No começo, quando mal se instalaram, os bancos têm uma atuação bem restrita, encaminhando às matrizes no exterior pedidos de empréstimo. Depois, ampliam suas atividades, concedendo empréstimos por conta própria para, finalmente, até abrir agências bem montadas para aceitar depósitos. Foi o que fez, por exemplo, a filial nova-iorquina do banco Sumitomo, do Japão, em maio último.

No mês passado, os depósitos atingiam cerca de 100 milhões de dólares. Uns poucos até oferecem todos os serviços para consumidores (como cartões de crédito, caixa automático). A maioria, porém, se concentra em negócios com empresas. Nesse terreno, como afirma um banqueiro americano, "eles não fazem nada de diferente em matéria de preços, mas competem em agressividade para fechar os negócios. Veja os japoneses. Quando eles querem um cliente, não o largam. Convidam para o café da manhã, almoço, jantar, até alcançar o objetivo".

Além disso, os bancos estrangeiros chegam a ter agências bancárias em dois ou mais Estados — vantagem que é negada aos seus competidores locais, que não podem atuar fora do Estado onde têm sede. Um motivo de compreensível irritação de certos banqueiros regionais de pequeno e médio porte, os quais exigem do governo normas restritivas a essa expansão.

Os grandes bancos dos Estados Unidos, no entanto, não se queixam. Eles estão incrementando seus negócios no exterior com liberdade semelhante e temem retaliações na hipótese de serem impostas normas rígidas em seu país. E com os empregos e os dólares de impostos trazidos pelos bancos de fora do país, nem a cidade de Nova York parece ter motivos para se lamentar.

PETROBRÁS

A torre virou

Na noite de quinta-feira da semana passada, exatamente às 21h35, a torre de carregamento do sistema provisório de Garoupa soçobrou. Em nota oficial divulgada na sexta-feira, a Petrobrás informa que o acidente, "por causas não identificadas", ocorreu a 60 quilômetros do litoral do Rio de Janeiro, quando o equipamento vinha sendo transportado de Mangaratiba para sua posição de fundeio na área de Campos. Um dos itens pioneiros de fabricação nacional dentre os equipamentos utilizados pela Petrobrás, a torre mede 132 metros de altura, pesa 2 100 toneladas e custou 118,8 milhões de cruzeiros. E estava totalmente coberta por seguro, com suas operações de transporte rigorosamente dentro dos parâmetros de segurança estabelecidos pelo Lloyd's Register (organismo internacional especializado para certificar o procedimento correto de operações marítimas), conforme informa a mesma nota da Petrobrás.

Em todo caso, a empresa estatal tem esperanças de resgatar a torre, que inclusive já foi detectada, juntamente com a base, pois ela permanece presa aos cabos do rebocador. Nesse sentido, requintados equipamentos de salvamento estão se deslocando para a região. Mesmo que o resgate não seja possível, a Petrobrás garante que o episódio não terá repercussões negativas no cronograma de instalação do sistema provisório de Garoupa. Nesse caso, para tentar ganhar tempo, seus técnicos pretendem instalar, provisoriamente, um sistema de monobóias, que, substituindo a torre, permitirá a extração do petróleo dentro dos prazos previstos.

FOTOS NEWSWEEK

Os bancos estrangeiros nas ruas de Nova York: disputando o centro financeiro do mundo com Londres

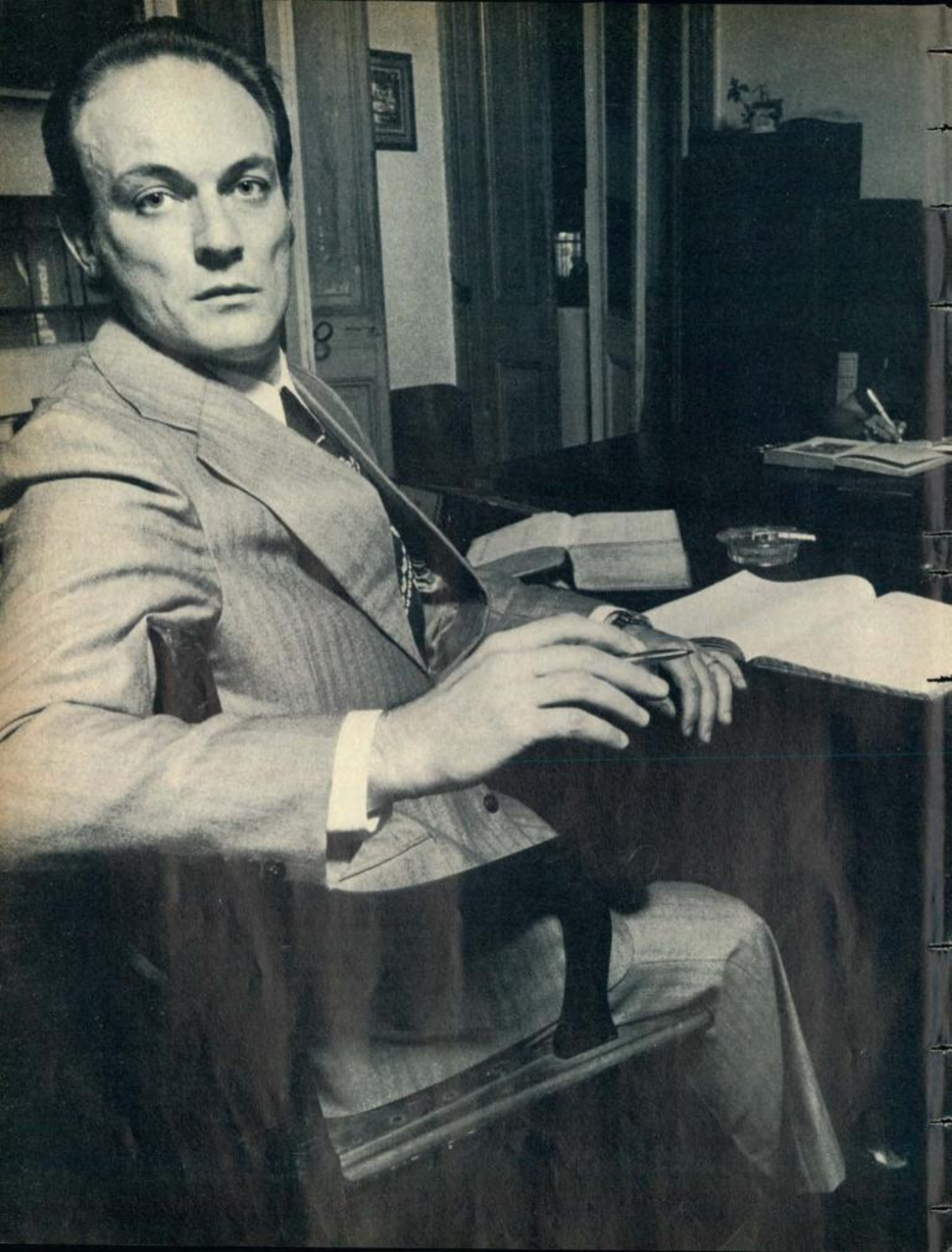
O orgulho da Soma é ser um orgulho brasileiro.

O Brasil é conhecido lá fora pelo seu cafezinho, por seu futebol, pelo carnaval, pelo charme de suas mulheres, pela extensão de seu território, pela hospitalidade de seu povo, pelo arrojo de sua capital.
Mas nenhum país pode ser grande apenas com café, futebol, simpatia e mulheres bonitas. É necessário também ser dono de uma tecnologia industrial própria, desenvolvida e independente.
É justamente neste momento que a Soma aparece.
A Soma é fabricante dos mais variados equipamentos industriais, tais como vagões ferroviários especiais, compressores de ar, equipamentos para a indústria de cimento, sistemas transportadores e movimentadores pneumáticos e qualquer equipamento que precise ser especialmente projetado ou mesmo criado.
Tudo isso feito com tecnologia própria, desenvolvida durante os 48 anos de sua existência.
A criação de uma tecnologia puramente brasileira, independente do "know-how" estrangeiro, é um dos orgulhos da Soma.

SOMA

Economize combustível. Ponha os pés no chão.

Equipamentos Industriais S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1709 - 7º andar - cj. 7A - Tel.: 212-5311 - SP

Quanto o seu dinheiro está ganhando por mês?

O Itaú acaba com essa estória de só você trabalhar enquanto o seu dinheiro fica aí parado, desvalorizando. Ele arruma o melhor emprego para o seu dinheiro.

Basta você passar em qualquer agência do Itaú e falar com o gerente. Ele analisa cuidadosamente o quanto você tem para empregar.

Dá uma idéia da rentabilidade e tempo de aplicação de cada investimento. E decide junto com você o lugar mais lucrativo e seguro para o seu dinheiro ganhar dinheiro: se é em letras de câmbio, ações, fundo de investimento, depósito a prazo fixo ou open-market.

Aproveite essa variedade de empregos que o Itaú oferece para fazer o seu dinheiro trabalhar por você. Mas faça isso logo. Não perca tempo.

Lembre-se que numa época como a nossa ou você faz o seu dinheiro ganhar ou a inflação faz o seu dinheiro perder.

Investimentos do Itaú. Mais um bom motivo para você ser cliente de um banco só.

Orgulhe-se:

Entra em operação comercial no Brasil a primeira central controlada por programa armazenado

As telecomunicações brasileiras estão em dia com as mais atualizadas do mundo. Desde o dia 2 de setembro, a TELESP - Telecomunicações de São Paulo S.A. está operando comercialmente a primeira central controlada a programa armazenado na rede brasileira.

Trata-se de uma das maiores centrais do mundo, com capacidade de 22.000 troncos, construída com o equipamento ANC-11 da Ericsson. Este equipamento é um dos mais modernos da atualidade: controlado a processador, utiliza matrizes "reed", permite uma capacidade extraordinariamente elevada e traz uma simplicidade sem precedentes à operação e à manutenção.

Parabéns à TELESP pelo espírito inovador. Parabéns aos engenheiros e técnicos brasileiros, que realizaram a instalação e os testes. E parabéns às telecomunicações do Brasil, por poderem publicar notícias como esta, privilégio dos países mais avançados do mundo.

Ericsson

melhor entendimento através da comunicação

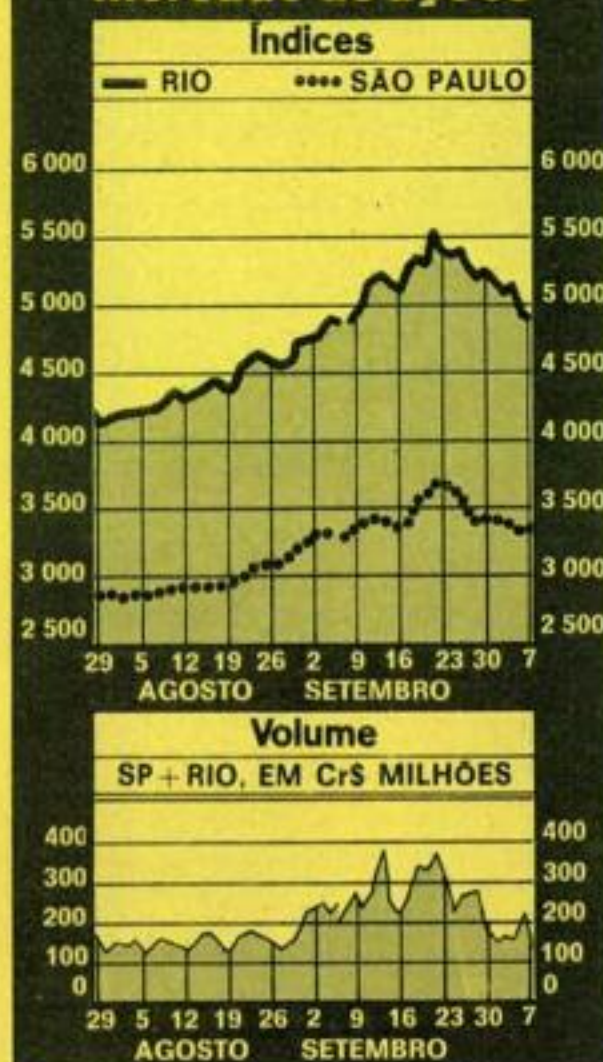
COTAÇÕES

Ações mais negociadas no Rio e São Paulo

Ações	Sexta-feira 30/9/77 Preço	Sexta-feira 30/9/77 P/L	Sexta-feira 7/10/77 Preço	Sexta-feira 7/10/77 P/L	Variação na semana %	Indicador
Acesita - op	1,45	7,2	1,35	6,7	− 6,9	SP
Aços Villares - ppB	2,60	6,7	—	—	—	SP
Alpargatas - op	3,00	4,3	2,96	4,3	− 1,3	SP
Alpargatas - pp	2,84	4,1	2,85	4,1	+ 0,4	SP
Anderson Clayton - op	2,95	4,8	3,00	4,9	+ 1,7	SP
Arno - pp	—	—	—	—	—	SP
Bco. Brasil - on	3,77	5,1	3,61	5,0	− 2,4	RJ
Bco. Brasil - pp	4,55	6,3	4,42	6,1	− 2,8	RJ
Bco. Est. S. Paulo - on	0,95	3,8	—	—	—	SP
Bco. Est. S. Paulo - pp	0,95	3,8	0,93	3,7	− 2,1	SP
Bco. Itaú - pp	1,03	8,6	—	—	—	SP
Bco. Nordeste - on	2,02	2,4	1,92	2,2	− 4,9	RJ
Bco. Nordeste - pp	2,41	2,9	2,40	6,3	− 0,4	RJ
Bco. Noroeste SP - pp	1,90	—	1,90	—	—	SP
Belgo - op	2,10	3,9	2,04	3,8	− 2,8	SP
Benzenex - pp	0,26	—	—	—	—	SP
Bradesco - on	1,70	3,5	1,70	3,5	—	SP
Bradesco - pn	1,60	3,3	1,64	3,8	+ 2,5	SP
Bradesco Inv. - pn	1,30	2,8	1,31	2,8	+ 0,8	SP
Brasimet - op	—	—	—	—	—	SP
Brasmotor - op	2,29	9,5	2,18	9,0	− 4,8	SP
Brahma - op	1,22	4,9	1,22	4,9	—	RJ
Brahma - pp	1,40	5,6	1,39	5,6	− 0,7	RJ
Cacique - pp	2,82	3,2	—	—	—	SP
Casa Anglo - op	—	—	—	—	—	SP
Casa Anglo - pp	—	—	1,80	2,8	—	SP
Cemig - pp	—	—	—	—	—	SP
CESP - pp	0,48	5,3	0,48	5,3	—	SP
Cica - pp	—	—	—	—	—	SP
Cimento Itaú - pp	1,55	6,0	1,56	6,0	+ 0,6	SP
Cobrasma - pp	2,11	3,4	2,08	3,4	− 1,4	SP
Consul - ppB	—	—	3,96	3,7	—	SP
Copas - pp	0,76	—	—	—	—	SP
Docas - op	1,18	2,1	1,20	2,2	+ 1,7	SP
Duratex - pp	1,50	4,4	—	—	—	SP
Eluma - pp	2,30	2,9	2,10	2,6	− 8,7	SP
Ericsson - op	1,03	—	—	—	—	SP
Eternit - op	—	—	—	—	—	SP
Estrela - pp	3,30	6,7	3,25	6,6	− 1,5	SP
FNV - ppA	2,70	2,7	2,66	2,7	− 1,5	SP
Ferr. Lam. Brasil - pp	—	—	—	—	—	SP
Fin. Bradesco - pn	1,30	2,8	1,30	2,8	—	SP
Ford - op	—	—	0,75	—	—	SP
Fundição Tupy - op	0,90	3,1	—	—	—	SP
Fundição Tupy - pp	1,03	3,5	1,00	3,4	− 2,9	SP
Heleno Fonseca - op	0,50	2,4	0,51	2,4	+ 2,0	SP
IAP - op	1,80	3,4	—	—	—	SP
Ind. Hering - ppA	—	—	—	—	—	SP
Ind. Villares - ppB	2,98	3,4	—	—	—	SP
LTB - op	0,29	—	0,28	—	− 3,4	RJ
Light - op	0,72	6,5	0,73	6,6	+ 1,4	RJ
L. Americanas - op	2,99	6,6	2,94	6,5	− 1,7	SP
Magnesita - op	2,00	8,0	—	—	—	SP
Manah - op	2,65	4,6	2,50	4,4	− 5,7	SP
Mangels Indl. - op	1,04	—	1,03	—	− 1,0	SP
Mesbla - pp	—	—	—	—	—	SP
Metal Leve - pp	2,94	7,7	2,90	7,6	− 1,4	SP
Moinho Santista - op	1,20	2,8	1,20	2,8	—	SP
Paul. F. e Luz - op	0,75	4,2	—	—	—	SP
Pet. Ipiranga - pp	—	—	—	—	—	SP
Petrobrás - on	1,93	4,7	1,82	3,1	− 5,7	RJ
Petrobrás - pp	2,53	—	2,32	—	− 8,3	RJ
Pirelli - op	1,60	4,4	1,59	4,4	− 0,6	SP
Pirelli - pp	1,53	4,2	—	—	—	SP
Real - pn	0,81	2,6	0,83	2,3	+ 2,5	SP
Samitri - op	2,08	—	1,94	—	− 6,7	RJ
Sharp - pp	—	—	2,20	4,0	—	SP
Servix - op	1,16	4,5	1,13	4,3	− 2,6	SP
Sid. Açonorte - ppA	0,70	3,3	0,78	3,7	+ 11,4	SP
Sid. Guaíra - pp	0,57	2,0	—	—	—	SP
Sid. Mannesmann - op	2,12	—	2,09	—	− 1,4	RJ
Sid. Nacional - ppB	0,61	—	0,58	—	− 4,9	SP
Sid. Rio-grandense - op	1,00	2,9	1,05	3,1	+ 5,0	SP
Sid. Rio-grandense - pp	1,16	3,4	1,20	3,5	+ 3,4	SP
Souza Cruz - op	2,80	6,8	2,75	6,7	− 1,8	SP
Telerj - on	0,13	—	0,14	—	+ 7,7	RJ
Telerj - pn	0,42	—	0,42	—	—	RJ
Transparanã - pp	2,00	—	—	—	—	SP
Vale - pp	2,17	4,6	2,07	4,4	− 4,6	SP
Varig - pp	0,80	—	0,85	—	+ 6,2	SP
White Martins - op	2,44	—	2,44	—	—	RJ

on — ordinária nominativa; op — ordinária ao portador; pn — preferencial nominativa; pp — preferencial ao portador. P/L em relação ao lucro por ação sobre o capital médio. Fonte de uma parte dos dados: Bolsas do Rio e de São Paulo.

INVESTIMENTOS

A SEMANA/BOLSAS

Oscilação das cotações entre 30/9 e 7/10

Maiores altas da semana	%
Sid. Açonorte — ppA	11,4
Telerj — on	7,7
Varig — pp	6,2
Sid. Riograndense — op	5,0
Sid. Riograndense — pp	3,4

Maiores baixas da semana	%
Eluma — pp	8,7
Petrobrás — pp	8,3
Acesita — op	6,9
Samitri — op	6,7
Manah — op	5,7

Dia	Índice Bovespa	Variação %	Volume (milhões Cr$)
3	3 446	− 0,2	50,3
4	3 414	− 0,9	62,7
5	3 393	− 0,6	63,9
6	3 337	− 1,6	79,2
7	3 342	+ 0,1	58,5
30/7	**−113**	**− 3,3**	**314,6**

Dia	Índice BV Rio	Variação %	Volume (milhões Cr$)
3	5 192,7	− 0,2	91,9
4	5 095,9	− 1,9	97,2
5	5 117,3	+ 0,4	91,0
6	4 984,6	− 2,6	137,3
7	4 969,5	− 0,3	79,6
30/7	**−234,6**	**− 4,5**	**497,0**

O "seu 7" acabou por ruir

A semana passada terminou sem que ocorresse a aguardada fuga de recursos das cadernetas de poupança para as bolsas de valores *(veja a reportagem seguinte)*. Como conseqüência, um amplo esquema de sustentação artificial das cotações — o chamado "seu 7", praticado especialmente no Rio de Janeiro — ruiu, jogando por terra os planos de diversos manipuladores que pretendiam construir, através de índices atraentes, uma espécie de alçapão dourado para aprisionar incautos, na passagem do trimestre. Na verdade, "seu 7" passou a ser praticado com tal intensidade no Rio que encheu de temores até os corretores paulistas pelo perigo de uma reação em cadeia. A operação consiste em a corretora procurar um investidor e financiá-lo durante sete dias na compra de ações. Findo o período, apurado o resultado, o investidor recebe o lucro ou reembolsa o prejuízo. Para as corretoras, o esquema é lucrativo. Quando não possuem recursos próprios para financiar o investidor, elas contraem empréstimos. Cada operação de "seu 7" lhes permite duas corretagens — de compra e de venda — a 0,8% cada. Podendo fazer quatro operações por mês, as corretoras, na verdade, praticariam uma espécie de agiotagem disfarçada, capaz de lhes render 6,4% ao mês, em média.

O principal problema, contudo, não é o modo como se obtêm lucros — de resto, um recurso também utilizado em outros países — mas a falta de garantias e de regulamentação. "Ficamos sabendo que estão participando da operação pessoas sem a menor condição financeira", desabafava um corretor paulista. Além disso, a "seu 7" é, como se diz na gíria do mercado, uma operação de mão única. "Quando todo mundo tem que vender, não sobra ninguém para comprar e amortecer a queda já que não existem recursos reais, mas dinheiro emprestado na operação", explicava o corretor.

Contrastes — No início da semana passada, porém, apesar de esse quadro

INVESTIMENTOS

especulativo estar perfeitamente delineado, muitos técnicos do mercado empenhavam-se em manter um certo clima de otimismo, pelo menos até o dia 5, fim do prazo para depósitos em poupança. Recém-chegado da reunião do Fundo Monetário Internacional, coube ao presidente do Banco Central, Paulo H. Pereira Lira, dar uma contribuição que poderia ter sido significativa para a manutenção desse clima. Há longo tempo distante das entrevistas *in-the-records*, Lira reuniu a imprensa em Brasília, na terça-feira. Entre outras coisas, declarou que "o comportamento positivo das bolsas de valores refletem, antes de mais nada, o clima de otimismo que já impera no país com relação ao desempenho da economia". E que "o comportamento atual é um sintoma de que houve um amadurecimento das bolsas de valores". Ou, ainda, que a alta das cotações é "saudável e inteiramente normal". "O que ocorre hoje", finalizou, "é o resultado da política de saneamento, fortalecimento e fiscalização desenvolvida nos últimos anos pelo governo, que viu no mercado de ações o caminho natural para a capitalização das empresas."

As palavras de Lira chegaram às redações dos jornais quase simultaneamente com a divulgação de um trabalho da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, levado pelo seu presidente, Manuel Octavio Pereira Lopes, à IV Assembléia Geral Extraordinária da Federação Ibero-Americana de Bolsas de Valores em Barcelona, Espanha. "O mercado bursátil (no Brasil) é artificial e se mantém fundamentalmente graças à ação do Estado", afirma o documento a uma certa altura.

Distração — Elaborado pelos economistas Adroaldo Moura da Silva (coordenador), Francisco Vidal Luna e Hélio Nogueira da Cruz — o trabalho se constitui, provavelmente, na mais importante tomada de posição de uma Bolsa de Valores desde os atribulados dias de 1971. Nele, rompe-se com todo um clima de irrealismo que ameaçava distorcer a função das bolsas de valores dentro da economia brasileira. Depois de analisar todas as limitações que se interpõem à expansão do mercado de ações — como a estatização de crédito, o instituto da correção monetária —, sem os maniqueísmos com que tais temas são geralmente tratados, o trabalho termina por reconhecer que "se tem a nítida impressão de que já se chegou aos limites do possível na área de incentivos para o mercado". Nas conclusões, evita apresentar soluções milagrosas. O que é uma atitude profundamente sadia pois, rompendo com um saudosismo pernicioso, abre caminho para a reavaliação do papel das bolsas em bases mais sólidas e reais. "É preciso acabar com essa mania de dizer que a Bolsa vai resolver o problema de capitalização das empresas nacionais", concordava Gilberto Biojone, presidente da Associação Brasileira de Analistas de Mercado de Capitais. "Se ela capitalizar uma, duas, dez empresas, já terá cumprido um papel significativo."

POUPANÇA

MAIS UMA VEZ, DEPÓSITOS SUPERAM SAQUES

Embora não se conheçam os números, estimativas preliminares da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP) asseguram que, nos primeiros cinco dias de outubro — início do último trimestre civil do ano —, os depósitos em cadernetas de poupança continuaram a suplantar os saques. Isso apesar de as previsões mais otimistas para a remuneração dos depósitos neste último trimestre jamais superarem 6,8%, a menor do ano — previsões mais conservadoras falam em apenas 5,5%.

O avanço, se confirmado, deverá ser, porém, inferior ao do início do último trimestre, quando o saldo global dos depósitos aumentou 10% — cerca de 15 bilhões de cruzeiros —, atingindo um volume superior a 150 bilhões de cruzeiros. No começo da semana passada, na agência central da Caixa Econômica Federal, no Rio, por exemplo, foram abertas 956 novas contas, no valor de 13 milhões de cruzeiros, contra 1 527 novas contas, totalizando 22 milhões, no trimestre anterior. Parece certo ter havido perda de depósitos apenas na segunda-feira da semana passada, primeiro dia útil do novo trimestre. De todo modo, também teria ficado mais ou menos evidente que boa parte dos investidores continua preferindo as cadernetas pela simplicidade da aplicação. O que, à primeira vista, confirmaria a opinião do presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (ADECIF), Germano Brito Lira: "O investidor médio de caderneta de poupança é tão acomodado como gato no sofá".

O som de nosso tempo

Fernando Sabino

O gramofone eu não cheguei a conhecer: uma caixa musical, tendo no anúncio um cachorro branco de cabecinha tombada e orelha atenta, junto a uma enorme cornucópia por onde saía o som. Hoje pode ser visto por aí, como peça de decoração colhida no fundo dos antiquários.

Não era, pois, um gramofone, aquilo que eu tinha diante de meus olhos curiosos de menino, mas seu descendente direto, em versão modernizada. Chamava-se mais simplesmente vitrola e fôra trazida pelo Seixas, que se dispunha, todo folgazão, a fazer naquele momento uma demonstração para as meninas. O Seixas era um simpático e bem falante rapazinho que freqüentava nossa casa, não sei bem a que propósito, que não fosse, imagino hoje, namorar minhas irmãs ou suas amiguinhas que também nos freqüentavam.

Coloquei-me estratègicamente no meio delas e aguardei os acontecimentos. Com um sorriso gentil e delicados gestos de mágico, o Seixas destampou a caixa preta, revelando em seu interior um prato giratório e um braço metálico que tinha na ponta uma rodela niquelada e toda furadinha. Para que o prato girasse, era preciso dar corda - coisa que o Seixas, todo lampeiro, se pôs logo a fazer: introduziu no costado da caixa uma manivela e começou a girá-la, a cabecinha torta de expectativa como o cachorro do anúncio. Feito o quê, colocou um disco no prato, e parecia um dentista ao prender cuidadosamente uma agulhinha prateada no lugar apropriado, antes de fazer a geringonça funcionar. O disco era, bem me lembro, "Os Barqueiros do Volga". O som saía meio chiado, e de vez em quando ia se arrefecendo, engrossava, desafinado, os barqueiros ameaçados de se afogar para sempre no Volga.

— É assim mesmo, é assim mesmo - dizia o Seixas, já meio suado, e voltava a girar frenèticamente a manivela, dando à música novo alento.

Ao fim, a novidade não fez o esperado sucesso entre as mocinhas. Talvez não apreciassem tanto "Os Barqueiros do Volga", ou a corte que lhes fazia o Seixas.

Este, não sei que fim levou, com a sua maravilhosa máquina musical. Provàvelmente enfiou a vitrola no saco e saiu por este mundo em busca de melhores ouvintes. Em pouco ela estaria obsoleta, substituída como foi por aparelhos mais aperfeiçoados, movidos a eletricidade. Gramofone, vitrola, eletrola, para não se falar no fonógrafo, tornaram-se designações arcaicas, hoje refugiadas nos dicionários. A bem dizer, os conjuntos de som de nossos dias já não têm designação alguma, senão que acabaram referidos pelos jovens simplesmente como som:

— Tenho lá em casa um som que é um barato.
— Então vamos lá tirar um som.

O que denota que a comunicação vai se empobrecendo em favor da música - ou a música, a todo volume, vai acabando com a comunicação, entre os que não têm grande coisa a dizer.

Ouvir música passou a ser uma distração ao alcance de qualquer criança. Existem mesmo, especialmente para elas, vitrolinhas portáteis, movidas a pilha.

Mas criança não tem mesmo jeito. Um dia o menino chega esbaforido em casa, contando:

— Papai! Descobri um toca-discos que é um estouro! Venha ver! Venha comigo!

Toma o pai pela mão e o arrasta até a casa de objetos usados da esquina:

— Não precisa de ligar na tomada, não precisa de pilha nem de nada! Compra pra mim!

No meio da bagulhada que enche a loja, o pai dá com uma velha vitrola daquelas antigas, de dar corda. Exatamente igual à do Seixas.

CURITIBA

Passado disperso

Durante quatro meses, seis equipes formadas por estudantes de engenharia palmilharam cerca de 20 000 quilômetros de estradas nas vizinhanças de Curitiba à procura dos exemplares mais característicos de um passado urbanístico que o rápido processo de industrialização da região ameaça destruir. Comandados por um grupo de arquitetos a serviço da Comec — órgão de coordenação do desenvolvimento da região metropolitana —, eles percorreram os 8 405 quilômetros quadrados dos catorze municípios da Grande Curitiba, catalogando e fotografando centenas de edificações, e acabaram selecionando setenta prédios que, por guardarem os "traços fundamentais de momentos importantes da história da região", devem ser preservados.

Entre as boas intenções da Comec e a realidade constatada pelos pesquisadores, porém, interpõem-se alguns fatores que poderão prejudicar irreversivelmente os projetos de preservação. "O levantamento", explica um dos integrantes do grupo de pesquisa, arquiteto José la Pastrina Filho, "alertou os moradores, pouco propensos a aceitarem uma medida definitiva, como o tombamento." La Pastrina exemplifica com o ocorrido no município de Colombo, a 18 quilômetros de Curitiba, onde uma casa de arquitetura típica do período de imigração italiana foi demolida uma semana após a passagem da equipe de levantamento. De outro lado, argumentam alguns especialistas, os próprios planos da Comec para o desenvolvimento dos municípios da região metropolitana reforçariam as ameaças ao bom andamento dos trabalhos de preservação. É que, na tentativa de equiparar os diversos níveis de desenvolvimento da região, foi definida uma política baseada na "vocação" de cada município e, como as soluções propostas visam a estimular, fundamentalmente, o desenvolvimento industrial ou agrícola em larga escala, teme-se que acabe não sobrando lugar para a manutenção de coisas antigas.

AMILTON VIEIRA

Curitiba já salvou o núcleo histórico: agora protege o interior

"Núcleo histórico" — Essa hipótese, entretanto, é contestada pelo coordenador geral da Comec, arquiteto Vicente Ferreira de Castro Neto. "Toda proposta de desenvolvimento da região", explica Castro Neto, "inclui, obrigatoriamente, equipamentos urbanos que se localizam, invariavelmente, em edificações. E nada impede que essas edificações possam ser exatamente as apontadas pelo projeto como mais apropriadas à preservação." De certa maneira, essa política já foi aplicada com sucesso no chamado "núcleo histórico" de Curitiba, durante a administração Jaime Lerner, com a restauração e adaptação de antigas casas de imigrantes alemães a novas funções, como órgãos culturais da Prefeitura, evitando assim sua destruição — como aconteceu no caso da Mansão das Rosas, demolida para dar lugar a um conjunto de apartamentos. O exemplo da Prefeitura seria seguido por particulares, que restauraram casas semi-abandonadas e hoje as alugam por altos preços a instituições culturais particulares, bancos, butiques, lojas de antiguidades e restaurantes.

Como aplicar contudo essa mesma política em relação às pequenas cidades da área metropolitana, que carecem de recursos mesmo para atender às necessidades mais prementes, como água, esgoto, escolas? "Nós não preservamos simplesmente porque não temos dinheiro", explica José Franco Pellizari, prefeito de Balsa Nova, a 40 quilômetros de Curitiba, com 5 600 habitantes e um orçamento anual de 4 milhões de cruzeiros. É justamente em Balsa Nova que se encontram uma das únicas construções de casas de fazenda do século XVIII tombadas — a Fazenda dos Carlos, atualmente em ruínas, mas que foi importante ponto de parada dos tropeiros que, vindos do sul, conduziam tropas de mulas para Sorocaba, em São Paulo.

Casas de troncos — As construções urbanas, no entanto, geralmente apresentam-se em melhor estado de conservação. É o caso dos quatro tipos mais característicos catalogados pelos pesquisadores, como as casas de tábuas e de troncos de pinheiros, típicas dos imigrantes poloneses, os sobrados de alvenaria dos italianos e as casas também de alvenaria dos alemães, com mais apuradas intenções estilísticas. Mesmo assim, as dificuldades de Balsa Nova, com raras exceções, repetem-se por todos os municípios vizinhos, que, sem uma ajuda dos governos estadual ou federal, dificilmente poderão preservar algo.

Além dessa ajuda financeira, os arquitetos da Comec reputam como igualmente imprescindível ao sucesso do projeto o apoio da população — o que tornaria necessária "uma tomada de consciência coletiva" para que as próprias comunidades chamassem a si o compromisso de fiscalizar e zelar pelos documentos materiais de sua história. Pois, de um modo geral, os habitantes da região não costumam atribuir uma importância maior às construções antigas. A esse respeito, o arquiteto La Pastrina lembra, contristado, que, logo no início do levantamento, foram procuradas as pessoas mais representativas de cada município para que relacionassem as edificações que, em sua opinião, tinham maior valor na história da cidade. As respostas, entre uma e outra casa de troncos ou uma velha igreja, incluíam monumentos de construção recente, prédios de apartamentos e, invariavelmente, o chafariz luminoso da praça central.

A casa de troncos dos imigrantes poloneses, a mais elaborada mansão dos alemães, e o sobrado dos italianos — exemplos de preservação que não chegaram a tempo de deter a mutilação da Mansão das Rosas e que, por falta de recursos, dificilmente poderão ser seguidos em toda a Grande Curitiba. É o caso de Balsa Nova, que assiste, impotente, à destruição da velha Fazenda dos Carlos

FOTOS DE AMILTON VIEIRA

Avenida Guaíba: obras paralisadas para não ultrapassar os 7 metros

PORTO ALEGRE

Espigões vetados

Ainda havia gente acreditando num recuo do prefeito Guilherme Socias Vilela, de Porto Alegre, tantas eram as pressões que enfrentava. Mas, na terça-feira da semana passada, durante uma entrevista coletiva, Vilela confirmou que homologara, no dia anterior, a decisão do Conselho do Plano Diretor negando aprovação para dois edifícios residenciais de alto luxo em construção às margens do rio Guaíba — um na avenida Guaíba e outro no bairro da Tristeza. Além desses, outros quarenta projetos serão igualmente engavetados, todos eles sob o argumento de que provocariam "problemas visuais".

A questão já vinha se desenrolando desde o dia 16 de agosto, quando, inesperadamente, o prefeito publicou o Decreto n.º 6073 disciplinando o uso do solo urbano. Na tarde do mesmo dia, numa reunião extraordinária do Conselho do Plano Diretor, Vilela explicou que o objetivo básico do decreto era vetar a construção de prédios de mais de 7 metros de altura ao longo de 3 quilômetros às margens do Guaíba, no extremo sul da cidade — exatamente a região tida como o filé da especulação imobiliária. A partir dos 7 metros, segundo o regulamento, seria preciso a autorização da Secretaria Municipal de Obras e Viação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Planejamento e do Conselho do Plano Diretor. "No dia seguinte, o céu caiu em minha cabeça", admitiria Vilela a VEJA, para demonstrar as pressões e manifestações de desagrado que recebeu no setor de construção civil, embora garantindo que "agüentaremos qualquer protesto desse tipo".

Questão social — No dia seguinte à decisão da Prefeitura, o Sindicato das Indústrias da Construção Civil teria uma reunião pouco amistosa com o prefeito, durante a qual seus diretores apresentaram dois argumentos que lhes pareciam suficientemente fortes para determinar o arquivamento do decreto: os prejuízos dos proprietários e o "desemprego no setor".

Nessa linha de raciocínio, o presidente em exercício do Sindicato, Lúcio Flávio Scaf, revelou a VEJA, sem esconder sua indignação, que quarenta projetos, no valor total de 700 a 800 milhões de cruzeiros, foram atingidos pela nova postura. O argumento do desemprego, entretanto, não causaria maiores repercussões. "Como se meia duzia de edifícios fosse causar um drama social maior que o que já se vive...", resmungou então o prefeito, sem maiores explicações.

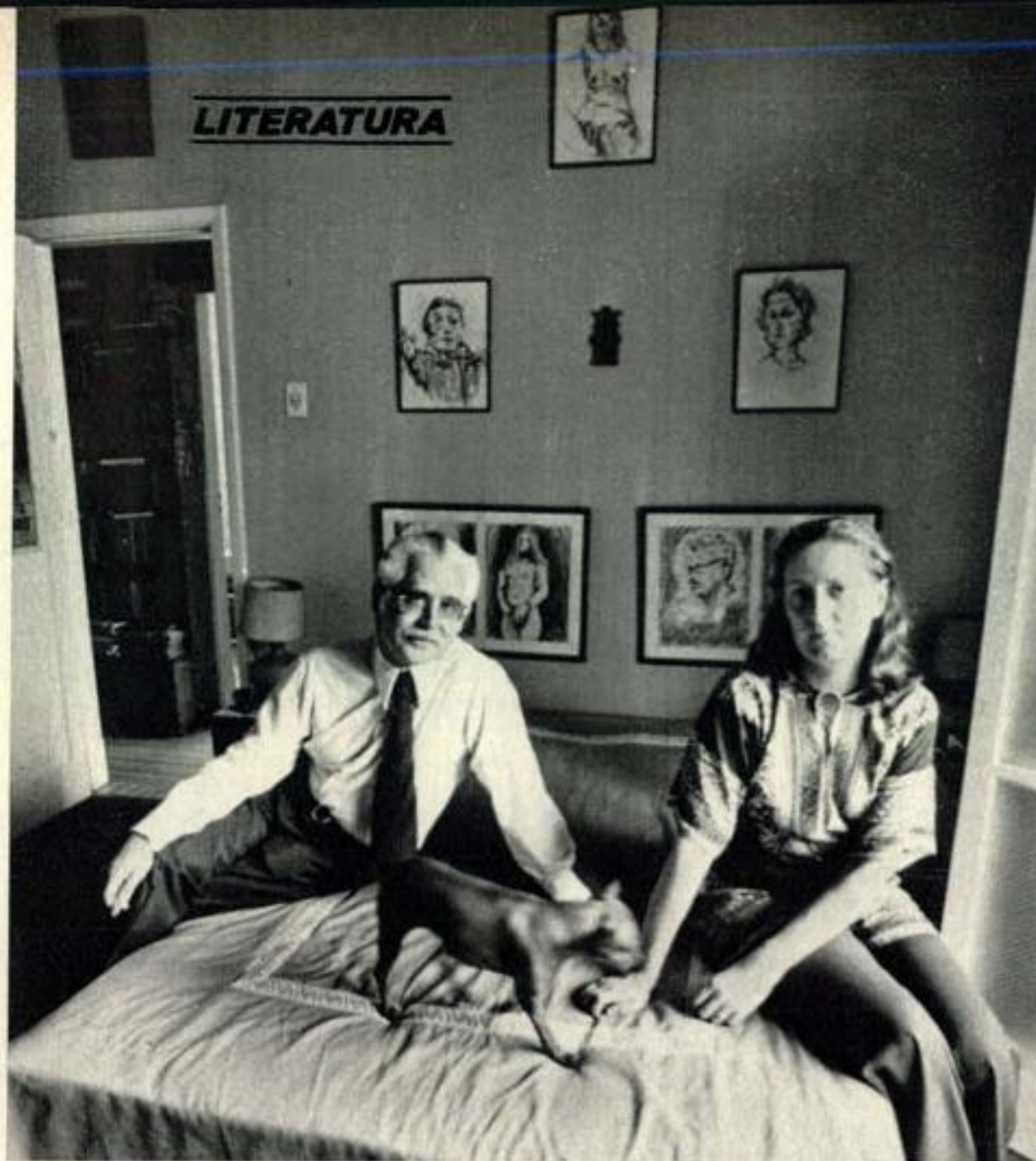
Sua firmeza seria elogiada pelo presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil — seção RS —, José Albano Volkmer: "Como entidade dos arquitetos, devemos defender primeiro o interesse urbanístico da comunidade e não apenas de proprietários", definiu ele, concordando com a lista negra. Num ponto, entretanto, arquitetos, empresários e prefeito estão de acordo: o causador da lista negra, estão convencidos, é um edifício de doze andares e 96 apartamentos, estimado em 70 milhões de cruzeiros, cujas fundações foram agora paralisadas. Sua localização, na avenida Guaíba, 3400, aproveitava a cratera de uma antiga pedreira e subia 10 metros além do morro, onde se situam algumas das mais confortáveis e bem situadas mansões de Porto Alegre. Preocupados com a ameaça do espigão, cerca de setenta moradores desse elegante bairro enviaram abaixo-assinado e organizaram cerca de quarenta visitas ao gabinete do prefeito nas quais pleiteavam o veto — afinal aceito — ao comprometedor projeto.

A bossa da conquista.
A melhor companhia aérea
não é aquela que está preocupada apenas em levar e trazer você
com eficiência e pontualidade. Nem aquela que só pretende fazer
da sua viagem um festival de sorrisos.
Na Air France nós sempre nos lembramos disso.
Quando você ouve falar em Air France, vai logo pensando num
irrepreensível serviço de bordo: comidas, vinhos e gente
procurando fazer o melhor possível por você.
Isso é correto. Afinal, servir bem é uma tradição francesa.
Mas, se essa é a única imagem que você tem da Air France,
você está sendo injusto.
Porque nós somos uma das maiores e mais técnicas companhias
aéreas internacionais.
Oferecemos um eficiente serviço de reservas eletrônicas, 5 vôos
por semana com o conforto do Jumbo B747 ou a rapidez do
Concorde, a exclusividade do Aeroporto Charles de Gaulle em
Paris, e uma extensa rede de conexões com as principais cidades
da Europa, Ásia, África e Oriente Médio.
E agora, ampliando ainda mais nossas linhas, inauguramos com
exclusividade a rota Manaus-Paris.
Nós queremos conquistar você.
E, mais ainda, queremos que você chegue a Paris com a certeza
de ter escolhido a melhor companhia aérea.
Deixe-se conquistar pela Air France.
AIR FRANCE

FA

Antes que isto aconteça, confie na especialização da Paulista.

Companhia Paulista de Seguros

LITERATURA

WALTER FIRMO

Moacyr Félix: ao amor conquistado e fruído à aventura do poema

A carne e o verbo

NESTE LENÇOL, de Moacyr Félix; Civilização Brasileira; 95 páginas.

Moacyr Félix tem — sempre teve — a paixão da coerência. A prática desta dura virtude é a cordoalha que, pelos anos afora, vem atando nele vida e obra de modo a que ambas possam compor um todo inteligível e harmonioso, no seu recíproco intercâmbio criador. Em seu último livro esta busca prossegue e se aprofunda, adentrando-se pelo terreno da experiência erótica, substância incandescente onde se inscreve o que há de mais íntimo e decisivo na condição humana.

Em "Neste Lençol", o poeta Moacyr Félix, carioca de 51 anos, resolve transformar em canto poético seu longo e rico encontro sexual e humano com sua companheira de casamento. E, mais que isso, erige sua prática erótica em cânon, a partir do qual passa a medir o conjunto de sua experiência existencial, o grau de liberdade e de verdade por ele alcançado em sua aventura de ser humano e de intelectual, na "luta para sair da esquizofrenia ou da mente partida".

Moacyr Félix sabe, com toda a lealdade, que não há desalienação possível, para o ser humano, que não passe pelo crivo da sexualidade. É este, por excelência, o lugar de interseção entre natureza e cultura, a fornalha ardente onde a pulsão, arrancando-se da escureza do corpo, se transforma primeiro em imaginário e, depois, em código e linguagem. O ser humano só se conhece a partir de seu defrontamento com a diferença. É como ser sexuado que o homem, no seu encontro carnal com a mulher, ganha sua verdadeira — e profunda — identidade como homem. O masculino, portanto, se estrutura a partir de seu confronto com o feminino, e vice-versa. Ao mesmo tempo, a dialética entre o masculino e o feminino se põe em movimento no interior de cada ser humano, através da bissexualidade que o constitui.

A praia primordial — A história da sexualidade — e Moacyr Félix também sabe disso, e se dispõe a vivê-la — é a história da luta do ser humano pela conquista da verdade, da liberdade, da integridade. O amor é o canto da carne inteira, do ser humano todo, assumido na modéstia de sua incompletude e na glória possível de um encontro que venha a torná-lo pleno. Se o amor é o canto da carne toda, decorre daí que o amor carnal faz fronteira com a morte, esbarra-a, inscreve-a no seu grito. Toda carne morre e, nesta medida, toda verdade da carne inclui a morte, descobre-a, conhece-a, dá-lhe nome. O amor carnal, no vórtice de seu centro — o orgasmo —, representa uma experiência instantânea de morte e ressurreição, de dissolução e integração, de perda e ganho radicais. Quem goza, na indizível liberdade do gozo, vive e morre, ao mesmo tempo.

Em sua meditação poética sobre o amor da carne, Moacyr Félix supera definitivamente quaisquer laivos de idealismo ou de platonismo que pretendam dissociar vida e morte, contrapondo um reino de essências imortais ao mundo das coisas concretas, perecíveis, transitórias. O poeta de "Neste Lençol" se nega a sotopor a carne corruptível a um elenco de valores espirituais — ou espiritualmente amorosos — incorruptíveis. Nada é mais espiritual que a carne que goza, sofre e morre. É este o nosso lote, dote e reino. Sair dele, de sua verdade, é alienar-se e expor-se aos mais perigosos extravios.

A experiência do amor carnal, enquanto consumação orgástica, é indizível. Toda fala é, em última análise, uma canção de exílio. Falo porque perdi a totalidade à qual aspiro, e o meu discurso, na sua melhor verdade, é uma busca desta totalidade perdida. No Paraíso ninguém precisa falar, já que o esplendor do ser aí aparece na sua rutilância imediata, sem necessidade do signo que venha a representá-lo. A essência do amor carnal, tanto quanto da experiência mística, transcende a palavra e a reabsorve na espessura do corpo, tornado luminoso. Pelo orgasmo, numa instantaneidade fulgurante, retorno ao Paraíso, desvendo o segredo da infinitude cósmica, volto à pátria, à praia primordial, anistiado.

Retângulo de cosmo — É por isso que todo discurso sobre o amor é difícil. Os poetas, mestres por excelência do discurso, costumam articulá-lo colocando-se perante o amor como exilados, como aspirantes a um extremo bem que lhes escapa. A amada é, nesta medida, a "doce inimiga", a musa inalcançável, a pátria perdida. Na condição de banidos, de expatriados, os poetas preservam o espaço da palavra e podem falar.

Moacyr Félix, em seu livro, segue caminho inverso. Ele parte do indizível, da fulgurante escuridão orgástica, e é deste sagrado território que sai para a aventura do poema. Sua linguagem, em conseqüência, traça os labirintos e arabescos deste percurso. Ela é mítica, mística, preciosa, voluptuosa, aveludada. No vigor do seu verbo poético, trespassado

pelo segredo da carne, do amor e da morte, o poeta realiza a revisão e a ressurreição de toda a sua experiência de homem. Passado, presente e futuro, alegria e sofrimento, agonia e paz, sabedoria e loucura, vida e destruição, tudo se inscreve, transfiguradamente, no lençol onde o poeta ama. No retângulo de cosmo que o seu leito desenha, sobre o pano que o recobre, o poeta se dissolve e se resolve, esquece e lembra, perde e conquista, salva-se e salva consigo o mundo inteiro: "Neste lençol todos os prédios acesos da cidade/Misturam-se com a luz de nossa lâmpada".

● HÉLIO PELLEGRINO

Quatro cabeças

BARTHES, de Guy de Mallac e Margaret Eberdach, 123 páginas, 60 cruzeiros; LACAN, de Jean Michel Palmier, 152 páginas, 70 cruzeiros; FOUCAULT, de Annie Guedez, 102 páginas, 60 cruzeiros; FREUD, de Pierre-Sylvestre Clancier, 112 páginas, 60 cruzeiros; Melhoramentos.

Simplificações limítrofes dos quatro complicados autores que abordam, estes livrinhos serão utilíssimos para o público estudantil a que a editora os endereça. São quatro nomes que se tornaram senhas indispensáveis a qualquer círculo intelectual sofisticado. Quatro violentadores do pensamento tradicional e suas hipocrisias, eles certamente merecem o status adquirido. Mesmo que acabem tratados no mais tradicional e esclerosado dos gêneros didáticos, o *précis* francês, bisavô das atuais apostilas.

Para leitores menos sujeitos a currículos escolares, entretanto, muito do pensamento original dos quatro terá sobrevivido à técnica compressora do "resumir e julgar". Existe mesmo a possibilidade de uma leitura simultânea e intercalada do grupo de estudos editados, leitura que pode indicar caminhos para uma verdadeira iniciação aos quatro pensadores, casando-os numa poligamia fértil de preocupações, métodos e descobertas comuns.

Afinal, todos os quatro introduzem posições completamente novas, e muito mais dinâmicas, no pensamento do homem sobre si mesmo. Os quatro constituem uma mostragem bem dosada, ainda que ocasional, de um corajoso time de intelectuais: aquele que ousou tomar o timão da tresloucada consciência humana, depois que ela foi atacada pelo vírus redundante da auto-consciência, mais ou menos na passagem do século, talvez por demoníaca culpa de Sigmund Freud. Jacques Lacan retoma a desacreditada psicanálise freudiana (instrumentado pela lingüística de Ferdinand de Saussure, de que Freud não dispunha) para remeter-nos de volta ao mestre vienense, como se dissesse: "Está tudo lá, é só **re-ler** Freud com uma nova literalidade".

CHRISTIAN VIOJARD/GAMMA

Barthes: que a crítica seja uma espécie de psicanálise da escrita

Amo-escravo — Também Michel Foucault (parente mental de Lacan, principalmente quando aponta para a estruturação lingüística do inconsciente e da loucura) tem preocupações basicamente terapêuticas. Numa espécie de "cura-te a ti mesmo" dirigida à psicoterapia, ele acredita que é preciso fazer o estudo pioneiro do discurso da loucura e do totalitarismo mascarado (ou seja: revelado, diria Lacan) pelo discurso da medicina. É preciso inventar uma ciência médica em que a dicotomia terapeuta-paciente deixe de ser apenas eufemismo para a culpa amo-escravo, um dos becos-sem-saída básicos da dialética do filósofo alemão Hegel (uma das influências determinantes no pensamento de cada um desses quatro intelectuais).

Em Roland Barthes, por exemplo, o par amo-escravo é usado para espelhar o duelo amoroso no teatro de Racine, um estudo em que o "novo crítico" ainda tinha a psicanálise como ferramenta mais evidente (por sua vez, uma psicanálise re-lida por Lacan, em mais uma das muitas encruzilhadas em que esses quatro autores repetidamente se encontram).

A maioria dessas encruzilhadas se encontra no misterioso país da loucura e de sua atual reavaliação. O próprio Barthes, embora especificamente vinculado à literatura, pode ser visto como o defensor de uma função terapêutica para a crítica, desejando-a como uma espécie de psicanálise da escrita, capaz de desmascarar os mitos (mitos enquanto linguagem posta a serviço de uma ideologia), capaz de desencadear a liberdade artística, mostrando a pluralidade das visões de uma obra em vez da mistificada crítica "unívoca", "precisa".

Esta "precisão", por sua vez prestação de serviço à ideologia burguesa, não passa de uma falsa objetividade, contraponto do mofado "humanismo" que prometia ao homem, observador neutro do mundo, conhecer "algum dia" as causas "últimas", ou todas as medidas simultâneas dos fenômenos "objetivos". Antes de Barthes, a crítica se preocupava com as modificações (emocionais, ideológicas, etc.) que uma obra de arte pode provocar em seu espectador. Com Barthes, e a nova-crítica, surge a consciência de que é preciso deslocar o foco da crítica para as alterações que o espectador provoca, recriando-a, na obra que observa.

Estamos diante de uma "nova obje-

continua na página 160

L'EXPRESS

Lacan: por uma nova objetividade

Credicard é bom para quem compra.

É bom comprar com Credicard, porque com ele eu compro o que quero e só vou pagar quando meu extrato de compra chegar, sem um tostão de juros.

É como se eu desse um cheque que só fosse cair na minha conta depois de vários dias. E durante todo esse tempo eu posso deixar o meu dinheiro engordando o saldo médio no banco.

Mais tarde, na hora de pagar, eu posso financiar em quantas vezes desejar. Tudo isso sem preencher fichas ou arranjar fiador.

É bom comprar com Credicard, porque ele está presente em mais de 40 mil estabelecimentos em todo o país. Desde butiques e restaurantes até farmácias e hospitais. Ele nunca me deixa na mão.

É bom comprar com Credicard, porque eu sempre recebo uma cópia da nota de compra, e posso manter um total controle sobre os meus gastos.

E Credicard é o cartão de crédito garantido pelo Itaú, Citibank, Unibanco e Associados.

Credicard é bom para quem vende.

É bom vender com Credicard, porque com ele eu sempre recebo à vista. A própria nota de compra assinada pelo cliente é um cheque ao portador que eu posso descontar na mesma hora, na minha agência do Citibank, do Itaú, do Unibanco, do BEAL ou do Francês e Brasileiro.

É bom vender com Credicard, porque as pessoas que usam Credicard são as de maior poder aquisitivo.

É bom vender com Credicard, porque eu nunca perco aqueles clientes que só têm cheques de outra praça.

O Credicard substitui o dinheiro em qualquer lugar do país.

É bom vender com Credicard, porque Credicard é a forma de pagamento mais segura que existe. Elimina o problema dos cheques sem fundo e o de ter muito dinheiro vivo em caixa.

E Credicard é o cartão de crédito garantido pelo Citibank, Itaú, Unibanco e Associados.

CREDICARD
999.00005.99.9
MARCOS J. PENTEADO

O banco portátil

Para ter um Credicard, procure qualquer agência do Citibank, Itaú, Unibanco, BEAL e Francês e Brasileiro.

PROEME

continuação da página 158

tividade", que incorpora os determinismos de uma observação inapelavelmente humana. E nesta nova objetividade é que estão apoiadas as posições radicalmente novas do pensamento humano sobre o próprio homem, em Barthes como em Lacan e Foucault. Freud, por seu turno, já tinha pressentido a necessidade de levar em conta o observador no estudo do fenômeno observado.

As máscaras — Barthes enfatiza sempre a progressiva convergência das ciências "humanas" e "físicas". Um exemplo dessa confluência está no pensamento do físico Werner Heisenberg. Com sistematização mais nítida que todos os quatro pensadores acima, Heisenberg introduziu esta "humildade nova" na própria Física (depois de Freud, antes dos outros três e por caminho radicalmente diverso). No Princípio da Indeterminabilidade, de Heisenberg, está a constatação definitiva de que a observação de um fenômeno altera este fenômeno e o físico acaba descrevendo, no máximo, a relação entre ele próprio e sua experiência observada.

Com Heisenberg, esfacelou-se aquela Física ilusoriamente unívoca, que tinha dado, às ciências humanas, a ilusão de que poderiam ambicionar uma validade universal equivalente à das ciências físicas. Nesses quatro autores surge uma nova esperança (explícita, em Barthes): a de criar uma disciplina-mestra do homem, uma ciência das relações, estas sim universais, entre **significados** e **significantes,** as máscaras denunciando o desejo de iludir.

Para esses pensadores, a estruturação da mente humana, da loucura, da psicose, do inconsciente, da obra de arte possui sempre uma arquitetura lingüística, semiológica. E a Lingüística é, pelo menos, o caminho que aponta para essa desmistificada e desmistificadora disciplina-mestra.

CAMERA PRESS

Foucault: uma saída para o beco

ABRIL PRESS

Freud: não esquecer o observador

Conjugando Freud, Lacan, Foucault e Barthes (mais todos que estão conspicuamente ausentes), chegamos à perspectiva da qual todas as ciências, sem exceção, são vistas como ciências **humanas** (literalmente: ciências humanas porque ciências criadas pelo homem, porque carregam a rica ambigüidade humana em sua própria feitura).

A ciência, o conhecimento, é sempre necessariamente humana e é sempre um discurso, um fenômeno lingüístico. Não se trata de exagero ou modismo da Lingüística. A Física e a Biologia atuais também começam a entrever que é preciso considerar o próprio universo como uma estrutura lingüística, semântica, de trocas de informação ("La Gnose de Princeton", Raymond Ruyer, edição Fayard).

Por outro lado, o "socialismo como sistema mental", de Igor Chafarevitch ("Le Phénomène Socialiste", edição Le Seuil), começa a libertar esses autores de etiquetas ideológicas tão desagradáveis quanto os preguiçosos rótulos de "herméticos" ou "elitistas". São trabalhadores intelectuais que merecem pelo menos respeito, conscientes de que estão apenas apontando novas ópticas possíveis, mas sempre voltadas para **a vida corpórea.** Humildemente, apelam para uma reunião espacial e temporal dos outros ramos do conhecimento, re-união que tem muitas das conotações positivas da etimologia *re-legere* ("reler") para a palavra **religião.** Haveria — num universo que descobrimos agora ser relativista, organizado como linguagem, e buscando conhecer a si próprio — uma ciência digna deste nome (da Literatura à Física) que não fosse, também ela, relativista, lingüística e agudamente consciente de si mesma? Chegamos, aqui, às fronteiras do conhecimento religioso oriental. Ou terá sido apenas exótico, turístico, o prazeroso "fluir" zen-budista de Roland Barthes, levando-nos com ele ao Japão, nas páginas de "O Império dos Sentidos"?

● MARCO ANTÔNIO DE MENEZES

Santo de casa

FLECHA EM REPOUSO, de Manoel Lobato; Ática; 76 páginas; 32 cruzeiros.

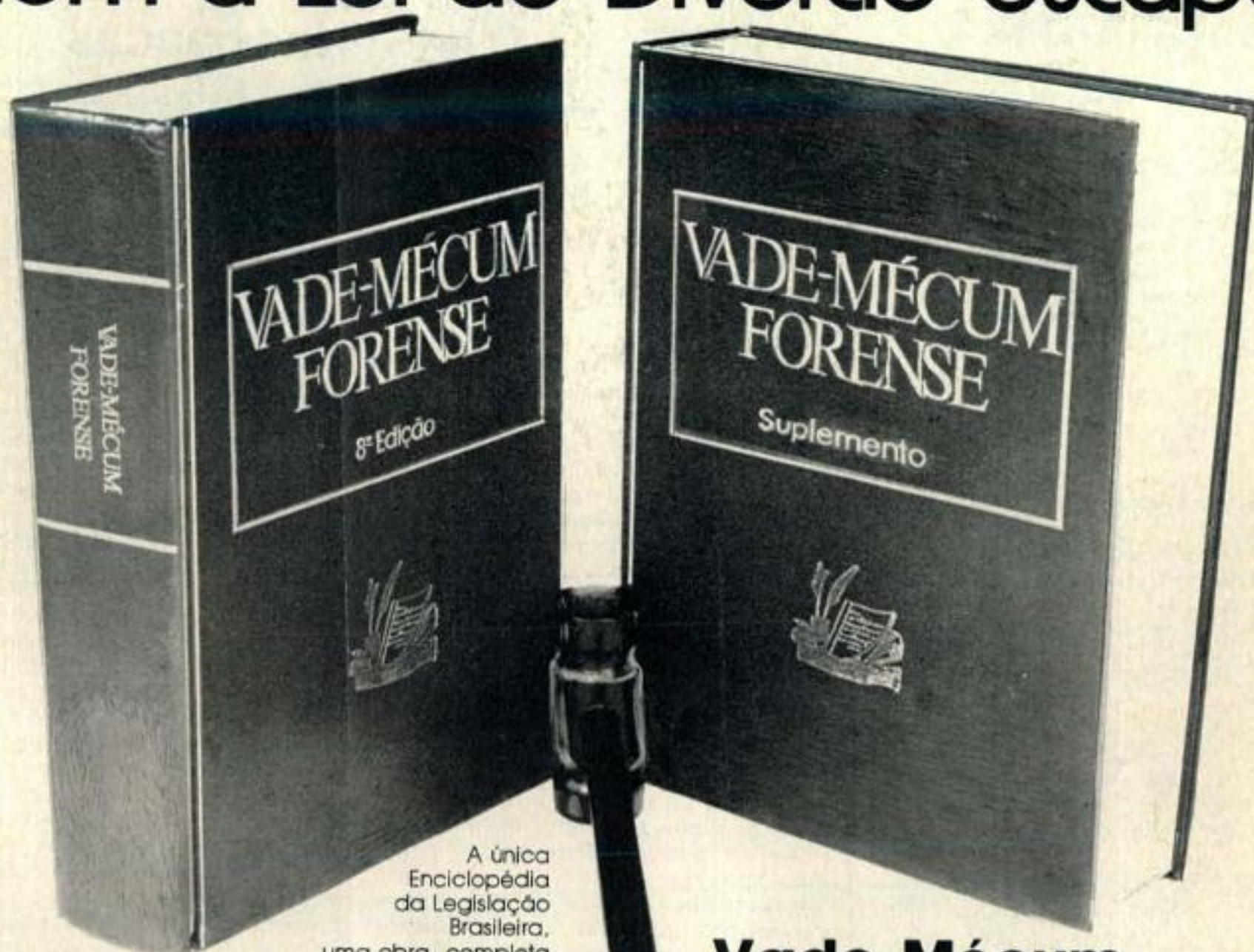
"Sou o único contista mineiro premiado internacionalmente", diz orgulhoso Manoel Lobato, ao falar do prêmio que recebeu, semanas atrás, no concurso promovido pela Fundação Givret, argentina, em honra dos 78 anos do escritor Jorge Luis Borges. Vencendo autores de sete países, com um conto de lauda e meia, Lobato se vê reconhecido, pelo menos temporariamente, no estrangeiro, muito mais que já conseguiu aqui, onde é um autor subestimado pela crítica e, especialmente, pelo público.

Com "Flecha em Repouso", seu sexto livro, Lobato oferece mais uma oportunidade a críticos e leitores para que reconheçam o inegável valor de sua ficção dura e incômoda, suscitadora de indagações e inquietações, onde o humor ocasional é apenas uma nota para avivar o inevitável amargor que a ele se seguirá.

Aos 51 anos, Manoel Lobato, ex-jornalista, ex-promotor, tem uma farmácia perto da estação rodoviária de Belo Horizonte — um dos pontos mais ativos da zona de prostituição da cidade. Diz ele: "Tenho muitas amigas prostitutas, levo cantadas, sou procurado para fazer abortos. Me dói ver meninas de 13, 14 anos, grávidas; me dói ver na prostituição meninas que têm todo o direito a uma vida normal, cobertas de doenças venéreas. Sou testemunha viva da louca violência contra viciados, pederastas, meretrizes. Conheço o dia-a-dia, a dor do submundo de Belo Horizonte".

Igreja e motel — A ficção de Lobato obviamente se ressente dessa violência. E é geralmente construída segundo dualidades opostas. Na base de tudo, a luta do Bem e do Mal, com desdobramentos infância e velhice, pureza e pecado, amor e desprezo, paixão e solidão, sexo e indiferença — enfim, vida e morte. Como assinala Fábio Lucas, num prefácio emotivo, os contos de Lobato de-

continua na página 162

Quando duas obras de leis se completam, nem a Lei do Divórcio escapa.

A única Enciclopédia da Legislação Brasileira, uma obra completa e capaz de dar todas as respostas a milhares de consultas, tem que ser e estar sempre atualizada. Este é bem o caso do Vade-Mécum Forense. Acontece, no entanto, que até as leis são mutáveis. Só para se ter uma idéia desse fato basta lembrar que no curso dos últimos meses a própria Constituição Federal foi alterada, com referência aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. E, ainda nesse período, foi votada e aprovada a Lei do Divórcio. Diante desses acontecimentos, capazes de se repetirem de diferentes formas, foi que criamos o Suplemento do Vade-Mécum Forense, que agora surge em atualizadíssima edição, contendo toda essa nova e importante legislação. O Suplemento do Vade-Mécum vem completar toda uma fundamental obra, constituindo-se num livro básico insubstituível na matéria. Daí, entre o Vade-Mécum Forense e seu Suplemento, fique com os dois e domine a lei.

Vade-Mécum Forense e seu Suplemento: atualizadíssimos.

VADE-MÉCUM FORENSE.
À vista Cr$ 1.600,00 ou 4 x Cr$ 480,00.

SUPLEMENTO DO VADE-MÉCUM FORENSE.
À vista Cr$ 600,00 ou 4 x Cr$ 179,00.

Não envie dinheiro agora. Faça já seu pedido. Preencha o cupão ao lado, coloque em um envelope e remeta-o imediatamente pelo Correio para a CAIXA POSTAL 2112 – ZC 00 – CEP 20.000 RIO DE JANEIRO-RJ.

FÓRMULA Comércio, Empreendimentos e Participações Ltda.

Caixa Postal 2112 - ZC-00 - CEP 20.000 - Rio de Janeiro - RJ.

Queiram enviar-me os livros assinalados nas condições especificadas.

Nome: ....

Endereço: ....

Tel.: .... Cidade: ....

Est. .... CEP: ....

Assinatura: ....

☐ **VADE-MÉCUM FORENSE**
☐ **À vista/ 4 vezes** ☐

☐ **SUPLEMENTO DO VADE-MÉCUM FORENSE**
☐ **À vista/ 4 vezes** ☐

GUINALDO NICOLAEVSKI

Manoel Lobato: a rua no papel

continuação da página 160

vem ser saboreados, curtidos em pequenos detalhes, tais como um botão que surge no chão, iluminado pelo esforço da máquina de costura de um alfaiate; ou as gotas de chuva que escorrem no pára-brisa de um caminhão, alimentando a imaginação do velho chofer. Essas minúcias têm uma importância decisiva e o leitor desatento perderá muito do universo do escritor.

Os contos de Lobato falam de pequenas coisas, de pequenas vidas, de pequenos incidentes, coisas miúdas que fazem o mundo: a última viagem de um chofer de caminhão, incluindo um mergulho no rio da infância, o Pocrane; o drama de um professor, sufocado pelo beco sem saída de sua vida e de seu casamento; a paixão absurda de um homem por uma telefonista inatingível.

Em "Flecha em Repouso", o conto antológico que dá título ao livro, um lojista recebe a visita de uma antiga paixão, com quem marcou um encontro numa igreja. Enquanto a espera, ele começa a sonhar com um encontro num motel. Igreja e motel se confundem, o ritual religioso e o amoroso se interpenetram, de forma magistralmente reveladora do talento ficcional de Lobato.

Numa entrevista incluída no livro, Lobato diz ter certeza de que vai "explodir nacionalmente como escritor". Quanto a isso não deveria haver dúvidas. A explosão talvez não venha com "Flecha em Repouso" — mas virá, considerando-se as virtudes que Lobato mais uma vez comprova. É uma simples questão de tempo.

● GERALDO GALVÃO FERRAZ

Nas bancas

A semana passada marcou o aparecimento do primeiro book digest *brasileiro e a volta de uma revista literária que há seis meses se vira forçada a desaparecer:*

Hoje — Os Melhores Livros; *208 páginas; 25 cruzeiros; mensal* — Inspirado do *Book Digest* americano, fórmula que fez sucesso em vários países, *Hoje* pretende ser, segundo seu diretor editorial, Paulo Roberto Rocco, "uma revista para iniciados e leigos, para estudantes que não podem comprar muitos livros e para quem não tem tempo farto para leitura". É este também o segredo dos congêneres estrangeiros. Mas, ao contrário deles, *Hoje* — pelo menos neste primeiro número — praticamente se limita a condensações de lançamentos futuros de sua própria editora, a Francisco Alves, e da Rocco, de Paulo Roberto. Este *release* de luxo, com 50 000 exemplares, traz, além dos resumos de seis livros, uma entrevista com Jorge Amado, charges de Jaguar e um conto de João Antônio.

Inéditos; *48 páginas; 20 cruzeiros; bimestral* — A exigência de censura prévia em Brasília determinou o fechamento desta revista literária mineira em fevereiro último. Com o problema parcialmente contornado (a censura agora é feita em Belo Horizonte), ela se dispõe a uma nova aventura trazendo contos, artigos, entrevistas e poemas — inclusive um inédito de Drummond. Entre a redação e as bancas, a censura cortou oito contos e poemas.

Os mais vendidos

Ficção	Não-ficção
1 - **Tieta do Agreste,** Jorge Amado (1-8)	1 **Salgando a Terra,** Alencar Furtado (1-4)
2 - **Cabeça de Papel,** Paulo Francis (2-6)	2-**Os Militares no Poder,** C.Castello Branco (2-20)
3 - **O Compló,** Irving Wallace (3-8)	3-**Confissões do Exílio - JK,** Osvaldo Orico (3-5)
4 - **A Casa do Penhasco,** Agatha Christie (5-7)	4-**É Hora de Mudar,** Paulo Brossard (4-15)
5 - **Ainda Resta uma Esperança,** J. M. Simmel (4-17)	5-**1964: O Papel dos EUA no Golpe**. . . P.R.Parker (6-5)
6 - **O Quiabo Comunista,** Carlos E. Novaes (10-21)	6-**A Ilha,** Fernando Morais (5-48)
7 - **Case Comigo,** John Updike (9-2)	7-**Confesso que Vivi,** Pablo Neruda (10-34)
8 - **Terra Imperial,** Arthur C. Clarke (7-10)	8-**Nação Oprimida,** Marcos Freire
9 - **A Viúva,** Pierre Rey (8-4)	9-**Antologia Poética,** Ferreira Gullar
10 - **Galvez, Imperador do Acre,** Márcio Souza (6-22)	10-**Ideologia da Cultura Brasileira,** C. G. Mota

Fonte: livrarias Brasiliense, Cultura, Siciliano Augusta, Siciliano D. José e Teixeira (SP); Eldorado Tijuca, Eldorado Copacabana, Entrelivros Largo do Machado e Record (RJ); Lima (RS); Ghignone (PR); Atalaia (MG); Sodiler (DF); Estante/Barra (BA); Editora do Nordeste (PE); Renascença (CE). Os números entre parênteses indicam: a) a colocação do livro na semana anterior; b) há quantas semanas consecutivas o livro aparece na lista. **Obs.:** esta lista não inclui os livros vendidos em banca.

PORTAS LAKRA

Finalmente: portas Lakra.

A Eucatex faz você entrar na era da tecnologia em portas. Fez a maior fábrica de portas da América Latina para garantir algumas coisas que antes não eram garantidas. Qualidade constante das portas, grande variedade de tipos e regularidade de fornecimento. Com Lakra você sempre vai bater na porta certa.

Adeus falta de imaginação.

Eucatex deu um basta àquelas portas sempre iguais, que apenas abriam e fechavam. Lakra tem 6 tipos diferentes de portas, com mais de 30 opções de acabamento. Lakra é a porta que abre, fecha e valoriza a construção.

Uma porta sem fraquezas.

Lakra é fabricada com madeira seca em estufa e controlada. Testes rigorosos certificam suas qualidades. É uma porta estável, que não lasca e não perece, isto é, não fica velha. Lakra é uma porta mais resistente e que dura mais.

Porta aberta para a economia.

Todos os tipos de Lakra são mais econômicos. As portas estão prontas, já acabadas - é só colocá-las. As portas Lakra à base de pintura são prontas para receber acabamento final, eliminando todas as outras fases de preparação. Lakra elimina custos de mão-de-obra e matéria-prima.

Portas de A a Z.

Com Lakra a Eucatex resolve o problema. Portas de todos os tipos, todos os tamanhos, para qualquer construção: Xapadur, Base Pintura, Triplacor, Eucaplac, Formidur e Amazon. Procure o revendedor Eucatex.

Garantia Eucatex.

A partir de Lakra, os conceitos sobre portas mudam. A Eucatex utiliza a tecnologia mais avançada do mundo em fabricação de portas. Lakra é uma porta atualizada: já não se fazem portas como antigamente, o que é ótimo. Entre com toda segurança por uma porta Lakra.

As portas Lakra são também disponíveis com miolo Fibraroc, à prova de fogo.

EUCATEX S/A Indústria e Comércio
ESCRITÓRIO CENTRAL: Av. Francisco Matarazzo, 584/612 - CEP 05001, Fone: 825-2233 (PABX), São Paulo • RECIFE: Rua Visconde de Goiana, 276, Boa Vista, Fone: 221-3633 • SALVADOR: Rua Sete de Setembro, 285/7, Edifício Sequóia/ Sândalo, Fones: 245-2806 e 245-3307 • BRASÍLIA: Quadra II, Lote 13, S.C.S., Loja 03, Edifício Anhangüera, Fones: 224-5763 e 225-2853 • BELO HORIZONTE: Av. Amazonas, 311 s/ 802/3, Fones: 223-7805 e 223-7359 • BELÉM: Rua Ó de Almeida, 490 - Conj. 1003, Edifício Rotary, Fone: 23-1586 • RIO DE JANEIRO: Av. Princesa Isabel, 350 - S/L, Fone: 275-2244 (PABX) • CURITIBA: Rua João Negrão, 150, Fone: 22-9176 (PBX) • PORTO ALEGRE: Av. Independência, 375, Fones: 24-0571 e 24-2145 • FORTALEZA: Rua Pedro Pereira, 460 - salas 907/8, Fone: 26-1931, Edifício Santa Lúcia.

A ERA DA TECNOLOGIA BRASILEIRA

eucatex

HILTON
Reserva Especial

Pessoas que freqüentam lugares muito especiais, são citadas em revistas, tomam decisões importantes, vivem um estilo de vida do qual o Hilton faz parte com seu luxo, sua classe e sua suavidade. Hilton 100 ou Hilton Kings Flip Top.
Mais que um cigarro, um estilo de vida.

Qualidade Souza Cruz